Sociedade Por que cada vez mais cidades turísticas se ressentem do excesso de visitantes, ainda que dependam deles EU&

Vinhos Uva godello, da região de Valdeorras, na Galícia, produz alguns dos melhores brancos do mundo EU&

Comportamento A escritora feminista Vivian Gornick diz que mudança social 'demora uma eternidade'. Mas segue esperançosa EU&

Sexta-feira, 23 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6072 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS

TCU aponta risco de frustração em projeções do novo Orçamento

Jéssica Sant'Ana, Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

Às vésperas do envio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 ao Congresso, o Tribunal de Contas da União concluiu que a projeção do governo para o resultado primário do próximo ano apresenta riscos, devido à possível frustração de receitas, aumento de despesas obrigatórias e limitações ao contingenciamento, segundo relatório do órgão. Um alerta com as conclusões do trabalho foi enviado à equipe econômica. A receita primária líquida estaria entre R$ 35,6 bilhões e R$ 50,7 bilhões acima das projeções feitas com base em dados do mercado. Em julho, a arrecadação federal somou R$ 231 bilhões, o 8º recorde mensal seguido. **Páginas A2 e A3**

Com interesse de estrangeiros, setor de portos prepara onda de aquisições

Logística A disposição se dá pela correlação das operações com o agronegócio e a área de óleo e gás, com grandes empresas globais em busca de consolidação

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

O setor portuário avança para uma nova onda de fusões e aquisições, à medida que aumenta o interesse de investidores estrangeiros pelas operações no país. Somados, os ativos na mesa de negociação alcançam ao menos R$ 7 bilhões, considerando a participação dos controladores nas empresas de capital aberto à venda. O apetite se dá pela correlação dos portos com o agronegócio e com o setor de óleo e gás, num cenário de grandes operadores globais em busca de crescimento. Os armadores globais também estão se posicionando no Brasil e em busca de consolidação.

No momento, ao menos quatro ativos estão à venda — os de Wilson Sons, CLI (Corredor Logística e Infraestrutura), Porto Sudeste e Santos Brasil. Rafael Schwind, do escritório Justen Pereira, diz que não é novidade a presença de estrangeiros no setor ao longo da última década, mas nota que os chineses, por exemplo, ainda são pouco presentes, havendo espaço para uma participação maior. O primeiro negócio a sair, segundo fontes, deverá ser a venda do controle do Wilson Sons ao fundo de infraestrutura americano I Squared, que tem cerca de US$ 40 bilhões em ativos sob sua gestão. A venda da fatia da Ocean Wilsons na Wilson Sons é um processo antigo, que ganhou força recentemente. A companhia vale R$ 7,4 bilhões na bolsa. A controladora tem fatia de 56,5%. Outro processo que está na rua, apurou o **Valor**, é o da CLI. Os atuais controladores, a australiana Macquarie Asset Management e a gestora IG4 Capital, engajaram o Citi para o processo de venda, segundo fontes. O Mubadala buscaria um comprador para o Porto Sudeste.

Além disso, a Santos Brasil também pode ser alvo de aquisição. É um investimento maduro do Opportunity, principal controlador da empresa. Nos últimos anos, são apontados como principais interessados a Maersk e a MSC, que já operam terminais de contêineres em Santos. Nesse caso, contudo, as negociações ainda estariam em fase inicial. **Páginas B1 e B4**

Com BC na mira, dólar encosta nos R$ 5,60

Arthur Cagliari, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

O dólar voltou a subir ontem, fechando a R$ 5,589, em alta de 1,98%. Declarações de diretores do Banco Central não foram bem-recebidas. Cotado para assumir a presidência do BC, Gabriel Galípolo, diretor de política monetária, fez nova fala, vista pelo mercado como uma amenização do tom conservador de suas intervenções nas últimas semanas. A reação levou à alta dos juros futuros e à queda do Ibovespa, de 0,95%. O cenário externo também foi negativo, com os investidores à espera do discurso de hoje do presidente do Fed, Jerome Powell, no simpósio de Jackson Hole. **Página C1**

À Mesa com o Valor

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Aos 65 anos, Paulo Miklos tornou-se um artista capaz de se movimentar com destreza em muitas direções, e recebe de volta toda a paixão que, um dia, investiu em uma das principais bandas do país. "Eu sou fruto dessa trombada da música brasileira com o rock." EU&

Gabinete de Kamala gera especulações

Andrew Restuccia, Tarini Parti, Alexander Ward e Annie Linskey
Dow Jones

Um dos assuntos que têm dominado conversas paralelas e reservadas na Convenção Nacional Democrata, em Chicago, é quais seriam os nomes cotados para formar o gabinete e ocupar posições de alto escalão na Casa Branca em um hipotético governo de Kamala Harris. Assessores da candidata à Presidência dos EUA dizem que é cedo demais para especular sobre o tema. Mas isso não tem impedido figuras influentes nos corredores políticos de Washington de fazerem lobby para aliados e amigos. A "Dow Jones" fez uma lista preliminar de nomes que surgiram em conversas com democratas de alto escalão. Para o Tesouro, Kamala poderia considerar Wally Adeyemo, atual vice-secretário da chefe da pasta, Janet Yellen, e Brian Nelson, ex-funcionário da instituição. **Página A13**

Período integral favorece ensino para baixa renda

Marta Watanabe
De São Paulo

Entre as escolas estaduais de ensino médio cujos alunos têm o menor nível socioeconômico, aquelas que oferecem ensino em período integral tiveram os melhores resultados no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Das cem escolas com esse perfil e com melhores desempenhos no Ideb do ano passado, 78 são integrais, segundo levantamento do Instituto Sonho Grande, com base nos dados do Censo Escolar 2023. **Página A8**

População deve começar a diminuir a partir de 2042

Lucianne Carneiro e Rafael Rosas
Do Rio

A população do país deve começar a diminuir em 2042, após atingir o pico de 220,425 milhões de pessoas em 2041, segundo novas projeções do IBGE. A mudança em curso na estrutura etária e o aumento da parcela de idosos vão se intensificar. Quase 40% dos brasileiros deverão ter 60 anos ou mais em 2070, e a parcela daqueles com 80 anos ou mais será de 11,4%.

Os números renovam as preocupações com os desafios impostos pelo envelhecimento da população, como custos maiores para saúde e Previdência, além do impacto no mercado de trabalho, com contingente menor de pessoas em idade ativa. "É impressionante a velocidade da mudança na estrutura etária do país. Para a Previdência, isso significa que diminui quem contribui e cresce muito quem recebe", diz José Eustáquio Diniz Alves, professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE. **Página A6**

Projeções da população brasileira
Em %

Homens / Mulheres

Em 2000 | Em 2023 | Em 2070

90+, 85-89, 80-84, 75-79, 70-74, 65-69, 60-64, 5-9 anos, 55-59, 50-54, 45-49, 40-44, 35-39, 30-34, 25-29, 20-24, 15-19, 10-14 anos, 0-4

12 8 4 0 4 8 12

Fonte: IBGE

Datafolha traz Boulos, Marçal e Nunes empatados

Cristiane Agostine
De São Paulo

Pesquisa Datafolha divulgada ontem mostra o candidato do Psol à Prefeitura de São Paulo, deputado Guilherme Boulos, com 23% das intenções de voto, seguido pelo "influencer" Pablo Marçal (PRTB), com 21%, e pelo prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com 19%. O apresentador José Luiz Datena (PSDB) tem 10%, e a deputada Tabata Amaral (PSB), 8%. Boulos, Nunes e Marçal estão tecnicamente empatados dentro da margem de erro da pesquisa, de três pontos. Marçal cresceu sete pontos, de 14% para 21%, desde a pesquisa anterior do Datafolha, do início de agosto. Boulos oscilou de 22% para 23% e Nunes caiu de 23% para 19%. Boulos tem a maior rejeição entre os candidatos, de 37%, seguido por Marçal, com 34%, e Datena, com 32%. Nunes é rejeitado por 25%. **Página A9**

Indicadores

Ibovespa	22/ago/24	-0,95 %	R$ 22,2 bi
Selic (meta)	22/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	22/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	22/ago/24		5,5518/5,5524
Dólar comercial (mercado)	22/ago/24		5,5888/5,5894
Dólar turismo (mercado)	22/ago/24		5,6259/5,8059
Euro comercial (BC)	22/ago/24		6,1692/6,1704
Euro comercial (mercado)	22/ago/24		6,2080/6,2086
Euro turismo (mercado)	22/ago/24		6,2832/6,4632

Destaques

CMN restringe emissão de CDCA
O CMN fechou a porta às empresas que viam os certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA) como opção de captação com títulos isentos. O órgão restringiu as emissões a companhias do setor, a exemplo do que já havia feito com os CRAs. **C3**

Transformação digital patina
A transformação digital das empresas brasileiras avança lentamente, e para a maioria delas esse tipo de investimento não é prioritário, conforme levantamento da consultoria PwC em parceria com a Fundação Dom Cabral. **B5**

Inbrands pode sair da Tommy
A holding de moda Inbrands, dona de marcas como Ellus, Richards e Salinas, está negociando a venda de sua participação de 50% na Tommy do Brasil, que opera a marca americana Tommy Hilfiger no país. O objetivo seria reduzir o endividamento. **B3**

Os custos de políticas industriais protecionistas superam seus benefícios
Carlos Primo Braga **A14**

7 898937 880054

INÊS 249

Infraestrutura Problema de causa ainda desconhecida ocorre em momento de seca que afeta usinas hidrelétricas da região Norte

Apagão deixa Acre e Rondônia sem energia

Robson Rodrigues
De São Paulo

Um apagão de causas ainda desconhecidas deixou o Estado do Acre sem energia elétrica na tarde desta quinta-feira (22). O problema também afetou cidades de Rondônia. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), houve interrupção de cerca de 980 MW de carga, no Acre (180 MW) e em Rondônia (800 MW). Os dados foram obtidos por meio do sistema de supervisão do ONS.

“Houve perda do sistema de transmissão em corrente contínua do Complexo Madeira, além do sistema de transmissão em 230 kV que interliga os Estados do Acre e Rondônia ao SIN [Sistema Interligado Nacional]. A recomposição do sistema teve início às 17h10, através da energização do sistema de interligação em 230 kV entre as subestações de Pimenta Bueno e Ji-Paraná”, diz a nota do órgão.

A última atualização do ONS até a conclusão desta edição disse que, do montante de carga afetado, foram restabelecidos 691 MW, correspondente a 70% da carga, até as 19h31. O operador ainda aguardava informações dos agentes para analisar a causa.

Essa rede é responsável por transmitir energia elétrica das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, na região de Porto Velho (RO), para os Estados. As duas usinas têm apresentado baixa vazão diante do volume de chuvas estar muito abaixo da média na região.

O **Valor** apurou com fontes a par do assunto que a foram três desligamentos na interligação Acre-Rondônia, operada pela Eletrobras. A empresa foi procurada, mas não respondeu até a conclusão desta edição.

O processo de recomposição seguia em andamento na noite de ontem. As equipes do ONS e dos agentes estavam dedicadas para a retomada do serviço à sociedade com segurança, no menor tempo possível, segundo o órgão .

O ministro de Minas e Energia (MME), Alexandre Silveira, determinou a abertura imediata de sala de situação, com participação do ONS, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e do corpo técnico do ministério, para garantir celeridade à recomposição do sistema e acompanhar as demais tratativas sobre a ocorrência.

“Às 17h10 iniciou-se o processo de recomposição das cargas dos estados. A previsão é que todo o serviço seja restabelecido nas próximas horas. O MME esclarece que as condições de atendimento do sistema elétrico brasileiro permanecem confiáveis em todo território nacional”, disse a pasta.

JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

Alexandre Silveira: condições de atendimento do sistema seguem confiáveis"

Energisa, concessionária de energia que atende os dois Estados, disse que um problema externo no SIN provocou uma interrupção no sistema que abastece a energia em Rondônia e no Acre. A Energisa estava aguardando autorização do ONS para permitir o restabelecimento do fornecimento.

A concessionária disse que o apagão afetou cerca de 218 mil consumidores no Acre e 572 mil clientes em Rondônia, respectivamente, 75% e 84% da base de clientes desses Estados.

Atividade e ações do governo ajudam, e arrecadação tem oitavo mês de recorde

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

A arrecadação federal registrou em julho o oitavo mês seguido de desempenho recorde, um resultado fruto do crescimento da atividade econômica e de medidas adotadas pela União desde o ano passado.

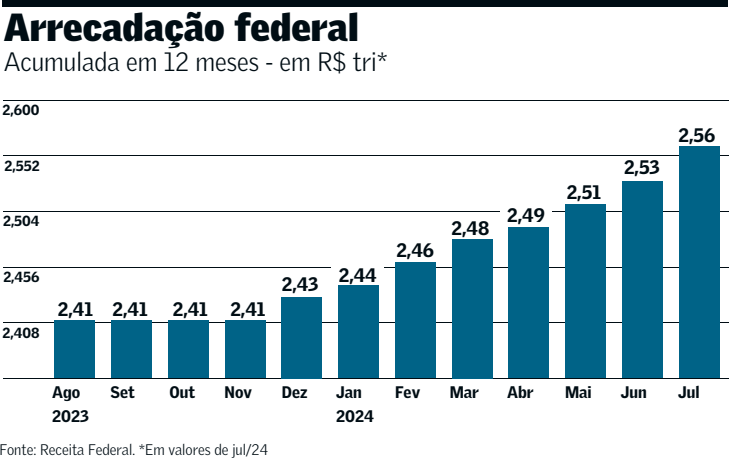
A arrecadação federal de impostos alcançou R$ 231 bilhões no mês passado, alta, sempre em termos reais e na comparação com o mesmo período do ano anterior, de 9,55%, segundo a Receita Federal. No acumulado do ano até julho, o indicador somou R$ 1,529 trilhão, alta de 9,15%.

De acordo com a Receita, influenciaram o resultado de julho fatores como o desempenho “dos principais indicadores macroeconômicos”, dos “tributos do comércio exterior em função do aumento do volume das importações, alíquotas médias e taxa de câmbio” e da tributação de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre combustíveis.

Arrecadação federal
Acumulada em 12 meses - em R$ tri*

Mês	Valor
Ago 2023	2,41
Set	2,41
Out	2,41
Nov	2,41
Dez	2,43
Jan 2024	2,44
Fev	2,46
Mar	2,48
Abr	2,49
Mai	2,51
Jun	2,53
Jul	2,56

Fonte: Receita Federal. *Em valores de jul/24

Em entrevista coletiva, o coordenador de Previsão e Análise substituto, Fabio Ávila de Castro, afirmou também que a arrecadação com Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi “uma grata surpresa” em julho, já que essas rubricas “não vinham tão bem no primeiro semestre”. Nesse caso, as receitas subiram 6,09%, impulsionadas principalmente pela alta “excepcional” arrecadada por meio do lucro presumido.

Já o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Claudemir Malaquias, destacou ainda a arrecadação observada desde janeiro com duas medidas adotadas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT): R$ 7,4 bilhões com atualização de bens no exterior e R$ 13 bilhões com tributação sobre fundos exclusivos.

Por sua vez, a arrecadação com as mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), que também fazem parte do pacote de medidas, foi de apenas R$ 87 milhões até ontem. Para este ano, a União projeta arrecadar R$ 37 bilhões com as mudanças. Segundo Malaquias, outras quatro parcelas de R$ 87 milhões entrarão nos cofres federais até dezembro, além dos recursos decorrentes de outros processos.

Ele também destacou que a Receita vem tomando uma série de medidas para “agilizar” a entrada desses recursos, como a simplificação, por meio de instrução normativa publicada ontem, do requerimento de adesão para quitar com benefícios os débitos.

O aumento da arrecadação tem sido, até aqui, a principal estratégia do governo federal para cumprir equilibrar as contas públicas. O objetivo para 2024 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto do Produto Interno Bruto (PIB) para mais ou para menos, o equivalente a R$ 28,8 bilhões. Até o começo de agosto, a projeção mediana de instituições financeiras, consultorias e gestoras era de déficit primário de R$ 73,5 bilhões para este ano, segundo o Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Em relatório divulgado ontem, Fábio Serrano, economista do BTG Pactual, afirma que a possibilidade de cumprimento da meta “tem crescido, com a apresentação de uma série de fontes extraordinárias de receita”. Os números de julho, de acordo com ele, mostram que “a arrecadação federal segue forte, reflexo do crescimento econômico e das medidas aprovadas no ano passado”.

Na avaliação de Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter, a arrecadação em julho surpreendeu e ficou acima da expectativa de R$ 220 bilhões da instituição. “O crescimento das receitas do governo continua robusto, impulsionado não somente pelas medidas do governo, mas também pela melhora na atividade econômica no trimestre, como antecipado pelos dados do IBGE de junho: tanto os setores de serviços como a indústria vêm apresentando desempenho melhor que o esperado.”

Segundo ela, a recuperação da arrecadação, acumulando crescimento real de mais de 9% no ano deveria ser suficiente para zerar o déficit primário em 2024. “No entanto, a ausência da mesma dedicação da equipe econômica ao controle de gastos deve resultar ainda em um déficit próximo de 0,5% do PIB neste ano.”

Reforma não terá meta fiscal como alvo, diz Haddad

Jéssica Sant’Ana e Guilherme Pimenta
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, negou nessa quinta-feira (22) que o governo tenha intenção de usar a reforma tributária da renda para fechar o Orçamento do próximo ano com um déficit zero.

“Qualquer acréscimo do imposto sobre a renda será compensado no imposto do consumo”, disse a jornalistas. Questionado quando a reforma da renda será enviada ao Congresso, Haddad falou que ainda este ano. “Concluída a votação da reforma do consumo, vamos proceder o encaminhamento da renda. É muito provável que chegue ao Congresso este ano, seguramente nos próximos 60 dias.”

Em relação às medidas de redução de despesas, o ministro falou que elas serão detalhadas na próxima semana.

Ele também afirmou que o governo vai prever no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 um aumento na tributação do Juros sobre Capital Próprio (JCP) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). As duas medidas não foram aceitas pelo Senado para compensação da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios de menor porte neste ano, mas, segundo o ministro, podem ser necessárias para 2025.

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. É um modelo de substituição tributária mais adequada a esses setores, que geram cerca de 9 milhões de empregos. Após aprovação do Senado, a tema aguarda apreciação da Câmara dos Deputados.

“Acréscimo do imposto sobre a renda será compensado no imposto do consumo”
Fernando Haddad

Minha Casa em cidade de 50 mil vai seguir

Edna Simão
De Brasília

O governo decidiu retomar a contratação de 30 mil moradias em municípios com menos de 50 mil habitantes para atender famílias com renda de até R$ 2.850 do Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Em julho, o Ministério das Cidades abriu processo para seleção de propostas, mas considerava suspendê-lo devido ao anúncio de congelamento de mais de R$ 2 bilhões da pasta para ajudar no cumprimento das metas fiscais e do limite de gastos previstos pelo arcabouço fiscal.

Após negociações dentro do governo, o ministro das Cidades, Jader Filho, afirmou que, apesar da contenção orçamentária, os recursos para contratação das unidades habitacionais serão garantidos com remanejamento de recursos dentro do próprio ministério. “Nós conseguimos convencer a Casa Civil que nós vamos fazer trocas dentro do ministério. Vamos distribuir entre as diversas rubricas”, disse o ministro ao **Valor**.

A expectativa é de as portarias com as unidades selecionadas sejam publicadas no Diário Oficial da União (DOU) em, no máximo 15 dias, para que os contratos sejam firmados até dezembro.

A contratação das 30 mil moradias subsidiadas na área urbana de municípios pequenos com recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Popular (FNHIS) está alinhado com o desafio do governo de ampliar as contratações para população de baixa renda num cenário de restrição fiscal, especialmente em um ano de eleições municipais. Segundo informações do ministério, a demanda na seleção de propostas foi para a construção de 200 mil unidades habitacionais.

De acordo com a portaria que estabeleceu as regras do processo de seleção dos municípios, da meta de 30 mil unidades habitacionais , 5 mil deverão ser destinadas a pessoas residentes em áreas de risco, insalubres ou impróprias para moradia, como erosões, deslizamentos, lixões ou assentamentos precários. As 25 mil unidades restantes foram distribuídas entre os Estados brasileiros. Por região, o Nordeste deve ser o maior beneficiado com uma meta de contratação de 11.111 moradias; seguida pelo Sudeste (6.943), Norte (3.797), Sul (1.632) e Centro-Oeste (1.517).

“Conseguimos convencer a Casa Civil que vamos fazer trocas dentro do ministério”
Jader Filho

Ainda segundo os critérios de seleção, as propostas devem prever a construção de, no mínimo, 20 unidades habitacionais, com limites específicos baseados na população do município. Serão priorizadas propostas que melhor atendem à demanda por moradias. Os recursos para cada unidade estão limitados a R$ 130 mil.

O programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e utilizado como vitrine eleitoral dos governos petistas. Na gestão de Jair Bolsonaro, no entanto, foi substituído pelo Casa Verde e Amarela (CVA). A intenção do governo Lula é contratar 2 milhões de obras até 2026, com ênfase no público de menor renda.

O ministro Jader Filho acredita que essa meta pode ser superada. Desde o início do governo Lula já houve a contratação de 1,027 milhão de unidades. Para 2024, a projeção é fechar o ano com um recorde. A expectativa considerada conservadora é de 620 mil unidades contratadas até o fim do ano, ante as 491.209 do ano passado.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Contas públicas Com aumento de despesas, projeção oficial para resultado primário do próximo ano apresenta riscos, diz tribunal

TCU vê receitas ‘otimistas’ e alerta sobre previsão do governo

Jéssica Sant’Ana
De Brasília

A cerca de uma semana do envio, pelo Executivo ao Congresso Nacional, do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a projeção do governo para o resultado primário do próximo ano apresenta riscos, devido à possibilidade de frustrações de receitas, aumentos de despesas obrigatórias e limitações ao contingenciamento.

A conclusão consta em relatório da corte que analisou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. A meta fiscal do próximo ano é de déficit zero, com o PLDO prevendo um superávit de R$ 10,8 bilhões. Um alerta com as conclusões foi emitido pelo plenário do tribunal à equipe econômica. O relator foi o ministro Antonio Anastasia.

Os auditores do TCU concluíram que as estimativas para a receita primária líquida apresentadas no PLDO são “otimistas”, ficando de R$ 35,6 bilhões a R$ 50,7 bilhões acima das projeções feitas com base em dados do mercado. Por isso, há o risco de frustração de receitas.

A equipe técnica também observou que a projeção de aumento das despesas primárias totais ultrapassa o limite de crescimento real de 2,5% ao ano permitido pelo novo arcabouço fiscal, o que leva à compressão das despesas discricionárias, que incluem investimento e custeio da máquina pública.

MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO

Antonio Anastasia foi relator da análise do TCU sobre o PLDO do ano que vem

O risco será ainda maior em 2027 e em 2028, dizem os técnicos do tribunal, quando a projeção para as despesas discricionárias líquidas de emendas e mínimos caem de R$ 100,94 bilhões, em 2024, para R$ 11,75 bilhões, em 2028, uma redução de 88% no período. Ou seja, praticamente não haveria dinheiro para investimento e custeio.

“Sem revisão da legislação, o aumento das despesas obrigatórias e despesas com dotações proporcionais à receita pode levar a um shutdown da máquina pública ou comprometer a âncora fiscal do RFS [novo arcabouço fiscal]”, dizem os auditores.

Eles também ressaltam que o PLDO 2025 traz ações de revisão de gastos, mas não cita propostas concretas para alterar a legislação e endereçar o risco de compressão das discricionárias.

Um terceiro risco para o cumprimento da meta fiscal em 2025 são as limitações impostas ao contingenciamento de despesas do Orçamento, caso verificado que o alcance do déficit zero esteja ameaçado. Os auditores lembram que, com o novo arcabouço, o resultado primário passou a permitir intervalos de tolerância. E o governo tem mirado o limite inferior da meta, não o centro. Inclusive, colocou essa previsão de forma expressa no PLDO 2025.

O TCU tem chamado atenção que mirar o limite inferior da banda de primário para contingenciamento, embora não seja ilegal, pode gerar “inconsistências a longo prazo na trajetória da dívida” e ao próprio alcance da meta. O PLDO 2025 admite um déficit de até R$ 31 bilhões em 2025.

Outro limite imposto ao contingenciamento foi a permissão para congelar somente o valor correspondente ao crescimento real superior à 0,6% das despesas. A legalidade deste inciso está sendo avaliada pelo TCU, em outro processo, que ainda está em tramitação.

“O cenário apresentado pelas estimativas provavelmente exigirá do Poder Executivo federal a escolha entre duas opções a princípio excludentes: ou se garante o adequado funcionamento da administração pública federal ou se preserva o limite da despesa primária. As duas coisas parecem ser incompatíveis segundo o cenário projetado”, alerta o TCU.

Por fim, o corpo técnico do tribunal diz que as premissas utilizadas pelo governo no projeto - despesa crescendo em ritmo inferior à receita e resultado primário crescente a partir de 2026 - podem ser “irrealistas” se não houver revisão das despesas obrigatórias ou das discricionárias vinculadas à receita.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento não comentaram.

Redução da dívida pública está sob risco, diz tribunal

De Brasília

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) constatou que a decisão do governo, no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025, de adiar o ajuste fiscal pode colocar em risco a trajetória de redução da dívida pública ao longo de dez anos. Além disso, a equipe econômica utilizou premissas consideradas otimistas, o que representa um risco para o equilíbrio das contas públicas.

As conclusões constam em processo que analisou o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, enviado em abril deste ano ao Legislativo e que serve de base para elaboração do Orçamento em si. O relator foi o ministro Antonio Anastasia.

No PLDO, o governo trouxe pela primeira vez uma projeção para a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) até 2034. Pela estimativa apresentada pela equipe econômica, a dívida aumentaria até 2027, quando atingiria 79,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Depois, haveria uma redução gradual até cair para 74,5% do PIB em 2034.

Contudo, o TCU constatou dois riscos para a concretização dessa projeção. O primeiro foi a decisão do governo de adiar o ajuste fiscal, ao passar a prever déficit zero em 2025, superávit de 0,25% do PIB em 2026, de 0,50% do PIB em 2027 e de 1% em 2028, ao invés da projeção anterior, de superávit de 0,5% já em 2025 e de 1% em 2026.

"Nota-se que, mesmo descontando parcialmente os precatórios, o ajuste fiscal implícito nas metas fiscais foi deslocado para o futuro. Além do mais, a melhoria de 0,5 ponto percentual por ano implícita às metas da LDO 2024 foi reduzida para um avanço de 0,25 pontos percentuais por ano, diminuindo o ritmo do ajuste", destaca o TCU.

A dívida pública acaba sendo afetada pelo resultado primário efetivo, que inclui os precatórios que serão pagos fora da meta fiscal até 2026. Nesse cenário, o governo projeta déficit de 0,23% do PIB em 2025 e de 0,11% do PIB em 2026, passando a fechar as contas no azul somente a partir de 2027, o que gerou críticas dos auditores.

"A estratégia de buscar superávits primários crescentes de 2027 a 2034 implica um adiamento da consolidação fiscal até um período mais distante e incerto", diz a equipe técnica da Corte. "Isso envolve riscos em caso de choques de demanda ou outros fatores adversos, comprometendo a capacidade de resposta a volatilidades econômicas", completa o documento do tribunal de contas.

O segundo risco para a trajetória da dívida são as premissas utilizadas pela equipe econômica para o resultado primário, crescimento econômico e custo real da dívida, tanto em comparação com as expectativas de mercado quanto com valores históricos. Essas premissas foram consideradas otimistas pelos auditores do TCU. "Isso representa um risco para o equilíbrio das contas públicas", diz o tribunal, em relatório.

O TCU calcula que, se o governo tiver resultados primários iguais aos limites inferiores da meta nos anos de 2024 a 2028, a dívida em 2034 será 1,3 ponto percentual acima da que foi projetada pelo governo. *(JS)*

Infraestrutura Falta de planejamento é outra dificuldade para melhoria de saneamento e habitação

Crise climática é desafio para G20 nas cidades

Inaldo Cristoni
Para o **Valor**, de São Paulo

A universalização do serviço de saneamento básico, a reabilitação das cidades e a melhoria das condições habitacionais estão no centro da agenda de construção de infraestrutura urbana de qualidade, resiliente às mudanças climáticas e inclusiva.

Um dos focos das atenções do G20, cuja presidência neste ano é exercida pelo Brasil, essa agenda requer enfrentamento dos desafios relacionados ao planejamento e execução de projetos consistentes de longo prazo, a disponibilidade de recursos financeiros para viabilizar investimentos e criação de um ambiente favorável ao envolvimento crescente de agentes privados.

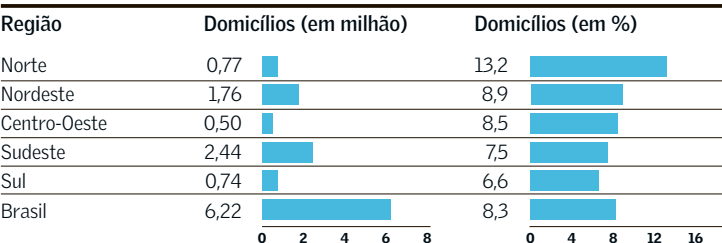
A questão climática ganha relevância nessa agenda porque tem potencial para agravar os problemas das cidades. Com infraestrutura urbana precária e alta densidade demográfica, muitas delas estão vulneráveis a ocorrências extremas e cada vez mais frequentes.

Dados do Censo 2022 do IBGE apontam que 124,1 milhões de brasileiros (61% da população) vivem em cidades e que dos 20 municípios mais populosos, 17 são capitais. Segundo o Relatório Mudanças Climáticas e Cidades, do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, grupo criado pelo governo federal, "os estresses climáticos poderão resultar em efeitos cascata ao longo dos diferentes sistemas urbanos de infraestrutura, que são interdependentes entre si".

Os efeitos das variações do clima podem ser mais danosos para quem vive em condições precárias e não tem acesso aos serviços públicos básicos, afirma Maria Caldas, colaboradora sênior do Iclei, rede mundial de mais de 2,5 mil governos locais cujas atividades incluem a análise das vulnerabilidades das cidades em relação aos eventos climáticos. "Embora a questão climática impacte a cidade como um todo, como se viu no Rio Grande do Sul, é claro que a população mais vulnerável vai sofrer mais", enfatiza.

O risco climático é alto em todo o país, observa Andrea Santos, professora do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ). Tempestades, fortes ventos, inundações, deslizamentos, calor intenso e secas são algumas das ameaças a que as áreas urbanas estão expostas.

Cidades costeiras, o que inclui capitais, estão vulneráveis à elevação do nível do mar. O Sul demanda muito investimento em infraestrutura urbana resiliente, como adoção de sistemas de alertas de tempestades e de evacuação. Esse cenário, diz ela, reforça a importância da nova realidade climática no planejamento de áreas urbanas porque a tendência, segundo ela, é piorar.

Para a professora, o enfrentamento dos desafios climáticos para construção de infraestrutura urbana resiliente passa por uma gestão ambiental que enfatize a busca por soluções baseadas na natureza. Ela defende a recomposição da vegetação nativa como forma de recuperação das áreas degradadas. "Tornar cidades mais verdes traz como benefícios a melhoria da qualidade do ar e a redução dos efeitos de ondas de calor. E não custa muito comparado às obras de engenharia de reabilitação urbana", assegura.

FABIO ROSSI/AGÊNCIA O GLOBO

Andrea Santos: "Tornar cidades mais verdes traz como benefícios a melhoria da qualidade do ar e a redução dos efeitos de ondas de calor"

O desenho de projetos de reabilitação urbana precisa levar em conta o modelo de crescimento das cidades. A expansão desordenada resultou em ocupações de áreas distantes, com serviços públicos precários ou inexistentes, o que, segundo Caldas, gera processo contínuo de encarecimento da gestão da cidade porque pressiona a demanda por infraestrutura. Ao mesmo tempo, a região central das grandes capitais, que são dotadas de toda infraestrutura, está praticamente abandonada, o que acelera o processo de degradação.

Programas de moradias populares também contribuíram para a expansão desordenada das cidades porque as unidades habitacionais foram construídas em áreas periféricas, onde o valor do terreno é mais baixo, com forma de rentabilizar o empreendimento. A nova versão do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) corrige esse problema, porque exige os novos empreendimentos estejam conectados à malha urbana existente, comenta Caldas.

Além disso, geraram um problema de deslocamento de pessoas para localidades dotadas de serviços públicos não disponíveis na região em que moram.

A reocupação de áreas abandonadas nos centros das cidades tem potencial para frear a expansão urbana desordenada e ajudar na redução do déficit habitacional brasileiro, de 6,215 milhões de domicílios, ou 8,3% do total dos domicílios particulares ocupados no país, segundo a Fundação João Pinheiro. "É possível fazer projetos de moradia para quem ganha de um a três salários mínimos", exemplifica Luiz Firmino, pesquisador do Centro de Estudos e Regulação em Infraestrutura, da Fundação Getulio Vargas (FGV Ceri).

O cenário ideal, segundo Firmino, é que as pessoas residam em áreas servidas de boa infraestrutura urbana e próximo do emprego para evitar que fiquem muito tempo no trânsito.

Ele sugere que os programas habitacionais devem estar alinhados à mudança do perfil da moradia, ou seja, como o número de integrantes por família está diminuindo, a busca por unidades habitacionais menores tende a aumentar. Outro aspecto importante diz respeito à necessidade de adaptação dos edifícios residenciais e dos equipamentos urbanos ao envelhecimento da população.

Recursos financeiros para projetos de infraestrutura urbana resiliente podem ser obtidos com Fundo Verde Climático, por exemplo, criado no âmbito do Acordo de Paris, em 2015, que dispõe de US$ 100 bilhões. Outras opções são o Fundo de Adaptação e o Fundo de Perdas e Danos, que foram desenhados para apoiar ações de combate a mudanças climáticas em países menos desenvolvidos, mas ambos ainda estão em fase de negociação, segundo Andrea Santos.

Um instrumento doméstico de financiamento ainda pouco utilizado é o Certificado de Potencial Adicional de Construção (Cepac), título imobiliário vinculado a uma Operação Urbana Consorciada (OUC), que foi incorporado ao Estatuto da Cidade, de 2011, e reforçado pelo Estatuto da Metrópole, de 2015. O abatimento no IPTU é outro mecanismo disponível para estimular iniciativas de valorização do espaço urbano.

O fator crítico, entretanto, é a histórica dificuldade brasileira na execução de projetos de longo prazo. Segundo Firmino, os governos que se sucedem não costumam dar sequência às medidas adotadas pela gestão anterior.

> "Como se viu no RS, é claro que os mais vulneráveis vão sofrer mais"
> *Maria Caldas*

Sem morada
Déficit habitacional por região, em %

Região	Domicílios (em milhão)	Domicílios (em %)
Norte	0,77	13,2
Nordeste	1,76	8,9
Centro-Oeste	0,50	8,5
Sudeste	2,44	7,5
Sul	0,74	6,6
Brasil	6,22	8,3

Fonte: Fundação João Pinheiro

Saneamento vai exigir ao menos R$ 509 bi

Para o **Valor**, de São Paulo

O Brasil terá que fazer investimentos robustos para melhorar os indicadores no setor de saneamento básico. Para a cobertura de 99% do abastecimento de água e de 90% da coleta e tratamento de esgoto até 2033, como determina o Marco Legal do setor, os valores estimados vão de R$ 509 bilhões, segundo o Instituto Trata Brasil, a R$ 800 bilhões, pela Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon/Sindcon).

Atualmente, 84,9% da população tem acesso adequado à água e 56% contam com esgotamento sanitário, embora o índice de tratamento do esgoto gerado seja de 52,2%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), do Ministério das Cidades. O risco de escassez hídrica, consequência de modificações do regime de chuvas, aumenta o desafio de reduzir o nível de água potável perdida ou não contabilizada na distribuição, de 37,8%.

A regulação é instrumento considerado fundamental para avançar na universalização do acesso à água potável e ao esgotamento sanitário — um direito básico que a ONU reconhece como condição para o acesso aos demais direitos humanos. "O regulador fiscaliza a prestação de um serviço que é muito peculiar", explica Cintia Leal de Araújo, superintendente de regulação de saneamento básico da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Mas a regulação é importante também para a definição das diretrizes de fiscalização dos serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos, que têm uma cobertura de 90,8% dos municípios, conforme o Snis, e de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (Dmapu), cuja infraestrutura ainda é incipiente.

Apenas 10,8% das cidades possuem soluções de drenagem natural (faixas e valas de infiltração) em vias públicas e 24,8% das vias públicas urbanas possuem redes ou canais subterrâneos. Além disso, 69,8% dos municípios não possuem mapeamento de áreas de risco de inundação.

A harmonização regulatória do setor é competência atribuída à ANA. O objetivo é fortalecer os órgãos reguladores para que tenham capacidade de fiscalizar o atendimento das metas, diz Cintia Leal. Entretanto, o trabalho de monitoração da prestação de serviços cabe aos municípios. Segundo ela, já foram cadastradas 54 reguladoras de água e esgoto com delegação em municípios. Os números diminuem nas outras duas categorias: 26 para fiscalizar os contratos de manejo dos resíduos sólidos urbanos e seis para monitorar as operações de Dmapu.

A ideia é estimular que os órgãos reguladores incorporem a monitoração das quatro modalidades de serviços que integram o saneamento básico. Mas o processo de regulação não avançou na área de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Segundo Cintia Leal, existe uma discussão judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito dos instrumentos de cobrança do serviço, fato que gera insegurança jurídica e compromete o esforço de dinamizar a atividade para atrair novos players.

As concessionárias privadas já atuam de forma exclusiva ou em parceria com companhias públicas em 881 municípios (15,83% do total). Os investimentos de R$ 5,9 bilhões que já realizaram para a prestação de serviços de água e esgotamento sanitário equivalem a 27% dos R$ 21,6 bilhões aportados no setor. Atualmente, elas atendem 52 milhões de pessoas. De acordo com o Abcon/Sindcon, o número de municípios atendidos pelas concessionárias privadas aumentou 203% desde que o Marco Legal do Saneamento Básico entrou em vigor, em 2020.

O atendimento dos territórios indígenas e das comunidades tradicionais, que estão mais vulneráveis, cabe à União. Na região Norte, por exemplo, 35,8% da população não tem acesso adequado à água e 85% não contam com esgotamento sanitário. No Nordeste os indicadores são de 23,1% e de 68,6%, respectivamente.

A Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, está fazendo um diagnóstico de 34 distritos sanitário indígenas com o objetivo de estabelecer metas de prestação, revela Rodrigo Resende, oficial de água e saneamento do Unicef Brasil.

Além de apoiar a iniciativa, que está em fase de planejamento, o Unicef Brasil desenvolve no Norte e no Nordeste um programa cujo objetivo é "apoiar o fortalecimento de políticas públicas para reduzir as iniquidades e privações ao direito humo ao acesso à água e ao saneamento". O acesso físico é um desafio para a prestação do serviço nessas localidades. Resende chama a atenção para a necessidade de adoção de sistemas de captação resilientes a eventos extremos.

Segundo ele, o Unicef tem apoiado o uso de energia solar na captação de água. Como normalmente as bombas são movidas a combustível fóssil, a dificuldade para o transporte do insumo muitas vezes paralisa o atendimento das comunidades.

> "Regulador fiscaliza a prestação de um serviço que é muito peculiar"
> *Cintia Leal*

Nem tão básico
Indicadores de saneamento, em %

Acesso à água (população atendida)

Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
84,9	64,2	76,9	89,8	90,9	91,6

37,8% É o índice de água potável perdida ou não contabilizada na distribuição

171 milhões De pessoas é o número aproximado de brasileiros servidos por água tratada

Esgotamento sanitário

Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
56	14,7	31,4	62,3	80,9	49,7

52,2% É o índice de tratamento de esgoto gerado no país

112,8 milhões De pessoas é o total de brasileiros atendidos com serviço de esgotamento saninatário

Fonte: Ministério das Cidades

Brasil

Atividade econômica
Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento
Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte
Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho		Var.	julho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**

	fev/24		jan/24		fev/23	
	Valor**	Var. %*	Valor**	Var. %*	Valor	Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24		**mai/24**		**jun/23**	
	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*	Valor	Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação
Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	ago/24	jul/24	2024	2023	12 meses	ago/24	jul/24	dez/23	ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	-	0,30	2,82	4,72	4,45	-	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 2ª quadrissemana ago/24 0,18%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física
Pagamento das quotas - 2024

No prazo legal				
Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
1ª ou única	31/05/2024		-	Campo 7
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	+
4ª	30/08/2024	Valor da declaração	2,70%	Campo 8
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			+
7ª	29/11/2024			Campo 9
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB	Valor	% do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público	**jun/24**		**mai/24**		**jun/23**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central
Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho		Var.	junho		Var.
	2024	2023	%	2024	2023	%
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**

Discriminação	jun/24		mai/24		jun/23	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	Valor	Var. %
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

INÊS 249

Demografia Novas projeções do IBGE apontam que queda da população vai começar em 2042, seis anos antes do imaginado

País vai envelhecer mais rápido e preocupações aumentam

Lucianne Carneiro e Rafael Rosas
Do Rio

As novas projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a população brasileira deve começar a diminuir em 2042, após atingir pico de 220,425 milhões de pessoas em 2041. Por causa da pandemia, o fenômeno deve ocorrer seis anos antes do que era previsto anteriormente. A mudança na estrutura etária brasileira em curso e o aumento da parcela dos idosos na população vai se intensificar. Quase 40% dos habitantes país devem ter 60 anos ou mais em 2070. A parcela daqueles de 80 anos ou mais será de 11,4%.

Os números renovam as preocupações com os principais desafios impostos pelo envelhecimento da população: custos maiores para saúde, tanto pública quanto privada, para a Previdência e para o mercado de trabalho, que terá um contingente menor de pessoas em idade ativa, apontam especialistas.

"É impressionante a velocidade da mudança na estrutura etária no Brasil. A proporção de pessoas em idade ativa vai diminuir e a parcela dos idosos vai aumentar. Para a Previdência, isso significa que reduz quem contribui e avança muito quem recebe. Se for mantido o regime atual, vai quebrar", afirma o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE, ao destacar que "é inevitável" falar em reforma da Previdência, a despeito das dificuldades do tema e das perdas para a população como um todo.

O estudo Projeções da População 2024 tem estimativas para a evolução da população brasileira até 2070 e revisa os dados a partir de 2000. O trabalho atualiza a última edição, divulgada em 2018, e pela primeira vez incorpora informações do Censo Demográfico 2022.

Os dados apontam que a participação das pessoas de 60 anos ou mais no total do país deve passar dos 15,6% em 2023 para 37,8% em 2070, último ano contemplado pela análise. Mesmo considerando o marco de 65 anos para definir o grupo dos idosos, a parcela ainda se mantém relevante: avança de 10,8% em 2023 para 31% em 2070.

Os números mostram também o que Alves descreve como "o envelhecimento do envelhecimento". Um em cada dez habitantes em 2070 terá 80 anos ou mais. Hoje, esse grupo representa apenas 2,2% da população brasileira.

LEO PINHEIRO/VALOR

"É impressionante a velocidade da mudança na estrutura etária"
José Eustáquio Diniz Alves

"A gente vê mudança bem nítida da composição da população por grupos etários. O Brasil deixa de ser um país jovem para ser um país de estrutura populacional mais velha", diz o gerente de Projeções e Estimativas Populacionais do IBGE, Marcio Mitsuo Minamiguchi.

O economista sênior da LCA Consultores Francisco Pessoa Faria afirma que as novas projeções do IBGE retomam a importância do debate sobre uma nova reforma da Previdência, mas que o aumento da idade da aposentadoria não deve ser o foco, na sua avaliação. Neste contexto, José Eustáquio Diniz Alves defende que as mudanças devem começar pelos setores mais privilegiados, como os militares e servidores do Judiciário.

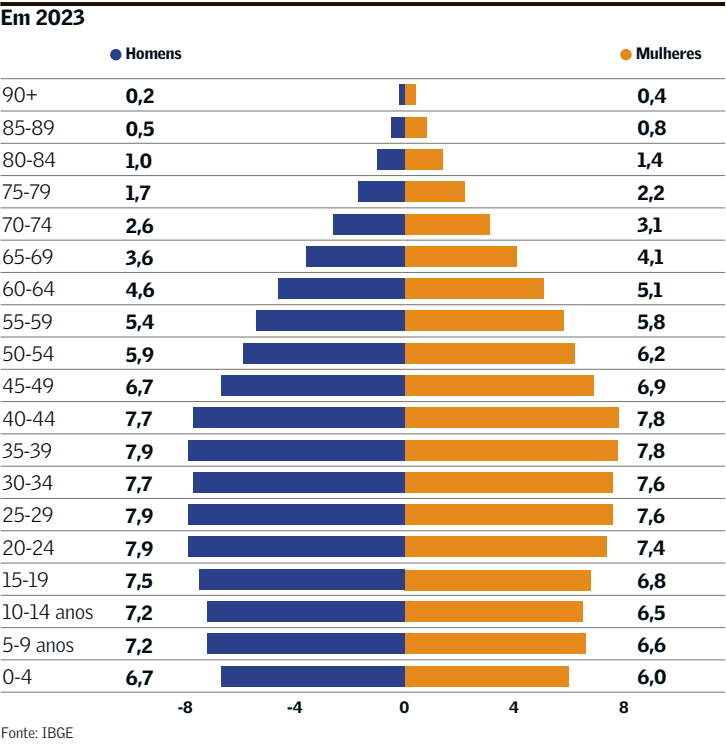
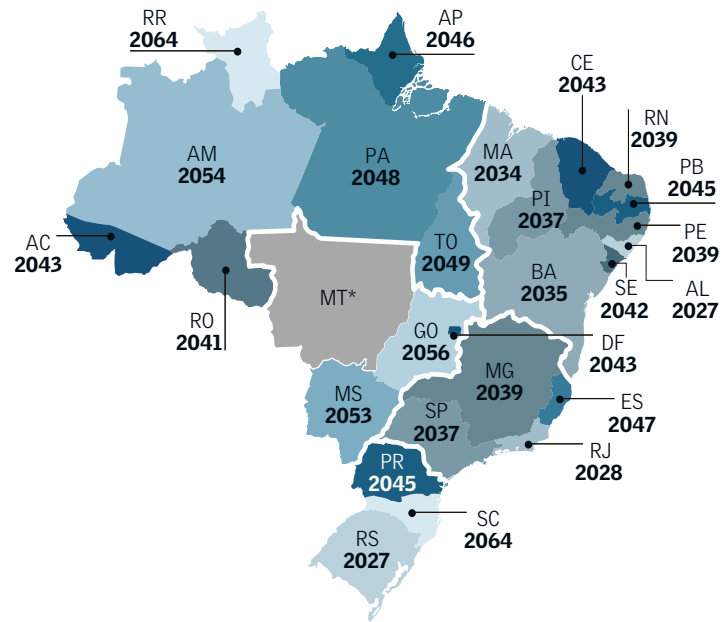
"É preciso pensar que tipo de reforma de Previdência se quer. Não acho que aumentar a idade seja a melhor hipótese, diante dos limites físicos e até tecnológicos", diz o economista da LCA.

Outro desafio é o custo das despesas de saúde com uma população mais envelhecida, citado pelo demógrafo Ricardo Ojima, chefe do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), como o mais importante no debate. Os impactos, lembra, atingem o setor público, mas também o privado.

"Os desafios do envelhecimento estão relacionados principalmente a serviços públicos de previdência social, mas as questões relacionadas ao atendimento à saúde da população idosa se destacam. Os gastos públicos e privados [com saúde] são muito maiores [com população mais velha] que se tivesse proporção maior de crianças", nota.

Para Francisco Pessoa Faria, a necessidade de recursos para a área coloca em debate uma eventual flexibilidade dos pisos para saúde e educação no Orçamento. Com os dados atualizados do Censo, ele argumenta que é possível planejar melhor políticas públicas de acordo com a faixa etária da população. Muito se fala sobre a criação de escolas ou hospitais, mas o economista lembra a importância da política de cuidados — como lares para idosos — , de maneira a liberar população em idade ativa para o trabalho.

"O mercado de trabalho vai sofrer pressão contrária ao que ocorre hoje. Haverá mais necessidade de pessoas jovens para dar conta dessa redução de pessoas em idade ativa", pondera Ricardo Ojima.

O cenário projetado pelo IBGE é baseado no ritmo cada vez menor de crescimento da população brasileira nos últimos anos — confirmado no Censo Demográfico 2022 — e considera o ano de 2042 como o primeiro de recuo, inicialmente de apenas 0,01%. A partir daí, no entanto, essa velocidade de queda da população se acelera até chegar a -0,67% em 2070, último ano de referência das projeções atualizadas pelo IBGE.

"Tem antecipação [do início da queda da população], mas é pequena. O pico da população também é menor. Depois da pandemia a queda [da fecundidade] foi mais intensa", afirma Minamiguchi.

Alagoas e Rio Grande do Sul serão os primeiros Estados brasileiros a vivenciarem a redução populacional, a partir de 2027. Onze Estados darão início ao processo antes do Brasil, entre eles Rio de Janeiro (a partir de 2028); São Paulo (2037); e Minas Gerais, Pernambuco e Rio Grande do Norte (2039). Mato Grosso será o único Estado em que não haverá redução populacional até 2070.

Para chegar às estimativas para a população nas próximas décadas, os técnicos combinam dados de fecundidade (número de filhos por mulher), nascimentos, mortes e migração. Pelo estudo do IBGE, a taxa de fecundidade — que era de 2,32 filhos por mulher em 2000 — caiu para 1,66 em 2020 e 1,57 em 2023. O indicador fica abaixo dos 2,1 do chamado nível de reposição, que é o número de filhos necessário para que a população se mantenha no mesmo patamar.

Após uma queda até 2016, a fecundidade teve alguma recuperação e depois voltou a cair até 2023, explica a analista do IBGE Marla França, que acredita na influência da pandemia no movimento, embora não seja possível avaliar sua magnitude. "Não dá para dizer o que se deve à pandemia e o que se refere à tendência de queda dos anos anteriores", diz.

A taxa de 1,57 filhos por mulher é classificada como "muito baixa" pela gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, Izabel Marri, que lembra que o desafio não é apenas do Brasil. "Isso se vê em outros países também", nota.

O estudo do IBGE também informa que a idade média em que as mulheres tinham filhos era de 25,3 anos em 2000, passou a 27,7 anos em 2020 e deve chegar a 31,3 anos em 2070. De 2000 a 2023, a taxa de mortalidade infantil recuou de 28,1 para 12,5 óbitos por mil nascidos vivos. Esse indicador cairá para 5,8 em 2070.

Ano em que a população começa a cair
No Brasil, será em 2042. Confira por unidade da federação

Fonte: IBGE. * Mato Grosso é o único Estado que não deve registrar queda da população até 2070

Projeções da população brasileira
Até 2070, pirâmide etária reduzirá base, onde estão os mais jovens, e aumentará topo, dos idosos - em %

Faixa etária	Em 2023 – Homens	Em 2023 – Mulheres	Em 2070 – Homens	Em 2070 – Mulheres
90+	0,2	0,4	1,9	3,5
85-89	0,5	0,8	3,0	4,2
80-84	1,0	1,4	4,4	5,5
75-79	1,7	2,2	5,6	6,4
70-74	2,6	3,1	6,5	7,0
65-69	3,6	4,1	6,8	6,9
60-64	4,6	5,1	6,9	6,7
55-59	5,4	5,8	7,1	6,7
50-54	5,9	6,2	7,1	6,7
45-49	6,7	6,9	6,4	5,9
40-44	7,7	7,8	5,9	5,4
35-39	7,9	7,8	5,6	5,1
30-34	7,7	7,6	5,4	4,9
25-29	7,9	7,6	5,2	4,7
20-24	7,9	7,4	5,0	4,5
15-19	7,5	6,8	4,7	1,9
10-14 anos	7,2	6,5	4,4	4,0
5-9 anos	7,2	6,6	4,2	3,8
0-4	6,7	6,0	4,0	3,6

Fonte: IBGE

Em 2070, Brasil terá três idosos para cada pessoa com idade até 14 anos

Do Rio

O envelhecimento da população brasileira é um fenômeno que pode ser observado por diferentes indicadores. Pelas novas projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país terá três pessoas com mais de 60 anos para cada uma de até 14 anos em 2070. Essa relação entre o contingente de idosos e crianças é chamado de índice de envelhecimento.

A idade mediana da população — ponto exato em que se dividem as duas metades da população — passará dos atuais 34,8 anos para 51,2 anos em 2070. Em 2070, a maior idade mediana será a do Distrito Federal, com 53,3 anos, enquanto a menor estará em Mato Grosso, com 44,8 anos.

As novas projeções do IBGE também permitem observar o envelhecimento pela idade média da população, que era de 28,3 anos em 2000, subiu para 35,5 anos em 2023 e deve chegar aos 48,4 anos em 2070.

A ilustração mais significativa desse processo de envelhecimento em curso, no entanto, aparece na proporção de idosos dentro da população. De 2000 para 2023, a fatia de idosos (pessoas com 60 anos ou mais) na população brasileira quase duplicou, ao subir de 8,7% para 15,6%. Em números absolutos, o total de idosos passou de 15,2 milhões para 33 milhões, no período.

Na estrutura atual do país, a participação do grupo de pessoas com 60 anos ou mais só fica à frente dos jovens entre 15 e 24 anos (14,8%), quando se considera as cinco faixas etárias tradicionais: 0 a 14 anos; 15 a 24 anos; 25 a 39 anos; 40 a 59 anos; e 60 anos ou mais.

"Projeções confirmam redução dos níveis de fecundidade"
Ricardo Ojima

Em 2050, segundo as projeções do IBGE, os idosos já serão o grupo mais representativo da população brasileira, com 30% do total. A participação chegará a 37,8% em 2070.

"As novas projeções confirmam as tendências de redução dos níveis de fecundidade, diminuição da proporção de crianças na população total e, portanto, um aumento do processo de envelhecimento populacional", afirma o demógrafo Ricardo Ojima, chefe do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Outra forma de observar o envelhecimento é pelo número de nascimentos, que recuou de 3,6 milhões por ano em 2000 para 2,6 milhões em 2022 e deve cair para 1,5 milhão em 2070, segundo o IBGE. A esperança de vida ao nascer aumentou de 71,1 anos em 2000 para 76,4 anos em 2023, e deve chegar aos 83,9 anos em 2070. ***(LC e RR)***

Nova projeção de população é quase 8 milhões acima da do Censo

Do Rio

A diferença entre a população brasileira recenseada em 2022 pelo Censo Demográfico e aquela projetada para aquele ano chega a quase 8 milhões de pessoas, pelos estudos Projeções da População e Pesquisa de Pós-Enumeração (PPE) do Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Censo 2022 chegou a uma população brasileira de 203,08 milhões em 1º de agosto, data de referência das operações censitárias. As projeções atualizadas do IBGE ajustam o dado para 202,95 milhões quando se considera 1º de julho, que é a referência para as estimativas populacionais. Após um processo chamado de conciliação demográfica, o dado mais atualizado é de uma população estimada para 1º de julho de 2022 de 210,86 milhões de pessoas.

A conciliação demográfica é um método de estimação que cruza os dados de três censos consecutivos, informações de óbitos, nascimentos e migração; e também os resultados da Pesquisa de Pós-Enumeração de 2022. A ideia é minimizar possíveis inconsistências. Com esse método, chega-se a novos números para a população de 2000, 2010 e 2022, em 1º de julho.

Segundo o IBGE, o Censo 2022 foi o que teve maior ajuste da população recenseada, de 3,9%. As taxas foram de 2,2% no Censo 2010 e de 3% no Censo 2000.

"Houve ajustes [na população] de todos os censos. Os dados mostram que houve uma possível omissão populacional maior em 2022 que nos demais. O ajuste em 2022 foi principalmente na população acima de 40 anos", afirma a gerente de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica do IBGE, Izabel Marri.

"Dados mostram possível omissão populacional maior no Censo 2022"
Izabel Marri

Um dos dados usados para os ajustes da população do Censo 2022 foi a Pesquisa de Pós-Enumeração, que avalia a cobertura da coleta censitária, para verificar se há algum erro de cobertura, ou seja, falhas na contagem de domicílios ou de pessoas.

A pesquisa, feita em uma amostra dos domicílios brasileiros, é uma espécie de "revisão do Censo" e tem como objetivo voltar a domicílios já pesquisados na operação censitária para rechecar informações coletadas. Com isso, mensurar qualidade e cobertura do Censo Demográfico.

"O Censo sempre conta com algum tipo de imprecisão, isso ocorre em todo país e o Brasil tem toda a complexidade territorial. É natural que alguns erros ocorram. Ao identificar as falhas, a pesquisa de pós-enumeração consegue reconhecer erros ou tornar os dados mais potentes e transparentes", afirma a analista do IBGE Juliana Souza de Queiroz. ***(LC e RR)***

Políticas públicas Modalidade predomina em escolas estaduais de ensino médio de menor nível socioeconômico e com melhor desempenho no Ideb

Ensino integral faz diferença em desempenho de alunos mais pobres

Marta Watanabe
De São Paulo

O ensino integral predominou entre as escolas estaduais de ensino médio de menor nível socioeconômico e com o melhor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Das cem escolas com esse perfil e com melhores resultados no Ideb de 2023, 78 são integrais. A fatia de 78% está bem acima dos 32,4% de participação do integral no total de escolas estaduais de ensino médio consideradas mais vulneráveis na classificação socioeconômica.

O resultado é apontado em levantamento do Instituto Sonho Grande com base nos dados do Censo Escolar 2023 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Para Ana Paula Pereira, diretora-executiva do Instituto Sonho Grande, o dado mostra que o modelo integral tem o potencial de alavancar a educação pública brasileira, melhorando o aprendizado dos estudantes de menor nível socioeconômico.

"O integral representa cerca de um terço das escolas com nível socioeconômico baixo e tem taxa muito maior, de quase 80%, entre as escolas mais vulneráveis com melhor desempenho. Isso mostra que o integral está gerando mais aprendizagem e não é porque o integral está mais frequentemente nas escolas vulneráveis", diz Pereira. Ela explica que as escolas com ensino integral têm no país distribuição geográfica similar às de ensino regular.

O levantamento mostra ainda que no ensino médio estadual, a educação em período integral tem melhor desempenho no Ideb que o ensino regular em todos os níveis socioeconômicos.

A diferença maior, de 0,5, está no nível II, em que o ensino regular tem índice 3,7 no Ideb 2023 e o integral, 4,2. Nos níveis III a VI a diferença é de 0,4, sempre com o integral com melhor desempenho (*ver quadro ao lado*).

A classificação considera o Indicador de Nível Socioeconômico (Inse) de 2021, o mais recente, construído a partir de questionários respondidos pelos estudantes no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). O Inse combina a escolaridade dos pais e a posse de bens e serviços pela família. Quanto menor o nível, piores as condições socioeconômicas dos alunos. No levantamento que mostra o desempenho por nível Inse foram consideradas 9.761 escolas estaduais de ensino médio, sendo 2.419 delas de turno integral. As escolas de nível I e VII do Inse foram desconsideradas por não representarem número significativo da amostra.

"O que se pode concluir do resultado de 2023 é que o delta de aprendizagem da prova mostra um ano a mais de matemática, por exemplo, para quem estudou no ensino integral", diz Pereira, referindo-se à diferença de desempenho do indicador Ideb entre os alunos do curso regular e do integral. "Se considerarmos que o ensino médio é composto por três anos de estudo, um ano a mais de aprendizagem é relevante."

A classificação que indica participação de 78% das integrais entre as 100 escolas de nível socioeconômico baixo com melhor desempenho considerou escolas até o nível III. No Inse de 2021 foram 16,1 mil escolas de ensino médio estadual com o indicador socioeconômico divulgado. Dessas, 3,5 mil — ou 21,7% — são consideradas de nível socioeconômico baixo, com Inse até nível III. Nesse universo, 1,1 mil — ou 32,4% — são integrais. Ao todo são 20 mil escolas na rede estadual de ensino médio.

De acordo com o Inse 2021, no nível III a maioria dos estudantes respondeu ter em casa uma geladeira, uma televisão, um banheiro, wi-fi e máquina de lavar roupa, entre outros bens. A escolaridade da mãe ou do pai ou responsável variou entre quinto ano do ensino fundamental completo e ensino médio completo.

"Os dados mostram que a questão do nível socioeconômico e das regiões mais vulneráveis é mais do que um desafio, é a grande oportunidade. Essas regiões, essas famílias e comunidades são aquelas que estão mais se beneficiando do integral", diz Maria Slemenson, superintendente de políticas educacionais para o Brasil do Instituto Natura. Ela destaca que 75% das escolas de ensino médio integral estão localizadas em regiões de nível socioeconômico de II a IV.

Slemenson chama atenção para a evolução do Ideb do ensino médio público nos últimos sete anos, que avançou 0,6, saindo de 3,5 em 2017 para 4,1 em 2023. Para ela, a ampliação do ensino integral contribuiu para esse desempenho.

O levantamento do Sonho Grande mostra que em 2023 18,1% das matrículas do país no ensino médio da rede estadual foram no integral. Em 2019 foram 10,1%. Em 2023, as escolas integrais alcançaram 33,2% do total das escolas estaduais de ensino médio. Em 2019 eram 13,3%. O levantamento do Sonho Grande considerou como escola de tempo integral aquelas com pelo menos uma turma com ensino presencial com 420 minutos ou mais de aulas diárias, sem incluir atividades complementares.

"As famílias que mais se beneficiam do integral são as mais vulneráveis"
Maria Slemenson

A disparidade entre a participação das integrais no número de matrículas e de escolas, explica Pereira, acontece porque as escolas de ensino integral costumam comportar menos alunos do que as que seguem turno regular. Há também, diz, escolas que estão em transição gradativa para o integral e que ainda têm parte das turmas no regular. Uma parte menor de escolas oferece tanto ensino integral como regular.

Slemenson nota que a expansão do integral nos últimos anos aconteceu principalmente desde 2017, quando foi publicada uma portaria do governo federal que funcionou como indução ao ensino médio integral. A meta estabelecida no Plano Nacional de Educação (PNE) é a de ter 50% das escolas públicas com educação em tempo integral, para atender pelo menos 25% dos alunos da educação básica.

O fato de uma em cada três escolas de ensino médio da rede estadual ofertar o curso integral mostra a abrangência cada vez maior dessa política pública, avalia Pereira. Mas ela salienta que o quadro entre os Estados é muito heterogêneo, já que cada governador elege suas prioridades na educação e as políticas que considera mais apropriadas.

Segundo o levantamento, o Piauí tem 85% de escolas integrais no ensino médio estadual, seguido de Ceará e Pernambuco, com 70%. Em Santa Catarina a participação é de 1%. No Rio Grande do Sul a taxa é de 10% e no Maranhão e em Mato Grosso, de 13%.

Um dos desafios do avanço do ensino integral, diz Pereira, é a ida do estudante para o mercado de trabalho. Pesquisas já realizadas com alunos do ensino médio público no país mostram que entre 5% e 6% trabalham porque precisam, cita. "Já pouco mais de 20% entram no mercado de trabalho em busca de independência financeira. É muito justo que o estudante tome essa decisão. O que defendemos é tentar mostrar ao estudante o benefício de estar na escola integral, porque há maior aprendizagem em língua portuguesa e matemática. Pesquisas comprovam que egressos do ensino integral conseguem maior renda depois e têm maior probabilidade de acessar o ensino superior, além de outras vantagens e benefícios que se alcança a longo prazo."

"E para os estudantes que precisam trabalhar para ajudar em casa, temos visto políticas de governo, tanto dos Estados como do governo federal, para apoiar esses alunos financeiramente, o que vemos com bons olhos", avalia Pereira. Há Estados, diz, com programas específicos voltados para alunos do integral.

Outro desafio para a expansão do integral, diz Pereira, está na operacionalização. "O integral não é só extensão de carga horária. No integral há pelo menos sete horas diárias de aula e, idealmente, nove horas ao dia, modelo que tem mostrado melhores resultados. Mas isso não pode ser mais do mesmo", observa Pereira. "É preciso renovação do modelo pedagógico, um modelo centrado na vida do estudante, para que o aluno seja protagonista, se envolva nas decisões do ensino e possa entender suas fortalezas e como a escola se conecta aos caminhos que pode seguir. Não são coisas simples de se fazer e é preciso também fazer com que os professores enxerguem a escola de forma diferente."

"A oferta do ensino integral não necessariamente significa expandir significativamente a despesa com educação do Estado", destaca Slemenson. "As pessoas têm a visão de que tudo dobra [em despesa, na migração para o integral]. Não necessariamente. Um reordenamento de rede pode oferecer muitas oportunidades para alocar mais alunos nas integrais e para ganhar eficiência de custos."

Os Estados hoje são obrigados a destinar à saúde e educação, respectivamente, 12% e 25% de sua receita com impostos. No debate sobre essa vinculação, parte dos governantes e especialistas defende a unificação do mínimo obrigatório, com destinação de 37% da receita para as duas áreas, mas sem definição de fatia específica para saúde ou educação. A ideia costuma preocupar quem acompanha a educação mais de perto.

Para Slemenson, a educação no país ainda precisa de muitos investimentos. "Não podemos recuar ou correr qualquer risco de que cheguem menos recursos. Estamos celebrando este momento em que o Brasil se recuperou após a pandemia. Parece que há bom posicionamento para continuar crescendo nas próximas edições do Ideb, mas estamos muito longe das metas estabelecidas."

"Integral não é só extensão de carga. É preciso renovar modelo de ensino"
Ana Paula Pereira

KEINY ANDRADE/VALOR

Ana Paula Pereira, do Sonho Grande: turno integral gera maior aprendizagem também em escolas mais vulneráveis

Desempenho e participação das integrais*

Considerando escolas estaduais de ensino médio

Escolas de menor nível socioeconômico (%)

	Todas as escolas do INSE baixo	100 escolas de INSE baixo com os melhores resultados do IDEB 2023
Número de escolas	3.504	100
Ensino médio integral	32,4	78
Ensino médio regular	67,6	22

Integrais versus regulares

Desempenho no Ideb 2023 por nível socioeconômico**

Nível	Ensino médio integral	Ensino médio regular
II	4,2	3,7
III	4,2	3,8
IV	4,4	4
V	4,6	4,2
VI	5,1	4,7

Piores condições socioeconômicas → Melhores condições socioeconômicas

Evolução das matrículas

Considerando escolas estaduais de ensino médio - %

Ano	Percentual de matrículas no integral	Percentual de escolas integrais
2019	10,1	13,3
2020	12,4	19,1
2021	14,9	21,9
2022	17,7	32,2
2023	18,1	33,2

20 mil é o número de escolas estaduais de ensino médio no Brasil

6,6 mil (33%) oferecem ensino médio integral

Mapa das integrais no país

Participação de escolas integrais no ensino médio estadual por ente - %

UF	%
RR	3
AP	20
PI	85
CE	70
PB	64
RN	30
PE	70
AM	14
PA	10
MA	13
TO	14
AC	10
RO	8
MT	13
BA	37
SE	45
AL	43
GO	25
DF	11
MG	29
MS	46
ES	46
PR	14
SP	49
RJ	33
RS	10
SC	1

16,1 mil escolas de ensino médio estadual tiveram indicador de nível socioeconômico (Inse) divulgado

3,5 mil são as escolas de ensino médio estadual com Inse até nível III

1,1 mil (32,4%) das escolas de ensino médio estadual com Inse até nível III são integrais

Fonte: Inse 2021 e Ideb 2023 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/ Instituto Sonho Grande. *Consideram-se em tempo integral as matrículas presenciais com 420 minutos ou mais de duração de aula, sem considerar atividades complementares. Não estão inclusas as matrículas de etapas não seriadas, educação para jovens e adultos e ensino médio normal/magistério. Para as escolas integrais, consideram-se aquelas com pelo menos uma turma nessa definição. **As escolas de nível I e nível VII de Inse foram desconsideradas nas análises por não representarem um número significativo da amostra. Ensino regular: 9.761 escolas. Ensino integral: 2.429 escolas

Eleições Candidato do Psol tem 23%, seguido pelo 'influencer', com 21%, e pelo prefeito, com 19%

Marçal cresce sete pontos e empata com Boulos e Nunes em SP, diz Datafolha

Cristiane Agostine
De São Paulo

O "influencer" e empresário Pablo Marçal (PRTB) cresceu sete pontos percentuais nas intenções de voto em duas semanas e está empatado tecnicamente na liderança da disputa pela Prefeitura de São Paulo, segundo pesquisa Datafolha divulgada nessa quinta-feira (22). O deputado Guilherme Boulos (Psol) tem 23% das intenções de voto, seguido por Marçal, com 21%, e pelo prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), com 19%.

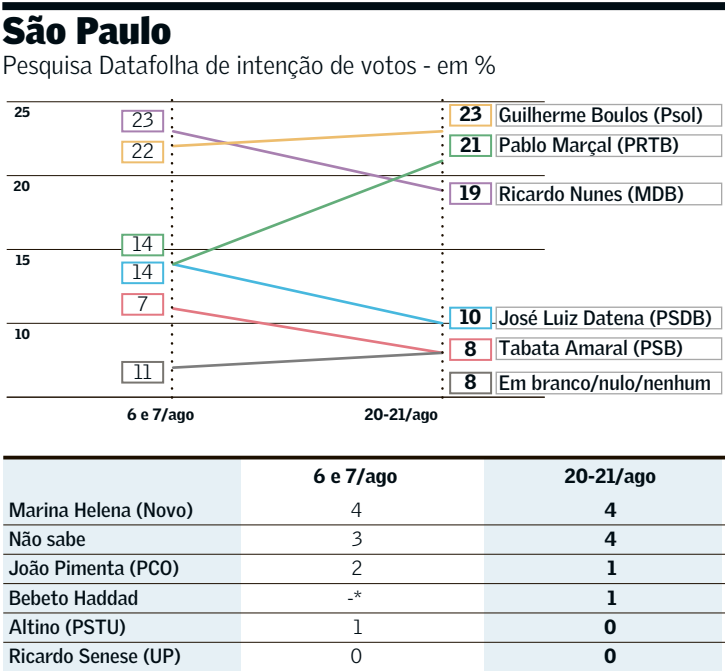
O apresentador José Luiz Datena (PSDB) tem 10% e a deputada Tabata Amaral (PSB), 8%. Marina Helena (Novo) tem 4%. João Pimenta (PCO) e Bebeto Haddad (DC) têm 1% cada. Ricardo Senese (UP) e Altino Prazeres (PSTU) não pontuaram. Votos em branco e nulo somam 8% e entrevistados que não souberam responder são 4%. A margem de erro da pesquisa é de três pontos percentuais, para mais ou para menos.

Marçal avançou sobre o eleitorado que declarava voto em Nunes, lidera entre bolsonaristas e acirrou a disputa com o prefeito.

Em duas semanas, Marçal cresceu de 14% para 21%, segundo a pesquisa do Datafolha, feita no início de agosto. Boulos oscilou de 22% para 23% e agora lidera numericamente a disputa. Já Nunes, que era o líder no levantamento anterior, caiu de 23% para 19%. Datena tinha 14% e agora, 10%. Tabata oscilou de 7% para 8%.

O Datafolha simulou apenas um cenário de segundo turno, entre Boulos e Nunes. O prefeito venceria a disputa, por 47% a 38%. Votos em branco, nulo e eleitores indecisos são 13% e 2% disseram não saber em quem votarão. A diferença entre eles diminuiu em relação à pesquisa anterior e foi de 13 pontos percentuais para 9 pontos percentuais. Nunes tinha 49% e Boulos, 36%. O instituto não testou os cenários de um eventual segundo turno entre Marçal e Boulos, nem entre Marçal e Nunes.

O candidato do Psol tem a maior rejeição, de 37%, seguido por Marçal, com 34% e Datena com 32%. Nunes é rejeitado por 25% e Tabata, por 18%.

Marçal ampliou suas intenções de voto entre os apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e do governador do Estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e tirou de Nunes o posto de líder dos votos bolsonaristas na cidade.

São Paulo
Pesquisa Datafolha de intenção de votos - em %

Candidato	6 e 7/ago	20-21/ago
Guilherme Boulos (Psol)	22	23
Pablo Marçal (PRTB)	14	21
Ricardo Nunes (MDB)	23	19
José Luiz Datena (PSDB)	14	10
Tabata Amaral (PSB)	7	8
Em branco/nulo/nenhum	11	8

	6 e 7/ago	20-21/ago
Marina Helena (Novo)	4	**4**
Não sabe	3	**4**
João Pimenta (PCO)	2	**1**
Bebeto Haddad	-*	**1**
Altino (PSTU)	1	**0**
Ricardo Senese (UP)	0	**0**

Fonte: Folha, Rede Globo e Datafolha. Margem de erro 3 pp para mais ou para menos.
Nível de confiança: 95%. 1.092 entrevistados (6 e 7/8) e 1.204 (20-21/8)
Registros no TSE: SP-03279/2024 (6-7/8) e SP-08344/2024 (20-21/8)

O crescimento de Marçal entre os apoiadores do ex-presidente preocupa a campanha de Nunes, que tem o apoio oficial de Bolsonaro e de Tarcísio. A avaliação na campanha do prefeito é que Nunes pode ter perdido o controle sobre os votos bolsonaristas, mesmo com manifestações recentes de apoio da família Bolsonaro.

O prefeito deve aumentar a presença do ex-presidente em sua campanha, com a gravação de vídeos com Bolsonaro para divulgar nas redes sociais e no programa eleitoral na televisão. Planeja também atos com o ex-presidente na rua. Nos últimos dias, Nunes já ampliou as postagens com declarações de apoio de Bolsonaro. Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se queixava de não ser ouvido pela campanha do prefeito e há poucos dias afirmou que Nunes "cavou sua própria sepultura ao declarar apoio à maior traidora do bolsonarismo", ao se referir a ex-bolsonarista Joice Hasselmann (Podemos), candidata à Câmara Municipal, gravou um vídeo para atacar Marçal.

Aliados de Nunes, no entanto, temem que a mudança de estratégia, reforçando o vínculo com o ex-presidente, não seja suficiente para garantir o apoio da militância da extrema-direita e daqueles que se dizem "antissistema". Há uma forte insatisfação de aliados e simpatizantes do ex-presidente com o apoio a Nunes, que não é tido como um representante do pensamento de Bolsonaro.

Segundo o Datafolha, no início do mês Nunes liderava entre aqueles que votaram em Bolsonaro em 2022. O prefeito tinha 38% das intenções de voto nessa fatia do eleitorado e Marçal, 29%. Agora, o candidato do PRTB tem mais apoio desses eleitores do que o prefeito, com 44% das intenções de voto de quem declarou ter votado em Bolsonaro em 2022, ante 30% do prefeito nesse grupo.

Entre quem se declara bolsonarista, Marçal tem 46%, um salto em relação ao que tinha no início do mês, com 25%. Já Nunes viu seu apoio nessa fatia do eleitorado reduzir de 37% para 26%.

No recorte dos eleitores que votaram em Tarcísio de Freitas em 2022, Marçal tem intenção de voto de 41% (era 25% no início de agosto) e Nunes tem 28% (era 42%).

Empresário e "influencer", o candidato do PRTB ampliou seu apoio também entre os mais pobres, que ganham até dois salários mínimos, passando de 11% para 18%. Boulos também aumentou seu apoio entre esses eleitores, e agora tem 18% das intenções de voto (tinha 14% no início do mês). Nessa fatia do eleitorado, Nunes e Datena perderam apoio.

A pesquisa foi realizada na terça (20) e na quarta (21) e foi contratada pelo jornal "Folha de S. Paulo" e pela Rede Globo. Foram ouvidos 1.204 eleitores na capital e o levantamento está registrado na Justiça Eleitoral sob o número SP-08344/2024.

EDILSON DANTAS/O GLOBO — 4/5/2024

Boulos assume a liderança numérica, mas registra a maior rejeição

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO — 14/8/2024

Marçal avança sobre apoiadores de Bolsonaro e Tarcísio e embola liderança

MARIA ISABEL OLIVEIRA/AGÊNCIA O GLOBO — 8/5/2024

Nunes perde liderança numérica e vê apoio de bolsonaristas se esvaziar

Ascensão de 'coach' alimenta cenário de pós-bolsonarismo

Análise

César Felício
Brasília

Quando e onde Pablo Marçal (PRTB) irá parar? Essa é a pergunta única na eleição para prefeito de São Paulo, reforçada pela pesquisa Datafolha dessa quinta-feira e já antevista pelo levantamento AtlasIntel de quarta-feira. Para ficar nos dados do Datafolha, Marçal tinha 7% em maio, foi para 10% em junho, 14% em julho e 21% agora. O deputado federal Guilherme Boulos (Psol) está numericamente à frente, com 23%, mas patina: em maio tinha 24%.

Marçal claramente tira votos de prefeito Ricardo Nunes (MDB), que desceu de 23% para 19%, e também de José Luiz Datena (PSDB), que foi de 14% para 10%. A base do seu eleitorado é masculina, jovem, renda mais alta, evangélica, em suma, bolsonarista. De acordo com o levantamento, Marçal conta com 46% do eleitorado que se diz adepto do ex-presidente Jair Bolsonaro, ante 29% de Nunes. No mês passado, a relação era inversa: 42% para o emedebista e 25% para o candidato do PRTB.

Ele busca seduzir a direita simulando uma proximidade com o ex-presidente Jair Bolsonaro que não dispõe, mas implicitamente a mensagem subliminar que passa é que tenta se credenciar como o pós-Bolsonaro. Não há neste caso o dilema de criatura contra o criador, que haverá no caso do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Não há muito segredo sobre o crescimento do "coach". Marçal destacou-se nos dois primeiros debates entre os candidatos por agressões contra seus rivais sem apresentação de evidências para sustentar suas "acusações". Caracterizou Boulos como consumidor de cocaína, Tabata Amaral (PSB) como "para-choque de comunista" e o prefeito como político tacanho e rendido ao sistema. Simultaneamente inundou as redes sociais com os "cortes" dos debates e estimulou seus seguidores a viralizarem suas publicações. De acordo com notícia divulgada pelo jornal "Folha de S.Paulo", há indícios de que em troca de vantagens financeiras.

Quem assistiu um episódio da minissérie "Black Mirror", de 2013, talvez não tenha se esquecido do ursinho Waldo. Waldo era um personagem de desenho animado, que interagia com personagens reais, no caso políticos desavisados que compareciam a um "talk show". Eram humilhados e insultados no ar, de forma ultrajante, e não conseguiam reagir. O ursinho vira um fenômeno nas redes sociais e entra em uma campanha para deputado no Reino Unido. Termina em segundo, em um clima de intensa intolerância política. E no tempo dessa minissérie as redes sociais engatinhavam.

O "momento Waldo" da eleição de São Paulo catapultou Marçal para a liderança, por enquanto compartilhada. Mas agora começa uma fase difícil para ele. O candidato tornou-se alvo de intenso noticiário negativo e, ao contrário de seus adversários, não dispõe de horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, e, sobretudo, está fora dos comerciais.

Conta com um time de advogados para tentar cavar direitos de resposta ao bombardeio que com certeza sofrerá de seus adversários, especialmente de Boulos, que precisa tentar descredenciá-lo como forma de se blindar dos ataques do "coach" do PRTB e de Nunes, que será obrigado a ir para cima, se não estará liquidado.

> "Marçal é uma varietal da mesma uva, de safra diferente"
> *Antonio Lavareda*

Em 2018 a campanha negativa contra Bolsonaro na televisão foi sustada depois que um ex-militante do Psol, com problemas mentais, tentou assassiná-lo em Juiz de Fora (MG). Agora não há freios contra Marçal. O "coach" também não tem um esquadrão de candidatos a vereador e nem fundos de campanha para chegar a determinadas camadas do eleitorado menos sujeitas a fenômenos digitais. E seu avanço pela direita pode ser contido caso Bolsonaro se mobilize contra ele.

O ex-presidente parece sentir incômodo com o crescimento dessa variante em seu terreno que está fora de seu controle. Antonio Lavareda, cientista político do Ipespe, lembra que a conjuntura de São Paulo em 2024 é bastante diferente da do Brasil em 2018, tão favorável a "outsiders".

"Marçal é uma varietal da mesma uva, mas não da mesma safra", comenta , ao compará-lo com fenômenos como Bolsonaro há seis anos, João Doria e Alexandre Kalil em Belo Horizonte há oito. O clima é diferente. Não há uma crise econômica como a que havia entre 2016 e 2018, nem um colapso político, nem um fator disruptivo como a Lava-Jato. Essas limitações sugerem que o teto de Marçal pode estar próximo do observado nessa rodada de pesquisas.

Será o suficiente para colocá-lo no segundo turno? É possível. Com a fragmentação do eleitorado paulistano em quatro candidaturas acima de dois dígitos, o sarrafo baixa. Para Boulos ir ao segundo turno em 2020 bastaram 20,2% dos votos válidos, ou apenas 12% dos votos totais. A eleição de 2020 talvez não seja parâmetro porque a epidemia de covid-19 aumentou a abstenção, mas em outra eleição fracionada, a de 2000, Paulo Maluf foi ao segundo turno com 17,4% dos válidos e 13,4% dos totais.

Nunes tem dois desafios para reagir a Marçal: engajar Jair Bolsonaro na campanha e aguardar pelo esvaziamento de José Luiz Datena. Datena, que despencou de 14% para 10% depois de seu desempenho mirim nos debates, concentra uma boa base de seu eleitorado no voto conservador de baixa renda (evangélico até dois salários mínimos e com ensino até fundamental). Este eleitorado conhece Datena há décadas da televisão e do rádio e talvez não se impressione tanto com o despreparo político do tucano. Se Datena não derreter, e talvez não derreta, bloqueia um eleitorado que poderia ir com facilidade para o prefeito.

Boulos está muito aquém do seu eleitorado potencial, que é o lulista. Tem espaço para reagir caso o presidente e o PT se engajem em sua campanha, mas por enquanto a sua intenção de voto dentro do lulismo é 44%, segundo o Datafolha. Há 14% de adeptos do presidente que preferem Nunes e 5% que optam por Marçal.

O fato de a esquerda em São Paulo ser maior do que mostra a pesquisa permite dizer que será bastante difícil Boulos não ir ao segundo turno, mas a campanha de destruição promovida por Marçal fez subir sua rejeição para 37%, a mais alta entre os candidatos, o que pode comprometer suas possibilidades em um segundo turno, em qualquer cenário. A "Folha" não testou um cenário entre Boulos e Marçal no segundo turno, mas a rejeição ao "coach" também subiu e se situa em 34%, o que impede qualquer prognóstico. Nunes no segundo turno é favorito para vencer tanto um como o outro.

INÊS 249

A política está cheia de som e fúria, e vazia de sentido

Andrea Jubé

Esses dois substantivos aparecem em um dos trechos mais famosos da tragédia "Macbeth", de William Shakespeare, publicada no século XVII; formam o título de uma das obras-primas de William Faulkner no século XX; e, agora, dão o tom da política nacional.

"A vida é uma história contada por um tolo, cheia de som e fúria, que nada quer dizer", constata um amargurado rei Macbeth, ao ser informado da morte de Lady Macbeth. Mas se o atormentado monarca se deparasse, de repente, com a nossa realidade, poderia afirmar: "A política brasileira é cheia de som e fúria, que nada quer dizer".

E por que as tragédias de Shakespeare ("Macbeth") e Faulkner ("O som e a fúria") dialogam com o cenário brasileiro em plena campanha municipal, tumultuada pela suspensão do pagamento das emendas parlamentares? (Lembre-se que as emendas são um instrumento estratégico de deputados e senadores na relação com os prefeitos).

Pois esse paralelo é possível tomando-se, como exemplo, a acirrada campanha pela Prefeitura de São Paulo e a nova crise institucional em Brasília. A campanha e a crise dialogam com a ficção porque têm em comum o "som" estridente da disputa pelo controle do orçamento público, e a "fúria" predatória dos candidatos na briga pelo comando da capital paulista.

Em retrospecto, a coluna passa a relacionar, abaixo, fatos das últimas semanas que ilustram como princípios que deveriam pautar a política, como transparência dos gastos públicos, respeito ao adversário e ao eleitor, parecem coisa do passado, enquanto som (alto) e fúria dominam o ambiente.

Cena 1: 21 de agosto — Em vídeo divulgado nas redes sociais, o candidato a prefeito de São Paulo, Pablo Marçal (PRTB), usou um recado para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para disparar palavras de baixo calão ("banana", "vagabundo") contra seus adversários. Termos que, a rigor, não deveriam constar do vocabulário político. "O povo de São Paulo não vai prestar continência nem pro vagabundo do [deputado Guilherme] Boulos, nem pro banana do [prefeito Ricardo] Nunes", xingou, ao afirmar que não desistirá da candidatura.

"Não vou me [sic] retroceder", concluiu, em um português claramente duvidoso.

Cena 2: 8 de agosto — No debate promovido pela Band/Portal UOL, Pablo Marçal chamou a adversária, a deputada federal Tabata Amaral (PSB-SP), de "adolescente", que "precisa amadurecer um pouco". Não satisfeito, insultou a parcela do público que defendeu a candidata: "Torcida kids, parachoque de comunista". A "adolescente" a que ele se refere é uma mulher de 30 anos, admirada pela sua trajetória, iniciada em escolas públicas da periferia paulistana até a graduação em ciências sociais e astrofísica na prestigiada Universidade de Harvard.

Cena 3: 20 de agosto — No almoço realizado no Supremo Tribunal Federal (STF), que reuniu os chefes dos três Poderes, os 11 ministros da Corte e dois ministros de Estado, em busca de um entendimento por regras objetivas e transparentes para a liberação de emendas, houve momentos de tensão. Em um deles, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), subiu o tom em resposta ao ministro da Casa Civil, Rui Costa, que citou exemplos de mau emprego dos recursos públicos. Lira retrucou alegando que ministros da gestão Lula seguiriam as mesmas práticas, e disse não fazer questão de ser simpático: "Eu sei que não gostam do meu estilo direto, e eu não me importo com estereótipo de ser ríspido, eu sou assim", desafiou.

A nova crise entre os Poderes foi deflagrada por decisões do ministro do STF Flávio Dino que suspenderam a liberação das emendas, até que novas regras garantindo transparência e clareza dos gastos sejam instituídas. A principal polêmica envolve as chamadas "emendas Pix", uma verba de R$ 8 bilhões, pela qual um ministério transfere recursos milionários diretamente para o caixa de uma prefeitura ou de governo estadual, sem identificação do autor da emenda, sem uma destinação específica para os valores, e sem que o gestor tenha de prestar contas.

Na esfera paulista, o comportamento de Marçal evoca o Jair Bolsonaro em seu auge na campanha de 2018, quando prometeu "fuzilar a petralhada", e entre outras provocações, arrebatou o eleitorado com o estilo antissistema.

Embora Bolsonaro apoie a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB), Marçal cresce sem parar nas pesquisas entre eleitores do ex-presidente. Mostra, com isso, que o perfil de político em fúria contra tudo e contra todos continua atraindo votos, e não é mais monopólio de Bolsonaro.

Esse movimento pode ser contido? O presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, acredita que sim, e afirma que Marçal começará a derreter em duas semanas. "Ele sai atacando todos, o eleitor se cansa disso", aposta.

Na campanha de Boulos, todavia, o sentimento é de que Marçal pode chegar ao segundo turno. Nessa hipótese, aliados do candidato do Psol veem no "coach" um adversário menos difícil, por não ter com ele as máquinas do poder municipal e estadual, que dão lastro à campanha de Nunes.

Voltando ao Bardo, se a vida é um conto de som e fúria, narrado por um tolo que ninguém compreende, a vida real deve ser som e silêncio, fúria e serenidade, onde o cidadão não seja o tolo, e a política faça todo sentido.

Andrea Jubé é repórter de Política em Brasília. Escreve às sextas-feiras
E-mail andrea.jube@valor.com.br

Eleições Em segundo lugar, empatados tecnicamente, estão Alexandre Ramagem, com 9%, e Tarcísio Motta, com 7%; prefeito venceria com folga um eventual 2º turno

Paes mantém liderança em disputa no Rio, com 56%, aponta Datafolha

Camila Zarur
Do Rio

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), candidato à reeleição, lidera a disputa na capital fluminense com 56% das intenções de voto, segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (22). Em seguida, empatados tecnicamente, estão os deputados federais Alexandre Ramagem (PL), com 9%, e Tarcísio Motta (Psol), com 7%.

A pesquisa ouviu 1.106 eleitores entre terça (20) e quarta-feira (21). A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. O levantamento, registrado sob o número RJ-07042/2024, foi contratado pelo jornal "Folha de S.Paulo" e pela TV Globo.

No levantamento anterior, do início de julho, Paes também tinha a liderança isolada, com 53% das intenções de voto. Ele mantém a mesma posição, com uma oscilação dentro da margem de erro.

A pesquisa anterior mostrava Tarcísio numericamente à frente de Ramagem. Empatados dentro da margem, o primeiro tinha 9%, enquanto o segundo, 7%. Agora, os dois concorrentes, que tentam fazer frente ao atual prefeito, trocaram de posição no ranking.

Nessa rodada do Datafolha, os demais candidatos na disputa não somam, juntos, 10% das intenções de voto. Na ordem, Rodrigo Amorim (União Brasil), tem 3% da preferência dos entrevistados; Marcelo Queiroz (PP) e Cyro Garcia (PSTU), 2% cada; Juliete Pantoja (UP) e Carol Sponza (Novo), 1%. Votos em branco e nulos somam 13%, enquanto os indecisos são 5%.

Já na pesquisa espontânea, quando o nome dos candidatos não é dito aos entrevistados, Paes também mantém a liderança. Ele é mencionado por 31% das pessoas ouvidas pelo instituto — três pontos percentuais a mais do que a sondagem anterior, mas, ainda assim, dentro da margem de erro.

Ramagem, por sua, vez cresceu nas menções espontâneas, indo de 2%, em julho, para 6% agora. Tarcísio manteve-se com 2%.

A pesquisa divulgada nessa quinta é a primeira do Datafolha desde o início oficial da campanha eleitoral, que começou em 16 de julho. A sondagem também já mede as reações dos eleitores após o primeiro debate entre candidatos na disputa à prefeitura carioca, realizado pela Band no dia 8.

Na ocasião, Paes foi o principal alvo de críticas dos adversários, enquanto Ramagem e Rodrigo Amorim se comportaram como uma dobradinha bolsonarista.

Uma semana depois do início da campanha, os eleitores começaram a conhecer mais os concorrentes. Ramagem, por exemplo, teve um salto na taxa de conhecimento entre o levantamento realizado em julho e o divulgado nesta quinta-feira. Ele subiu 10 pontos percentuais, indo para 47%. Ainda assim, é menos conhecido do que Paes e Tarcísio — 99% e 67%, respectivamente.

O Datafolha também mediu eventuais cenários de segundo turno, tendo Paes concorrendo contra o bolsonarista e o psolista. Nos dois casos, o prefeito venceria com folga.

Num eventual embate com Ramagem, o prefeito teria 68% dos votos, ante 18% do deputado do PL. Dos entrevistados, 11% disseram que, nesse cenário, anulariam seu voto, e 3% afirmaram ainda não saber em quem votar.

Contra Tarcísio, a vantagem de Paes diminui, mas continua ampla. O prefeito teria 62% e o deputado do Psol, 21%. Os votos nulos somariam 14%, e indecisos, 3%.

A pesquisa também testou a rejeição dos candidatos. Paes, Ramagem e Tarcísio aparecem empatados tecnicamente. O prefeito é quem tem a maior rejeição entre os três: 23%. Já o bolsonarista e o psolista são rejeitados, respectivamente por 22% e 19% dos entrevistados pelo Datafolha.

GABRIEL PAIVA/AGÊNCIA O GLOBO — 16/8/2024

Paes: intenção de voto no prefeito e candidato à reeleição cresceu três pontos percentuais em relação ao início de julho

Tramonte amplia vantagem em BH

Gabriela Guido*
De São Paulo

O deputado estadual e apresentador Mauro Tramonte (Republicanos) atingiu 27% das intenções de voto e ampliou a liderança na corrida eleitoral em Belo Horizonte (MG), segundo pesquisa Datafolha divulgada nesta quinta-feira (22). No último levantamento, realizado no início de julho, ele tinha 19% e estava empatado tecnicamente com João Leite (PSDB), que desistiu da candidatura no início deste mês para apoiar a reeleição do atual prefeito Fuad Noman (PSD).

Outros cinco candidatos à prefeitura — Carlos Viana (Podemos), Bruno Engler (PL), Duda Salabert (PDT), o prefeito Fuad Noman e Rogério Correia (PT) — estão tecnicamente empatados em segundo lugar. Viana aparece com 12% das intenções, seguido por Engler, Salabert e Noman, com 10%, e Correia, com 7%.

Gabriel Azevedo (MDB), que preside a Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Wanderson Rocha (PSTU) aparecem com 3% e 1% das intenções de voto, respectivamente. Lourdes Francisco (PCO) e Indira Xavier (UP) não atingiram 1%.

Cinco candidatos estão tecnicamente empatados em segundo lugar, segundo o Datafolha

Contratada pela TV Globo e pelo jornal "Folha de S.Paulo", a pesquisa foi feita nos dias 20 e 21 de agosto com 910 pessoas. Ela tem margem de erro de três pontos percentuais e nível de confiança de 95%. Dos entrevistados, 10% indicaram que votarão em branco ou nulo e 9% estão indecisos. A pesquisa foi registrada na Justiça Eleitoral sob o número MG-05345/2024.

O atual prefeito assumiu o cargo quando Alexandre Kalil entrou na corrida para o governo do Estado. A sua gestão nesta pesquisa foi classificada como boa ou ótima por 28% dos entrevistados, por 21% como ruim ou péssima e por 46% como regular. Afirmaram não ter opinião 5%. Em relação às expectativas, 64% disseram que Fuad fez menos pela cidade do que o esperado, 19% afirmaram que realizou aquilo que esperavam e 9% classificaram como acima do esperado.

** Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy*

João Campos atinge 76% e venceria eleição no Recife em primeiro turno

Lilian Venturini
De São Paulo

O atual prefeito do Recife, João Campos (PSB), tem 76% das intenções de voto. O percentual, indicado pela pesquisa Datafolha divulgada na quinta-feira (22), daria a vitória já no primeiro turno ao candidato à reeleição.

Essa é a primeira pesquisa realizada pelo instituto após o início oficial da campanha eleitoral, na sexta-feira (16). Ao todo, oito candidatos disputam a prefeitura da capital pernambucana.

Há empate técnico pelo segundo lugar, com Gilson Machado (PL) puxando o pelotão. O ex-ministro do Turismo do governo Jair Bolsonaro marcou 6%. Na sequência, aparece o ex-deputado federal Daniel Coelho (PSD), com 5%, a deputada estadual Dani Portela (Psol), com 4%, e Técio Teles (Novo), com 1%. A margem de erro da pesquisa é de quatro pontos percentuais para mais ou para menos, o que explica o cenário embolado pelo segundo lugar.

Os demais candidatos, Ludmila Alves (UP), Victor Assis (PCO) e Simone Fontana (PSTU), não pontuaram. Outros 5% responderam que pretendem votar em branco ou anular, e 2% disseram que não sabem em quem vão votar em outubro.

A pesquisa foi encomendada pelo jornal "Folha de S.Paulo" e pela TV Globo. Foram entrevistados 910 eleitores entre terça-feira (20) e quarta-feira (21). O nível de confiança é de 95% e o protocolo na Justiça Eleitoral é PE-06023/2024.

O prefeito também lidera com 51% na pesquisa espontânea, aquela em que o eleitor é questionado em quem pretende votar sem ler a relação de candidatos. Cinco por cento disseram que vão votar "no atual" prefeito. Gilson Machado registrou 4%. Daniel Coelho e Dani Portela tiveram 1% cada um. Um pouco mais de um terço do eleitorado (32%) afirmou que ainda não sabe em quem votar.

Em seu primeiro mandato, João Campos já vinha liderando as pesquisas ainda na fase da pré-campanha. O prefeito é de família com tradição na política pernambucana, e também soube marcar presença nas redes sociais, sendo um dos políticos brasileiros com mais seguidores nas principais plataformas.

Quando o Datafolha pergunta ao eleitor se conhece um determinado candidato, João Campos alcança 99%. O segundo mais conhecido é Daniel Coelho (88%).

Gilson Machado, apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, tem 37% nesse quesito, atrás de Dani Portela (50%) e Técio Teles (46%).

Em Fortaleza, Capitão Wagner está à frente

Artur Burigo
Folhapress, de Belo Horizonte

O ex-deputado federal Capitão Wagner (União Brasil), com 29% das intenções de voto, e o atual prefeito de Fortaleza, José Sarto (PDT), com 23%, estão à frente em pesquisa Datafolha sobre a eleição da capital cearense.

O levantamento ouviu 644 eleitores na terça (20) e na quarta-feira (21) e tem margem de erro de quatro pontos percentuais, com nível de confiança de 95%. A pesquisa foi contratada pelo jornal "O Povo" e registrada na Justiça Eleitoral sob o protocolo CE-08395/2024.

O deputado federal André Fernandes (PL), apoiado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), foi citado por 16% dos eleitores e está tecnicamente empatado com Sarto. O deputado estadual Evandro Leitão (PT) aparece com 10%. Ele é apoiado pelo governador Elmano de Freitas (PT) e pelo presidente Lula (PT).

O senador Eduardo Girão (Novo) marcou 5% e está empatado com Leitão. Chico Malta (PCB), Técio Nunes (Psol) e Zé Batista (PSTU) marcaram 1%. George Lima (Solidariedade) não pontuou. Aqueles que afirmaram que votariam em branco ou nulo foram 9%, enquanto 6% estão indecisos.

Na pesquisa espontânea, aquela em que os entrevistadores do instituto não apresentam os nomes dos candidatos ao eleitor, Fernandes aparece numericamente à frente, citado por 10% dos entrevistados. Wagner marcou 9%, Sarto, 8%, e Leitão, 4%. Todos eles estão tecnicamente empatados nesse quesito, segundo o instituto.

No mesmo levantamento, 1% disse que votará no candidato do PT, enquanto 1% citou o nome de Girão. Disseram que não sabem 61%.

Poderes A avaliação dentro do Supremo é que, caso não haja uma diretriz a contento, as divergências podem voltar, em especial as relativas às emendas de comissão

Para o STF, solução para impasse das emendas depende do Congresso

Flávia Maia
De Brasília

Mesmo com o acordo entre os três Poderes em torno das novas regras para as emendas parlamentares, há um entendimento nos bastidores do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a solução para o impasse depende de como o Congresso vai regulamentar as diretrizes desenhadas na reunião. A avaliação é de que a aprovação não será automática. Hoje, apesar do avanço nas conversas, segue em vigor a decisão da Corte que suspendeu os pagamentos.

No almoço que reuniu ministros do governo, presidentes da Câmara e do Senado e todos os ministros do Supremo, na terça-feira (20), ficou acertado um prazo de dez dias para que as novas regras sejam apresentadas. Esse prazo, se contado em dias corridos, termina na sexta-feira (30).

Caso não haja uma diretriz a contento dos ministros, as divergências podem voltar, em especial as relativas às emendas de comissão. Elas podem ter destino fora do acordo, por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 854), relatada pelo ministro Flávio Dino, na qual se discute o possível uso das emendas de comissão como alternativa às chamadas emendas de relator, declaradas inconstitucionais em 2022 e consideradas a base do orçamento secreto.

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF — 20/8/2024

Reunião dos Poderes: acordo fechado não garante solução para emendas

Na visão de alguns ministros, essa ação não estaria abarcada pelo acordo desta semana, motivado pela busca de um entendimento em torno de três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI) — ADIs 7688, 7695 e 7697. Elas tratam das chamadas emendas impositivas, de pagamento obrigatório, inclusive as "emendas Pix" — direcionadas diretamente aos cofres de Estados e municípios, característica que dificulta o monitoramento dos gastos.

Foi no âmbito dessas três ADIs que Dino, relator também desses casos, concedeu liminares suspendendo o pagamento dessas emendas e exigindo mais cuidados com a transparência e a rastreabilidade dos pagamentos. A decisão do ministro foi referendada pelo plenário. Assim, as ações passaram a ser conduzidas pela vontade do colegiado e sob a liderança do presidente da Corte, Luís Roberto Barroso.

A ADPF 854, do orçamento secreto, no entanto, não está nesse grupo, embora as emendas de comissão tenham sido incluídas na nota conjunta divulgada após o almoço de terça-feira. Ou seja, ainda está sob maior influência de Dino.

Alcançar um acordo definirá o destino de um dos temas mais tensos do encontro entre as lideranças dos Poderes desta semana: a impositividade das emendas. O **Valor** apurou que a obrigatoriedade do governo de executar esses gastos só será mantida se a regulamentação for considerada satisfatória.

Segundo fontes que estiveram presentes na reunião, os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e da Câmara, Arthur Lira (PP), mostraram-se irredutíveis nesse ponto. Para eles, o Legislativo já havia cedido ao colocar as "emendas Pix" sob supervisão do Tribunal de Contas da União (TCU) e não dos tribunais de contas locais. Além de terem aberto mão das emendas de bancada — ao vincularem os repasses a projetos estruturantes do Executivo. Isso porque, na prática, sem essa vinculação, as emendas de bancada estavam sendo usadas de forma similar às emendas individuais. Procurados, Lira e Pacheco não retornaram.

No encontro de terça-feira, os presidentes das Casas Legislativas defenderam que a Constituição Federal prevê as emendas impositivas. Nesse momento, no entanto, o ministro Flávio Dino abriu a Constituição, leu o Artigo 166, e afirmou entender que a impositividade não era absoluta, pois a própria Constituição prevê que as emendas individuais e de bancada não seriam de execução "obrigatória" nos casos dos impedimentos de ordem técnica.

Assim, para a construção do acordo, ficou definido que o prazo de dez dias será usado também para explicar o que pode ser entendido como ordem técnica, assim como a definição dos critérios de distribuição, transparência e rastreabilidade.

Barroso e o ministro Gilmar Mendes foram figuras importantes nessa negociação entre Dino, Pacheco e Lira. Os dois ponderaram que as emendas são, sim, um direito do Legislativo, mas que elas não poderiam crescer demais a ponto de anular a separação de Poderes, com o dinheiro ficando todo para o Congresso.

Foi neste contexto que surgiu a definição que Executivo e Legislativo "ajustarão" a vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida (RCL) de modo que elas não cresçam em proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias. As emendas individuais equivalem a 2% da RCL de dois anos antes e as de bancada, a 1%.

PEC da Anistia é promulgada sem Lira e Pacheco

Marcelo Ribeiro, Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Sem a presença dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o Congresso promulgou, nessa quinta-feira (22), a proposta de emenda à Constituição (PEC) que anistia partidos de multas por descumprimento de repasses mínimos para candidaturas negras. Tanto Lira quanto Pacheco estavam em Brasília.

A sessão foi presidida pelo deputado Marcos Pereira (Republicanos-SP), vice-presidente da Câmara e do Congresso. "Ressaltamos que essa PEC não tem como fim o perdão de sanções pelo descumprimento de cotas", disse Pereira. "A nova regra constitucional prevê que os partidos que não tenham investido recursos no pleito passados possam fazê-lo nas próximas eleições. Não haverá sanções desde que sejam investidos esses recursos em candidaturas de pessoas negras, sem prejuízo dos novos recursos assegurados pela ação afirmativa."

Com duração de menos de 10 minutos, a sessão foi esvaziada, contou com a presença de três parlamentares e teve apenas uma fala: a de Pereira.

As sessões de promulgação de PECs costumam ter participação de pelo menos um dos chefes de uma das Mesas Diretoras do Legislativo. Não é obrigatório haver um ato público, mas, de acordo com aliados de Pacheco, a reunião foi uma forma de acenar aos presidentes dos partidos que cobravam a aprovação da PEC.

As polêmicas em torno do texto, que chegou a ter a tramitação suspensa no ano passado na Câmara em função da repercussão negativa, contribuíram para a ausência de Lira e Pacheco.

Um dos poucos a participar da sessão, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) fez uma brincadeira de que, "de tão cheio, foi difícil achar lugar em plenário". Questionado sobre o motivo do esvaziamento, ele alegou ter sido em função do período eleitoral.

Além do perdão das dívidas, a PEC cria um programa de refinanciamento de dívidas das legendas e dá aval para a utilização de recursos do fundo partidário para pagar multas eleitorais. Prevê, ainda, a extensão do perdão das multas aplicadas contra as siglas em processos de prestação de contas eleitorais.

A PEC também inclui na Constituição a obrigatoriedade de os partidos repassarem 30% dos recursos do fundo eleitoral para financiar campanhas de candidatos negros. Essa regra passará a valer já para este ano.

Até a data da promulgação, repasses serão validados ainda que descumpram as regras da PEC.

Lula e líderes reúnem-se por pauta e distensão

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve receber na segunda-feira os líderes dos partidos da base aliada na Câmara dos Deputados para uma reunião com o objetivo de discutir a pauta do segundo semestre e tentar melhorar as relações com os parlamentares. O encontro ocorre uma semana após o petista se encontrar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que pressionava o governo a agir contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução das emendas parlamentares ao Orçamento.

O convite para o encontro com o presidente foi feito na quinta-feira pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), e a maioria dos líderes de partidos da base já confirmou presença, como Elmar Nascimento (União-BA), Antonio Brito (PSD-BA), Odair Cunha (PT-MG), doutor Luizinho Teixeira (PP-RJ), Isnaldo Bulhões (MDB-AL) e Hugo Motta (Republicanos-PB). A reunião deve ocorrer às 17h de segunda-feira.

Segundo apurou o **Valor**, Lula pretende conversar com os deputados sobre as votações prioritárias do segundo semestre. Um dos pontos é a segunda etapa da regulamentação da reforma tributária, o projeto de lei que cria o comitê-gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que ficou travado por um impasse entre Câmara e Senado sobre a urgência do primeiro texto (que estabelece as regras de funcionamento do novo sistema). Este primeiro projeto já foi aprovado pelos deputados em julho, mas os senadores pressionam o governo a retirar o requerimento de urgência para possam vota-lo apenas em novembro sem que a pauta do Senado fique trancada.

Além disso, o presidente deve pedir apoio a outros projetos da agenda econômica, como o programa "Acredita", com medidas para estímulo à concessão de microcrédito para empreendedorismo. A medida provisória (MP) sobre este tema perdeu a validade na terça-feira sem ter sido votada. A Câmara só deve fazer mais duas semanas de votações até o primeiro turno das eleições municipais, em outubro.

No encontro, Lula também deve conversar com os deputados sobre o acordo fechado entre Câmara, Senado, governo e STF para adotar regras de mais transparência para as emendas parlamentares e mudar o uso das emendas de bancadas estaduais e de comissão. Pelo combinado entre os Poderes, esses recursos precisarão ser destinados para "projetos estruturantes" ou de "interesse nacional".

Moraes manda apreender celular de ex-assessor

Isadora Peron e Flávia Maia
De Brasília

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a apreensão do celular e outros dispositivos eletrônicos do seu ex-assessor Eduardo Tagliaferro, que foi chefe do órgão responsável pelo combate à desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na decisão, Moraes afirmou que Tagliaferro se negou a entregar o aparelho à Polícia Federal (PF) durante o depoimento que prestou nesta quinta-feira (22). Procurado após a determinação do magistrado, o ex-assessor afirmou que entregou o aparelho.

Na quarta-feira (21), Moraes determinou a abertura de um inquérito para apurar o vazamento de mensagens, após o jornal "Folha de S.Paulo" começar a publicar, na semana passada, reportagens que questionaram seus métodos à frente de investigações da Corte. Nessa quinta, ele decidiu retirar o sigilo do inquérito.

Uma das suspeitas é que as mensagens tenham sido extraídas do celular de Tagliaferro, que era chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação.

As matérias mostram que o órgão do TSE foi usado fora do rito formal para levantar informações sobre pessoas investigadas em inquéritos no Supremo, especialmente aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Tagliaferro foi demitido do TSE no dia 9 de maio de 2023, após ser preso acusado de violência doméstica e disparo de arma de fogo.

Em seu depoimento, o ex-assessor de Moraes negou participação no vazamento e disse que teve o celular apreendido pela Polícia Civil na ocasião. Durante a oitiva, porém, ele afirmou que não se sentia confortável em entregar e disponibilizar o seu aparelho telefônico sem uma expressa ordem judicial. A PF, então, apresentou um pedido de busca e apreensão, que foi atendido por Moraes. A diligência teve o aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

A defesa de Tagliaferro afirmou que foi surpreendida com a decisão de Moraes. Ao **Valor**, o advogado Eduardo Kuntz disse não concordar com a medida e apontou que Tagliaferro é uma "testemunha" do caso. Para ele, trata-se de "mais uma situação em que, com todo o respeito, houve abuso de autoridade". "O excesso de poder salta aos olhos."

Moraes determinou a abertura do inquérito com base em notícias da imprensa que levantam a suspeita do envolvimento da polícia paulista no vazamento. A deputada Carla Zambelli (PL-SP) também é citada. A hipótese é que as informações foram tornadas públicas com o objetivo de distorcer informações para obstruir a Justiça.

Em nota, a Polícia Civil afirmou que instaurou um procedimento na corregedoria da instituição para apurar eventual envolvimento de um agente no vazamento de informações citadas pelas reportagens.

Já a deputada negou relação com o caso. "Reforço que não tenho nenhuma ligação com os envolvidos no caso e desconheço qualquer operação que tenha levado ao ocorrido", disse.

Comandante do Exército queixa-se de falta de recursos

Renan Truffi
De Brasília

Diante de um quadro de restrições orçamentárias, o comandante do Exército brasileiro, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, defendeu na quinta-feira (22) a "necessidade imperiosa" de adquirir mais helicópteros, blindados e mísseis, durante cerimônia em razão do Dia do Soldado, que teve a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Esse espírito perseverante e de doação integral à carreira é mantido incólume, mesmo sob os efeitos das restrições orçamentárias que atingem a todos. Apesar disso, não nos descuidamos da imperiosa necessidade de mais helicópteros, de mais blindados e de mais mísseis, meios militares imprescindíveis, que foram adquiridos de forma responsável e transparente e foram agregados à dotação de material da Força, aumentando nossa capacidade de cumprimento de missão", disse.

Não foi a primeira vez que o comandante do Exército cobra mais recursos para custeio e investimento diante de Lula. Em março deste ano, o general fez cobrança semelhante em outra solenidade, a do Dia do Exército. O ministro da Defesa, José Múcio, também estava presente no evento e ouviu o mesmo recado.

Em sua fala, o general também defendeu que os soldados do Exército estão "em plenas condições" de exercer missões inerentes à defesa civil após a "saída das fileiras do Exército". A declaração foi dada em meio ao debate sobre a manutenção das regras de aposentadoria dos militares, que possuem benefícios diferentes relação aos civis, outro tema relacionado às contas públicas. Sobre isso, o comandante defendeu que os militares possuem características de trabalho diferentes porque atuam com "disponibilidade permanente".

"Esse grande contingente, que aprende verdadeiras lições de cidadania e civismo nas unidades militares, está em plenas condições de exercer as missões inerentes à defesa civil, após a saída das fileiras do Exército. Porém, enquanto estão no serviço ativo, os soldados da Pátria, junto aos nossos irmãos, marinheiros e aviadores, trabalham com disponibilidade permanente e dedicação exclusiva para defender o Brasil, salvaguardando sua soberania e protegendo seu povo, nosso maior patrimônio", argumentou.

Neste mesmo sentido, o comandante do Exército destacou o papel dos militares da tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul e nas operações que buscam coibir o garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami (TIY).

"Há soldados na selva, prevenindo e reprimindo as atividades de garimpo ilegal e protegendo os nossos irmãos Yanomamis. Essa ação, que é sinérgica com inúmeras agências governamentais, já proporcionou a redução de 80% da atividade ilícita, um resultado tangível altamente expressivo", mencionou.

Além de Lula, participaram da cerimônia diversas autoridades, como o presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, e os ministros Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, que também ocupam uma cadeira na Corte. Durante a solenidade, Lula entregou a "Medalha do Exército Brasileiro" para três militares atletas medalhistas nos os Jogos Olímpicos de Paris.

Venezuela Decisão, de acordo com opositores, expõe os vínculos da Justiça do país com o governo; magistrada diz que não cabe recurso

Corte ignora acusações de fraude e ratifica reeleição de Maduro

Reuters, de Caracas

O Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Venezuela ratificou ontem a vitória do presidente Nicolás Maduro nas eleições presidenciais de 28 de julho — selando o apoio institucional ao partido governista e desconhecendo as consistentes suspeitas de fraude denunciadas pela oposição.

Desde a votação e os protestos contra o governo que se seguiram, Maduro conduziu o que a oposição, grupos de defesa dos direitos humanos e sindicatos caracterizaram como brutal repressão à dissidência.

As ações incluíram cerca de 2.000 prisões — de figuras destacadas da oposição a manifestantes anônimos —, uma investigação sobre líderes oposicionistas por eles supostamente terem incitado os militares a cometerem crimes, Além da aprovação de uma lei que endurece as regras para as organizações não governamentais (ONGs).

O STJ disse ter retificado o resultado eleitoral que favoreceu Maduro após "analisar o material da autoridade eleitoral", o Conselho Nacional Eleitoral (CNE). A presidente do tribunal, Caryslia Rodríguez, disse que o STJ concorda com a conclusão de que Maduro venceu as eleições e acrescentou que "nenhuma outra parte pode apelar da decisão".

"Os resultados da eleição presidencial de 28 de julho anunciados pelo CNE, em que Nicolás Maduro foi eleito presidente da república, estão validados", disse Rodríguez.

A autoridade eleitoral disse já na noite da eleição que Maduro tinha conseguido mais da metade dos votos, embora não tivesse divulgado as atas com a contagem completa dos votos. A oposição — liderada por María Corina Machado —, por seu lado, disse que seu movimento tinha contado 83% das atas das urnas eletrônicas. Essa contagem constatou a vitória de seu candidato, Edmundo González, com uma votação expressiva de 67%, enquanto Maduro teria obtido cerca de 30% dos votos.

Único observador internacional independente a acompanhar a eleição, o Centro Carter disse que o processo não foi "nem transparente nem democrático" — contestando os anúncios de vitória por parte de Maduro.

A suprema corte não tem o direito constitucional de realizar nenhuma função eleitoral, o que torna sua decisão nula, segundo disse a oposição. "A soberania está com o povo e é intransferível. Os órgãos do Estado emanam do povo e estão sujeitos à soberania popular", disse González em uma postagem nas redes sociais após a decisão.

Uma cópia da decisão do tribunal será compartilhada com o procurador-geral, segundo disse Rodriguez, para que possa ser incluída em uma investigação criminal que está sendo conduzida sobre as supostas irregularidades ligadas à publicação online de resultados "presumivelmente falsos" das eleições.

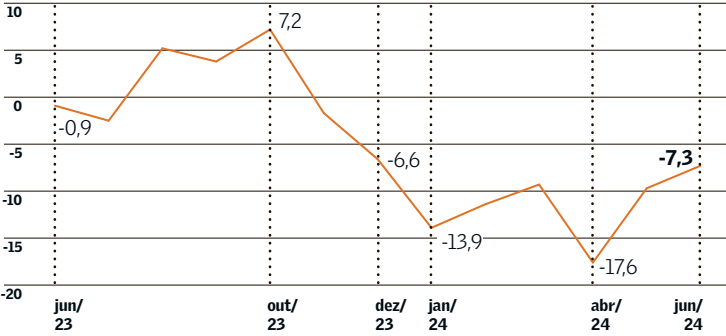
González e Corina Machado, estão sendo investigados por vários crimes que incluem supostamente apelar às Forças Armadas por um golpe de Estado.

Muitos países ocidentais vêm pedindo a divulgação completa e transparente dos resultados, enquanto Rússia, China e outros parabenizaram Maduro por sua vitória. O Brasil e a Colômbia tentaram mediar um acordo entre o governo e a oposição que incluia a realização de nova votação — proposta que foi prontamente rejeitada pelo governo e pela oposição.

ARIANA CUBILLOS/AP

Presidente do STJ, Caryslia Rodríguez (no centro), lê sentença validando resultado eleitoral rejeitado pela oposição

Vendas de supermercados na Argentina
Evolução na base anual em %

jun/23				out/23		dez/23	jan/24			abr/24		jun/24
-0,9				7,2		-6,6	-13,9			-17,6		-7,3

Fonte: Indec. Elaboração: Valor Data

Venda em supermercados volta a cair na Argentina

Luiza Palermo
De São Paulo

As vendas nos supermercados da Argentina caíram mais uma vez em junho, informou ontem o relatório atualizado do Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec), refletindo a perda do poder de compra dos salários devido à persistente inflação no país

Em junho deste ano, o índice de vendas totais caiu 7,3% em relação ao mesmo mês de 2023, representando o oitavo mês consecutivo em queda no setor desde novembro do ano passado e um número similar ao de dezembro.

No acumulado de janeiro a junho de 2024, o índice apresentou uma variação decrescente de 11,6% em relação ao mesmo período de 2023. Enquanto isso, a série dessazonalizada permaneceu praticamente inalterado, com uma variação próxima de zero em relação ao mês anterior.

Os analistas ressaltam que o resultado da queda vem à medida que os salários perdem o poder de compra por conta da inflação no país, que ficou em 4% em julho e continua elevada em termos anuais, em 263,4% — o que ainda a torna a mais alta do mundo.

"Os salários na Argentina, em junho, ainda estão, em média, 11% abaixo dos níveis de novembro de 2023. O governo concedeu aumentos, mas com muita heterogeneidade. Isso explica muito da queda no consumo, não apenas em supermercados, mas em todos os setores", diz Juan Pablo Ronderos, sócio da consultoria MAP.

O economista da Orlando J. Ferrerés & Asociado, Nicolas Alonzo, explica que as vendas dos supermercados são uma métrica do consumo no país e podem estar relacionadas com a atividade econômica, que fechou o 1º semestre em queda de 3,2%.

"A variável deixou de cair, mas ainda não mostra uma recuperação. De acordo com o índice, estamos 10% abaixo dos níveis de consumo anteriores à desvalorização [do peso] de dezembro. E continuamos 'navegando' no mesmo nível que em dezembro", afirma Alonzo.

O Indec também divulgou ontem o relatório atualizado com os dados do varejo, que revelou que o índice de vendas totais a preços constantes (vendas a valor real) teve um leve aumento de 0,7% em junho deste ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Eleição nos EUA Conversas durante convenção do partido e em Washington citam políticos já testados de governos Obama e Biden

Democratas já cogitam nomes para possível governo Kamala

Andrew Restuccia, Tarini Parti, Alexander Ward e Annie Linskey
Dow Jones, de Chicago

Nas festinhas paralelas e em conversas reservadas nos bastidores da Convenção Nacional Democrata — que se encerraria ontem, após quatro dias de discursos e conversas políticas em Chicago —, os participantes buscam descobrir uma questão crucial em jogo: quem Kamala Harris vai contratar se vencer?

Assessores de Kamala repetem que é cedo demais para começar a especular sobre os nomes de destaque que iriam formar seu gabinete e ocupar posições de alto escalão na Casa Branca. Isso não tem impedido as ambiciosas figuras influentes nos corredores políticos de Washington de atuarem na briga por cargos e de fazer lobby discretamente para amigos e aliados.

A agência Dow Jones fez uma lista preliminar de nomes que surgiram em conversas com democratas de alto escalão tanto em Chicago quanto em Washington. Os assessores da candidata deram os primeiros passos para formar uma equipe de transição que supervisionará a triagem de nomes e outros preparativos para um possível governo Kamala, embora a equipe só deva tomar decisões sobre nomeações após a eleição.

Casa Branca

Um dos papéis mais importantes na Casa Branca é o de chefe de gabinete. Os possíveis candidatos a esse cargo incluem Minyon Moore, aliada de Kamala que está organizando a convenção desta semana; o ex-secretário do Trabalho Marty Walsh, que se tornou amigo de Kamala quando trabalharam juntos no governo Joe Biden; o ex-deputado Cedric Richmond; Lorraine Voles, atual chefe de gabinete de Kamala; e Eric Holder, que foi procurador-geral durante o governo de Barack Obama.

O time inclui Brian Nelson, ex-funcionário do Departamento do Tesouro; Mike Pyle, ex-assessor de Kamala; o ex-diretor do Conselho Econômico Nacional Brian Deese; um ex-assessor econômico de Biden, Gene Sperling; Deanne Millison, principal assessora econômica de Kamala; e Rohini Kosoglu, ex-assessora de política interna.

Emmy Ruiz, ex-assessora da campanha presidencial de Kamala em 2020 e importante estrategista política na Casa Branca, também deve ocupar uma posição de destaque caso Kamala vença.

Política interna e econômica

Para o Tesouro, Kamala poderia considerar Wally Adeyemo, atual vice-secretário da chefe da pasta Janet Yellen, além de Nelson. A secretária de Comércio, Gina Raimondo, também é citada como interessada em comandar o Tesouro, e Don Graves, vice de Raimondo, é um possível candidato a chefiar a pasta de Comércio. Raimondo é considerada um nome de fácil confirmação no Senado, já que ela provavelmente teria o apoio de alguns republicanos.

O nome da senadora Laphonza Butler (democrata, Califórnia), que liderou o maior sindicato de trabalhadores de assistência domiciliar e de lares de idosos da Califórnia, foi aventado para a Secretaria do Trabalho.

Neera Tanden, diretora do Conselho de Política Interna de Biden e figura-chave durante a aprovação da Lei de Assistência Médica Acessível [o Obamacare], é vista como candidata para liderar o Departamento de Saúde. Kavita Patel, ex-funcionária da Casa Branca de Obama, pode ser candidata a um cargo sênior no mesmo órgão. Nadine Burke Harris, que foi cirurgiã-geral da Califórnia, pode ficar com o cargo federal homólogo.

Kamala construiu relações com executivos e líderes empresariais, organizando jantares privados com eles na residência oficial dos vice-presidentes. Ela pode trazer alguns desses executivos para o governo.

Blair Effron, cofundador do banco de investimento Centerview Partners, foi discutido por democratas como possível candidato a secretário do Tesouro ou do Comércio. Kamala também é próxima do ex-executivo do setor de tecnologia Charles Phillips, copresidente da organização de líderes empresariais negros Black Economic Alliance; do presidente da Microsoft, Brad Smith; e de Ken Chenault, ex-executivo-chefe da American Express. Chenault discursou na convenção desta semana, o que alimentou especulações de que poderia estar na fila para um cargo de alto escalão.

Rahm Emanuel, embaixador de Biden no Japão e ex-chefe de gabinete da Casa Branca no governo Obama, é outra possibilidade para a pasta do Comércio, em particular se Kamala considerar que o departamento deve desempenhar papéis maiores nos assuntos internacionais, como os de contrabalançar a China e de fortalecer as cadeias de suprimentos da economia. O governador de Illinois, J. B. Pritzker, também é citado como interessado em algum cargo.

Secretaria de Justiça

Kamala, uma ex-promotora, provavelmente dedicará grande interesse à escolha dos advogados que vão comandar o Departamento de Justiça e o Gabinete de Assessoria Jurídica da Casa Branca.

Os possíveis candidatos para esses cargos incluem o ex-senador Doug Jones (democrata, Alabama); Sally Yates, ex-vice-procuradora-geral da gestão Obama; e Vanita Gupta, primeira mulher não branca a ser procuradora-geral adjunta dos EUA. Outros nomes aventados para o Departamento de Justiça ou o Gabinete de Assessoria Jurídica incluem Kristine Lucius, assessora de Kamala e ex-chefe da Comissão Judiciária do Senado; Karen Dunn, que ajudou Kamala a se preparar para seus debates; e Josh Hsu, ex-assessor jurídico de Kamala.

Segurança Nacional

Phil Gordon, assessor de segurança nacional de Kamala, seria forte candidato a assumir a chefia da área se ela ganhar a presidência. Pessoas do governo atual e anteriores dizem que o especialista em Europa e Oriente Médio serviu bem à vice-presidente, ajudando o seu gabinete a ficar alinhado com a equipe de Biden. Ele participou das recentes reuniões na chamada Sala de Crise da Casa Branca sobre as negociações de cessar-fogo entre Israel e Hamas e um possível ataque iraniano a Israel.

O senador Chris Murphy (democrata, Connecticut) foi mencionado como um possível candidato a secretário de Estado. Ele e Kamala mostraram alinhamento em muitos assuntos durante o período que compartilharam no Senado. Eles continuam a se falar com regularidade, segundo assessores da Casa Branca, trocando informações sobre imigração e os acontecimentos no Triângulo Norte da América Central [Honduras, El Salvador e Guatemala].

Tom Nides, que já teve um cargo de alto escalão no Departamento de Estado e foi embaixador em Israel, também é cogitado como possível candidato a uma posição na segurança nacional.

O diretor da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês), William Burns, pode ser considerado para o cargo de secretário de Estado, escolha que daria a Kamala alguma conexão com o governo Biden.

O senador Chris Coons (democrata, Delaware), amigo próximo de Biden, era visto como um dos principais candidatos para secretário de Estado. O assessor de segurança nacional Jake Sullivan, o secretário de Estado, Antony Blinken, e o secretário de Defesa, Lloyd Austin, provavelmente não seriam mantidos nos cargos, segundo integrantes do governo.

Kennedy Jr. avalia desistir e apoiar Trump, diz agência

STEFAN JEREMIAH/AP

A ponto de abandonar sua candidatura como independente à Casa Branca, Robert F. Kennedy Jr. (foto) quer um acordo com o ex-presidente do EUA Donald Trump, informou ontem um dirigente de um comitê de arrecadação do republicano à agência Reuters. Pelo acordo, ele passaria a apoiar o republicano em troca de um cargo em um possível governo Trump. Outros republicanos e o próprio Kennedy — filho de Robert Kennedy e sobrinho do ex-presidente John F. Kennedy, ambos liberais e assassinados nos anos 60 — evitaram confirmar existência de um acordo, mas Trump disse que ficaria "honrado" com o apoio. A candidatura de Kennedy Jr., que se mostrou ativista antivacina e defensor de valores ligados a ultraconservadores, nunca passou dos 5% das intenções de voto e nunca arrecadou doações em volume suficiente para cobrir os custos de sua campanha. A expectativa era a de que ele anunciasse sua saída da disputa presidencial ainda ontem.

Pergunte aos dados

César Felício

Kamala foca estratégia em liberdades individuais

Em uma pré campanha presidencial de apenas 30 dias, a vice-presidente dos Estados Unidos Kamala Harris entrou na corrida eleitoral pelo Partido Democrata com um discurso muito encaixado, o que surpreende diante do atabalhoado processo de sua escolha, que se encerraria ontem com o encerramento da convenção da sigla. Embalada por "Freedom"! sucesso de Beyoncé de 2016, a mensagem central de Kamala é bandeira das liberdades individuais, discurso que vem sendo apropriado pela direita radical no mundo todo.

O presidente Joe Biden, que desistiu da candidatura em 21 de julho, centrava sua fala em um discurso explicitamente anti-Donald Trump. Fazia uma campanha negativa, desenhando um cenário de fim da democracia no primeiro dia de um eventual governo do ex-presidente republicano. Kamala adota um tom mais propositivo, ainda que a convenção do Partido Democrata em Chicago não tenha deixado dúvidas de que o ataque a Trump permanece sendo um dos pilares da sigla na luta para manter a Casa Branca. Mas não é o único.

Nas últimas semanas, Trump pareceu ter dificuldades de encontrar o tom contra Kamala. Sua primeira tentativa , que foi a de insinuar que a vice-presidente era uma candidata DEI (Diversity,Equity and Inclusion), algo como uma cotista, talvez tenha produzido um engajamento maior no processo eleitoral dos segmentos em que os democratas são mais fortes, como o das mulheres e o de não-brancos.

Trump foi além: na conferência de jornalistas negras em 31 de julho, em Chicago, o ex-presidente afirmou que não sabia se Kamala era de fato uma mulher negra, ou se na realidade era indiana. A vice-presidente é filha de um economista jamaicano, David Harris, e de uma cientista indiana, Shyamala Gopalan, mas nasceu em Oakland, Califórnia, e sempre se identificou como negra. Não ficou por aí: na mesma conferência, afirmou que imigrantes clandestinos obtinham nos Estados Unidos o que chamou de "black jobs" (empregos para negros, ou empregos negros, a depender do que Trump quis dizer. Instado a se explicar pelas entrevistadoras, o ex-presidente se esquivou). A ex-primeira dama dos Estados Unidos Michelle Obama explorou o passo em falso na convenção democrata. Disse que a presidência dos Estados Unidos talvez fosse um "black job".

O vice na chapa de Trump, o senador por Ohio J.D. Vance, também optou por fazer considerações de caráter pessoal ao atacar Kamala, referindo-se às "childless cat ladys", ou mulheres sem filhos criadoras de gatos. Kamala não tem filhos biológicos.

Com esse coquetel de racismo e misoginia, Trump ao menos por ora não explorou um de seus pontos fortes: a agenda anti-imigração e suas propostas na área da economia, que atacam dois pontos que preocupam bastante o eleitorado americano e onde se faz uma avaliação muito severa dos resultados obtidos na gestão de Biden. No caso da imigração, com participação direta de Kamala. O ex-presidente republicano ainda aprofundou o flanco em relação ao eleitorado feminino, já acentuadamente inclinado para os democratas, depois que a Suprema Corte revogou a decisão "Roe vs. Wade" e permitiu que Estados possam estabelecer restrições ao aborto legal, ou mesmo interditá-lo. Nos Estados Unidos há uma maioria a favor do aborto.

Aplainou-se o caminho para Kamala, ao menos em seus primeiros movimentos, não ser confrontada com a alta da inflação que comprometeu a avaliação do governo Biden na Economia. O impacto desse fator na eleição americana, de todo modo, parece estabilizado, depois de um primeiro semestre de deterioração, de acordo com levantamentos recentes.

César Felício é repórter especial de Política em Brasília
E-mail cesar.felicio@valor.com.br

Preocupação com o bolso se estabiliza

Americanos que veem economia como tema prioritário (em %)

ago/2023	set	out	nov	dez	jan/2024	fev	mar	abr	mai	jun	jul
31	34	38	33	32	34	30	30	36	36	36	33

Fonte: Gallup

Autoridades de Taiwan visitaram EUA

Demetri Sevastopulo
Financial Times, de Washington

As principais autoridades de política externa de Taiwan fizeram uma viagem secreta à área metropolitana de Washington para conversas com os EUA, a primeira visita deste tipo desde que o presidente Lai Ching-te assumiu em maio.

O ministro das Relações Exteriores, Lin Chia-lung, e Joseph Wu, conselheiro de segurança nacional de Taiwan, viajaram para as negociações conhecidas como "canal especial", de acordo com várias pessoas familiarizadas com a visita.Os EUA e Taiwan mantêm as conversas por este canal há anos, mas sua existência foi divulgada pela primeira vez pelo Financial Times em 2021, quando os dois lados, incluindo Wu, que era então ministro das Relações Exteriores, se encontraram em Maryland.

O canal é visto como uma rara oportunidade para um grupo maior de altos funcionários de ambos os lados manterem conversas detalhadas.

Sucessivos governos dos EUA mantiveram o canal em segredo para evitar críticas chinesas. Pequim reivindica soberania sobre Taiwan, que mantém um laço não oficial com Washington desde que os EUA normalizaram as relações com a China em 1979.

O último contato do tipo foi feito em fevereiro de 2023, quando Wu e Wellington Koo, então conselheiro de segurança e hoje ministro da Defesa, se encontraram do lado americano, no norte da Virgínia. Segundo uma prática de longa data, o ministro das Relações Exteriores e o ministro da Defesa de Taiwan não podem entrar no Distrito de Columbia, então os contatos são feitos sempre na área metropolitana de Washington.

Itália confirma morte de Lynch

Agências Internacionais

As autoridades italianas confirmaram ontem que o corpo do empresário britânico Mike Lynch foi recuperado dos destroços do iate Bayesian e identificado, três dias após naufrágio na costa da Sicília.

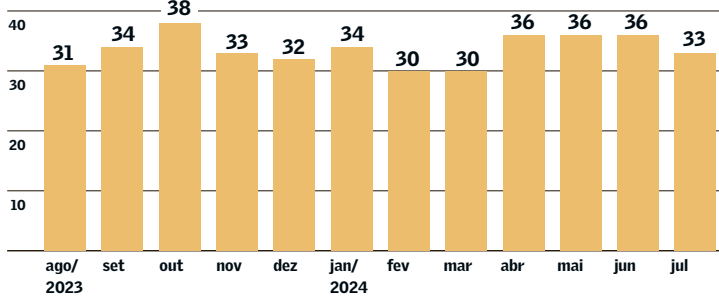
Seis pessoas, incluindo Lynch e sua filha de 18 anos, Hannah, estavam desaparecidas desde segunda-feira, quando o Bayesian afundou em meio a uma tempestade perto de Palermo.

Mergulhadores que atuam nos destroços da embarcação em busca dos desaparecidos encontraram cinco corpos na quarta-feira e continuam as buscas por um sexto passageiro desaparecido, que, segundo a guarda costeira italiana, é uma mulher.

Isso sugere que os outros corpos recuperados provavelmente incluem Christopher Morvillo, do escritório de advocacia Clifford Chance, e Jonathan Bloomer, presidente do Morgan Stanley, que também estavam a bordo do Bayesian quando o iate afundou. Suas esposas, Neda Morvillo e Judy Bloomer, também estavam no navio.

Nenhuma identificação formal dos corpos foi anunciada pelas autoridades locais.

A viagem no iate Bayesian tinha sido planejada para celebrar a recente absolvição de Lynch de acusações de fraude empresarial nos EUA, após ficar em prisão domiciliar por um ano. Morvillo representou Lynch em seu recente caso nos EUA, e Bloomer compareceu ao julgamento como testemunha da defesa.

A esposa de Lynch, Angela Bacares, foi uma das 15 pessoas resgatadas nas primeiras horas de segunda-feira. O corpo de um membro da tripulação também foi recuperado no mesmo dia.

Valor ECONÔMICO

Uso político de fundos de pensão e agências terá maus resultados

O governo Lula promoveu reformas vitais para o país, como a tributária, mas, ao mesmo tempo e com frequência, se engaja em retrocessos, ameaçando reeditar políticas fracassadas do passado. Desde que assumiu a Presidência pela primeira vez, em 2003, ele critica as agências reguladoras — órgãos de Estado, não de governos — por sua demasiada independência. Na quarta-feira, emitiu um decreto que levanta os temores de que pode mais uma vez tentar enquadrá-las. O presidente reuniu-se também na quarta com os fundos de pensão estatais para discutir formas para que possam investir seus recursos no novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O velho PAC deixou milhares de obras inacabadas e um legado de corrupção e prejuízos para as fundações, que tiveram de ser cobertos pelos cotistas. Não há qualquer garantia de que o novo programa será mais virtuoso que o anterior.

As agências reguladoras são independentes e foram criadas em 1997, quando deslanchou o processo de privatização das estatais, no governo Fernando Henrique Cardoso. Lula quis trazê-las de volta para o seio do Executivo e subordiná-las aos ministérios, mas nunca teve sucesso. Em 2007 tentou aprovar a Lei Geral das Agências Reguladoras, que não prosperou no Congresso. Continua descontente até hoje. Em decreto publicado no Diário Oficial, o governo tenta revisar a regulação geral, com a "Estratégia Regula Melhor", no âmbito do Pró-reg, criado em outubro passado. O governo nega com veemência que seu objetivo seja subjugar os entes reguladores.

Como raramente há coincidências na política de Brasília, o presidente Lula, em reunião ministerial no dia 8, disse que as agências foram loteadas por interesses empresariais no governo Bolsonaro e que estão servindo aos desígnios das grandes empresas, não dos usuários. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, fez coro na semana seguinte, ao dizer que quem ganhou as eleições tem o direito de formular políticas públicas e que as agências boicotam o poder público porque a maioria de suas diretorias foi escolhida no governo Bolsonaro.

Silveira, cujo documento encaminhado ao governo antes da posse, para averiguação de conflitos de interesses, foi declarado sigiloso por 100 anos, desentendeu-se com a Aneel, agência de energia, e ameaçou-a de intervenção. Foi uma manifestação inócua: o ministro simplesmente não tem poderes legais para isso.

O presidente Lula e alguns ministros querem apensar as agências aos ministérios. A perda de independência obrigaria os reguladores a seguirem orientações frequentemente políticas, não técnicas, dos governos de turno, e os pilares da regulação — confiabilidade, previsibilidade, estabilidade das regras — seriam destruídos. Como é sabido que da qualidade da regulação depende a atração de investimentos, o governo não terá nada a ganhar e muito a perder com isso.

O que está em jogo é o poder político, expresso na quantidade de cargos que poderão ser divididos entre partidos da disforme base governista. O processo de loteamento das agências se iniciou nos governos petistas e continua agora, atendendo ao apetite sempre desperto das legendas do Centrão. Vale mais a influência política, que tende a se refletir na consecução de interesses particulares, do que a preocupação com regras técnicas e regulação justa.

Limitar a independência das agências pode ter consequências muito desastrosas para o país, que teve uma experiência prática sobre o tema. Se a Anvisa, durante a pandemia, não fosse independente e não tivesse assegurado que iria vacinar menores de 12 anos contra a covid-19, apesar das ameaças, desafios e calúnias do então presidente Jair Bolsonaro, que queria impedi-la, possivelmente as mortes seriam em maior número do que as 700 mil registradas.

O presidente Lula se reuniu com Funcef (fundo da Caixa Econômica Federal), Petros (Petrobras), Previ (Banco do Brasil) e Postalis (Correios), quatro dos maiores fundos de pensão estatais, para que invistam em obras do PAC, por meio de ampliação do leque de investimentos permitidos. Esses fundos tiveram prejuízos e estiveram envoltos em corrupção, objeto da Operação Greenfield, em 2015. Os Fundos de Investimentos em Participações eram veículos para isso. Previ, Funcef e Valia (Vale) perderam dinheiro, por exemplo, com o FIP Sondas, da Sete Brasil, companhia escolhida para produzir mais de duas dezenas de plataformas para a Petrobras e que faliu ruidosamente depois. No novo cardápio de aplicações estariam as debêntures de infraestrutura (O Globo, ontem).

A experiência de pouco atrás francamente desaconselha a atração dos fundos. "O histórico recente da participação dos fundos estatais em iniciativas apoiadas pelo governo é trágico", diz Marcos Mendes, pesquisador do Insper. Como entidades privadas, têm de proteger o patrimônio de seus cotistas e garantir-lhes a melhor rentabilidade com segurança. O governo em geral não é um bom assessor financeiro. "Investimentos que focam em agendas políticas são inconcebíveis", afirma Geraldo Ferreira, conselheiro independente de empresas. "Os resultados já conhecemos e os cotistas sofreram muito no bolso" (Valor, ontem).

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep.
Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda
Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização
Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações
Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados
Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Os custos da nova era de políticas industriais superarão os benefícios. Por **Carlos Primo Braga**

Política industrial, miragem ou solução?

LITTLEVISUALS POR PIXABAY

Crises macroeconômicas e a pandemia, em paralelo com crescentes fricções geopolíticas, têm contribuído para um novo interesse em resiliência econômica e políticas industriais. O número de intervenções associadas com políticas industriais aumentou de menos de 500 por ano em 2010 para cerca de 2000 em 2023 e as novas intervenções no primeiro semestre de 2024 sugerem que esse recorde será superado nesse ano.

Existem muitas definições sobre o que pode ser caracterizado como uma política industrial. Em essência, o termo se refere a ações governamentais que têm o objetivo de influenciar a composição de atividades econômicas.

A taxonomia de políticas industriais inclui: políticas de caráter horizontal, aplicadas de uma forma ampla, independentemente de localização geográfica, tipo de atividade ou característica tecnológica (por exemplo, créditos fiscais para atividades de P&D); políticas verticais com um alvo setorial específico (como subsídios para empresas que promovem energia renovável); políticas com foco na oferta (como os subsídios a favor de certas localizações ou tecnologias) e políticas com foco na demanda (por exemplo, compras governamentais).

O interesse pela implementação de políticas industriais não chega a ser uma novidade. Na América Latina, a estratégia de industrialização por substituição de importações marcou as primeiras décadas pós-Segunda Guerra Mundial. Nos EUA, políticas com foco em missões tecnológicas (como a Defense Advanced Research Projects Agency, DARPA, criada em 1958 e que gerou o sistema percussor da Internet e o programa espacial Apolo) são casos de apostas bem-sucedidas. Na Europa, o apoio governamental foi fundamental para que a Airbus se tornasse uma empresa líder na indústria aeronáutica. E os esforços de industrialização com base em exportações dos países asiáticos oferecem outros exemplos de políticas industriais impactantes.

Com o passar do tempo, porém, uma visão mais crítica dos resultados dessas intervenções começou a atrair atenção. De uma perspectiva teórica, críticas dos adeptos da Escola Austríaca enfatizavam dúvidas sobre a capacidade de políticos e burocratas de terem as informações necessárias para orientar essas políticas de uma forma mais eficiente do que os sinais econômicos gerados pelo mercado. Além disso, a proliferação de distorções microeconômicas e a "captura" de instrumentos de política por lobbies setoriais foram apontados como incentivos à corrupção e a uma alocação ineficiente de recursos econômicos.

A onda política conservadora desencadeada pelos governos Reagan nos EUA e Tatcher no Reino Unido contribuiu para a queda da popularidade de políticas industriais na década de 80. Essa tendência foi reforçada pela influência do Consenso de Washington (com sua ênfase em liberalização comercial, desregulamentação e privatização) que se tornou o dogma econômico predominante nos anos 90.

A Crise Financeira Global (2008-09) e a crise da zona do euro (2009-14) levaram governos e bancos centrais a adotarem uma série de medidas contracíclicas na maioria dos países do G20. Taxas de juros diminuíram significativamente e intervenções para evitar o colapso do setor financeiro e de grandes empresas automobilísticas (a GM e a Chrysler no caso dos EUA) foram adotadas.

Nesse contexto, o interesse por políticas industriais foi reativado não apenas em virtude da necessidade de intervenções contracíclicas para minorar os efeitos recessivos das crises, mas também como consequência do exemplo chinês. A economia chinesa com o seu modelo de crescimento orientado para as exportações e impulsionado por subsídios apresentava um desempenho econômico bem superior ao das economias de mercado nessa época.

Em 2015, a China adotou uma política industrial abrangente com o objetivo de alavancar a competitividade da sua indústria, facilitar a adoção de novas tecnologias e reduzir a dependência da economia com relação a empresas estrangeiras. O Made in China 2025 (MIC 2025) identificou 10 setores prioritários, incluindo tecnologia de informação, automação, novos materiais e energia renovável. Os objetivos do MIC 2025 vêm sendo reafirmados nos últimos anos e a meta final é a de alcançar liderança tecnológica global por volta de 2049.

Em virtude dos altos níveis de poupança da China, a absorção da expansão industrial do país continua a depender do crescimento das suas exportações, gerando tensões crescentes com seus parceiros comerciais. Nesse contexto, a administração Trump (2017-21) adotou uma série de medidas protecionistas incluindo aumentos de tarifas tendo como alvo prioritário importações da China. As tensões geopolíticas alimentadas pelo protecionismo norte-americano e as retaliações chinesas foram magnificadas pelo impacto da covid-19.

A administração Biden (2021-25) não apenas manteve o viés protecionista do governo Trump, mas também iniciou uma nova era de intervenções com ênfase em setores estratégicos. Em 2022, o Inflation Reduction Act (IRA) e o CHIPS and Science Act foram aprovados, oferecendo subsídios e incentivos tributários em paralelo com regras de conteúdo local e restrições às exportações de semicondutores avançados.

O IRA tem entre os seus objetivos contribuir para a redução de emissões de CO_2, promover a adoção de veículos elétricos e reduzir os custos de acesso a remédios. Já o CHIPS Act tem como objetivos centrais recuperar a capacidade manufatureira de semicondutores nos EUA e frustrar a ameaça competitiva da China nessa indústria.

A União Europeia anunciou o seu EU Chips Act com o objetivo de recuperar autonomia estratégica na produção de semicondutores em 2022. E em 2023, adotou o Green Deal industrial com foco na transição energética. Também em 2023, a Coreia do Sul anunciou o K-Chips Act com o objetivo de apoiar a sua indústria de semicondutores.

Esse "tsunami" de políticas industriais vem sendo racionalizado com base em argumentos de segurança nacional, de resiliência de cadeias de produção e com base na necessidade de combater mudanças climáticas. Essa nova era de políticas industriais inclui políticas comerciais protecionistas como resposta ao excesso de capacidade industrial gerado pelas políticas chinesas. Em síntese, essa tendência tem gerado uma dinâmica de tit-for-tat, contribuindo para aumentar tensões geopolíticas e enfraquecer o sistema multilateral de comércio.

Nesse cenário, políticas industriais perseguirão uma miragem inatingível na medida em que os seus custos irão superar os seus benefícios.

Carlos A. Primo Braga é professor associado da Fundação Dom Cabral e ex-diretor de Política Econômica e Dívida do Banco Mundial.

No contrassenso

José Eli da Veiga

Permitir que as futuras gerações possam desfrutar de qualidade de vida comparável à de hoje é o mais severo dos dilemas morais. Uma ambição irrealizável se não for possível superar muitas das adversidades trazidas por oitenta anos de inédita prosperidade. Pois obtida por crescimento econômico tão acelerado quanto cego.

Além da piora de várias desigualdades sociais, os mais negativos retornos da chamada "Grande Aceleração" foram erosões ecossistêmicas. Causadoras do aquecimento global, da perda de biodiversidade e das consequências das colossais poluições, especialmente para a água doce e para os oceanos.

Sem amenizar tais erosões, nenhuma esperança de melhoria das condições de vida poderá surgir. Daí, o pessimismo incitado pelas evidências científicas dos nefastos impactos socioambientais de valorizadíssimos comportamentos coletivos e individuais. Fecham as portas a um mundo que não seja pior que o atual.

Entretanto, não há como excluir a possibilidade de eventual emergência e florescimento de alternativas menos nocivas — e até virtuosas! — para as sociedades e os ecossistemas. Poderá surgir caminho para futuro menos sombrio se a sobriedade for estimulada pela desaceleração das atividades econômicas responsáveis pelos piores prejuízos sociais e ambientais.

O problema é que — mesmo em cenário tão otimista —, ao menos uma tendência se revela indomável: o aumento das temperaturas da superfície da Terra. Seria um grave equívoco supor que sejam passageiras as já recorrentes canículas. Até onde é possível avistar, só vão piorar.

Sim, é verdade que há fortíssima correlação com as emissões de carbono, especialmente as dos combustíveis fósseis. As subidas de temperatura têm sido bem mais rápidas em períodos em que a demanda por petróleo está em ascensão, fazendo o seu preço subir. Só desaceleram em períodos de recessão da economia global.

Então, não parece haver dúvida de que a sorte das futuras gerações dependerá muito da promoção das energias renováveis. Que exigirá a conversão dos escandalosos recursos ainda consagrados a subsidiar as fósseis em incentivos à exploração mais direta da energia solar.

Porém, tão difícil mudança institucional só tornará menos rápidos os futuros aumentos de temperatura. Estancá-los não é algo que — até o momento — possa sequer ser aventado. Ainda menos sonhar com quedas refrescantes. A temperatura é tida como "a exceção catastrófica" nas mais otimistas avaliações estatísticas sobre as tendências econômicas, sociais e ambientais.

A isto deve ser acrescentado o mísero desempenho da governança ambiental global. Por enquanto, mal avançou no âmbito da camada de ozônio. Por mais que se aposte num fim da aceleração iniciada em 1945-1950, o mais provável é que, por muito tempo, os ecossistemas ainda continuem demasiadamente pressionados.

Amplificam-se e sincronizam-se ao aquecimento global, as perdas de biodiversidade, as poluições e inúmeros tipos de lixo, que atiçam conflitos por territórios e recursos naturais, deslocamentos populacionais e deteriorações da saúde.

Até o presente, não é possível saber como a inteligência artificial influenciará as decisões. Em todo caso, a procura por minerais críticos, impulsionada pelas tecnologias de energia renovável, tende a aumentar com rapidez e poderá ter enormes influências na poluição, assim como na segurança alimentar e hídrica.

É grave equívoco supor que sejam passageiras as já recorrentes canículas. Até onde é possível avistar, só vão piorar

Tais pressões estendem-se às profundezas do mar, aos confins da atmosfera e até ao espaço exterior. Mudança crítica que cruza com outros sinais tecnológicos, incluindo o rápido crescimento da atividade espacial e dos detritos orbitais, assim como a possível implantação de tecnologias de Modificação da Radiação Solar (SRM), também conhecida como 'geoengenharia solar'.

Então, nada parece mais determinante das condições de vida de futuras gerações do que a necessidade de direcionar o progresso tecnológico. Por mais complicados que se mostrem os requisitos sociopolíticos de tamanha ambição histórica.

Admitir o contrário — que os avanços tecnológicos sejam ingovernáveis — só pode levar ao fatalismo sobre a impossibilidade de um futuro menos pior. É verdade que, por ora, só se consegue limitar previsíveis estragos das novidades. Mesmo assim, pode estar sendo um aprendizado social para arranjos institucionais respondam ao desafio.

Dois documentos são vivamente recomendáveis a quem se preocupe com o maior dilema moral contemporâneo. Apresentando evidências suficientes para que se pense que o Antropoceno não será inevitavelmente trágico.

Por um lado, a otimista contribuição de Danny Dorling, professor de geografia humana de Oxford — www.dannydorling.org — no livro "SLOWDOWN – The End of the Great Acceleration and Why It's Good for the Planet, the Economy and Our Lives" (Yale U.P.). Apresentando evidências suficientes para que se pense que o Antropoceno não será inevitavelmente trágico.

Por outro, o relatório é o Navigating New Horizons, publicado, em julho de 2024, pelo Programa Meio Ambiente da ONU (UNEP) e já comentado neste mesmo espaço por Ricardo Abramovay (02/08/24). Destacando dezoito sinais de que o mundo está caminhando no contrassenso.

José Eli da Veiga é professor sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP: www.zeeli.pro.br

Fatores populacionais podem ser vento favorável à renda variável. Por **Simon Edelsten**

Como tirar proveito da demografia

Investir em ações é um jogo de longo prazo. Por esse motivo, estou sempre em busca de ventos favoráveis seculares, capazes de proporcionar às empresas que são bem administradas e têm vantagens competitivas um impulso contínuo de crescimento para vencer nesse jogo.

Os fatores demográficos podem ser um desses ventos favoráveis. Nas últimas décadas o crescimento das populações em idade economicamente ativa em países emergentes alimentou um aumento no consumo que beneficiou empresas como Nestlé, Coca-Cola e Yum Brands, a dona do KFC.

Vejamos a China. Nos últimos 50 anos, o número de pessoas entre os 15 e os 64 anos passou de pouco mais de 500 milhões para quase 1 bilhão de pessoas — de 56% para 70% de uma população que foi ficando cada vez maior.

Estatísticos e políticos sempre tiveram tendência a fazer extrapolações a partir dos números em crescimento das populações e, depois, a entrar em pânico. Dessa forma, em 1798, tivemos Thomas "Vamos Todos Morrer de Fome" Malthus; um século depois, a metáfora racista do "Perigo Amarelo"; e hoje, talvez até certo ponto, as preocupações com as mudanças climáticas e o impacto no ambiente e no crescimento da população.

Recentemente, encontrei uma planilha com projeções populacionais da Organização das Nações Unidas (ONU) que eu havia baixado em 2015. Na época, seus técnicos projetavam uma população mundial de 11,2 bilhões em 2100. Hoje, prevê 1 bilhão a menos. Estatísticos vêm precisando reverter suas extrapolações — até drasticamente em algumas áreas. No entanto, se o crescimento populacional é preocupante, a alternativa parece, no mínimo, tão ameaçadora quanto.

Vejamos as taxas de fecundidade, que no Japão e na Itália estão baixas e em queda há 20 anos, mas agora também parecem estar em queda por toda parte. Números do Banco Mundial mostram que em 1963, a fecundidade média mundial chegou a seu ápice, de 5,3 filhos por mulher; agora está em menos de 2,3 — qualquer número abaixo de 2,1 resulta em declínio da população.

Uma grande parte da desaceleração vem de países emergentes. As taxas na Índia caíram de 6 para 2 nesse período. A África Subsaariana segue a mesma trajetória declinante. No Leste da Ásia, a queda foi de 7,5, em 1963, para 1,5, o que indica declínios muito significativos na população.

As taxas de fecundidade estão baixas e em queda há 20 anos. Segundo os dados do Banco Mundial, em 1963, a média mundial chegou ao ápice de 5,3 filhos por mulher. Agora está em menos de 2,3 e qualquer número abaixo de 2,1 resulta em declínio da população

As suposições sobre os porquês dos índices de fecundidade variam. No fim das contas, a fecundidade tende a ser maior quando as pessoas são mais pobres. Cai de acordo com a riqueza e, em particular, com a melhora do ensino e das oportunidades de trabalho para as mulheres. O resultado é que, sem imigração, as populações vão ficar mais velhas e encolher. Um número menor de contribuintes em idade de trabalho precisará sustentar pessoas mais velhas aposentadas.

Para ver as implicações disso, basta visitar o Japão, que há décadas tem uma taxa de fecundidade abaixo do nível de substituição e políticas que evitam a imigração. Há poucos anos, estive em Takayama, uma antiga cidade lindamente preservada na montanhosa prefeitura japonesa de Gifu. Logo ficou claro que ela fora construída para uma população cerca de 25% maior. Havia muitos idosos encantadores, mas bem poucas crianças.

Como explica Paul Morland, em seu recente livro "No One Left" (não sobrou ninguém, em inglês), a população do Japão aumentou para cerca de 100 milhões nos anos 1960 e cairá de volta para esse patamar nos anos 2050. Durante a trajetória ascendente chegou a ter 9 pessoas para sustentar cada aposentado, na descendente, terá apenas 1,5.

Na China, os números do Banco Mundial são ainda mais frios. Daqui a 30 anos, projeta-se que a população de aposentados — 1 em cada 25 em 1974 — terá saltado para 1 em cada 3. Em 2100, cada pessoa trabalhando precisará sustentar um aposentado.

Então, quais as implicações dessas tendências para os investidores em renda variável?

Haverá um conjunto cada vez menor de novos funcionários nos próximos 20 anos ou mais. No Japão, esse grupo demonstrou pouca habilidade em negociar aumentos salariais, mas isso não parece ser o caso no Reino Unido, onde ouço histórias de bancas de advocacia na City londrina, o centro financeiro da cidade, pagando salários iniciais superiores a 100 mil libras esterlinas (US$ 127 mil).

Empresas com poucos funcionários por dólar de receita estarão menos expostas a pressões salariais. E isso nos leva à tecnologia. A Apple, por exemplo, emprega apenas 161 mil pessoas — a produção dos equipamentos é terceirizada. Da mesma forma, a empresa de software Adobe emprega apenas 30 mil pessoas.

O caso atípico no setor de tecnologia é a Amazon, que faz todas as entregas por conta própria. Emprega mais de 1,5 milhão de pessoas no mundo — próximo a empregadores como o Sistema Nacional de Saúde do Reino Unido e o Exército de Libertação Popular da China. Outros varejistas, como os supermercados do Reino Unido, têm grandes números de funcionários e margens de lucro apenas modestas, o que os torna muito sensíveis à pressão salarial.

Isso indica que haverá uma forte pressão econômica pela adoção da automação. A inteligência artificial (IA), sem dúvida, desempenhará um papel, não apenas por meio do ChatGPT e da IA generativa, mas também ao permitir eficiência em outras áreas de uso intensivo em mão de obra, como a de serviços públicos. Empresas como a Accenture, que podem ajudar na adoção de IA dentro das empresas, provavelmente verão uma demanda cada vez maior por seus serviços de assessoria nos próximos anos.

O envelhecimento médio da população alimentará a demanda por assistência médica e a necessidade de ser mais produtivo na prestação desses serviços. As principais empresas na automação da saúde incluem nomes como o laboratório de análises clínicas Danaher, a empresa de gestão de registros de pacientes Cerner, agora pertencente à Oracle, a fabricante de tomógrafos e aparelhos de ultrassom Siemens Healthineers (péssimo nome) e empresas de atividades abrangentes como a Philips Healthcare.

Não posso dizer como qualquer uma dessas empresas se sairá nas próximas semanas, mas elas estão na minha lista de "candidatas à carteira de investimentos" e valem a pena ser consideradas por seu potencial a longo prazo. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Simon Edelsten foi gerente de fundos.

Frase do dia

"Posição difícil para o BC não é ter de subir juros. Posição difícil é inflação fora da meta, que é uma situação desconfortável".

Do diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo

Cartas de Leitores

Colapso da política externa

Permito-me opor ressalvas à tese do jornalista Humberto Saccomandi sobre o tema, publicada em 16 de agosto. Concordo que a situação internacional de hoje é muito pior do que vinte anos atrás, mas a atuação de Lula é pautada pela preocupação com a paz e com a vida. Suas afirmações sobre o genocídio em Gaza, que inicialmente chocaram parte da opinião pública, foram confirmadas ante o tamanho do morticínio; sua defesa da paz na Ucrânia, hostilizada pelas potências ocidentais, faz sentido diante do impasse na guerra. Quanto à Venezuela, há que encontrar uma saída para Maduro deixar o poder, se for confirmado que perdeu as eleições.

Nenhuma dessas posições é insensata ou radical. Podem ter menos apoio no Ocidente do que há duas décadas, mas fazem seu caminho.

Renato Janine Ribeiro
Professor sênior de ética e filosofia política da Universidade de São Paulo

Campos Neto

Foi ótima entrevista que Roberto Campos Neto, presidente do Banco Central concedeu a O Globo na terça-feira.

Num país que passou, de uns tempos para cá, a cultivar a exacerbação das diferenças, da baixaria, do nós contra eles, as colocações feitas por Campos Neto deram-me certeza de que o Brasil tem chance fora de grupelhos, sejam eles de direita, de esquerda ou de centro.

Sendo firme nos seus propósitos técnicos, sem abdicar do diálogo com seus pares, com os poderes constituídos, com os agentes do mercado e com a sociedade, Campos Neto foi muito bem sucedido no exercício do primeiro mandato de presidente do Banco Central independente, e deu ao País a certeza de que a autonomia do Banco Central é irreversível, contribuindo para tornar o Brasil mais institucionalizado e menos fulanizado.

Renato de Carvalho Filho
repacafi@gmail.com

Realismo mágico

A América Latina voltou a viver o realismo mágico.

O Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) da Venezuela ratificou o resultado final do pleito, com a reeleição do ditador Nicolás Maduro, mas proibiu que as atas sejam divulgadas para verificação e auditoria independente da totalização dos votos da eleição presidencial, que foi realizada no último dia 28 de julho. Portanto, a realidade não tem explicação.

Há percepção do tempo cíclico ao invés de linear, seguindo tradições dissociadas da racionalidade moderna. Distorção do tempo presente que se repete e parece com o passado. Transformação do comum e do cotidiano em vivência como parte da normalidade por personagens com elementos mágicos, mas que nunca são explicados.

Luiz Roberto da Costa Jr.
da_costa_junior@hotmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

França Karim Bouamrane, do Partido Socialista, tem apoio de nomes de peso na bolsa de apostas para o nome a ser escolhido pelo presidente Emmanuel Macron

Admirador do Brasil, prefeito francês que se destacou em Olimpíada pode virar premiê

Paloma Varón
Para o **Valor**, de Paris

REPRODUÇÃO

Karim Bouamrane, prefeito de Saint-Ouen, de origem marroquina, é cotado pela imprensa francesa para ocupar o Palácio Matignon, sede do governo

Passado mais de um mês das eleições legislativas francesas, antecipadas para julho deste ano devido à dissolução da Assembleia Nacional por Emmanuel Macron, o presidente ainda não nomeou seu novo primeiro-ministro. Enquanto as especulações em torno do nome do próximo chefe de governo aumentam, o chefe de Estado deve receber hoje os presidentes dos grupos e dirigentes partidários.

Nos últimos dias, o nome de Karim Bouamrane, de 51 anos, prefeito de Saint-Ouen — cidade a apenas 9 km ao norte de Paris, com ligação direta à capital francesa por duas linhas de metrô —, tem circulado nos bastidores e também na imprensa, tendo sido citado como uma forte aposta para ocupar o cargo que hoje é de Gabriel Attal pelo jornais "Le Monde", "Le Figaro" e "L'Opinion".

Bouamrane não é um político conhecido nacionalmente, mas se destacou recentemente, durante os Jogos Olímpicos, porque sua cidade acolheu atletas de todo o mundo, principalmente os brasileiros, pois abrigou o centro de treinamento do Comitê Olímpico do Brasil (COB), assim como um castelo que foi designado como espaço para os atletas brasileiros comerem pratos típicos, descansarem e receberem familiares e amigos, o que não era permitido na Vila Olímpica.

Na reportagem publicada no último dia 21 de agosto, "Le Monde" tenta explicar "o súbito hype" em torno de Karim Bouamrane, do Partido Socialista – nome rejeitado pelo partido A França Insubmissa (LFI, na sigla em francês), de extrema esquerda e também parte da aliança Nova Frente Popular, primeira força política do país na nova Assembleia Nacional, eleita no dia 7 de julho, com 182 assentos.

"Há sempre alguma coisa acontecendo em Seine-Saint-Denis, um território de talentos, e Karim é um deles", afirmou o ex-presidente socialista da Assembleia Nacional, Claude Bartolone, enquanto o cofundador do SOS Racismo, Julien Dray, disse que vê "o excelente prefeito de Saint-Ouen" como "a próxima geração da esquerda". "Nasce uma estrela", resumiu o antigo conselheiro de François Hollande, Gaspard Gantzer, que vê nele um futuro presidente da República, ainda segundo "Le Monde".

Além disso, segundo "Le Monde", o socialista tem o apoio de nomes de peso na vida política e econômica francesa, que vão desde o ex-ministro da cidade, Jean-Louis Borloo, ao banqueiro Matthieu Pigasse, membro do conselho fiscal do Grupo Le Monde, que elogia o seu "compromisso" e a sua atitude de "transformar sua cidade, acalmá-la e torná-la atrativa". Bouamrane mantém igualmente excelentes relações com o antigo ministro macronista Clément Beaune, que milita a favor de uma coligação na Assembleia Nacional francesa.

Meses antes, o jornal americano "The New York Times" publicou em sua primeira página um retrato do prefeito, no dia 12 de abril, e um perfil elogioso, o que levou a uma série de artigos exaltando o prefeito na imprensa internacional: "Obama von der Seine" ("o Obama do Sena") chegou a ser a manchete do diário alemão "Die Welt".

Investimentos em segurança e educação. Mas quem é a nova aposta da mídia francesa para ocupar o Matignon (nome do palácio que abriga o primeiro-ministro)? Nascido em Saint-Ouen-sur-Seine em 21 de fevereiro de 1973, de uma família modesta de origem marroquina, Karim Bouamrane se envolveu na política desde muito jovem.

Casado e pai de três filhos, Karim Bouamrane trabalhou também na área de segurança informática, como vice-presidente da Xirrus até 2015, depois como diretor de canal EMEA na Guidance Software (2015-2017) e foi diretor para o Sul da Europa na Bitglass.

Foi membro do Partido Comunista Francês (PCF) durante 20 anos e, em 2014, ingressou no Partido Socialista, do qual foi inclusive porta-voz, além de secretário nacional para a Inovação. Em 2020, em plena crise sanitária, foi eleito prefeito de Saint-Ouen, cidade onde passou a sua infância, pelo mesmo partido, obtendo 38,1% dos votos. Na França, o mandato de prefeito é de seis anos.

Ao tomar posse como prefeito, Karim Bouamrane logo tomou medidas para combater a insegurança, como aumentar o número de policiais municipais e toque de recolher às 22h para menores desacompanhados. Implantou uma política pública que ele designou de "Safe", uma cidade "segura, apaziguada, fraterna e ecológica", e o seu programa visa altos investimentos para aumentar o nível educacional das crianças e jovens da cidade até 2027.

Além disso, em 2021, Bouamrane foi eleito conselheiro departamental em Seine-Saint-Denis e responsável pela cultura do departamento. Em novembro de 2022, foi eleito também presidente do conselho fiscal da Sociedade da Grande Paris, estabelecimento público do Estado francês responsável pela criação da rede de transporte Grand Paris Express.

> "Pretendo fazer com que uma geração jovem possa ir se instalar no Brasil ou exportar para o país"

Há quatro anos, quando foi procurado pelo Comitê Olímpico do Brasil (COB) que buscava um lugar próximo à Vila Olímpica para construir a sua base de treinamento e de acolhimento para a delegação brasileira, o prefeito de Saint-Ouen viu ali uma oportunidade de alavancar o crescimento e a visibilidade de sua cidade, situada no departamento metropolitano mais pobre da França, com taxa de pobreza de 27,6%, de acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos.

Brasil como principal parceiro. Admirador do ex-jogador de futebol brasileiro Sócrates (1954-2011), de quem ele tem uma foto no seu gabinete e que recentemente virou nome de rua em Saint-Ouen, mas também de Chico Buarque, Djavan,Gilberto Gil, Seu Jorge, do rapper Sabotagem e do Sistema Único de Saúde (SUS), Karim Bouamrane contou ao **Valor** que expandiu esta parceria que começou no âmbito esportivo a outras áreas.

"O Brasil é uma das maiores nações do mundo em diversos planos e foi um momento determinante para nós quando fechamos essa primeira parceria." Logo em seguida, o prefeito explica, orgulhoso, a natureza de outros projetos, muitos deles já avançados, com o país que tanto admira.

No campo esportivo, ele destaca a ida de jovens de Saint-Ouen ao Rio para competir com atletas brasileiros, na natação e no atletismo. Na cultura, ele lembra que 2025 será o ano do Brasil na França e que tem projetos com Emilio Kalil, comissário-geral do Brasil para o ano do intercâmbio cultural Brasil-França, e Marcelo Campos, do Museu de Arte do Rio, para fazer com que artistas brasileiros – "principalmente os do movimento hip hop, mas não só" – venham para a França. No campo das artes, um painel de Eduardo Kobra foi pintado na cidade, que abriga diversas galerias e o maior mercado de pulgas do mundo.

"No campo econômico, eu pretendo fazer com que toda uma geração de jovens empreendedores, mulheres e homens, possam ir se instalar no Brasil ou exportar para o Brasil. É um mercado de 220 milhões de consumidores, um dos maiores do mundo. E, inversamente, fazer com que empresas brasileiras que queiram se instalar na França ou na Europa passem pelo canal econômico de Saint-Ouen", explica.

"Na saúde pública e educação, nós estamos construindo um campus universitário-hospitalar que vai se instalar com 12.500 estudantes e nós assinamos uma parceria entre a Universidade Paris Cité-Saint-Ouen e Eduardo Paes, o prefeito do Rio, para que uma parte de médicos e estudantes do Brasil venham se formar aqui, especialmente em doenças infecciosas e tropicais. E estudantes daqui poderão ir para lá", conta ele.

"Nós assinamos também um convênio com o Estado do Pará. Eu fui recebido pelo governador Helder Barbalho. Esse convênio nos dará a possibilidade de levar jovens da nossa cidade para Belém desde a pré-COP, no final de 2024, e também para a COP30, em 2025", diz, sobre o meio ambiente.

Um plano keynesiano de desenvolvimento

O prefeito citou também os mais importantes legados dos Jogos Olímpicos na sua cidade: "Recuperamos mil moradias, incluindo moradias sociais, um parque de 4 hectares, uma arena de 14 milhões de euros, que vai abrigar a academia de Tony Parker, primeiro centro de treinamento dedicado à democratização da excelência esportiva, conseguimos 360 milhões de euros para renovar as moradias sociais, duas escolas e 30 comércios".

"Aqui, o legado é concreto. A gente fez de um jeito que grande parte do legado já estivesse aqui antes dos Jogos. Tudo com dinheiro público investido para os JO. É um verdadeiro plano keynesiano de desenvolvimento público", conta, orgulhoso. "Ao injetarmos dinheiro público num território específico, a gente pode melhorar a vida das pessoas. E este é o nosso objetivo aqui, melhorar a vida dos cidadãos, é isso o que importa."

Ao **Valor**, Bouamrane deu sinais sobre como imagina a recuperação da economia francesa: "Hoje temos um debate econômico: para recuperar o país, devemos reduzir os investimentos públicos ou fazer mais investimentos públicos e achar uma maneira de financiá-los? É um debate do que chamamos de recuperação econômica contracíclica, e hoje precisamos disso [de investimentos] porque há um problema de poder de compra na França, mas também de educação, de infraestruturas e um desafio de respeitar o patrimônio da saúde pública".

Após uma eleição que deixou a França fraturada, em que o partido de extrema direita Reunião Nacional chegou às portas do poder, em que houve uma "liberação" do racismo, por conta de declarações veementes de Marine Le Pen e Jordan Bardella contra imigrantes e binacionais, seria no mínimo interessante ver a chegada ao Matignon de um primeiro-ministro de origem marroquina e vindo de um subúrbio norte de Paris, parte do departamento mais pobre da França, que abriga milhares de imigrantes e de binacionais.

PALOMA VARÓN

O prefeito Karim Bouamrane cercado de crianças que foram praticar esportes com atletas e ex-atletas brasileiros

Ferrovia
VLI propõe acordo de R$ 29 bi para antecipar renovação da FCA
B4

Ferrovias VLI propõe acordo de R$ 29 bi para antecipar renovação da FCA, conta Fábio Marchiori, CEO B4

Commodity Minério de ferro já perdeu cerca de um terço de seu valor desde o início do ano B2

Varejo Inbrands coloca participação na Tommy a venda para reduzir endividamento B3

Tecnologia A transformação digital das empresas avança pouco no Brasil, indica o ITDBr B5

Logística Wilson Sons, CLI, Porto Sudeste e Santos Brasil são apontados como possíveis ativos à venda

Cresce interesse estrangeiro e setor portuário prepara nova fase de fusões e aquisições

Fernanda Guimarães e Taís Hirata
De São Paulo

Bastante aquecido, o setor portuário brasileiro caminha para nova onda de fusões e aquisições (M&A, na sigla e inglês), à medida que cresce o interesse de investidores estrangeiros pelos ativos. As operações na mesa de negociação somam ao menos R$ 7 bilhões, considerando apenas a participação dos controladores nas empresas de capital aberto à venda. O interesse, segundo fontes envolvidas nessas transações, tem sido pela correlação dos portos com o agronegócio e com o setor de óleo e gás, além de grandes operadores globais em busca de consolidação.

No momento, ao menos quatro ativos estão à venda, segundo fontes: Wilson Sons, CLI (Corredor Logística e Infraestrutura), Porto Sudeste e Santos Brasil. "Estamos observando movimentação das operadoras globais", disse uma fonte, que pediu anonimato. Segundo ela, os armadores estão se posicionando em busca de consolidação e no Brasil o olhar tem sido pela região Sudeste. O jogo, segundo a fonte, está nas mãos desses grandes operadores, que direcionam os fluxos globais de produtos.

O primeiro negócio que deve sair, segundo interlocutores, deverá ser a venda do controle do Wilson Sons ao fundo de infraestrutura americano I Squared, segundo fontes. A venda da fatia da Ocean Wilsons na Wilson Sons é um processo antigo no mercado, mas aqueceu apenas recentemente. A companhia vale R$ 7,3 bilhões na bolsa, segundo dados do **Valor Data**, com base no fechamento de 22 de agosto. A controladora detém fatia de 56,5%.

Em 2011 o ativo chegou a ser oferecido, mas a operação não deslanchou. Na época, o principal desafio foi a precificação, além da dificuldade de achar um grupo interessado em todos os ativos da companhia, que opera terminais de contêineres bem-sucedidos, mas relativamente pequenos, além de serviços de rebocadores, ativos offshore e centros logísticos. No processo, o BTG Pactual trabalha para os vendedores. O Bank of America e Santander atuam para a I Squared, de acordo com fontes.

A gestora, que tem cerca de US$ 40 bilhões de ativos de infraestrutura sob sua gestão em todo o mundo, abriu escritório no Brasil em meados de 2023 e desde então já anunciou a compra de 49% da empresa de geração distribuída Órigo Energia.

Outro processo que está na rua, apurou o **Valor**, é o da CLI. Os atuais controladores, a australiana Macquarie Asset Management e a gestora IG4 Capital, engajaram o Citi no processo de venda, disseram fontes na condição de anonimato.

Uma pessoa a par do tema afirma que o processo está em fase de estudo preliminar e que não há conversas com potenciais interessados, que ainda não foram identificados. A saída da IG4 é apontada como natural, dado que a gestora de private equity (que compra participação em empresas) entrou no ativo no fim de 2020. Já o Macquarie, que comprou uma fatia da empresa em 2022 e tem uma visão de mais longo prazo, não necessariamente sairia do negócio, dizem fontes. A CLI opera terminais de grãos no Porto de Itaqui (MA) e em Santos (SP) — estes últimos, em sociedade com a Rumo, que tem 20%.

O Mubadala também busca um comprador para o Porto Sudeste, conforme fontes. O UBS BB e Goldman Sachs foram mandatados para assessorar a transação, disseram interlocutores.

"Esse tipo de negócio no Brasil vai continuar ativo e a maioria dos portos tem exposição a commodities, seja grão, seja líquidos (petróleo), que segue aquecido", disse uma das fontes consultadas pelo **Valor**. Segundo essa fonte, o setor vai demandar muito investimento, levando a mais crescimento, algo que tem atraído o interesse global. Além dos grandes fundos de infraestrutura, o setor também tem sido olhado de perto por tradings. O fato das receitas dos portos estarem, mesmo que indiretamente, ligadas ao dólar, também tem ajudado a ampliar o interesse pelos ativos aos olhos dos estrangeiros.

Segundo uma fonte, o interesse chinês tem chamado a atenção, incluindo a da gigante China Merchants Port.

Outro ativo portuário que pode ser alvo de aquisição é a Santos Brasil, que opera terminais de contêineres e, mais recentemente, granéis líquidos. Trata-se de um investimento já bastante maduro do Opportunity, principal controlador da empresa. Nos últimos anos, têm sido apontados como principais interessados a Maersk e a MSC, grupos de navegação que já operam terminais de contêineres em Santos e querem expandir sua atuação no porto, mas fontes dizem que neste momento não há nada em curso.

A percepção é que nos últimos meses o preço da empresa vinha alto demais para a negociação, em meio à movimentação aquecida e às filas em Santos. Porém, o cenário pode mudar caso avance o projeto de um novo terminal de contêineres em Santos, o chamado STS10. Após declaração do ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, de que a licitação poderá ser feita em 2025, as ações da Santos Brasil despencaram 8,9% na quinta-feira (22), e encerraram o pregão a R$ 12,62.

De todo modo, no momento o processo está morno, segundo fontes. Além disso, a discussão sobre o STS10 ainda depende de uma série de decisões, e pode haver fatores positivos para a empresa, como a possível ampliação do terminal, que também está na agenda do governo.

O porto de Itapoá é outro ativo sobre o qual, segundo fontes, existe expectativa para uma operação futura de M&A. O porto tem como controlador a Portinvest, veículo formado pelo grupo Battistella e pela gestora BRZ. A Maersk é sócia minoritária com 30% da companhia. Pessoas próximas ao grupo, porém, negam o interesse em vender o ativo. Uma delas afirma que hoje a empresa está em fase de expansão e não seria o momento de saída para os atuais sócios.

Rafael Schwind, do escritório Justen Pereira, lembra que não é novidade o interesse de estrangeiros no setor portuário no Brasil, algo que já vem sendo notado na última década. "E hoje estamos vendo mais uma vez esse interesse, seja em leilões, seja na aquisição de controle", afirma. Schwind frisa também que investidores estrangeiros ainda são pouco presentes nesse setor e que, com isso, há espaço para uma participação maior.

Especialista do setor portuário, Casemiro Tercio, da 4 Infra, aponta que o interesse do estrangeiro também ocorre por grupos, do agro por exemplo, que buscam a verticalização. "A verticalização do agro elimina custos de transação", lembra. Do lado de investidores financeiros, como fundos, o olhar se volta, segundo ele, para ativos maduros. Já no segmento de contêineres, explica, o interesse se trata de um movimento de defesa. "Essas empresas olham os ativos para proteger seus negócios, que é a navegação", diz.

Marcos Pinto, sócio-diretor da A&M Infra, também afirma que grupos de navegação devem buscar cada vez mais investimento em terminais, principalmente com a vinda de navios de grande porte ao país.

Procurados, Wilson Sons, I Squared, IG4, Macquarie, Mubadala, Opportunity, BRZ e China Merchants não comentaram.

Ver mais sobre portos na página B4

Ativos portuários
Empresas que podem passar por M&A

Wilson Sons

Acionistas - %

Acionista	%
OW Overseas	56,49
Outros	23,50
Tarpon Capital	10,02
Radar Gestora de Recursos	9,99

R$ 7,266 bilhões era o valor total de mercado em 22/08

Dados 2T24	R$ milhões
Receita líquida	693,9
Ebitda	281,1
Lucro líquido	44,9

CLI

Acionistas - %

Acionista	%
Fundos geridos pela IG4 Capital (PE SOPP e o SOPP INFRA)	50
Macquarie (Fundo de Investimento Brasil Terminais Logísticos)	50

Dados 2T24	R$ milhões
Receita líquida	250
Ebitda ajustado	152,2
Lucro líquido	22,2

Porto Sudeste

Acionistas - %

Acionista	%
Trafigura	50
Mubadala	50

Dados 2T24	R$ milhões
Receita líquida	1.593
Lucro líquido	99

Santos Brasil

Acionistas - %

Acionista	%
Outros	51,13
The Bank of New York ADR	23,02
Opportunity	24,88
Administradores	0,95
Tesouraria	0,02

Dados 2T24	R$ milhões
Receita líquida	702,8
Ebitda	337,7
Lucro líquido	171,7

R$ 10,906 bilhões era o valor total de mercado em 22/08

Fontes: B3 e empresas. Elaboração: Valor Data e Valor

DIVULGAÇÃO

Os portos no Brasil de forma geral, como o de Santos, tem forte correlação com o agronegócio e o setor de óleo e gás

INÊS 249

Commodity Ritmo menor de produção de aço na China, demanda mais fraca e oferta sazonalmente maior devem manter pressão nos próximos meses

Minério de ferro perde um terço de valor em 2024 e pode cair mais

Luiz Fernando Figliagi e Stella Fontes
De São Paulo

Desde o início do ano, o minério de ferro já perdeu cerca de um terço de seu valor — hoje, nos portos da China, a tonelada vale menos de US$ 100 — e não há muitos sinais positivos no horizonte. A fraqueza da produção de aço na China, a demanda desaquecida e a oferta sazonalmente maior no segundo semestre devem seguir pressionando os preços da commodity.

Maiores produtores mundiais de aço, que tem como principal insumo o minério de ferro, os chineses acabam ditando o comportamento dos preços no mercado internacional. Com forte volatilidade nas últimas semanas, a commodity recuou a US$ 91,90 por tonelada no mercado à vista na sexta-feira (16), o menor preço desde novembro de 2022.

Ontem (22), no norte da China, a tonelada de minério era negociada a US$ 97, segundo índice Platts, da S&P Global Commodity Insights, queda de 0,9% ante a véspera. No mês, a baixa chegou a 3,9% e, em 2024, a desvalorização acumulada estava em 31%.

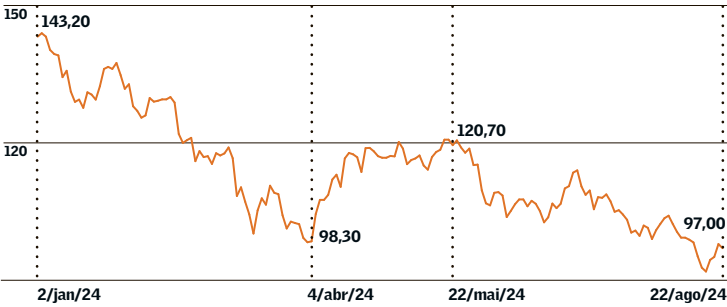
O ponto principal por trás da performance mais fraca da commodity são as medidas de estímulo insuficientes do governo chinês para resgatar o setor imobiliário, que não tem dado sinais de melhora, na avaliação do analista Daniel Sasson, do Itaú BBA.

Além disso, diz Sasson, a atividade econômica na China, em áreas como infraestrutura e manufatura, que consomem aço e vinham com desempenho relativamente forte, parecem estar perdendo ritmo. Nesse ambiente, a produção chinesa de aço mostra recuo de 2,7% no ano, maior que a queda de 1,5% projetada pelo banco.

"Parece uma diferença pequena, mas a produção de aço da China é tão grande que qualquer ponto percentual tem uma diferença relevante", pondera o analista. No ano passado, os chineses produziram 1,02 bilhão de toneladas de aço bruto, segundo dados da World Steel Association.

Assim, uma queda de 3% em 2024 corresponderia a 30 milhões de toneladas a menos de aço produzido. Considerando-se a correlação entre aço e minério de ferro, serão cerca de 45 milhões de toneladas a menos de demanda da commodity. "É muito significativo. A CSN, que é o segundo maior exportador do Brasil, tem um volume um pouco maior que 40 milhões de toneladas", destaca Sasson.

Volatilidade
Preço em US$/tonelada no norte da China

Data	Preço
2/jan/24	143,20
4/abr/24	98,30
22/mai/24	120,70
22/ago/24	97,00

Fonte: S&P Global Commodity Insights (Platts). Elaboração: Valor Data

LEO PINHEIRO/VALOR

Minério ampliou queda diante das medidas de estímulo insuficientes na China para resgatar o setor imobiliário

Soma-se a isso o fato de o segundo semestre ser um período sazonalmente mais forte para a produção de minério. Até agora, aponta o analista, Vale, CSN e mineradoras australianas continuam com produção forte. O Itaú BBA projeta preço médio de US$ 110 por tonelada para a commodity em 2024 — o que implica preço médio de US$ 105 por tonelada ao longo do segundo semestre —, contra US$ 120 em 2023.

"De fato, há uma pressão de preços, embora esperada, porque tem uma questão sazonal que também afeta essa dinâmica. Tem sido um pouco mais severa do que a gente esperava", diz o analista do Bradesco BBI Rafael Barcellos.

Além disso, observa Barcellos, os preços do aço têm caído ante a demanda mais fraca e houve uma mudança de especificação do aço longo para a China, o que levou a um movimento de desestocagem mais forte. "Acho que isso acentuou o movimento de queda do preço de aço na região, o que acaba pressionando, obviamente, o minério de ferro", aponta. A previsão do Bradesco BBI é que o minério de ferro volte a orbitar na faixa de preço dos US$ 115 no quarto trimestre. Para o começo de 2025, o banco projeta a commodity a US$ 110 a tonelada.

Para o economista Matheus Zimmermann, da Manchester Investimentos, o preço do minério deve ficar entre US$ 100 e US$ 110 a tonelada em 2024. Para 2025, a estimativa é de US$ 100 por tonelada, sem revisão no momento "porque é preciso ver um equilíbrio entre a oferta e demanda acontecer primeiro", pondera.

Para entender o preço da commodity, Zimmermann aponta que é necessário olhar para os canais de precificação, ou seja, os setores que mais consomem a matéria-prima na China, o imobiliário e a infraestrutura. "O grosso está concentrado no mercado imobiliário e em infraestrutura, e são os que vêm sofrendo. Por isso o preço do minério vem apanhando. A construção civil, para fins imobiliários e infraestrutura, corresponde de 50% a 60% de todo esse canal de precificação e consumo do minério", aponta.

No Santander, não há expectativa de maior estímulo econômico na China nos próximos meses. "Eles não querem muita volatilidade nos preços de imóveis e não têm uma grande disposição de estimular o consumo agora", diz o analista Yuri Pereira.

Por enquanto, no banco, não há revisão de preços para o minério de ferro em 2024, que deverá fechar o ano em US$ 130 a tonelada. A estimativa é de US$ 115 por tonelada da commodity para 2025.

Para o Itaú BBA, com dois terços do ano transcorridos, se os preços caírem além dos níveis atuais, há risco de alguma revisão para baixo da projeção de preço médio para 2024. Os preços médios para 2025 também poderão ser revistos.

TRF-2 vê erro em decisão sobre prisão de Miguel Gutierrez

Americanas

Camila Zarur
Do Rio

Ao revogar o mandado de prisão contra Miguel Gutierrez, ex-CEO da Americanas, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) apontou erro do juiz da 10ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, Márcio Muniz da Silva Carvalho, no vazamento de cinco medidas cautelares sigilosas que seriam adotadas contra o executivo e Anna Saicali, ex-presidente da B2W. Os dois são suspeitos de terem orquestrado um esquema fraudulento que causou rombo de R$ 25 bilhões nas contas da varejista.

Carvalho, o juiz de primeira instância, anexou por engano em um processo que envolvia o ex-vice presidente da Americanas Marcio Cruz Meirelles, um comunicado que deveria ter sido endereçado ao desembargador do TRF-2. Esse comunicado informava sobre as cinco medidas cautelares que Carvalho tomaria contra Saicali e Gutierrez. A existência dessas medidas era sigilosa e elas ainda seriam apreciadas pela segunda instância da Justiça Federal.

O vazamento das informações sigilosas foi usado para embasar a ordem de prisão contra Gutierrez e Saicali, em junho. Na decisão da Justiça Federal de primeira instância no Rio de Janeiro, o juiz afirmou que houve "medidas cautelares sigilosas ainda pendentes de apreciação judicial" juntadas por engano em mandado de segurança movido pela defesa de Meirelles, que é amigo dos dois ex-executivos réus.

Tanto o magistrado quanto a Polícia Federal apontaram a proximidade entre Meirelles, Gutierrez e Saicali como um indício de que os dois réus tenham sido informados da existência das medidas cautelares e, por isto, acabaram fugindo do país.

No habeas corpus concedido pelo TRF-2, que revogou o mandado de prisão do ex-CEO da Americanas, o relator do caso, Flávio Lucas, reafirmou o vazamento das informações sigilosas. O desembargador reforçou ainda que tal fato foi usado para embasar a decisão do juiz para a prisão dos acusados.

"Houve, por parte do magistrado a quo [juiz de cuja decisão se recorre], encaminhamento de informações em mandado de segurança, aglutinando informações gerais e sigilosas (revelando a existência de medidas cautelares sigilosas), equívoco que o próprio juiz reconheceu e se penitenciou, embora tenha se valido desses dados alcançados pelo paciente como fundamento para a decretação da prisão", diz Flávio Lucas na decisão.

> "Tecnicamente, não se pode afirmar que houve fuga do paciente"
> *Flávio Lucas*

O vazamento aconteceu em 6 de maio. Para pedir a prisão de Gutierrez e Saicali, tanto a Polícia Federal quanto o juiz da 10ª Vara Federal Criminal do Rio ressaltaram que, após a data, os dois acusados adotaram uma conduta que indicava que ambos tinham sido informados das medidas cautelares e, por isso, acabaram fugindo do país.

Gutierrez, que já estava na Espanha, onde mora há cerca de um ano, tinha um bilhete de volta marcado para 20 de junho deste ano. De acordo com a Polícia Federal, o ex-executivo da Americanas desistiu de voltar ao país após ter conhecimento das medidas cautelares contra ele.

Já Anna Saicali comprou um bilhete aéreo para deixar o país, no dia 15 de junho, diretamente no balcão do Aeroporto de Guarulhos, em São Paulo — o que, na visão da Polícia Federal, reforça o caráter de fuga da ex-executiva da Americanas.

O TRF-2, por sua vez, entendeu no habeas corpus expedido a favor de Gutierrez que não é possível afirmar "tecnicamente" que houve a intenção de fuga do ex-CEO da Americanas, pois ele já estava fora do Brasil e se mudou para Espanha quando ainda não existia qualquer medida judicial que impedisse sua mudança para outro país.

"Tecnicamente, não se pode afirmar que houve 'fuga' do paciente, visto que saiu do país quando não vigorava qualquer medida judicial que o impedisse, enquanto o afirmado acesso a dados sensíveis da investigação contrastaria com a divulgação de informações processuais na própria condução do processo e com as informações oficialmente prestadas pelo magistrado a quo, no sentido de que não tinha intenção de decretar a prisão do paciente até representação policial dando conta de que o paciente não teria intenção de retornar ao Brasil, dentre outras razões, exatamente por força do equívoco reconhecido pelo magistrado", diz o voto do relator do caso no TRF-2.

Procurada pela reportagem do **Valor**, a defesa de Miguel Gutierrez informou que não vai se manifestar por ora.

O segredo para fazer bom uso da IA no trabalho

Tecnologia

Isabel Clemente

O avanço da inteligência artificial na geração de imagens vem alimentando uma leva de neoartistas. Com o aplicativo certo, você cria pinturas e fotografias para todos os fins. A rede social de Elon Musk, o X, acabou de lançar uma ferramenta assim. Google anunciou a própria e a Apple prepara a sua para breve.

A ideia de que qualquer pessoa pode fazer qualquer coisa é sedutora. Você não precisa mais trabalhar habilidades nem talento. Precisa, sim, dar o comando certo. Você não precisa nem ler. A IA resume livros para você.

Estou entre as pessoas inocentes capazes de elogiar aquilo que não dominam. Eu reconheço o precipício que separa o trabalho de uma designer talentosa dos formatos pré-fabricados do Canva, por exemplo. Mas entendo que o Canva faz para mim aquilo que não sei fazer: um layout para um post para o LinkedIn. Eu só não permito que ele escreva.

Como artes visuais não são meu campo de especialidade, eu era capaz de ver alguma beleza em imagens geradas por IA até ler um artigo da "The Atlantic", em que a autora questiona por que todas as imagens geradas por IA são iguais. Aquilo acabou com parte da minha ingenuidade.

"As cores são brilhantes e saturadas, as pessoas são bonitas e a iluminação é dramática. Muitas das imagens parecem borradas ou excessivamente editadas (...) os efeitos visuais parecem exagerados", escreveu Caroline Mimbs Nyce no artigo "Why Does AI Art Look Like That?". Se a pessoa não for detalhista no comando, terminará com "uma estranha mistura de desenho animado e paisagem de sonho", escreveu.

Nyce investigou o assunto. Mandou perguntas para as empresas de IA. Na ausência de respostas, recorreu a especialistas externos, que levantaram algumas hipóteses. As imagens carregariam um defeito matemático porque elas estariam tentando chegar a uma média do estoque que as abastece, ou seja, tudo o que está por aí com filtros e uma estética de perfeição. E média de imagens seria algo embaçado e etéreo, meio fantasioso. Se as imagens mais populares mostram paisagens absurdamente bonitas, as ferramentas aprendem que isso é o que queremos.

Você deve estar pensando que é uma questão de tempo para a tecnologia entregar resultados menos pastiches. Verdade. Enquanto isso, o que podemos fazer para não aceitar qualquer coisa da IA como o suprassumo da originalidade é alimentar o nosso banco de dados, para manter nossa crítica acima do patamar da inocência. Pelo menos.

Como aplicar isso aos textos? Deixo algumas dicas.

As ciências humanas acumulam décadas de conhecimento sobre como o cérebro processa a leitura. Sabemos, por exemplo, que o cérebro gera imagens a partir das histórias, que essas imagens oferecem experiências mais profundas, o que explica por que textos marcados por palavras abstratas (paradigma, inovação...) duram pouco na mente de quem leu. E o corporativês adora abstração. Logo, a IA instada a escrever um texto corporativo pode entender que é isso que você quer. Cuidado.

Um texto saturado de adjetivos não deixa o leitor ver o que o escritor viu. Isso acontece porque adjetivos genéricos como bonito e incrível, longe de pintar um quadro, deixam como única opção para quem lê confiar no julgamento de quem escreveu. No mais, um texto laudatório cansa. E há muitos de auto-exaltação por aí.

A única maneira de detectar problemas dessa natureza – cometidos tanto pela inteligência artificial como pela inteligência humana – é investir em leitura. Criar seu repertório. Se, ao ler um texto, você sentir distante de quem escreveu, desconfie. Pode ser um texto insípido, ou sem uma pessoa por trás.

Ao terminar a coluna, eu a joguei no ChatGPT e pedi uma versão aprimorada. Minha repetição proposital de "inteligência artificial" e "inteligência humana" do parágrafo anterior foi limada. Apareceram conectivos ("contudo") e palavras longas que eu não usaria. "Investir em leitura crítica" virou "cultivar". Não me reconheci.

Eu queria dizer que a IA é ferramenta, que não pode ser muleta, que uma coisa é pedir um texto do zero, e outra é melhorar, mas depois dessa eu espero que você também tome cuidado com sua ingenuidade, porque é isso que vai nos salvar. Estamos na era da busca por discernimento.

Isabel Clemente é formada em Jornalismo pela PUC-Rio e mestre em Escrita Criativa pela Royal Holloway, University of London
E-mail
isabelclemente.writer@gmail.com

Moda Lucro da marca sobe no país, mas dívida da Inbrands cairia com venda; AWS e Aramis olham ativo

Em crise, Inbrands tenta vender Tommy Hilfiger

Adriana Mattos
De São Paulo

A varejista de moda Inbrands, dona da Ellus, Richards e Salinas, negocia a venda de sua participação de 50% na Tommy do Brasil, que opera a marca americana da Tommy Hilfiger no país desde 2013, na busca de recursos que possam reduzir o seu endividamento, apurou o **Valor**.

As primeiras sondagens mais firmes começaram no ano passado, após dois anos de contatos de representantes da Inbrands junto a grupos locais e estrangeiros que operam marcas premium, e neste momento, as conversas estão em estágio mais avançado.

A Aramis manifestou interesse num acordo, e as condições para uma venda evoluíram nos últimos meses, diz uma fonte. Os panamenhos da ASW Group também analisam uma transação em que assumiram o controle do negócio — eles já são acionistas, com 9% da Tommy do Brasil.

A Inbrands tem como principais sócios os empresários Nelson Alvarenga, atual CEO e membro do conselho de administração, e Americo Rodrigues Breia, com 54,9% do capital. O Fundo de Investimento em Participações – PCP / Companhia Bauer, gerido pela Vinci, tem 44,9%.

A Aramis diz que não comenta especulações de mercado e a ASW e a Inbrands não se posicionaram.

A Arezzo&Co e o grupo Soma, antes da fusão das empresas, neste ano, chegaram a ser procurados em diferentes momentos, dizem duas fontes. A avaliação feita pelo comando do Soma foi de que não caberia a entrada da marca no portfólio do grupo pela sua força junto a públicos masculinos, que não é o foco principal do Soma.

DIVULGAÇÃO

Inbrands comunicou sócios americanos sobre plano de venda em 2023, mas conversas só avançaram neste ano; fora dos EUA, vendas da marca patinam

No caso da Arezzo, inicialmente, havia um entendimento de que, pelo fato da Tommy ser uma marca com baixa autonomia na criação de coleções no Brasil, pelas regras de operação da Tommy Hilfiger no mundo, isso reduziria a liberdade para operar a marca. Soma e Arezzo não se manifestaram.

Em 2022, a Tommy no Brasil tinham patrimônio líquido de R$ 142,4 milhões e lucrou R$ 41 milhões, segundo balanço da Inbrands, alta de 80% em relação a 2021. Não há dados de 2023.

Um ano atrás, a Inbrands comunicou os acionistas de seu interesse em sair do negócio, inclusive, dando direito de preferência na compra, para quem assumisse a posição. A americana PVH, antiga Phillips-Van Heusen Corporation, que opera, além da Tommy Hilfiger, a Calvin Klein, e a ASW (American Sportswear), ambas parceiras na joint venture, foram acionadas.

54,9%
da Inbrands estão com principais sócios

O contrato de "joint venture" valia por 10 anos. A ASW opera e distribui as marcas da PVH na América Latina (excluindo o Brasil) e tem 9% da Tommy no país. A PVH é dona dos outros 41%. Por aqui, a ASW só cuida do braço do "duty free".

Para a ASW, a entrada no Brasil cairia "como uma luva", na expressão de um assessor financeiro de varejo de moda, pois ela assumiria o controle da marca na América Latina, onde só falta o Brasil. Ela atua em países de economia menor, como Suriname e Nicarágua, até maiores como México e Chile. São 440 pontos com produtos da marca distribuidos pela ASW nos países latinos.

O movimento se daria numa hora pouco animadora para as vendas da varejista americana fora dos EUA. Sinônimo de design clássico, a marca que usa e abusa das cores marinho, vermelho e branco tem perdido vendas na área internacional.

A receita líquida fora da América do Norte passou de US$ 812 milhões no trimestre terminado em abril de 2023 para US$ 700 milhões no trimestre finalizado em maio deste ano. Em 2023, a venda praticamente não cresceu.

No Brasil, a ideia da associação entre Inbrands e as empresas americanas, fechada no fim de 2012, era acelerar o crescimento via expansão orgânica, dando novo gás para a marca, hoje ainda abaixo de seu potencial no Brasil. Há dez anos, eram menos de 20 lojas e o site da marca ontem informava 67 unidades no país. Só que o plano não evoluiu no ritmo planejado, apesar da maior abertura de unidades e da operação lucrativa da marca, em parte, pela crise na Inbrands.

A Inbrands vive duras dificuldades, tanto operacionais como financeiras, há alguns anos, e em 2024, acumula vendas em queda e prejuízo maior. De janeiro a junho, a receita líquida caiu 24%, para R$ 194 milhões, e o prejuízo quase dobrou, de R$ 22 milhões para R$ 40 milhões.

O resultado financeiro líquido, que é impactado pelos juros das dívidas, melhorou 25% no semestre, mas não a ponto de inverter a perda no resultado final. As despesas operacionais representavam quase 80% das vendas da companhia no semestre, sobrando pouco para abatimentos do financeiro e dos impostos. Eram quase R$ 600 milhões em empréstimos e financiamentos totais, para um caixa de R$ 2,5 milhões ao fim de junho.

No balanço do segundo trimestre, relatório com ressalvas dos auditores da BDO citam problemas para a continuidade operacional da companhia.

A empresa esclareceu no balanço, sobre a questão apontada pela BDO, que a continuidade "dependia de sua capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente de operações para fazer frente aos compromissos assumidos".

A empresa entrou numa longa reestruturação, com renegociação com bancos e fornecedores, além de seus debenturistas, em tentativas de acordos com investidores que se arrastam há trimestres.

Em relação aos fornecedores de insumos, a empresa buscou ampliar prazo de pagamentos e novas linhas juntos às instituições financeiras após 2020, mas teve dificuldades nesses processos.

Sobre as debêntures, em 2022, a empresa anunciou uma repactuação de seus títulos de dívidas, mas voltou a ter que abrir negociações com debenturistas após 2023.

A companhia vem tentando aprovar suspensão de pagamento da amortização programada das debêntures de terceira série, que serão devidos de agosto a janeiro de 2025, para retomada dos pagamentos em fevereiro. Mas no último dia 7, os investidores não aprovaram a pauta, e haverá nova assembleia em 3 de setembro.

A ideia da Inbrands é que aprovem o adiamento nos pagamentos sem que a suspensão seja considerada uma hipótese de vencimento antecipado da dívida total, mas não obteve acordo ainda. Já houve adiamento nos pagamentos de abril a julho.

Ferrovia ANTT aprovou a reabertura de audiências públicas para renovação antecipada da concessão

VLI propõe acordo de R$ 29 bi para seguir com a FCA

Taís Hirata
De São Paulo

A renovação antecipada da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), da VLI, voltou a caminhar na quinta-feira (22), com a aprovação da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) para a reabertura das audiências públicas. A empresa busca prorrogar seu contrato, que venceria em agosto de 2026, por mais 30 anos. Em contrapartida, a empresa propõe realizar R$ 24 bilhões em investimentos e desembolsar outros R$ 5 bilhões em outorgas e compensações pela devolução de trechos da malha.

Ainda há uma série de etapas até a conclusão do processo, porém os envolvidos acreditam que, após idas e vindas, agora o acordo vai, de fato, sair do papel.

Após as audiências públicas, a ANTT precisa consolidar as contribuições e enviar o relatório ao Tribunal de Contas da União (TCU) — o que deverá acontecer até o fim deste ano, segundo o diretor da agência Guilherme Sampaio, relator do caso. Após a análise pelo tribunal, deverão ser feitos os ajustes necessários e o aditivo poderá ser firmado.

A previsão é assinar no primeiro trimestre de 2026, afirmou ao **Valor** Fábio Marchiori, presidente interino e diretor financeiro da VLI.

Apesar do prazo próximo do fim do contrato, o executivo se diz confiante na conclusão do processo. "Dadas as condições da renovação, com todos os investimentos previstos, com o pagamento de uma outorga com adicional de vantajosidade, não acredito que será um problema. Será uma renovação de fato transformadora para a malha."

Sampaio, da ANTT, também se diz confiante de que o acordo vai sair do papel. "O que estamos entregando agora, para as novas audiências públicas, é fruto do aperfeiçoamento das regras pelo Ministério dos Transportes, de discussões técnicas com a companhia e das contribuições realizadas nas audiências anteriores. Então é algo mais maduro", disse.

Pela nova proposta da VLI, serão investidos R$ 24 bilhões, dos quais pouco mais da metade será destinada à via permanente (como trilhos e dormentes) e o restante irá, em sua maioria, para a aquisição de material rodante (como locomotivas e vagões). "Também devemos resolver conflitos urbanos e investir em automação", diz Marchiori. Segundo ele, os investimentos deverão ser concentrados nos primeiros cinco anos após a renovação.

LEONARDO RODRIGUES/VALOR

"É uma renovação transformadora para a ferrovia. Nossa estimativa é assinar o contrato no 1º tri de 2026"
Fábio Marchiori

A maior parte das melhorias se dará em dois corredores. O primeiro é o Sudeste — de Uberaba, no sul de Minas, até a Baixada Santista, em São Paulo —, que tem grande movimentação de grãos, em especial açúcar, e fertilizantes. O segundo corredor é o Leste — de Araguari (MG) a Belo Horizonte, onde há uma conexão com a Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Vale. Neste trecho, há fluxo de grãos, fertilizantes, siderurgia, coque, carvão e celulose.

Com a renovação, a VLI prevê ampliar a movimentação de carga em 45% até o fim do novo contrato — com crescimento principalmente nessas duas rotas.

O aditivo também deverá formalizar a devolução de cerca de 2 mil km de ferrovias, hoje sem operação. Com isso, a extensão da malha deverá cair para cerca de 5 mil km — dos R$ 5 bilhões que serão pagos ao governo, R$ 3,6 bilhões se referem a indenizações pela devolução desses trechos.

O financiamento dos desembolsos e obras não é um problema, segundo o presidente. Ele afirma que a alavancagem financeira (medida pela relação entre dívida e Ebitda) da VLI é hoje de 1,5 vez, e que há espaço para ampliar o índice para até 3,5 vezes.

Além disso, está na mesa a possibilidade de uma oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) — algo que provavelmente virá apenas após a assinatura definitiva da renovação, diz.

Nos últimos anos, a renovação da FCA passou por idas e vindas e chegou a ser desacreditada por pessoas envolvidas no processo. No governo passado, o aditivo teve dificuldades para avançar devido às disputas entre governos estaduais pelos investimentos na malha ferroviária — que tem 7.220 km e cruza sete Estados.

No novo governo, a discussão voltou a enfrentar dificuldades porque o Ministério dos Transportes passou a exigir contrapartida maior por parte da empresa, algo que foi sanado com a nova proposta da VLI, que trouxe avanço grande. Em 2020, o projeto previa R$ 14 bilhões em investimentos e outorga de R$ 3 bilhões.

Marchiori não acredita que a discussão com os Estados volte a ser um entrave nas audiências públicas. "Ao longo de todo esse tempo, não ficamos parados. Temos conversado ativamente com os Estados, para mostrar o benefício econômico para o país."

Segundo ele, após as audiências, ainda há espaço para mudanças na forma como os recursos serão alocados, mas o montante de R$ 24 bilhões é o limite do que a VLI pode oferecer.

Desde maio, a Brookfield é a maior acionista da VLI, com 36,5% — a empresa ampliou neste ano sua fatia em 10%, ao comprar parte das ações da Mitsui. A Vale é a segunda maior sócia com 29,6%. O FI-FGTS tem 15,9%, a BNDESPar, 8%, e a Mitsui segue com 10% de participação.

Rio Alto renegocia dívidas e gestoras avaliam compra

Energia

Fernanda Guimarães e Robson Rodrigues
De São Paulo

A companhia do setor elétrico Rio Alto Energias Renováveis tem conversado com credores no intuito de reestruturar suas dívidas e tem sido alvo de casas de "special sits", que são as gestoras especializadas em situações especiais, apurou o **Valor**. A empresa, contudo, nega conhecer as negociações.

As gestoras estão explorando não apenas a compra da dívida, mas outras soluções de capital, segundo fontes. A empresa gera ainda pouco caixa, pois seus projetos estão em fase de amadurecimento. "Eles estão buscando uma reestruturação de capital", diz uma fonte que pediu anonimato.

A companhia tem uma debênture de aproximadamente R$ 760 milhões que venceu em julho. Para a quitação da dívida, ela estudou a venda de ativos concluídos, abertura de capital e rolagem da dívida com a emissão de nova debênture.

Na semana passada, a companhia informou, em comunicado, que estava reestruturando seus vencimentos, com o alongamento de prazos, majoração de taxas de remuneração dos papéis, além de um pacote adicional de garantia. Uma das fontes disse que essa negociação foi para ganhar tempo e que serão necessárias, assim, novas medidas.

"A Rio Alto precisa resolver essa questão rapidamente, porque se perde muito valor com essas taxas tão altas e tira a possibilidade da companhia obter mais capital para conseguir tirar do papel seus projetos", disse a fonte.

Procurada, a empresa nega que existam "special sits" interessadas nos ativos ou dívidas. Segundo o diretor-financeiro da Rio Alto, Rafael Brandão, essa operação foi feita para uma saída num evento de liquidez, como uma oferta pública de ações (IPO, na sigla em inglês), por exemplo, mas com as condições de mercado pouco favoráveis, a empresa rolou por mais dois anos a dívida para pegar uma melhor janela de juros decrescentes.

"Se tem [casas de 'special sits'] querendo comprar a dívida, eu não estou sabendo", disse. "A companhia está indo bem, e estamos entregando todas as usinas conforme o plano de negócios definido há três anos. Só que não teve mercado e a gente tem que rolar por mais dois anos a dívida."

Segundo Brandão, a ideia é fazer outras captações para dar continuidade nos planos da companhia. A empresa tentou em 2021 abrir capital, em meio à má liquidez dos mercados na pandemia, mas viu seus planos frustrados diante do aumento da volatilidade, que fechou a bolsa brasileira para novatas.

Sem a oferta, a companhia fez uma captação de debêntures conversíveis em ações de R$ 550 milhões, cujo aporte veio dos clientes do Credit Suisse na época. Outra parte da dívida está nas mãos da XP — herdada do ModalMais. Essa dívida, contudo, não é mais conversível, visto que essa possibilidade foi retirada na rolagem dos vencimentos, em contrapartida ao aumento de taxas, segundo fontes.

A empresa é tomadora de recursos do Banco do Nordeste (BNB) e recentemente também buscou recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, da Sudene, para financiamento de quatro projetos de geração de energia solar no município paraibano de Santa Luzia, na Paraíba.

A empresa tem 800 MW de ativos operando, que somam R$ 2,1 bilhões, e mais um pipeline de 2,5 GW. A primeira fase do complexo solar Santa Luzia tinha a energização prevista para o primeiro semestre de 2024, para atender a contratos de longo prazo já comercializados, o que pode dar um fôlego ao caixa da empresa.

Curta

Demanda aérea sobe 5%

A demanda por transporte aéreo de passageiros (medida em receita por passageiro por km) subiu 5,6% em julho ante igual período de 2023, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Contra julho de 2019, antes da pandemia, o crescimento da demanda foi de 5,5%. No mês, foram transportados domesticamente 8,5 milhões de passageiros, alta de 0,1% em um ano. Já no internacional, foram 2,3 milhões de passageiros, crescimento de 17% em igual base. Em nota, a Anac destacou que julho foi o terceiro mês seguido que a indústria se equiparou ou superou os níveis pré-pandemia.

Porto de Rio Grande atrai operadores privados

Logística

Marcelo Beledeli
Para o Valor, de Rio Grande e Porto Alegre

Operadores privados que atuam no complexo portuário de Rio Grande (RS) estão apostando na modernização de estruturas. Empresas que movimentam granéis e contêineres têm feito investimentos com o objetivo de aumentar a capacidade de carga e descarga e a eficiência das operações.

Uma dessas companhias é a Wilson Sons, que opera o terminal de contêineres, o Tecon Rio Grande. O Tecon atende a mais de 3 mil clientes e tem a capacidade de operar 1,4 milhão de TEUs (unidade padrão para calcular o volume de um contêiner) em seus 900 metros de cais.

Sua capacidade de armazenagem é de 25 mil TEUs. O terminal também pode receber embarcações New Panamax, a maior dimensão disponível na América Latina, com 366 metros de comprimento e largura de 52 metros.

Segundo Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande, as cargas do agronegócio representam 52% do volume total no terminal, que gira em torno de 800 mil TEUs por ano. Entre os principais produtos estão tabaco, arroz, madeira, carne de suínos e de frango. Esta última representou, sozinha, 11% das exportações no primeiro semestre, volume que caiu devido aos efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul em abril e maio.

"A carne de frango costuma girar de 16% a 19% das exportações, mas sofremos os efeitos das dificuldades logísticas e de produção da indústria devido à tragédia climática", explica.

Em relação à carne de suínos, o presidente do Tecon Rio Grande informa que há um projeto para retomar uma operação que envolvia o transporte da proteína até a Rússia, em contêineres que retornavam com fertilizantes.

"Era um projeto logístico bem interessante, que parou por causa da guerra com a Ucrânia. Mas agora existe a chance de ter um serviço novo com um armador que faria uma conexão no Marrocos para retomar esse comércio", afirma Bertinetti.

Neste ano, foi feito um aporte de R$ 1,4 milhão para ampliar a eficiência operacional do Tecon Rio Grande. Entre as iniciativas, está o COT, ou Centro de Operação do Terminal, ação estratégica que cria uma célula de inteligência para, a partir de análise de dados, fazer um planejamento mais eficiente das movimentações de pátio e navio.

A infraestrutura tem um painel ("videowall") em que são apresentados indicadores de performance (KPIs) e oferece uma visão das operações em tempo real e gestão da automação. A intenção é modernizar a área e favorecer uma governança unificada de todos os sistemas, com mais produtividade.

DIVULGAÇÃO

Empresas que movimentam granéis e contêineres estão investindo no terminal para aumentar a capacidade de carga

A criação do CCM, o Centro de Controle de Manutenção, também foi incluída no investimento. O objetivo é acelerar o monitoramento em tempo real dos ativos, utilizando tecnologias como Internet das Coisas (IoT) e aumentando a visibilidade de dados para a tomada de decisão.

A processadora de soja e produtora de biodiesel Bianchini está investindo R$ 100 milhões em suas estruturas em Rio Grande, onde possui um terminal portuário e uma fábrica. Com os aportes, serão construídas novas linhas de esteiras, balanças e estruturas, que devem possibilitar a duplicação da capacidade de carregamento de navios.

A previsão é que as obras estejam concluídas até a colheita da safra de verão 2024/25. Em Rio Grande, a capacidade estática da Bianchini é de 1,2 milhão de toneladas, e a empresa tem condições de embarcar cerca de 2,6 mil toneladas por hora. Com os investimentos, esse volume passará para 5 mil toneladas por hora.

"Hoje, nós enchemos um navio da categoria Panamax em 36 horas. Com as obras, vamos ganhar agilidade e conseguiremos fazer o trabalho em até 24 horas", explica Antônio Carlos Bacchieri Duarte, coordenador das operações portuárias da Bianchini.

52%
é a fatia do agro no Tecon Rio Grande

Durante as enchentes de maio, um armazém de grãos da Bianchini em Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre, teve sua estrutura comprometida. O local tem capacidade para 400 mil toneladas e mantinha 100 mil toneladas de soja. Parte desse volume foi salvo, e acabou transferido para a unidade da Bianchini em Rio Grande.

A Bianchini comercializa 2,5 milhões de toneladas de grãos por ano, o equivalente a 14% da safra do Rio Grande do Sul.

Além de ponto de embarque de grãos, o porto de Rio Grande é porta de entrada de fertilizantes para abastecer a produção agrícola gaúcha e de outros Estados. Entre os principais operadores do segmento no complexo está a Yara, que mantém um moderno parque de produção, mistura e expedição do insumo.

A Yara iniciou em 2023 as operações a plena capacidade no local, de 1,1 milhão de toneladas por ano de granulação e produção e 2,2 milhões de toneladas por ano de mistura e ensaque, após finalizar, em 2021, um investimento de R$ 2 bilhões na unidade em Rio Grande.

"Nessa unidade, temos capacidade para descarregar mais de 3 milhões de toneladas de ingredientes para fertilizantes e produzir mais de 1 milhão de toneladas de granulados, além de expedir 2 milhões de toneladas. A diferença entre o que fabricamos e o que conseguimos expedir são produtos importados de outras fábricas da Yara", explica Lucas Elizalde, diretor de Operações da companhia para a região Sul.

Em 2022, a companhia fez outro aporte, de R$ 30 milhões, no seu primeiro sistema de "shiploader" no país. O equipamento permite o carregamento a granel dos fertilizantes diretamente para os navios, além de possibilitar o transbordo de produtos entre embarcações, tornando a operação de píer ainda mais ágil e ampliando o leque de localidades atendidas a partir da unidade.

"Conseguimos carregar 18 mil toneladas em cada navio, que são usados tanto para cabotagem, atendendo demandas de outros Estados, ou para exportações para a Argentina", diz o diretor.

Elizalde conta que outros R$ 100 milhões foram investidos em 2023 em ações de melhoria e manutenção nas novas operações em Rio Grande. A mesma quantia será aportada neste ano.

A empresa tem mais duas unidades no Estado. Uma fica em Porto Alegre, e é praticamente 100% abastecida por insumos transportados de Rio Grande pela hidrovia da Lagoa dos Patos e Lago Guaíba. A outra fica em Cruz Alta, no norte gaúcho, para onde mais de 50% dos produtos são transportados por ferrovia.

"A partir de Rio Grande, conseguimos transportar, para nossas unidades, 350 mil toneladas no modal hidroviário e 150 mil no ferroviário", comenta Elizalde.

Devido às enchentes em Porto Alegre, a unidade da capital gaúcha, às margens do Rio Gravataí, na divisa com Canoas, foi alagada e ficou fora de operação durante dois meses. "Começamos a retomada em julho, mas os trabalhos ainda não estão a 100%", afirma o executivo.

Nesse período, a planta de Cruz Alta conseguiu aumentar a produção para compensar as perdas. No entanto, segundo o diretor de Operações da Yara para a região Sul, as entregas de fertilizantes foram afetadas pelas enchentes "em maio, em junho e, um pouco, em julho."

Tecnologia Custo mais alto do capital limita projetos para 45,1% das organizações e para quase 80% os investimentos no campo digital não são prioridade, mostra estudo

Transformação digital avança lentamente no mercado brasileiro

Natália Flach
De São Paulo

A transformação digital das empresas avança em marcha lenta no Brasil e para a maioria das empresas esse tipo de investimento não é uma prioridade.

Entre 2023 e 2024, o índice que mede a maturidade das companhias nesse quesito (chamado de ITDBr) passou de 3,3 para 3,7 no país, em uma escala que vai de um a seis, de acordo com levantamento da consultoria PwC, em parceria com a Fundação Dom Cabral (FDC), e obtido com exclusividade pelo **Valor**.

O resultado, que leva em conta 10 aspectos, é considerado baixo perto do potencial das organizações brasileiras.

Um dos motivos para o avanço tímido foi o aumento do custo de capital que levou 45,1% das organizações adotarem uma postura mais cautelosa em relação às iniciativas digitais, limitando-se a investimentos mais modestos.

Ainda assim há uma expectativa crescente de que a transformação digital melhore a eficiência dos processos operacionais. Em 2023, 69% dos empresários destacaram esse efeito — a fatia em 2024 subiu para 75%.

Entre os desafios, está a estruturação de um processo claro. Para mais da metade dos gestores, essa é a principal dificuldade de que as organizações precisam resolver para impulsionar a transformação digital. Outros 32% indicam a necessidade de melhorar a avaliação econômica de projetos digitais. Há também a luta contra as pessoas resistentes às mudanças que colocam empecilhos para avanços das estrutura e cultura organizacional.

Marcha lenta
Índice de Transformação Digital Brasil por setor e ano*

Setor	2023	2024
Serviços financeiros	4,1	4,3
Tecnologia da informação	3,8	4,2
Energia	3,4	3,8
Varejo e consumo	3,5	3,7
Indústria	2,9	3,7
Saúde	2,9	3,7
Consultoria e serviços	3	3,5
Agronegócios	3	3,1
Geral	3,3	3,7

Fonte: PwC Brasil e Fundação Dom Cabral. * Escala vai de 1 a 6

> O índice saiu de 3,3 em 2023 para 3,7 neste ano. "É um nível muito baixo"
> *Denise Pinheiro*

Mas não é só isso. Apenas 13,9% das empresas tratam a transformação digital como uma prioridade estratégica de longo prazo, indicando que poucas organizações estão comprometidas com as mudanças duradouras. "É um nível muito baixo", afirma Denise Pinheiro, sócia da PwC Brasil.

Isso é um alerta, já que o que se espera do avanço da digitização é aumento da eficiência das empresas e, em última instância, da produtividade do país. Isso conversa diretamente com a posição do Brasil no cenário mundial de competitividade.

De acordo com o ranking que mede competitividade elaborado pelo International Institute for Management Development (IMD), em parceria com a FDC, o país recuou duas colocações neste ano, para o 62º lugar de um total de 67 posições. Ainda assim, se manteve estável no que se refere à eficiência empresarial (61º) e teve sua melhor posição (38º) em performance econômica. O que puxou o indicador para baixo foi a piora em eficiência governamental e infraestrutura.

"Isso mostra que ainda tem muito a ser feito em termos de investimento, capital humano e tecnologia", diz o diretor do núcleo de inovação e tecnologias digitais da FDC, Hugo Tadeu.

O indicador leva em consideração critérios como governança, que saltou de 2,9 para 3,9 no período, e estratégia, que avançou de 3,7 para 4,1, sugerindo uma melhora na percepção sobre a importância do planejamento para as organizações.

"É uma boa notícia, pois não adianta investir em tecnologia ou chatbot, como se fosse a solução para o negócio, sem investir em estratégia", afirma Tadeu.

Também pesaram positivamente no índice a fronteira tecnológica (de 2,3 para 3,9), processos digitais (de 3,7 para 3,8), pessoas e cultura (de 3,4 para 3,6), inteligência artificial (de 2,4 para 3,6) e clientes (de 3,1 para 3,8). Por outro lado, puxaram para baixo as categorias: infraestrutura (3,7 para 3,6), estratégia de tecnologia (3,7 para 3,6) e decisões orientadas por dados (3,9 para 3,5).

A modesta evolução do índice, considerando-se os setores, revela melhorias em todos, de 2023 para 2024, com destaque para saúde (de 2,9 para 3,7) e produção industrial (de 2,9 para 3,7), que registraram o aumento mais acentuado. Apenas dois segmentos ficaram abaixo da média geral: consultoria e serviços (3,5) e agronegócio (3,1).

O índice foi criado em 2023. A base para a pesquisa foi de um grupo de 100 empresas de grande e médio portes, a metade delas com faturamento anual superior a R$ 1 bilhão.

IA começa a ocupar antigas usinas de energia

Infraestrutura

Camilla Hodgson
Financial Times

O boom da demanda pela inteligência artificial tem estimulado as grandes empresas de tecnologia e seus fornecedores a estudarem a possibilidade de converter antigas usinas de energia elétrica e instalações industriais em data centers.

A Microsoft, o Google e a Amazon despejam bilhões de dólares na construção de data centers para alimentar serviços de computação em nuvem e de inteligência artificial, mas está cada vez mais difícil encontrar locais adequados e com energia suficiente para essas instalações, que consomem muita eletricidade.

Muitos mercados de data centers têm "fortes limitações no que diz respeito à disponibilidade de terras e energia", segundo Adam Cookson, chefe de transações com terras do grupo consultivo de data centers para Europa, Oriente Médio e África da empresa imobiliária Cushman & Wakefield. Ele explicou que esse fato, por sua vez, alimenta o interesse em mercados menores e em "instalações mais complicadas", como antigas centrais de energia elétrica.

Cookson acrescentou que existem "oportunidades crescentes" para os proprietários desse tipo de ativos.

Daniel Thorpe, líder de pesquisa de data centers no grupo imobiliário JLL, disse que os desenvolvedores de grandes campi de data centers estão à procura de locais como "obras de infraestrutura ou usinas de energia".

"Em geral, seria um grande complexo de 'hiperescala' que consideraria a ideia de uma central elétrica", afirmou, em uma referência aos maiores provedores de computação em nuvem, como Microsoft, Amazon e Google.

Centrais de energia movidas a carvão estão sendo desativadas em partes dos Estados Unidos e da Europa, mas elas podem ter atributos de que um campus de data centers precisaria. Instalações industriais, por exemplo, costumam ser projetadas para um grande consumo de energia e podem ter uma infraestrutura de transmissão de eletricidade, assim como estar localizadas perto de uma fonte de água.

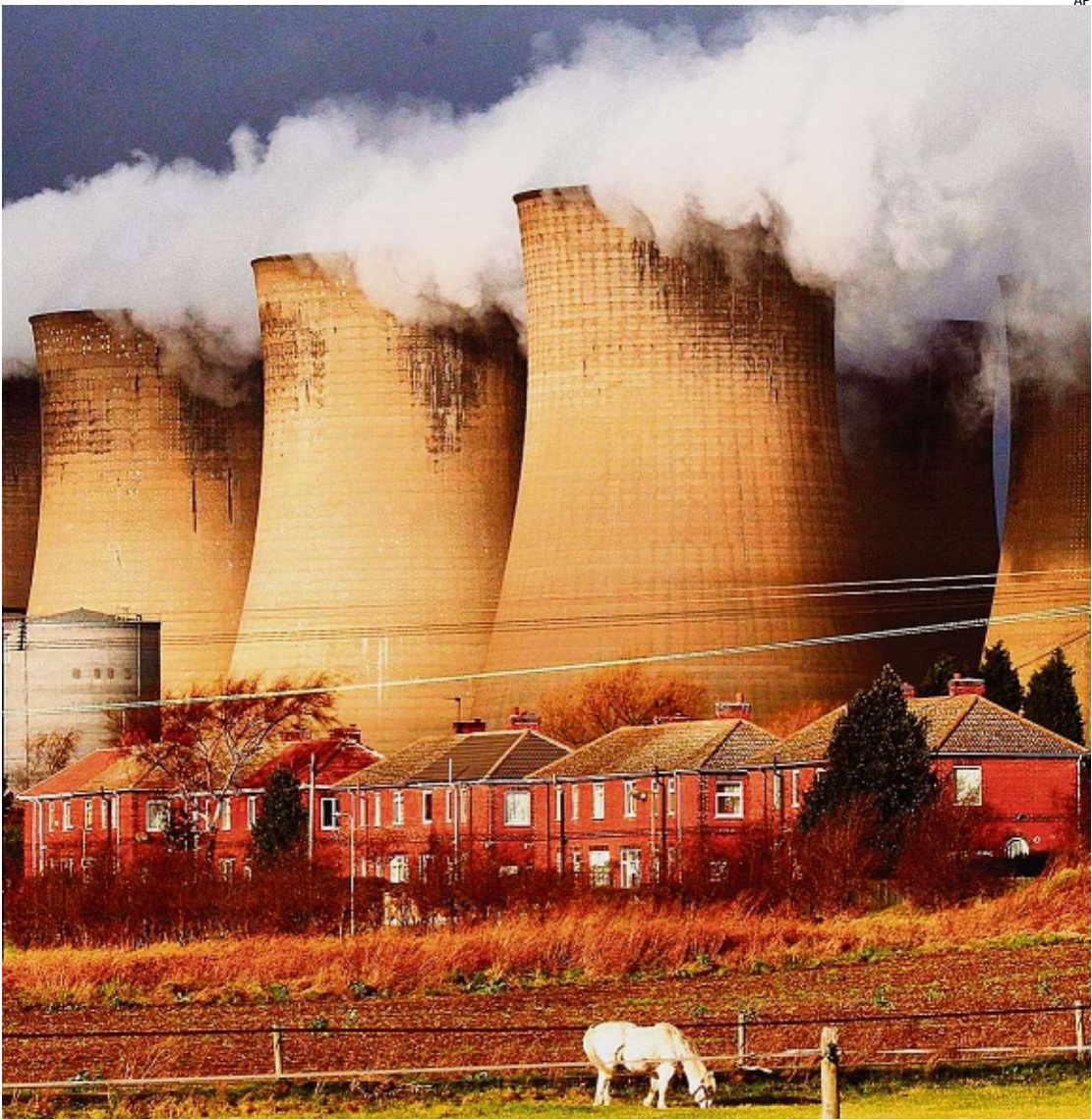
A Microsoft pretende desenvolver data centers nas instalações das antigas centrais elétricas de Eggborough e Skelton Grange, perto de Leeds, no Norte da Inglaterra — a construção em Eggborough está prevista para começar em 2027. Já a Amazon planeja um campus no local da antiga usina de energia de Birchwood, no Estado americano da Virgínia.

De acordo com uma fonte familiarizada com o assunto, pelo menos mais uma transação semelhante em torno de uma estação elétrica está em negociação hoje na Europa.

O setor de tecnologia já advertiu que as limitações da disponibilidade de energia elétrica ameaçam travar a expansão da inteligência artificial, enquanto outros requisitos, como um nível suficiente de conectividade por fibra, reduzem ainda mais o conjunto de locais possíveis para instalar um novo data center.

Analistas dizem que isso estimula o interesse por alternativas menos tradicionais. Os diferentes requisitos de carga de trabalho da inteligência artificial representam uma oportunidade para instalar data centers em áreas menos centrais, que fiquem mais distantes dos principais polos de computação, porque a "latência", ou o tempo necessário para enviar dados e receber uma resposta, é menos importante para o treinamento de modelos de IA.

> "Antiga fábrica é apropriada, tem transformadores, água, esgoto e gás"
> *Joe Sitt*

AP

Microsoft pretende levar data center às instalações das antigas centrais elétricas de Eggborough, na Inglaterra

Reaproveitar instalações também pode ser uma opção. Rahul Mewawalla, executivo-chefe do Mawson Infrastructure Group, disse que sua equipe tem "observado um aumento na quantidade da atividade de retorno" dos proprietários de ativos industriais e da área de energia, como grupos de private equity, que se mostram interessados em fazer parcerias para converter esses ativos em data centers.

A Virtus Data Centres, na qual a Macquarie Asset Management tem uma participação minoritária, adquiriu há pouco tempo duas instalações na capital alemã, Berlim, parte das quais era um parque de produção de energia solar, e também uma antiga fábrica de munições da época da guerra no Reino Unido. A Virtus planeja converter as instalações em campi de data centers até 2026.

O Thor Equities Group adquiriu recentemente uma antiga fábrica manufatureira no Estado americano da Geórgia. Segundo seu presidente, Joe Sitt, ela está "equipada com transformadores e tem infraestrutura de água, esgoto e gás natural" e é "bastante apropriada para o desenvolvimento de data centers".

A tendência repete de certa forma a movimentação do setor de mineração de bitcoins, que também faz uso intensivo de energia e buscou reaproveitar instalações industriais desativadas, entre elas antigas fundições de alumínio.

Algumas pessoas advertem que esse tipo de conversão pode ser um processo longo, custoso e burocrático. E às vezes pode até não ser prático, como, por exemplo, no caso de uma usina que tenha sido desconectada da rede elétrica e não esteja incluída nos cálculos da operadora local.

"Pode não ser tão fácil para a concessionária apertar o botão e religá-la", disse Mark Dyson, diretor-gerente do programa de eletricidade livre de carbono no think-tank Rocky Mountain Institute. "Esses desafios foram mencionados em nossas conversas com empresas", contou ele.

"Muita coisa depende das especificidades da instalação, de quanto custaria fazer essa reutilização adaptativa, da escassez de terrenos e seus preços", disse Thorpe, do grupo imobiliário JLL.

Uma pesquisa do RMI sugere que uma instalação de energia renovável poderia ser estabelecida ao lado de uma que já exista e seja movida a combustível fóssil, e sua produção poderia ser distribuída para a rede elétrica por meio das conexões que a usina antiga tem, quando for mais econômico fazer isso.

Qualquer geração excedente de eletricidade — as instalações de conexão com a rede têm um limite de quanto podem adicionar ao sistema — poderia, em teoria, ser usada para alimentar outra instalação no local, como um data center. *(Tradução de Lilian Carmona)*

Corte nos EUA reativa ação contra a Amazon

Concorrência

Associated Press

Uma ação antitruste movida pelo Distrito de Columbia, nos Estados Unidos, contra a plataforma de varejo on-line Amazon foi reativada nesta quinta-feira (22) depois que um tribunal federal de apelações reverteu a decisão de um tribunal de primeira instância, que havia rejeitado a reclamação.

O Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia informou que o juiz do Tribunal Superior, que havia arquivado a ação contra a Amazon, "estabeleceu um padrão muito alto" para a queixa do distrito. Na visão da corte de apelações, o distrito apresentou "fatos suficientes para sobreviver" à moção da Amazon.

A ação, ajuizada em 2021, acusou a Amazon de práticas anticompetitivas no tratamento dispensado a vendedores terceirizados, que operam a maior parte das vendas realizadas por meio da plataforma de compras on-line da gigante varejista.

"Discordamos das alegações do Distrito de Columbia e esperamos apresentar fatos em tribunal que demonstrem o quão boas essas políticas são para os consumidores", disse o porta-voz da Amazon, Tim Doyle, na quinta-feira. "Assim como qualquer lojista que não gostaria de promover um mau negócio para seus clientes, não destacamos ou promovemos ofertas que não tenham preços competitivos."

A denúncia do Distrito de Columbia alega que a empresa inflacionou os preços para os consumidores e sufocou a inovação através de práticas como disposições contratuais que impediam os vendedores de oferecer seus produtos a preços mais baixos ou em melhores condições nos seus próprios sites ou outras plataformas.

O juiz do Tribunal Superior atendeu ao pedido da Amazon para encerrar o processo, dizendo que os vendedores eram livres para definir seus preços e que a alegação do distrito de que as práticas da Amazon levaram a preços mais altos era "conclusiva".

O distrito finalmente apelou da decisão para o tribunal de apelações, levando à ordem de quinta-feira. "Agora, nosso caso avançará e continuaremos lutando para impedir as práticas injustas e ilegais da Amazon que aumentaram os preços para os consumidores do distrito e sufocaram a inovação e a escolha no varejo online", disse o procurador-geral do Distrito de Columbia, Brian Schwalb, em um comunicado preparado. A Amazon também enfrent uma ação antitruste movida Federal Trade Commission (FTC).

Curta

Apple cede na Europa

A Apple permitirá que os usuários de iPhone na União Europeia excluam aplicativos nativos, incluindo a App Store e o Safari, e tornem ferramentas de terceiros mais visíveis, numa tentativa de alinhar seus produtos com a lei de concorrência digital em vigor no bloco econômico, informou a Dow Jones Newswires. A empresa disse nesta quinta-feira (22) que uma atualização de software ainda este ano permitirá que os proprietários de iPhone e iPad excluam os aplicativos pré-instalados da empresa, incluindo o navegador Safari, a App Store e seus aplicativos de fotos, câmera e mensagens. A Apple também facilitará a configuração de aplicativos de terceiros. "Essas atualizações vêm do nosso diálogo contínuo com a Comissão Europeia sobre cumprimento dos requisitos da Lei de Mercados Digitais", disse a Apple. A lei, em vigor desde março, visa incluir empresas menores no mercado de publicidade digital, pesquisa on-line e mercado de aplicativos.

DIVULGAÇÃO

A marca italiana já confirmou a venda do Temerario no mercado brasileiro, porém, as primeiras unidades devem chegar somente no ano que vem

Lamborghini Novo superesportivo trocou o motor V10 aspirado por um V8 com três unidades elétricas; o zero a 100 km/h é feito em 2,7 s

Temerario é sucessor híbrido plug-in de 920 cv do Huracán

Raphael Panaro
Da Autoesporte

Quatro meses depois da última despedida do Huracán, o Lamborghini Temerario 2025 chega para assumir o lugar do esportivo de "entrada" da marca de luxo italiana. E com credenciais superlativas. O motor V10 naturalmente aspirado de antes já não existe mais. Em seu lugar, foi adotado um conjunto híbrido plug-in que traz um V8 e três motores elétricos para gerar nada menos do que 920 cv de potência (!). Com essa cavalaria toda, a prova do zero aos 100 km/h é cumprida em apenas 2,7 segundos, e velocidade máxima é de 343 km/h.

O Temerario foi uma das estrelas do tradicional festival de Pebble Beach, no fim de semana passado na Califórnia (EUA).

Voltando a falar da motorização híbrida, a parte a combustão formada pelo V8 4.0 biturbo (que é conhecido internamente pelo código L411) contribui com 800 cv entre 9.000 e 9.750 rpm e 74,4 kgfm de torque entre 4. 000 e 7.000 giros. O motor traseiro instalado transversalmente tem virabrequim plano (e não cruzado) que o permite girar mais e também contribui para um ronco (ainda) mais visceral. O processo de combustão se alterna entre duas bancadas de cilindros — o que contribui para o ciclo de admissão e de escapes. O supercarro pesa só 1.690 kg.

O V8 é o chamado "hot V", onde as saídas de escapamento (no cabeçote do motor) apontam para o interior do "V", ao invés de para fora como motores tradicionais. Isso permite posicionar os turbos (com pressão máxima de 2,5 bar) entre as duas bancadas de cilindros e não fora, como é feito habitualmente. A vantagem desse desenho é que os turbos estão na área do motor de maior calor e bem mais próximos das saídas de escape, diminuindo o trajeto dos gases e, consequentemente, o efeito de turbolag, por exemplo.

Um dos motores elétricos está instalado entre o V8 e a transmissão de dupla embreagem com oito marchas. Os outros dois estão no eixo dianteiro, produzindo 150 cv (cada) e oferecendo tração integral ao superesportivo. Já a bateria é de 3,8 kWh e pode ser recarregada em até 7 kW (AC). A marca italiana não informou qual a autonomia do Temerario somente o modo de condução elétrico.

Visualmente, o Temerario mistura as proporções do Huracán (4,70 metros de comprimento e 2,65 m de entre-eixos) com toques visuais do Revuelto. A Lamborghini criou uma nova assinatura hexagonal de luz diurna de LED (DRL) que se junta aos faróis afilados e à carroceria musculosa. O "tema" poligonal também está nas lanternas (que ainda permitem a passagem de ar para a refrigeração do motor) e no formato das saídas de escapamento. Um ostensivo difusor completa a agressiva estética traseira.

Na frente, o Temerario tem rodas de 20 polegadas calçadas com pneus Bridgestone Potenza Sport 255/35 R20, enquanto na traseira o aro é 21 e com os mesmos pneus, mas com medidas 325/30 R21.

Por dentro, o novo superesportivo da Lamborghini chama atenção pelas três telas. A do painel de instrumentos digital tem 12,3 polegadas e é altamente configurável. Já a central multimídia tem visor vertical de 8,4" e conexão com Android Auto e Apple Carplay sem fio. A última tela é a do passageiro com 9,1" de tamanho. O Lamborghini Temerario será vendido no Brasil, porém as primeiras unidades deverão desembarcar no país somente em 2025.

VW confirma novo Jetta para o Brasil

André Paixão
Da Autoesporte

O novo Volkswagen Jetta está confirmado para o Brasil. A informação veio do presidente da marca no país, Ciro Possobom, durante entrevista exclusiva à "Autoesporte" no evento de lançamento da Amarok 2025, em Barretos (SP).

"O [novo] Jetta vem, mas não vou confirmar quando", disse o executivo, sem dar mais detalhes. Porém, a partir de outras informações, podemos projetar a chegada para o final deste ano. Isso porque o sedã vendido no Brasil chega importado do México. Por lá, a reestilização acaba de ser lançada. Ou seja, a versão anterior já não é mais produzida.

Ainda deve levar algum tempo para que os estoques das lojas brasileiras sejam zerados, por isso a expectativa é que o Jetta 2025 só seja lançado entre o final do ano e o começo de 2025. Entre janeiro e julho, foram vendidas 1.795 unidades, média de pouco menos de 300 exemplares por mês, o que deixou o modelo na quarta colocação no segmento dominado pelo Toyota Corolla. Também aparecem na frente Nissan Sentra e BYD Seal.

Atualmente, a única versão disponível por aqui é a GLI, que custa R$ 245.390. Recentemente, o sedã superou o Jeep Compass Blackhawk em um comparativo, que você pode conferir no site de "Autoesporte".

Na linha 2025, o Jetta traz novo visual dianteiro, com faróis de LED interligados por uma barra luminosa na grade, que ainda ficou mais fina, a exemplo do Virtus. Na versão GLI, o para-choque mantém detalhes em vermelho, mas agora traz uma barra em "U" que atravessa toda a parte de baixo da peça, contornando a nova grade em colmeia.

Atrás, as lanternas se unem por uma barra de LED acima da placa. O para-choque também mudou, com a parte de baixo com difusores e as duas saídas de escape. As rodas com novos desenhos têm 18 polegadas.

Na parte de dentro, o painel foi redesenhado para receber a nova central multimídia flutuante com tela de 8". A saída de ar-condicionado no lado do passageiro fica escondida sob um acabamento que segue o mesmo padrão do difusor, mas que se estende até o centro do painel.

O motor do novo Volkswagen Jetta GLI deve ser o mesmo que já é vendido no Brasil: 2.0 TSI turbo movido a gasolina de 231 cv de potência e 35,7 kgfm de torque, ligado ao câmbio DSG automatizado de dupla embreagem com sete marchas e caixa banhada a óleo. Nos Estados Unidos, a transmissão manual de seis marchas segue sendo oferecida.

2025
Modelo renovado só chega no ano que vem

DIVULGAÇÃO

O sedã tem visual renovado e ficou mais tecnológico, mas o motor deve ser mantido

Como o chuveiro da sua casa ajuda a recarregar os carros elétricos

Da Autoesporte

Você sabia que uma invenção brasileira de quase cem anos ajudou indiretamente a recarregar os carros elétricos ou híbridos plug-in? Nos referimos ao chuveiro elétrico, patenteado pelo engenheiro paulista Francisco Canho em 1927. Hoje, ele é o principal recurso de aquecimento de água para banho no Brasil.

Mas como a história dos chuveiros e a chegada dos carros elétricos se entrelaçam? "Autoesporte" conversou com Ayrton Barros, diretor geral da empresa de carregadores NeoCharge, para entender mais sobre a infraestrutura elétrica do Brasil. Veja como uma coisa ajudou a outra.

Antes da invenção do chuveiro elétrico, a água era aquecida por gás, óleo e até lenha nos chamados boilers, grandes tonéis de armazenamento. Havia o problema da ineficiência, pois era necessário esquentar grandes quantidades de água antes de tomar banho.

Foi então que Francisco Canho, eletricista nascido em Jaú (SP), teve a ideia de inventar um mecanismo menor, em que a água passaria por uma resistência e seria aquecida à medida em que fosse usada. A primeira patente é de 1927, mas o chuveiro elétrico automático surgiu para o uso doméstico de forma comercial apenas nos anos 1940.

Evidentemente, muitos torceram o nariz. Combinar água e eletricidade parecia inaceitável e até perigoso, mas a invenção de Francisco Canho logo superou a resistência (opa, um trocadilho) e se popularizou.

O aparelho se mostrou tão eficiente que até países como México, Colômbia, Argentina, Chile e Uruguai começaram a utilizá-lo. Na Europa, o principal mercado é o Reino Unido, mas as instalações são diferentes, pois lá a resistência não fica na "cabeça" do chuveiro.

REPRODUÇÃO/LORENZETTI

A infraestrutura para atender o velho chuveiro se mostra útil cem anos depois

Na década de 50, o Brasil já tinha uma rede de distribuição de eletricidade robusta nos grandes centros urbanos. As companhias de energia precisaram reforçar as instalações para atender aos diversos lares que recebiam os chuveiros elétricos. Algumas casas tinham até três aparelhos deste tipo, o que causou problemas de infraestrutura.

Então nasceram os disjuntores específicos para esses aparelhos. Assim, em caso de sobrecarga ou curto-circuito, o chuveiro seria desligado sem afetar a instalação da residência. Até hoje, em casas ou apartamentos mais antigos, recomenda-se que apenas um chuveiro seja utilizado por vez.

Ayrton Barros afirma que, por conta da infraestrutura elétrica mais robusta e dimensionada criada para os chuveiros, hoje é possível a instalação facilitada de carregadores de veículos plug-in. "O cabeamento no Brasil costuma ser mais resistente que o de várias regiões da Europa, o que otimiza o nosso trabalho", diz o diretor geral da NeoCharge.

De acordo com o especialista, as companhias de energia já entregam quantidades suficientes de eletricidade para a instalação dos carregadores, justamente porque várias casas chegam a ter três ou quatro chuveiros elétricos. Neste caso, não é necessário entrar em contato com a concessionária e pedir mais energia para atender o carregador.

A recarga de um carro plug-in impõe limitações à rede elétrica de uma casa? Sim, mesmo com toda a dimensão da instalação brasileira. Recomenda-se que o carro seja plugado quando chuveiros elétricos, air-fryers, ar-condicionado, coifas e outros itens que consomem grandes quantidades de energia estejam desligados. Assim, o morador evitará sobrecargas e possíveis quedas de eletricidade.

Partindo disso, algumas empresas trabalham com sistemas de gestão de energia inteligentes. Eles são instalados junto dos carregadores e fazem uma leitura automática do consumo na residência. Em horários de pico, o sistema vai reduzir a velocidade de carregamento do veículo elétrico, mas o abastecimento voltará ao normal quando o uso for menos severo.

Dessa forma, uma invenção brasileira da décda de 1920 proporcionou grandes avanços no que diz respeito ao sistema doméstico de recarga de automóveis no Brasil cem anos depois.

Dívidas Montante será usado para rebates em operações de crédito contratadas por agricultores do RS com perdas acima de 30% na atividade

MP prevê R$ 1,9 bi para custear descontos a produtores gaúchos

Rafael Walendorff
De Brasília

O governo publicou na quinta-feira (22) a medida provisória 1.254/2024, que abre crédito extraordinário de R$ 1,9 bilhão para custear os descontos a serem concedidos em operações de crédito rural contratadas por produtores do Rio Grande do Sul que tiveram perdas acima de 30% na atividade por causa das enchentes. A medida contempla apenas operações com recursos controlados.

Do total, R$ 1,2 bilhão serão destinados a operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Outros R$ 391,8 milhões vão para a subvenção dos contratos de custeio agropecuário e R$ 341,9 milhões, para os investimentos. O governo destinou R$ 20 mil para subsidiar contratos de comercialização de produtos do campo, que não receberão descontos.

O recurso faz parte do orçamento extraordinário destinado ao Rio Grande do Sul e não tem impacto na meta fiscal do governo para 2024. As medidas são destinadas aos municípios com estado de calamidade ou situação de emergência reconhecida pelo Executivo federal até 31 de julho.

Também ontem, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou a resolução com detalhes para a prorrogação das parcelas da dívida de produtores gaúchos. Foi incluída a possibilidade de renegociação de operações amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou cobertas por seguro rural desde que seja excluído o valor referente à indenização já recebida.

Pela regra, o saldo remanescente das operações poderá ser prorrogado e renegociado por até quatro anos, no caso dos custeios, mas não serão passíveis dos descontos. A medida atende pleito de entidades gaúchas para ampliar o alcance das medidas anunciadas.

R$ 1,2
bilhão terão como destino operações do Pronaf

A resolução também autorizou a prorrogação, até 15 de outubro, do vencimento de parcelas de custeio, investimento e industrialização, com recursos controlados e que se encaixem nos demais critérios de obtenção dos descontos. A medida adequa os vencimentos ao prazo que os produtores têm para formalizar os pedidos de rebate.

"Como as propostas para a concessão do desconto serão analisadas em fases e a resposta ao mutuário poderá ocorrer até 4/10/2024, o novo prazo de reembolso mantém a operação enquadrada em situação de adimplência, dando tempo para o mutuário apresentar a documentação exigida e para a instituição financeira formalizar a liquidação ou renegociação com desconto", disse o Ministério da Fazenda, em nota.

Os casos de perdas acima de 60%, que serão analisados por comissão especial, devem ser prorrogados para novembro, na próxima reunião do CMN.

Hoje, as instituições financeiras estão autorizadas a suspender a cobrança de todas as parcelas de financiamentos rurais com recurso controlados até 16 de setembro. Os gaúchos têm até 10 de setembro para formalizar os pedidos de rebates. O tratamento para operações com recursos livres ficam a critério dos agentes financeiros.

O CMN formalizou as regras para que instituições possam prorrogar o valor das parcelas e os juros das operações de custeio, investimento e industrialização que tenham vencimento entre 1º de maio e 31 de dezembro de 2024, desde que a operação tenha sido contratada até 15 de abril de 2024 e com liberação de recursos ao mutuário, total ou parcial, anterior a 1º de maio de 2024.

As parcelas das operações de custeio e de industrialização poderão ser prorrogadas por até quatro anos, com vencimento da primeira parcela em 2025, mantidas as demais condições contratuais, podendo a parcela de 2025 ser menor que as demais, esclarece a resolução do CMN. Já para os investimentos, as prestações poderão ser prorrogadas por até doze meses após a data prevista para o vencimento do contrato.

As operações precisam estar em situação de adimplência em 30 de abril. As prorrogações devem ser solicitadas até 13 de setembro de 2024.

Os agentes financeiros poderão manter as fontes de recursos originais das operações, sem impacto no limite de prorrogações que o mutuário pode fazer em cada operação nem no teto do valor prorrogável por ano (de 8% dos investimentos) nem necessidade de reclassificação das fontes.

EMATER/RS

Lavoura de soja afetada por chuvas no RS; perdas acima de 60% na atividade serão analisadas por comissão especial

valor.com.br

Insumos

Mosaic anuncia dividendos trimestrais

O conselho de administração da Mosaic aprovou o pagamento de dividendos trimestrais no valor de US$ 0,21 por ação. O dividendo será pago em 19 de setembro de 2024 aos acionistas registrados no fechamento dos negócios em 5 de setembro de 2024, conforme anúncio da companhia divulgado ontem. A Mosaic Fertilizantes fechou o segundo trimestre com prejuízo líquido de US$ 162 milhões, em comparação com o lucro líquido de US$ 369 milhões registrado no mesmo período de 2023.

valor.com.br/agro

Piscicultura

Brasil pesca mais do que natureza repõe

O Brasil pesca uma quantidade de peixes muito maior do que a natureza consegue repor. Segundo estudo da organização Oceana, 66% dos estoques conhecidos estão sobrepescados — ou seja, a pesca é maior do que a reposição — e 29% estão em "sobrepesca" — com um déficit crescente ao longo dos anos. Isso já afetou a população de corvina, tainha, lagosta e o pargo. Ao mesmo tempo, o Brasil só tem o diagnóstico de metade dos estoques alvos da pesca comercial.

valor.com.br/agro

Frigoríficos

Bancos elevam projeções para a JBS

Bancos como Goldman Sachs, Citi e BTG elevaram suas projeções para os próximos resultados e para o preço-alvo das ações da JBS, após o forte desempenho obtido pela empresa no segundo trimestre deste ano, que foi divulgado ao mercado em balanço na última semana. A companhia lucrou R$ 1,7 bilhão no período e a receita bateu recorde ao superar R$ 100 bilhões, com ajuda de sua diversificação geográfica e ganhos provenientes dos negócios de aves.

valor.com.br/agro

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Natural Body ME Comércio Ltda. -** CNPJ: 45.105.489/0001-02 - Endereço: Rua Conceição de Monte Alegre, 107, Bloco B, 10º Andar, Cjto. 101, Bairro Cidade Monções - Requerente: Emellus Nutracêuticos e Alimentos Naturais Ltda. - Vara/Comarca: 8a Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro, São Paulo/SP

Falências Decretadas

Empresa: **Frost Comércio e Representação Eireli -** CNPJ: 30.657.706/0001-91 - Endereço: Alameda São Caetano, 2287, Bairro Santa Maria, São Caetano do Sul/sp - Administrador Judicial: Alcaraz Consulting Apoio Administrativo Ltda., Representada Pela Sra. Tatiana Maria Alcaraz - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Drogaria Santana Ltda. -** CNPJ: 33.013.629/0001-25 - Requerente: Drogaria Santana Ltda. - Vara/Comarca: Vara Cível de Sena Madureira/AC - Observação: Pedido de auto falência indeferido.
Requerido: **Vale do Norte Agro Industrial e Transporte Sp Ltda. -** CNPJ: 68.406.677/0001-68 - Endereço: Rua Conceição de Monte Alegre, 107, Cjtos 161, 162 e 163, Bairro Cidade Monções - Requerente: Bex Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Desistência homologada.

Reformas de Sentença de Falência

Empresa: **Nossa Senhora de Fátima Indústria e Comércio de Embalagens Ltda. -** CNPJ: 48.657.027/0001-88 - Endereço: Rua Clark, 250, Sala 04, Bairro Macuco, Valinhos/sp - Requerente: Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados Multissetorial - Vara/Comarca: 1a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 4ª e 10ª Rajs/SP - Observação: Revogada a sentença de quebra da requerida face à homologação do acordo entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Ang Comércio Exterior Ltda. -** CNPJ: 04.453.392/0001-03 - Endereço: Rua José Anastácio Teixeira, 662, Bairro Alvorada, Capivari de Baixo/sc - Administrador Judicial: Brizola e Japur Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC
Empresa: **Associação Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas de Montenegro Aoase, Nome Fantasia Hm Regional -** CNPJ: 91.365.718/0001-37 - Endereço: Rua Assis Brasil, 1621, Centro, Montenegro/rs - Administrador Judicial: Scalzilli Assessoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Juizado Regional Empresarial de Pelotas/RS
Empresa: **Basecor Indústria de Termoplásticos Ltda. -** CNPJ: 11.491.170/0001-32 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 05, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Cll Gestão de Participações Societária Ltda. -** CNPJ: 33.667.740/0001-35 - Endereço: Rua Tabajaras, 439, Bairro da Mooca, São Paulo/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Compolímeros Indústria e Importação de Plásticos Eireli -** Endereço: Não Consta - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Duxteno Indústria de Plásticos S/A -** CNPJ: 19.944.492/0001-00 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Galpão 05, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Globalplas Distribuidora de Resinas Termoplásticas Ltda. -** CNPJ: 66.557.588/0001-97 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 03, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **L. J. Cossul Ltda., Nome Fantasia Supermercados Videira -** CNPJ: 27.234.097/0001-53 - Endereço: Av. Das Gaivotas, 502 W, Quadra E, Lote 05, Bairro Jardim Primavera, Nova Mutum/mt - Administrador Judicial: In Lege Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT
Empresa: **Nold Politech Filmes e Embalagens Ltda. -** CNPJ: 04.370.098/0001-20 - Endereço: Rua Flor de Cactus, 550, Bairro Quinta da Boa Vista, Itaquaquecetuba/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Padaria e Confeitaria Italiana Ltda. -** CNPJ: 04.597.422/0001-47 - Endereço: Rua Dos Cedros, 2431 W, Bairro Lírio do Campo, Nova Mutum/mt - Administrador Judicial: In Lege Administração Judicial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT
Empresa: **Pp Filme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 10.557.461/0001-13 - Endereço: Rua José Garcia Sobrinho, 480, Bairro Vila João Ramalho, Mauá/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Ricchezze Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 10.350.588/0001-67 - Endereço: Rua João Ninção, 207, Bairro Capuava, Mauá/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Solidez Administradora de Bens e Participações Ltda. -** CNPJ: 11.111.551/0001-49 - Endereço: Rua João Planincheck, 1712, Box 10, Jaraguá Esquerdo, Jaraguá do Sul/sc - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Stretch Pro Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. -** CNPJ: 27.118.586/0001-40 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Galpão 03, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP
Empresa: **Tklog Operador Logístico Ltda. -** CNPJ: 24.510.964/0001-48 - Endereço: Rua Jussara, 1273, Sala 04, Bairro Jardim Santa Cecília, Barueri/sp - Administrador Judicial: Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Luís Vasco Elias - Vara/Comarca: 2a Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 1ª, 7ª e 9ª Rajs/SP

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Estruturas Metálicas Camianski Ltda. -** CNPJ: 05.760.401/0001-63 - Endereço: Rua Silvio Barbieri, 81, Bairro Lic Norte - Vara/Comarca: 2a Vara de Sinop/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Jsc Estruturas Metálicas Ltda. Epp -** CNPJ: 12.766.690/0001-73 - Endereço: Rua Das Colombinas, 1023, Setor Industrial Norte - Vara/Comarca: 2a Vara de Sinop/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Nortão Comércio de Perfilados de Aço Ltda. -** CNPJ: 16.735.688/0001-98 - Endereço: Rua Das Colombinas, 1009, Setor Industrial Norte - Vara/Comarca: 2a Vara de Sinop/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.
Empresa: **Vitória Perfilados de Aço Ltda. Epp -** CNPJ: 10.384.450/0001-89 - Endereço: Av. Adair Leo Dall Agnol, 525, Lote 01, Ao 05, Lic Norte - Vara/Comarca: 2a Vara de Sinop/MT - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Cossul Terceirização Ltda. -** CNPJ: 48.851.238/0001-57 - Endereço: Av. Das Seriemas, 492 W, Anexo, Centro, Nova Mutum/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.
Empresa: **Padaria Italiana Ltda. -** CNPJ: 51.581.714/0001-71 - Endereço: Av. Brasília, 3792 W, Bairro Cidade Nova, Nova Mutum/mt - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Cuiabá/MT - Observação: Face não preencher os requisitos legais para a ação.

Agenda Tributária

Mês de Agosto de 2024

Data de vencimento: data em que se encerra o prazo legal para pagamento dos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

Data de Vencimento	Tributos	Código Darf*/GPS**	Período de Apuração do Fato Gerador (FG)
Diária	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos do Trabalho		
	Tributação exclusiva sobre remuneração indireta	2063*	FG ocorrido no mesmo dia
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Royalties e Assistência Técnica - Residentes no Exterior	0422*	FG ocorrido no mesmo dia
	Renda e proventos de qualquer natureza	0473*	"
	Juros e Comissões em Geral - Residentes no Exterior	0481*	"
	Obras Audiovisuais, Cinematográficas e Videofônicas (L8685/93) - Residentes no Exterior	5192*	"
	Aplicações financeiras - Recolhimento na data da remessa	5286*	"
	Fretes internacionais - Residentes no Exterior	9412*	"
	Remuneração de direitos	9427*	"
	Previdência privada e Fapi	9466*	"
	Aluguel e arrendamento	9478*	"
	Outros Rendimentos		
	Pagamento a beneficiário não identificado	5217*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Imposto sobre a Exportação (IE)	0107*	Exportação, cujo registro da declaração para despacho aduaneiro tenha se verificado 15 dias antes.
Diária	Cide - Combustíveis - Importação - Lei nº 10.336/01		
	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação de petróleo e seus derivados, gás natural, exceto sob a forma liquefeita, e seus derivados, e álcool etílico combustível.	9438*	Importação, cujo registro da declaração tenha se verificado no mesmo dia.
Diária	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5434*	FG ocorrido no mesmo dia
Diária	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Importação de serviços (Lei nº 10.865/04)	5442*	FG ocorrido no mesmo dia
Diário (até 2 dias úteis após a realização do evento)	Pagamento de parcelamento de clube de futebol - CNPJ - (5% da receita bruta destinada ao clube de futebol)	4316**	Data da realização do evento (2 dias úteis anteriores ao vencimento)
Até o 2º dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos	Contribuição do Plano de Seguridade Social Servidor Público (CPSS)		
	CPSS - Servidor Civil Licenciado/Afastado, sem remuneração	1684*	Julho/2024
23	Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)		
	Rendimentos de Capital		
	Títulos de renda fixa - Pessoa Física	8053*	11 a 20/agosto/2024
	Títulos de renda fixa - Pessoa Jurídica	3426*	"
	Fundo de Investimento sujeito à tributação periódica	6800*	"
	Fundo de Investimento em Ações	6813*	"
	Operações de swap	5273*	"
	Day-Trade - Operações em Bolsas	8468*	"
	Ganhos líquidos em operações em bolsas e assemelhados	5557*	"
	Juros remuneratórios do capital próprio (art. 9º da Lei nº 9.249/95)	5706*	"
	Fundos de Investimento Imobiliário (FII) e Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas do Agronegócio (Fiagro) - Resgate ou amortização de cotas ou distribuição de rendimentos	5232*	"
	Demais rendimentos de capital	0924*	"
	Aplicações financeiras em ativos de infraestrutura - Tributação Exclusiva	3699*	"
	Ganho de Capital - Integralização de Cotas com Ativos (art. 1ª da Lei nº 13.043/2014)	5029*	"
	Fundos de Investimento - Lei nº 13.043/2014 (Art. 8º) e Lei nº 14.801/2024 (Art. 4º)	5035*	"
	IRRF - Fundo de Investimento em Participações (FIP), Fundo de Investimento em Índice de Mercado (Exchange Traded Fund - ETF), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundo Multimercado (FIM)	1605*	
	Rendimentos de Residentes ou Domiciliados no Exterior		
	Aplicações Financeiras	5286*	11 a 20/agosto/2024
	Juros remuneratórios de capital próprio	9453*	"
	Outros Rendimentos		
	Prêmios obtidos em concursos e sorteios	0916*	11 a 20/agosto/2024
	Prêmios obtidos em bingos	8673*	"
	Multas e vantagens	9385*	"
23	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF)		
	Operações de Crédito - Pessoa Jurídica	1150*	11 a 20/agosto/2024
	Operações de Crédito - Pessoa Física	7893*	"
	Operações de Câmbio - Entrada de moeda	4290*	"
	Operações de Câmbio - Saída de moeda	5220*	"
	Aplicações Financeiras	6854*	"
	Factoring (art. 58 da Lei nº 9.532/97)	6895*	"
	Seguros	3467*	"
	Ouro, Ativo Financeiro	4028*	"
23	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Posição na Tipi Produto		
	87.03 Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para transporte de pessoas (exceto os da posição 87.02), incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;	0676*	Julho/2024
	87.06 Chassis com motor para os veículos automóveis das posições 87.01 a 87.05;	0676*	"
	84.29 "Bulldozers", "angledozers", niveladores, raspo-transportadores ("scrapers"), pás mecânicas, escavadores, carregadoras e pás carregadoras, compactadores e rolos ou cilindros compressores, autopropulsados;	1097*	Julho/2024
	84.32 Máquinas e aparelhos de uso agrícola, hortícola ou florestal, para preparação ou trabalho do solo ou para cultura; rolos para gramados (relvados), ou para campos de esporte;	1097*	"
	84.33 Máquinas e aparelhos para colheita ou debulha de produtos agrícolas, incluídas as enfardadeiras de palha ou forragem; cortadores de grama (relva) e ceifeiras; máquinas para limpar ou selecionar ovos, frutas ou outros produtos agrícolas, exceto as da posição 84.37;	1097*	"
	87.01 Tratores (exceto os carros-tratores da posição 87.09);	1097*	"
	87.02 Veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais, incluindo o motorista;	1097*	"
	87.04 Veículos automóveis para transporte de mercadorias;	1097*	"
	87.05 Veículos automóveis para usos especiais (por exemplo: auto-socorros, caminhões-guindastes, veículos de combate a incêndios, caminhões-betoneiras, veículos para varrer, veículos para espalhar, veículos-oficinas, veículos radiológicos), exceto os concebidos principalmente para transporte de pessoas ou de mercadorias;	1097*	"
	87.11 Motocicletas (incluídos os ciclomotores) e outros ciclos equipados com motor auxiliar, mesmo com carro lateral; carros laterais.	1097*	"
23	Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)		
	Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados, Exceto Cigarros Contendo Tabaco	5110*	Julho/2024
	Todos os produtos, com exceção de: bebidas (Capítulo 22), Tabaco e seus Sucedâneos Manufaturados (Capítulo 24) e os das posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da Tipi	5123*	"
	Bebidas do capítulo 22 da Tipi	0668*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0821*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0838*	"
23	Contribuição para o PIS/Pasep		
	Faturamento	8109*	Julho/2024
	Folha de salários	8301*	"
	Pessoa jurídica de direito público	3703*	"
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8496*	"
	Combustíveis	6824*	"
	Não-cumulativa	6912*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1921*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0679*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0691*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0906*	"
23	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)		
	Demais Entidades	2172*	Julho/2024
	Fabricantes/Importadores de veículos em substituição tributária	8645*	"
	Combustíveis	6840*	"
	Não-cumulativa	5856*	"
	Vendas à Zona Franca de Manaus (ZFM) - Substituição Tributária	1840*	"
	Cervejas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0760*	"
	Demais bebidas - Tributação de Bebidas Frias - previsto nos arts. 14 a 36 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	0776*	"
	Álcool - Regime Especial de Apuração e Pagamento previsto no §º 4º do art. 5º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	0929*	"

Fonte: Secretaria da Receita Federal

Obs.: *Em caso de feriados estaduais e municipais, os vencimentos deverão ser antecipados ou prorrogados de acordo com a legislação de regência*

INÊS 249

Grãos Desempenho menor no PR, MS e em SP levou a produção total da segunda safra a recuar 12%

Seca derruba rendimento da safrinha de milho

Paulo Santos e Cibelle Bouças
De São Paulo e Belo Horizonte

Se a produção de milho safrinha surpreendeu positivamente em algumas regiões do Brasil, como em Mato Grosso, o mesmo não aconteceu em outras regiões relevantes para a cultura. Em Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, a finalização da colheita mostra um rendimento abaixo do esperado na safrinha do ciclo 2023/24, que sofreu com longos períodos de estiagem.

Com isso, a safrinha, que apesar do diminutivo representa a maior parte da colheita nacional de milho, deve fechar o ciclo 2023/24 com queda de 11,8%, saindo de 102 milhões de toneladas de milho na temporada 2022/23, para 90,28 milhões de toneladas, segundo a última projeção da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O número reflete uma queda de 7,2% na produtividade no país.

Em Mato Grosso do Sul, a Conab estima uma queda de 36% na colheita. Para São Paulo, a projeção da estatal é de perda de 23% em relação ao ciclo anterior e no Paraná, de 12%.

A produtora Larissa Petcov Lucio de Oliveira, que semeou 315 alqueires de milho na segunda safra em Buri, no interior de São Paulo, foi uma das que tiveram as lavouras afetadas. Segundo ela, o volume baixo de chuvas no período crucial para o desenvolvimento das lavouras deve fazer a produtividade cair 40%.

"Faltou chuva no momento de maior necessidade para o milho, durante a fase de enchimento de grãos. Em um período de fevereiro a maio, enquanto a necessidade era de 500 milímetros, choveu apenas 300", afirma ela.

> "Faltou chuva no momento de maior necessidade para o milho, durante a fase de enchimento de grãos"
> *Larissa Petcov*

A falta de precipitações adequadas afetou praticamente todo o planejamento da segunda safra da produtora paulista, que além de milho também planta trigo em sua propriedade.

"Devido a esse longo período de seca, não consegui plantar adequadamente o trigo. Aconteceu uma chuva tardia, mas o ciclo do trigo está com um superatraso. Ainda não sei se vou colher ou deixar no campo para fazer adubação no solo", diz.

Ela acrescenta que se a planta ficar por muito mais tempo no campo há o risco de a soja da safra 2024/25 ser prejudicada.

Em Mato Grosso do Sul, o mesmo cenário climático foi determinante para as perdas na safrinha de milho. "Começamos o plantio com seca, e ela se estendeu durante todo o ciclo. Foi uma safra com muito pouca umidade", afirma Angelo Ximenes, presidente do sindicato rural de Dourados.

Como resultado do clima adverso para o Estado, a colheita na região de Dourados rendeu cerca de 50 sacas por hectare, abaixo da expectativa da entidade, que era de 100 sacas.

Safrinha mais magra
Evolução da produção de milho no país (em milhões de toneladas)

	2022/23	2023/24
Milho 1ª Safra	27,373	22,962
Milho 2ª Safra	102,365	90,284
Milho 3ª Safra	2,154	2,402
Milho total	131,892	115,648

Fonte: Conab

O clima hostil levou a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul) a reduzir sua estimativa para a produção de milho safrinha no Estado. Inicialmente, a projeção era de 11,48 milhões de toneladas e caiu para 9,3 milhões de toneladas na previsão mais recente. O número é 34,7% inferior ao colhido na safra 2022/23.

No Paraná, Edmar Gervasio, analista do Departamento de Economia Rural do Estado (Deral), estima perda em torno de 15% na produção do milho safrinha. "Houve um ciclo de estiagem e calor intenso, principalmente no noroeste e no oeste do Estado no início da safra, que culminou com redução da produção", diz Gervasio.

Segundo Ana Paula Kowalski, técnica do departamento técnico e econômico da Federação de Agricultura do Estado do Paraná (Faep), em algumas regiões a perda na produção chega a 29%. "O norte pioneiro, norte central, noroeste e extremo oeste foram bastante afetados pela falta de chuvas", afirma.

Ela estima que na safra de verão haverá redução da área plantada de milho, com substituição pela soja, por causa do aumento nos custos de produção, mas não cita um número específico.

A menor colheita de milho safrinha nessas regiões limitou a queda dos preços, que têm sido pressionados negativamente pela oferta robusta em Mato Grosso e em Goiás. "A quebra segurou a pressão que a colheita provocou sobre os preços. E nessas regiões, onde se produziu menos, tivemos um recuo bem mais discreto nas cotações", afirma Paulo Molinari, analista da Safras & Mercado.

Ronaldo Fernandes, da Royal Rural, diz que, apesar da produção menor nesses três Estados, há pressão no mercado interno pelo aumento da colheita em outras regiões. "Além de Mato Grosso, tivemos uma produção relativamente maior no Norte e Nordeste, que vai colher 12,3 milhões de toneladas neste ano", afirma.

Brasil deve ter a 2ª maior colheita de cana da história

Safra 2024/25

Camila Souza Ramos e Fernanda Pressinott
De São Paulo

A longa estiagem e as altas temperaturas que atingem diversos Estados do Centro-Sul devem ter efeitos limitados sobre a produção sucroalcooleira do país nesta safra 2024/25. Ainda que o clima afete a produtividade dos canaviais, os investimentos dos produtores e a expansão da área de colheita devem atenuar a redução da moagem de cana.

O novo levantamento da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab), divulgado quinta-feira, trouxe projeções de área e produtividade no Centro-Sul até maiores do que as estimadas inicialmente, em abril. Como resultado, a nova estimativa da autarquia é de uma moagem de cana de 626,2 milhões de toneladas nesta temporada, 745 mil toneladas a mais que o projetado em abril. Isso significa que a safra deverá ser 4,1% menor do que o recorde batido no ciclo passado, marcando a segunda melhor colheita da história.

No setor privado, as projeções de moagem têm oscilado mais. A Datagro, por exemplo, prevê que as usinas processarão 602 milhões de toneladas, enquanto a FG/A segue com sua estimativa de 620 milhões de toneladas.

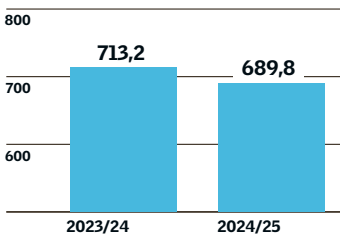
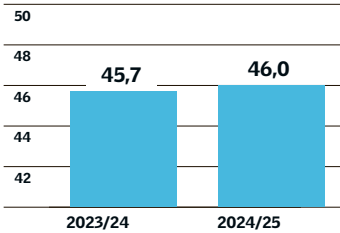
A Conab atribui o ajuste na perspectiva de produtividade do Centro-Sul a uma percepção de mais "tratos culturais realizados por algumas unidades".

Segundo analistas, já era esperada uma seca neste ano. Mesmo que ela afete a produtividade, a comparação deve ser em relação a uma safra com rendimento agrícola recorde — de 87,2 toneladas por hectare em 2023/24.

Isso não significa que a seca não cobrará seu preço nesta temporada. "Grande parte das áreas produtoras vem passando por cerca de 170 a 180 dias sem chuvas significativas", afirma o meteorologista Willians Bini. Mesmo onde houve chuvas na última frente fria, como nas regiões de Franca, Ribeirão Preto e Sertãozinho, no Estado de São Paulo, houve "baixíssimo volume que, logicamente, não reverteu a situação hídrica".

Se a produtividade dependesse só do clima, a quebra seria maior, avalia Fabio Marin, professor de agrometeorologia e modelagem agrícola da Esalq/USP e coordenador do Sistema Tempocampo. "A nossa estimativa é de queda de 9,1% na produtividade, seguindo modelos de simulação, se o manejo ficar estável", afirma.

Projeções da Conab
Novas estimativas para a produção sucroalcooleira do Brasil

	2023/24	2024/25
Moagem - em milhões de toneladas	713,2	689,8
Açúcar - em milhões de toneladas	45,7	46,0
Etanol - em bilhões de litros	29,7	28,5

Fonte: Conab

A nova projeção da Conab para a produtividade da cana no Centro-Sul é de 81,7 toneladas por hectare, queda de 7,1% ante o recorde da safra passada, que foi de 88,2 toneladas por hectare. Mesmo com essa diminuição, o rendimento ainda é maior do que o de duas safras passadas, quando a produtividade ficou em 73,3 toneladas por hectare.

Além de ajustar a estimativa para o Centro-Sul, a Conab ainda aumentou a projeção para a safra de cana do Nordeste e Norte em cerca de 3 milhões de toneladas, para 63,7 milhões de toneladas. Se essa projeção se confirmar, a safra das duas regiões deve crescer 5,4% em relação à temporada passada. Como resultado, a nova estimativa para a produção do Brasil é de 689,8 milhões de toneladas, 3% abaixo de 2023/24.

Com cerca de metade da produção de cana colhida, a Conab passou a estimar um mix um pouco menos açucareiro do que o projetado em abril, em meio ao aumento da demanda e dos preços do etanol hidratado. Agora, a autarquia estima para o Centro-Sul uma produção de 42 milhões de toneladas de açúcar (redução de 1,4% em comparação com a projeção anterior) e uma produção de etanol de cana de 26,3 bilhões de litros (4,7% a mais do que projetado em abril).

Para o Nordeste e Norte, a Conab espera mais produção de açúcar e menos de etanol. As novas estimativas são de 3,9 milhões de toneladas de açúcar e de 2,2 bilhões de litros do biocombustível.

Sicoob é a 1ª instituição a operar a linha CPR-BNDES

Financiamento

Rafael Walendorff
De Brasília

O Sicoob foi a primeira instituição financeira a operar a linha CPR BNDES, lançada em abril deste ano pelo banco estatal de fomento como alternativa para financiamentos rurais com funding próprio e prazo alongado.

Na semana passada, a cooperativa de crédito registrou a primeira Cédula de Produto Rural Financeira (CPRF) da linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na B3. A operação, no valor de R$ 450 mil, atendeu um pecuarista de Comodoro (MT), que terá cinco anos para pagar o financiamento, com até dois de carência.

Os juros finais acordados não foram revelados, mas parte da Taxa Fixa do BNDES, atualmente em 12,04% ao ano para contratos de até 60 meses, mais a remuneração dos agentes financeiros.

O produto não exige informações detalhadas sobre a aplicação dos recursos, que poderão ser direcionados para investimentos, como aquisição de animais e equipamentos, custeio da atividade, manejo ou qualquer outra despesa, segundo o Sicoob. O gado do produtor serviu de garantia para a emissão do título.

De acordo com a cooperativa de crédito, o diferencial da linha é o prazo concedido pelo banco estatal, bem acima do um ano habitual oferecido nas demais instituições financeiras, e a simplicidade da operação quando comparada às regras vigentes em outros programas de crédito rural. Nesse modelo, o Sicoob atua como intermediária — os recursos são do BNDES.

Francisco Reposse, diretor Comercial e de Canais do Sicoob, disse que a linha CPR BNDES é uma ferramenta estratégica e complementar ao portfólio de produtos oferecidos pela cooperativa. Na safra 2023/24, a iniciativa teve crescimento de 245% na liberação para o CPRs financeiras, com desembolso de R$ 16 bilhões.

RUY BARON/VALOR

> "Iniciativa permite aos produtores planejarem investimentos de forma mais segura"
> *Francisco Reposse*

Ele ressaltou que o produto possibilita a diversificação de fontes de financiamento ao setor e a ampliação da atuação do Sicoob de forma inovadora. "Essa iniciativa permite aos produtores rurais planejar seus investimentos de forma mais eficiente e segura, contribuindo para o crescimento sustentável do agronegócio", disse.

A linha CPR BNDES pode ser acessada por produtores, cooperativas e empresas agropecuárias. O financiamento é formalizado com a emissão de uma CPR para uma instituição credenciada que repassará os recursos do BNDES ao emissor do título para uso exclusivo em atividades agroindustriais.

A B3 informou que ao longo de 2024 já são mais de 167 mil cédulas registradas em outras modalidades de financiamentos. O número é 39% superior ao alcançado no ano passado. Até o fim de julho, o estoque desses títulos somava mais de R$ 316 bilhões na B3 — 42% a mais que no mesmo período de 2023. Consultado, o BNDES não respondeu.

ESPECIAL PUBLICITÁRIO PRODUZIDO POR G.lab GLAB.GLOBO.COM

Imóveis de Valor

FGMF/DIVULGAÇÃO

Laje com mezaninos e passarelas no Edifício Valente: estilo loft atrai empresas da economia criativa

VICTOR LUCENA/DIVULGAÇÃO

Nova safra: projetos comerciais com design ousado, como o do Valente, chegam para atender à demanda crescente de locatários corporativos por endereços exclusivos e ambientes inovadores

Incorporadoras entregam edifícios-butique e lançam projetos 'triple A' para atender à demanda gerada pelo aquecimento da economia no país

Segmento corporativo vive alta em São Paulo

O noticiário do Brasil nas últimas semanas tem sido mais do que animador para empresários e investidores: a atividade econômica cresceu 2,1% no primeiro trimestre na comparação com o mesmo período do ano passado; Ibovespa bateu recorde histórico; e grandes players do mercado de capitais reveem suas projeções e sinalizam aumento de até 3% do PIB em 2024.

O reflexo disso no mercado imobiliário corporativo de São Paulo é o forte aquecimento na locação de lajes e escritórios, com queda de vacância para menos de 10% e saldo positivo na absorção líquida nos primeiros seis meses do ano: 81 mil metros quadrados, superando o inventário entregue no período, que foi de 24 mil metros.

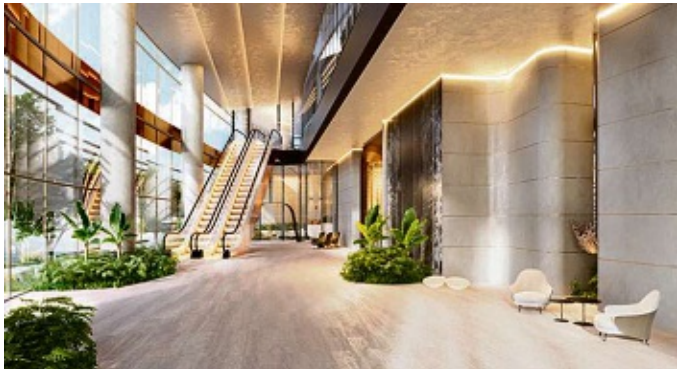
É o que apontam as duas gigantes do setor de serviços imobiliários e administração de ativos: Colliers e CBRE. A primeira destaca que os segmentos de aviação, publicidade e tecnologia protagonizaram as principais locações na capital paulista.

"Outro ponto que merece atenção é o volume de área locada e devolvida, em linha com a média histórica anterior a 2020. Além disso, observamos aumento nos preços dos imóveis pedidos por diversos proprietários, sobretudo em regiões com baixa taxa de vacância. Não há dúvidas de que o mercado está aquecido", afirma Paula Casarini, CEO da Colliers.

A análise da CBRE indica que a disponibilidade de escritórios nos prédios classificados como "triple A" na cidade é a menor em três anos. Em geral, esses ativos estão concentrados na região da Avenida Faria Lima, eixo financeiro paulistano. Segundo a companhia, como a baixíssima vacância nesse miolo pressionou os preços — que já superam o valor de R$ 300 por metro quadrado —, bairros do entorno têm recebido mais atenção, como Pinheiros e Jardins, além da Marginal Pinheiros.

Atentas a esse bom momento, as incorporadoras têm lançado e entregue novos projetos corporativos, a fim de dar conta da demanda. A Cyrela, por exemplo, anunciou no início do mês o Cyrela Oscar Freire Corporate, nos Jardins: uma torre de escritórios com quatro subsolos, lobby com pé-direito triplo, 23 andares, "rooftop" de 2,3 mil metros quadrados a 110 metros de altura e 45 mil metros de área bruta locável (ABL). O design será assinado pelo estúdio italiano Pininfarina, o mesmo que desenha os carros da Ferrari.

CYRELA/DIVULGAÇÃO

Cyrela Oscar Freire Corporate: aposta no luxo para empresas com assinatura do estúdio Pininfarina

AMY/DIVULGAÇÃO

Detalhes da estrutura externa do elegante Union Faria Lima também contemplaram gentilezas urbanas

No mesmo segmento, a AMY Engenharia e Empreendimentos entregou em janeiro o Union Faria Lima, no quadrilátero corporativo mais desejado da cidade: a esquina das ruas Professor Atílio Innocenti e Leopoldo Couto de Magalhães, no Itaim. Com 30% de ocupação, tem valor de locação na faixa de R$ 310 por metro quadrado.

"É um edifício-butique de 20 pavimentos, com lajes entre 325 e 608 metros quadrados, voltado para empresas que não precisam de grandes metragens — como escritórios de advocacia e 'family offices' —, mas que desejam estar próximas a grandes bancos e gestoras daquela região", explica Rodrigo Yunes, diretor da companhia.

A VBI Real Estate é dona de 50% da fração ideal do prédio, parte de um fundo de investimentos exclusivo para "prime properties". "Apostamos no projeto por entender que há uma demanda potencial de locatários menores não atendida. Eles buscam ativos de qualidade naquela região da cidade e, pela localização do prédio, pela sofisticação dos acabamentos e pelo design, aceitam pagar um prêmio para estar lá", analisa Natalia Canton Landi, VP da VBI.

O projeto é da PSA Arquitetura e se diferencia das grandes torres espelhadas comuns no segmento. A fachada elegante ostenta linhas irregulares e assimétricas, e o térreo tem fruição pública, praça, jardins abertos para cidade e outras gentilezas urbanas.

"A Faria Lima está rompendo com a tradição de prédios comerciais mais sisudos. Nosso projeto contribui para essa tendência", afirma o arquiteto Pablo Slemenson, da PSA.

OUSADIA

Ainda mais inovador na abordagem arquitetônica, o Edifício Valente, em Pinheiros, mira empresas da economia criativa para ocupar os espaços comerciais do prédio, que terá fachada ativa no térreo e, provavelmente, um restaurante no 17º andar. A estrutura foi distribuída em pavimentos triplex e duplex, de mil a 1,4 mil metros quadrados cada, com mezaninos internos conectados por passarelas e grandes varandas ajardinadas.

"Nenhum andar é igual ao outro. As sacadas ocupam lugares diferentes e geram os espaços internos que determinam as posições dos mezaninos. A ideia foi dar uma pegada tipo 'loft' em um prédio comercial", explica Fernando Forte, da FGMF Arquitetos, responsável pelo projeto.

Para Otávio Zarvos, sócio-diretor da incorporadora Idea!Zarvos, dona do prédio, essa visão criou ambientes de trabalho supermodernos, que ajudarão as empresas a reter talentos, bem como a potencializar a produtividade dos futuros colaboradores.

"Na volta ao expediente presencial pós-pandemia, as pessoas querem trabalhar em um escritório legal e, de preferência, em um local com vida própria, seja durante o dia ou à noite", explica Zarvos, referindo-se à escolha de Pinheiros, bairro na Zona Oeste paulistana, que é repleto de bares, restaurantes e rede de serviços.

O empresário diz que sempre procura criar lugares para trabalhar tão agradáveis "que as pessoas até desejem morar neles". Desta vez, o conceito foi levado ao pé da letra: o Valente terá nove apartamentos duplex de 55 a 76 metros quadrados no topo do prédio. A entrega está prevista para o fim de outubro.

INÊS 249

Imóveis de Valor

Brasil

Ao lado, assinado pelo escritório franco-brasileiro Tryptique Architecture, o Blanc Casa Design simboliza a nova era do luxo imobiliário na capital de Goiás

À esquerda, o corporativo "triple A" Infinity Business é fruto da parceria com estúdio de design italiano Pininfarina

O.M. INCORPORADORA/DIVULGAÇÃO

A capital de Goiás esbanja performance em vendas de imóveis e busca protagonismo com projetos supermodernos e luxuosos

Goiânia: novo fenômeno do mercado imobiliário

FOTOS DE CITY SOLUÇÕES URBANAS/DIVULGAÇÃO

Com fachada moderna e "prainha" no "rooftop" (detalhe), o novo City Way mira investidores e público jovem

Parecia um show de rock: no último dia 11 de julho, no auditório da PUC-Goiás, em Goiânia, cerca de mil corretores de imóveis lotaram o espaço para conhecer os últimos lançamentos de uma incorporadora de alto padrão da cidade. A cada "slide" mostrando plantas, projetos e perspectivas de ganho com as vendas, a plateia vinha abaixo.

O entusiasmo tinha razão de ser: Goiânia virou o novo fenômeno do mercado imobiliário brasileiro neste ano. Segundo levantamento do instituto FipeZAP, em julho, a capital de Goiás fecha o top 10 das capitais brasileiras com o metro quadrado residencial médio mais caro do Brasil: R$ 7.643. Só em julho, a valorização superou 14%. Nada mal para uma cidade que, há dez anos, era vista com desconfiança pelo setor, dada a falta de capacidade de agregar preço aos imóveis.

Três fatores empurraram os preços para cima: aumento populacional de 10% entre 2010 e 2022, chegando a 1,4 milhão de habitantes, demanda por imóveis de mais qualidade na pandemia e repasse dos altos custos da construção. No caso dos imóveis de luxo, ainda há o dinheiro do agronegócio, que jorra sobre Goiânia, a capital regional de serviços.

"Há clientes bilionários do setor que vêm aqui comprar imóveis", afirma Ana Flávia Canedo, sócia-diretora da O.M. Incorporadora. Um deles, lembra ela, adquiriu um apartamento de 600 metros quadrados na cidade "para servir de apoio".

Com 42 anos de mercado, a incorporadora traz no portfólio projetos recentes que simbolizam essa nova era imobiliária, como o Epic Home e o Blanc Casa Design, assinados por Arthur Casas e Tryptique Architecture, respectivamente.

A O.M. também mira os investidores, muitos deles, médicos que apostam no turismo de saúde que movimenta a cidade, que ostenta hospitais particulares de primeira linha, como uma filial do Albert Einstein, de São Paulo. Para tanto, lançou no início do ano o edifício Autoria by Ornare, no Setor Marista, um dos bairros mais desejados da capital, em parceria com a grife de móveis de luxo sob medida.

Projetado pela Bittar Arquitetura, o residencial tem 140 apartamentos, negociados a R$ 15 mil o metro quadrado. O comprador pode escolher se quer sua casa nova já equipada e com o mobiliário da marca.

"A ideia é oferecer uma solução completa para o cliente, com decoração e pagamento diluído no financiamento do imóvel", explica Ana Flávia. Cerca de 50% das unidades já foram vendidas, todas com pacote Ornare.

O "show de rock" que anunciou os lançamentos foi protagonizado pelos irmãos gêmeos João e Victor Tomé, sócios da City Soluções Urbanas — uma jovem e audaciosa incorporadora que pretende imprimir sua marca na história do mercado local, com prédios como o City House, de três ou quatro suítes, no Setor Marista, e o City Way, lançado no evento, com estúdios e apartamentos de duas suítes, colado no Parque Vaca Brava, endereço tradicional do alto padrão goiano.

Em março, a companhia lançou o City 23 by Pininfarina, no Setor Bueno. A "collab" com o estúdio de design italiano veio a reboque do sucesso de um corporativo "triple A", em parceria com a própria O.M. — o Infiniti Business Design.

"A torre terá 33 andares com um apartamento em cada, e 60% deles já foram vendidos por R$ 17 mil o metro quadrado, um recorde para a cidade", orgulha-se João Tomé. A entrega está prevista para o fim de 2028.

Agora, seja qual for a assinatura do empreendimento, um item não pode faltar nos apartamentos de luxo de Goiânia: churrasqueira na varanda. "É uma tradição das pessoas fazer churrasco para os amigos em casa. E os clientes agora aceitam bem os modelos a gás, que fazem menos bagunça", explica Victor Tomé.

Parque Vaca Brava, no Setor Bueno, em Goiânia: endereço do alto padrão na cidade tem metro quadrado a partir de R$ 17 mil e disputa por terrenos em seu entorno

RAKKAUS/GETTY IMAGES

Entrevista

CLAUDIO DA SOLLER, VP SÊNIOR E GENERAL MANAGER DA PININFARINA AMÉRICA

PININFARINA/DIVULGAÇÃO

Tendência em expansão por todo o Brasil, os "branded buildings" estão conquistando clientes de alta renda do mercado imobiliário de norte a sul do país. São empreendimentos desenvolvidos em parceria com marcas de luxo e design — símbolos de qualidade arquitetônica e bom gosto. Uma dessas marcas tem tido um êxito fora da curva: a italiana Pininfarina. O estúdio de design — que cria os modelos superesportivos da Ferrari — fez sua entrada no Brasil em 2014 e, desde então, acumula mais de 30 projetos, todos bem-sucedidos comercialmente. Claudio Da Soller, VP sênior e gerente geral da Pininfarina, explica o fenômeno.

Qual a importância do mercado imobiliário brasileiro nos negócios da Pininfarina?

Claudio Da Soller — No segmento de "branded residences", o Brasil é nosso principal mercado hoje no mundo. A Pininfarina tem uma presença robusta no país, com aproximadamente 30 projetos — mais da metade deles foi entregue ou está em construção, outros ainda estão em desenvolvimento. Nosso portfólio está distribuído por vários estados e cidades brasileiras, o que revela o impacto que a marca tem causado no mercado imobiliário local.

Como começou a relação com o Brasil?

Nossa relação com o Brasil teve início em 2007, com a visita do nosso último chairman, Paolo Pininfarina, e do VP sênior de Design, Paolo Trevisan. O objetivo foi explorar as possibilidades e desenvolver ideias para o primeiro projeto: o Cyrela by Pininfarina, em São Paulo.

O cliente brasileiro é mais exigente do que os de outros países?

Os incorporadores brasileiros são altamente exigentes, mas de um jeito positivo e colaborativo. As parcerias são particularmente compensadoras devido à abordagem apaixonada que fazem de seus projetos. Isso está muito alinhado com nossos próprios métodos e filosofia. O entusiasmo em colaborar e trabalhar juntos melhora bastante o processo de desenvolvimento. ▶▶▶

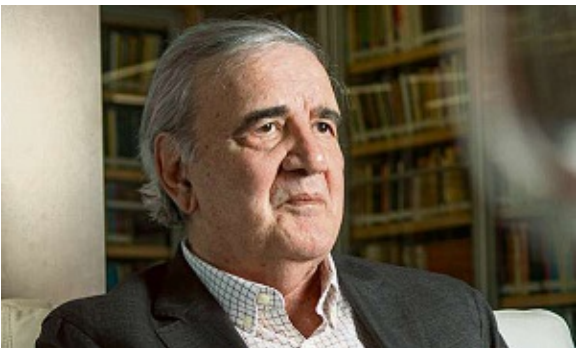
CONTINUE LENDO ESTA ENTREVISTA EM: valor.globo.com/patrocinado/imoveis-de-valor

G.lab

G.LAB É O ESTÚDIO DE BRANDED CONTENT DA EDITORA GLOBO, ESPECIALIZADO EM SOLUÇÕES DE CONTEÚDO PARA MARCAS

CONTATO COMERCIAL SP: João Meyer — jomeyer@edglobo.com.br
CONTATO COMERCIAL RJ: Marcelo Lima — mlima@oglobo.com.br
DEMAIS REGIÕES: ana.lima@edglobo.com.br

SUGESTÕES DE PAUTA: imoveisdevalor.glab@edglobo.com.br

Entrevista
Para Belluzzo, Galípolo sabe que não vai 'escrever um livro' no Banco Central C6

Apostas
Caixa quer liderar 'bets' com promessa de ações contra vício em jogos C2

Títulos isentos
Após críticas, CMN volta atrás e reduz o prazo de resgate de LCI C3

Finanças

Tensão Em dia negativo no exterior, ativos brasileiros têm desempenho pior em meio a discussões sobre rumos da Selic; juros longos sobem e Ibovespa interrompe rali

Sinais do BC ampliam incerteza no mercado e dólar encosta em R$ 5,60

Arthur Cagliari, Victor Rezende e Maria Fernanda Salinet
De São Paulo

Em um cenário bastante incerto sobre os rumos da política monetária brasileira e com pressões vindas do exterior, os ativos brasileiros foram fortemente penalizados na sessão de ontem. O dólar à vista registrou a maior apreciação diária em 16 meses e voltou a se aproximar do nível psicológico de R$ 5,60, enquanto houve alta dos juros futuros e a bolsa interrompeu o rali recente após três recordes consecutivos.

No fim da sessão, o dólar à vista registrou valorização de 1,98%, cotado a R$ 5,5894, e o real apresentou o pior desempenho do dia entre as moedas mais líquidas do globo. No mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2029 avançou de 11,485% para 11,665%. O Ibovespa anotou desvalorização, com queda de 0,95%, aos 135.173 pontos.

O tom dos negócios foi muito negativo ao redor do globo, mas se mostrou mais pesado no Brasil. Nos últimos dias, a percepção de um desequilíbrio no tom dos dirigentes do Banco Central provocou aumento dos prêmios de risco nos mercados locais após o rali recente, o que se intensificou ontem ao longo do dia, após declarações do diretor de política econômica do BC, Diogo Guillen, e do diretor de política monetária, Gabriel Galípolo.

Participantes do mercado leram as declarações dos dois como menos "hawkish" (duras) que em ocasiões anteriores, o que ajudou a provocar uma piora nos preços dos ativos, na medida em que o mercado tem em vista que parte do rali recente foi desencadeada pelos sinais mais duros adotados pelos dirigentes. Guillen e Galípolo afirmaram ontem estar alinhados à visão da ata do Copom de julho, o que levou os investidores a uma redução das posições otimistas montadas desde o início do mês a partir da mudança de comunicação.

"Na margem, foi tudo mundo 'dovish' [mais suave], falando que, caso necessário, irão subir os juros, e não falando que irão subir na próxima reunião. Além disso, reforçaram bastante que estão dependentes de dados e que o cenário melhorou", diz o profissional da tesouraria de uma grande instituição financeira local.

O trader de renda fixa de um grande banco local nota que, embora a próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) esteja distante, "o mercado aqui já tinha convicção em muitos resultados possíveis". "Hoje [ontem], com o cenário externo bastante pressionado, tivemos mais uma vez o Galípolo participando de eventos, mas desta vez seu discurso não foi tão 'hawkish' quanto nas anteriores", afirma. "Volatilidade no Brasil deve ser sempre escrita com 'V' maiúsculo e uma coisa é certa: esse vaivém na comunicação não ajuda na credibilidade e os investidores estão começando a achar que cachorro que late raramente morde."

A visão guarda semelhança com a do economista-chefe da Reag Investimentos, Marcelo Fonseca, para quem a autoridade monetária tem mostrado algum constrangimento em sinalizar elevações nos juros. "É o que me chama atenção. Há uma deterioração na confiança do regime monetário e fiscal e, até pouco tempo atrás, havia um receio em relação ao BC. Um segundo ponto é que a economia está fora de lugar, superaquecida... O processo de convergência da inflação para a meta se esgotou e há um risco de reaceleração. Por que o pudor em sinalizar alta de juros se o diagnóstico é inequívoco e já aceito pelo próprio BC?", questiona.

DIVULGAÇÃO

Marcelo Fonseca, da Reag Investimentos: 'Não existe recuperação de credibilidade apenas pelo discurso, que não passe por uma subida da taxa de juros'

O risco, na visão do economista da Reag, é que a inflação se distancie ainda mais da meta. "Não existe recuperação de credibilidade só pelo discurso, que não passe por uma subida dos juros. E o final da história a gente conhece: a hesitação pode levar a um juro maior", diz. "A comunicação do BC está muito desorganizada."

O economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, avalia que, ontem, o BC "deixou muito claro" que não é possível contar com o câmbio como variável de estabilização da inflação, e isso também ficou claro pelos preços dos ativos financeiros. "Sinceramente, [o câmbio] não pode ser o argumento para subir ou não os juros. A sensibilidade do câmbio está tão grande às variáveis e aos discursos dos bancos centrais que o Copom pode entrar em reunião com o dólar a R$ 5,60 e, uma semana depois, ele pode estar em R$ 5,80 ou R$ 5,40", diz.

> "Mais importante do que Selic mais alta é a queda de prêmio de risco, que seria benéfica para os ativos"
> *Ivo Chermont*

Incerteza no mercado
Ativos locais têm piora com sinais distintos do BC

Taxa de câmbio (R$/US$)
5,8 | 5,7 | 5,6 | 5,5
5,6255 | Copom 5,6541 | Ata do Copom 5,6561 | Primeiro discurso de Galípolo 5,5741 | Entrevista de Campos Neto 5,4846 | 5,5894
29/jul 2024 | 31/jul | 6/ago | 8/ago | 20/ago | 22/ago

Taxa do DI para janeiro/2031 (%)
12,25 | 12,05 | 11,85 | 11,65 | 11,45
Copom 11,96 | Ata do Copom 11,88 | Primeiro discurso de Galípolo 11,85 | Entrevista de Campos Neto 11,46 | 11,67
29/jul 2024 | 31/jul | 6/ago | 8/ago | 20/ago | 22/ago

Fonte: B3 e Valor PRO

A gestora mudou sua projeção para a Selic e deixou de projetar a manutenção do juro básico em 10,5% para ver um ciclo de alta de juros que começa com um aumento de 0,25 ponto e termina com a taxa em 12% no início de 2025. "Eu, sinceramente, acho que deveria subir 0,5 ponto [em setembro] para chegarmos mais rápido ao lugar em que deveríamos estar, mas os discursos todos — do Campos Neto, do Diogo Guillen e do Galípolo — vão acabar levando a uma alta de 0,25 ponto na primeira reunião", afirma Chermont.

O economista, porém, avalia que o aumento da Selic "não é necessariamente ruim para os ativos brasileiros". "Mais importante do que a Selic um pouco maior é você ter a percepção de risco de que a política monetária não pode ser usada. Isso traz um risco enorme para a economia brasileira e, portanto, mais importante do que a Selic ligeiramente mais alta é essa queda de prêmio de risco, que seria muito benéfica para os ativos de maneira geral."

Ao contrário de outros participantes do mercado, o chefe da mesa de operações do C6 Bank, Felipe Garcia, diz não ter enxergado mudança no tom dos integrantes do BC. Na sua avaliação, os membros do colegiado têm mantido um tom bastante coeso. "Após falas recentes, houve alguma percepção de que o BC estaria sinalizando alta de juros, mas eles [os diretores] têm deixado bem claro que não têm um 'guidance'. Eles veem o balanço de risco mais assimétrico, mas isso não é 'guidance', é percepção", avalia o executivo. "Não deveria ser motivo para essa grande volatilidade do mercado", afirma.

Vale notar, porém, que fatores externos também ajudaram a compor o cenário de perda de fôlego dos ativos locais ontem. O mau humor externo já dava as caras antes mesmo da abertura dos negócios no Brasil, em um ajuste de posições às vésperas do discurso que o presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, fará hoje no Simpósio de Jackson Hole.

"Desde o começo do mês, quando houve um estresse global nos mercados por conta do temor de recessão nos Estados Unidos, vimos uma recuperação dos ativos após a divulgação de uma sequência de dados que afastaram essa percepção", observa Garcia. "Hoje [ontem], me pareceu ter ocorrido uma realização [de lucros] antes de um dia importante."

Além disso, o operador de câmbio de uma gestora também apontou um retorno do "Trump trade" à pauta, ao ter em vista que "as apostas na vitória do [republicano Donald] Trump melhoraram nos EUA e, em tese, isso indica dólar forte". Ontem, também os juros dos Treasuries de longo prazo subiram, o que ajudou a puxar as taxas futuras brasileiras para cima, em um dia de pressão do leilão de títulos prefixados do Tesouro Nacional, que não conseguiu vender toda a quantidade de títulos ofertados.

Leia mais na página C2

Galípolo diz que suas falas não excedem ata

Mariana Ribeiro e Victoria Netto
De São Paulo e do Rio

Após setores do mercado financeiro terem ficado confusos em relação à sinalização recente do Banco Central (BC) sobre uma possível alta dos juros, o diretor de política monetária, Gabriel Galípolo, buscou destacar ontem que suas falas recentes não ultrapassam o que foi dito na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). Ele também frisou que há coesão entre a mensagem transmitida pelos diferentes diretores do BC e o presidente da autoridade monetária, Roberto Campos Neto.

"Não há qualquer tipo de reparo em relação a falas anteriores", disse o diretor em evento, em São Paulo. Ele também afirmou discordar da interpretação de que suas declarações colocaram o BC em um "corner", ou seja, encurralaram a autoridade monetária em relação ao futuro dos juros. Nesta semana, Luis Stuhlberger, da Verde Asset, havia dito que "depois de tudo que o Galípolo falou, o BC ficou no corner".

Tanto Galípolo quanto o diretor de política econômica, Diogo Guillen, disseram que não se deve confundir balanço de riscos com uma projeção para a Selic. "O balanço de riscos não deveria ser visto como 'guidance' de política monetária, ele é o balanço de riscos sobre a projeção de inflação, e temos tentado ser transparentes sobre 'guidance', sobre o que estamos pensando através do comunicado e através da ata", disse Guillen em outro evento, no Rio.

Galípolo destacou que o BC chegará na próxima reunião do Copom, em setembro, com todas as alternativas na mesa, inclusive de alta dos juros, "como já está na ata". De acordo com ele, era essa a mensagem que estava buscando transmitir. Ele voltou a dizer, no entanto, que uma posição difícil para a autoridade monetária não é ter que subir juros, e sim ter inflação acima da meta. "Subir juros é cotidiano", acrescentou.

O diretor afirmou que "de maneira alguma se pensa ou se pode" utilizar a banda de inflação para diminuir o esforço de buscar a meta, que é 3%. Em relação às perspectivas macroeconômicas, disse que o cenário hoje inclui revisões sistemáticas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento da renda, baixa taxa de desemprego e alta nas previsões de crédito.

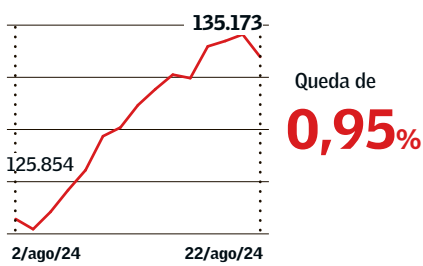
"O BC tende a ser mais conservador, não gosta de correr risco", disse, acrescentando que, assim, o colegiado quer reunir mais informações e, assim, tomar uma decisão sobre os juros. "Estamos dependentes de dados, sem nenhum tipo de guidance", disse.

Ele reforçou a mensagem de que é um equívoco estabelecer relação mecânica entre câmbio e política monetária. "Campos Neto e diferentes diretores têm dito isso", afirmou.

Guillen, por sua vez, comentou que o processo de desinflação arrefeceu e disse que a autarquia quer entender como o câmbio vai afetar as projeções de inflação. O diretor observou que há uma deterioração sobre a percepção da situação fiscal, mas ressaltou que o mercado de trabalho segue mais dinâmico do que o previsto.

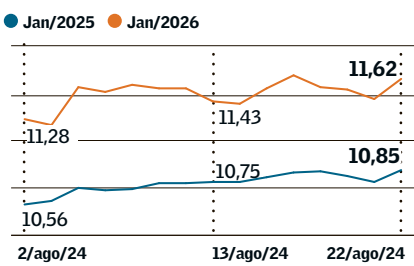
Ibovespa
Em pontos

135.173 · 125.854 · 2/ago/24 · 22/ago/24

Queda de **0,95%**

Bolsas internacionais
Variações no dia 22/ago24 - em %

Bolsa	Variação
Dow Jones	-0,43
S&P 500	-0,89
Euronext 100	-0,13
DAX	0,24
CAC-40	-0,01
Nikkei-225	0,68
SSE Composite	-0,27

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

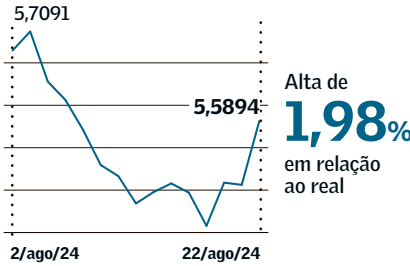
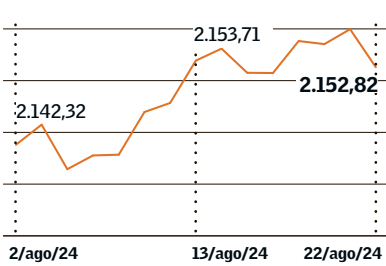
Jan/2025: 10,56 · 10,75 · 10,85
Jan/2026: 11,28 · 11,43 · 11,62
2/ago/24 · 13/ago/24 · 22/ago/24

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

5,7091 · 5,5894 · 2/ago/24 · 22/ago/24

Alta de **1,98%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

2.142,32 · 2.153,71 · 2.152,82 · 2/ago/24 · 13/ago/24 · 22/ago/24

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercados Investidores reduzem exposição a ativos de risco após dados do setor de serviços e na expectativa de fala de Powell hoje

Wall Street adota cautela à espera de Jackson Hole

Gabriel Caldeira, Eduardo Magossi e Igor Sodré
De São Paulo

Os investidores em Wall Street reduziram sua exposição a ativos de risco no pregão de ontem em preparação ao discurso do presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Jerome Powell, que ocorre às 11h desta sexta-feira, durante o Simpósio de Jackson Hole.

A apreensão antes dos comentários aumentou depois que o índice de gerentes de compras (PMI) do setor de serviços dos Estados Unidos exibiu um desempenho melhor que o esperado em agosto, o que sugere uma política monetária mais restritiva. Além disso, o crescimento de Donald Trump nas apostas para as eleições presidenciais de novembro ajudaram a pressionar a curva de juros americana e deu apoio ao dólar desde o início da sessão.

Com isso, o índice Dow Jones fechou em queda de 0,43%, a 40.712,78 pontos; o S&P 500 recuou 0,89%, a 5.570,64 pontos; e o Nasdaq teve forte baixa de 1,67%, a 17.619,35 pontos.

Já a taxa da T-note (título do Tesouro americano) de 2 anos encerrou o dia em alta, passando de 3,943%, no ajuste anterior, a 4,016%, enquanto a da T-note de 10 anos subiu de 3,805% a 3,857%. Por fim, o índice DXY, que mede o dólar contra uma cesta de seis moedas pares, terminou a tarde de ontem em alta de 0,47%, a 101,516 pontos.

Os mercados de câmbio e renda fixa dos Estados Unidos operaram de olho na chance de desistência do candidato independente às eleições presidenciais do país, Robert Kennedy Jr., que tem sinalizado apoio a Trump. Isso elevou as apostas por uma vitória do republicano, que chegou até a ultrapassar as chances da candidata democrata, Kamala Harris, de acordo com a plataforma "Election Betting Odds", que compila dados de quatro casas de apostas dos Estados Unidos.

Segundo participantes do mercado ouvidos sob condição de anonimato, o aumento das chances de vitória de Donald Trump podem ter apoiado a alta tanto do dólar quanto dos rendimentos dos Treasuries. Isso ocorre por conta das propostas para as políticas de comércio exterior e imigração de Trump, vistas como inflacionárias pelos economistas. Há ainda questões relacionadas a eventuais ruídos geopolíticos sob uma nova administração do republicano, o que eleva os riscos precificados pelos investidores e favorece a busca pela segurança do dólar.

1,67% **foi a queda do índice Nasdaq na sessão de ontem**

De qualquer forma, o foco do mercado segue na política monetária do Fed e no discurso de seu presidente, Jerome Powell, no simpósio anual de Jackson Hole. Após a ata da última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc) ter praticamente sacramentado o corte de juros esperado para setembro, os investidores aguardam para ver se Powell tornará o cenário ainda mais claro ao sinalizar para uma redução mais contida, de 0,25 ponto percentual, ou mais agressiva, de 0,5 ponto.

Comentários de dirigentes do Fed sugeriram um início de flexibilização monetária mais cauteloso. Susan Collins, presidente do Fed de Boston, e Patrick Harker, do Fed da Filadélfia, argumentaram a favor de um processo "gradual", "metódico" e "previsível" de cortes. Já Jeffrey Schmid, chefe da distrital de Kansas City do BC americano, afirmou que ainda precisa ver a evolução dos indicadores para apoiar uma redução dos juros.

A postura conservadora de Schmid ganhou alguma sobrevida ontem após a leitura de agosto do PMI do setor de serviços dos Estados Unidos, que subiu a 55,2 pontos. O dado apoiou a ideia de que a economia americana segue forte e de que há riscos para o mandato de inflação do Fed. Já os pedidos semanais por seguro-desemprego tiveram alta modesta para 232 mil, número que não sugeriu uma desaceleração vertiginosa do mercado de trabalho.

Em meio aos sinais conflitantes da economia americana, Powell deve tornar ainda mais claro que o Fed cortará juros em setembro, mas sem se comprometer com um ritmo específico de flexibilização monetária, avaliam Ian Lyngen e Vail Hartman, estrategistas de renda fixa do BMO Capital Markets.

"Por mais frustrante que isso seja para o mercado, o Fed quer que os investidores saibam que a normalização começará em breve, mantendo a flexibilidade para responder aos dados econômicos antes do primeiro corte (e depois)", dizem os profissionais.

Caixa aposta em 'bets', mas promete ações contra vício em jogos

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

A Caixa Econômica Federal avalia que as apostas esportivas, conhecidas como "bets", não concorrem diretamente com as loterias tradicionais, das quais o banco público tem o monopólio. Ainda assim, admite que precisou entrar com pedido de licença para criar uma bet porque esse mercado se tornou tão grande que a instituição não queria ficar para trás.

No evento sobre os resultados do banco no segundo trimestre, o tema que dominou foi o das bets. A Caixa, assim como mais de cem empresas, se inscreveu junto ao Ministério da Fazenda para poder operar esse tipo de aposta.

O presidente da Caixa, Carlos Vieira, disse não acreditar que o país terá tudo isso de operadoras e que certamente o banco será um dos líderes do setor. Disse, porém, que "evidentemente precisa haver ação educativa" ao falar sobre a preocupação com o vício em jogos. "Vamos fazer conscientização, ninguém quer que pessoas prejudiquem sua renda para jogos", disse.

Lucíola Vasconcelos, CEO da Caixa Loterias, disse que a instituição continuará tendo como princípio o cuidado com o apostador. Ela disse que haverá limites, alertas e auxílio a apostadores, se for o caso. "O mercado de bets é muito grande e a regulamentação foi importante."

Vieira disse que, com nova dinâmica de jogos, o governo trouxe para si a responsabilidade de regulamentação. "O Brasil hoje tem faturamento em torno de R$ 3 bilhões em jogos, é pouco perto de outros países", disse. "Nossa entrada nas 'bets' tem efeito social muito importante, porque parte significativa da tributação vai para o público que precisa de assistência", disse.

Vasconcelos afirmou que a instituição estima que as bets devem representar, no futuro, cerca de 50% da arrecadação que há nas loterias tradicionais. No primeiro semestre deste ano, as loterias arrecadaram R$ 12,3 bilhões, valor 19% maior que o apurado no mesmo período do ano anterior. "Nosso modelo de bets não vai ser focado em ponto físico, vamos operar como todas as outras operadoras", disse ainda.

As regras impostas pelo governo exigem um capital mínimo de R$ 30 milhões para as operadoras de bets, e o capital da Caixa Loterias é de cerca de R$ 10 milhões. Segundo Vasconcelos, as normas dão um prazo para as empresas se adequarem e isso será suficiente para a Caixa cumprir as exigências.

Sobre os resultados do segundo trimestre, o vice-presidente financeiro da Caixa, Marcos Brasiliano, disse que as provisões da instituição estão caindo, enquanto a carteira de crédito registra crescimento de dois dígitos. "A provisão de risco de crédito está caindo, com qualidade da carteira e controle da adimplência". A inadimplência, em 2,20%, consolida, segundo ele, o trabalho feito pela instituição no controle do índice.

Já a vice-presidente de habitação, Inês Magalhães, disse que não há "bala de prata" para o "funding" do crédito imobiliário e que é preciso um conjunto de ações. A Caixa tem chamado a atenção sobre a necessidade de se discutir o tema. "Não é que não tem dinheiro, o que queremos é que ele não custe mais do que custa hoje."

Vieira ressaltou que a Caixa tem colocado o tema em discussão, mas que a questão é complexa. Ele tem dito que para 2024 a situação de funding está resolvida, mas para 2025 pode haver problemas. Questionado, o executivo disse que ainda há tempo de, até o fim do ano, para que se encontrem caminhos.

Pátria entra em 'cripto' com aporte de R$ 11 milhões em tokenizadora

Toni Sciarretta
De São Paulo

A gestora Pátria Investimentos, que atua com private equity e ativos alternativos, fez um aporte de R$ 11 milhões na Liqi, uma das tokenizadoras mais ativas no país. O investimento, o primeiro do quarto fundo de venture capital da gestora, marca a entrada do Pátria no segmento de ativos digitais, blockchain e tokenização.

A nova rodada na Liqi faz parte de uma extensão da série A de investimento, que visa expandir a oferta de produtos, ampliar as fontes de receita e diversificar a base de clientes. Antes do Pátria, entraram o banco Itaú, a gestora Galápagos, a Oliveira Trust, de serviços fiduciários, e a Honey Island, de investimentos em fintechs. Ao todo, a Liqi recebeu R$ 57,5 milhões e seu "valuation" ruma para R$ 200 milhões, segundo estimativas do mercado.

Fundada em 2021 por Daniel Coquieri, ex-BitcoinTrade, uma das plataformas pioneiras em criptomoedas no país, a Liqi vem se destacando na tokenização de ativos de renda fixa e no fornecimento de tecnologia do tipo Crypto as a Service (CaaS) para terceiros. A Liqi já emitiu R$ 250 milhões em tokens de recebíveis, duplicatas, notas comerciais e cédulas de crédito bancário (CCB). A startup espera terminar o ano com emissões de R$ 500 milhões. Entre os clientes estão o próprio Itaú e Kavak e BV, que trabalham com financiamento de veículos.

No fim do ano passado, a Liqi liderou junto com o Itaú e a Oliveira Trust a criação da primeira versão tokenizada de fundo de investimento em direito creditório (FIDC), fonte de recursos para pequenas e médias empresas, com perspectiva de redução significativa de custos. Em março, criou uma área de "token capital markets", liderada por André Pina, executivo com passagens por Citibank, HSBC, Captalys e Finvest.

DIVULGAÇÃO

"Gostamos do posicionamento da Liqi, dos sócios e da postura em relação aos reguladores" *Pedro Melzer*

Segundo Pedro Melzer, sócio do Pátria responsável pela área de venture capital, esse aporte na Liqi é "um primeiro cheque" que antecede investimentos subsequentes mais vultosos nas empresas que fazem parte do portfólio.

"Sabemos que tem ainda muita água para rolar nesse mercado, mas encontramos na Liqi e na figura do Daniel [Coquieri] um profundo conhecimento de tokenização. Gostamos do posicionamento da Liqi nesse mercado, dos sócios que conseguiu atrair, da postura em relação aos reguladores. Mesmo que ainda não seja [um mercado] maduro, esse é um risco que gostamos de correr", disse Melzer.

O executivo conta que o Pátria buscava uma startup bem posicionado na digitalização de serviços e infraestrutura financeira, que pudesse ter sinergia com outras fintechs investidas. O Pátria conta hoje com R$ 215 bilhões de ativos sob gestão e tem participações relevantes em empresas como Avenue, Creditas, Hashdex, Klubi, Condo-Conta, Liber Capital e Bxblue.

Para o Pátria, a Liqi pode aproveitar a onda da tokenização de ativos do mundo real, que hoje ultrapassa os US$ 130 bilhões em capitalização e que pode alcançar US$ 1 trilhão até 2030, segundo projeção do J.P. Morgan e do Citigroup.

"Acreditamos que [a tokenização] é uma questão de tempo, que a visão da CVM [Comissão de Valores Mobiliários] e do BC [Banco Central] vão nessa direção. Queremos estar perto dos players que estão mais bem preparados para surfar quando esse mercado crescer", disse ele.

Segundo Coquieri, uma vantagem da Liqi é que a empresa cria seus tokens inteiramente dentro da blockchain utilizando contratos inteligentes que contém as regras da operação, enquanto a maioria das demais tokenizadoras apenas reproduzem operações contratuais das finanças tradicionais. "Tanto emissores como investidores conseguem ter mais segurança, transparência, redução de custos e melhores rentabilidades com o uso da tecnologia."

BC quer regulação de IA que proteja cidadão e fomente inovação

Álvaro Campos
De São Paulo

O diretor do departamento de regulação do Sistema Financeiro do Banco Central (BC), Antônio Marcos Guimarães, afirmou que a autoridade tem participado ativamente das discussões no Congresso sobre a regulação da inteligência artificial (IA). Para ele, é preciso construir um projeto de lei que proteja o cidadão e ao mesmo tempo fomente a inovação.

Guimarães explicou durante evento da Associação Brasileira de Bancos (ABBC) que, atualmente, a regulação da União Europeia é o referencial mundial sobre IA e que o projeto de lei brasileiro mais avançado se inspira nela. Trata-se do projeto 2.338, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e cujo relator é Eduardo Gomes. "Temos conversado bastante com o gabinete do relator. Uma discussão grande é a transparência e a auditabilidade", diz, acrescentando que a interoperabilidade é um desafio que terá de ser enfrentado mais à frente.

João Paulo Aragão Pereira, especialista em tecnologia da Microsoft, reforçou que a IA generativa não é um hype (moda passageira) e que é segura. Ele citou alguns casos de uso no setor financeiro, como "chatbots" mais conversacionais, maior personalização, chegando até a "bancos quânticos", que seriam instituições incumbentes, mas que, com o uso de muita tecnologia, conseguem a agilidade de uma fintech.

Ele deu um exemplo de uma ferramenta de IA que, com base no padrão de cliques do usuário no aplicativo do banco, consegue classificar a probabilidade dele pagar um crédito em atraso.

Na parte da regulação, Guimarães disse que o padrão da União Europeia divide as tecnologias de IA em quatro níveis de risco (inaceitável, alto, limitado e mínimo). No Brasil, o projeto tem três graus (excessivo, alto e outros). Nos dois modelos, as ferramentas qualificadas no maior nível de risco serão proibidas. A diferença é que, no europeu, as tecnologias de risco "alto" devem exigir uma aprovação prévia dos reguladores, enquanto no Brasil não será necessária essa anuência anterior ao desenvolvimento.

"Isso me parece algo acertado, dá certa autonomia até para haver uma autorregulação dos mercados, sem deixar de haver uma supervisão ex-post." Ele comentou ainda, que o sandbox regulatório pode ter um salto de uso com casos de IA generativa.

Regulação Mudança corrige assimetria em relação a LCA estabelecida no início do ano, quando começaram a valer novas regras para diversos títulos incentivados

CMN reduz prazo de resgate de LCI

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Gamba: 'essencial' restabelecer regra

Rita Azevedo, Gabriel Shinohara e Jéssica Sant'Ana
De São Paulo e Brasília

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu reduzir o prazo de resgate das Letras de Crédito Imobiliário (LCI) de 12 meses para nove. A mudança corrige uma assimetria entre o prazo desses papéis e o das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) estabelecida no início do ano, quando começaram a valer novas regras para vários títulos incentivados.

Em nota, o Banco Central (BC) informou que a decisão de ontem considerou que as LCIs são papéis que têm relação semelhante de risco e retorno com as LCAs e que deveriam ter o prazo equalizado. O CMN considerou que "os investidores possuem preferência por liquidez e que os prazos diferenciados trariam condições desfavoráveis para as instituições com atuação voltada para o mercado imobiliário".

Durante a manhã de ontem, o diretor de regulação do BC, Otávio Damaso, participou de um evento da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e disse que as mudanças de fevereiro foram feitas "de forma cirúrgica", mas que talvez "tenhamos uma perninha errada", que era justamente a assimetria de prazos de resgate das LCIs e das LCAs.

No mesmo evento, o presidente da Abecip, Sandro Gamba, defendeu que o restabelecimento das regras para a emissão das LCIs é "essencial" para o desenvolvimento do crédito imobiliário. Além de ampliar os prazos de resgate, a norma de fevereiro vedou a captação de recursos para o crédito imobiliário com lastro em operações de empréstimos garantidos por alienação fiduciária ou hipoteca concedidos a pessoas jurídicas.

Para Gamba, as LCIs, assim como as Letras Imobiliárias Garantidas (LIG), foram importantes para a transição de um modelo de financiamento imobiliário dependente somente da poupança para um cenário de complementaridade com outras fontes, como os instrumentos bancários e do mercado de capitais. "A LCI foi fundamental, mas houve o impacto das mudanças de regras. Em termos de CRI [certificados de recebíveis imobiliários], o ajuste foi positivo, mas vimos que em termos de LIG e LCI o impacto foi inverso", disse.

O diretor de crédito imobiliário do Bradesco, Romero Gomes de Albuquerque, disse que um dos impactos das mudanças nas regras das LCIs foi o encarecimento do funding imobiliário. Para ele, as regras impostas pelo CMN visavam corrigir alguns "exageros", como a emissão de CRIs por empresas fora do setor, mas acabaram afetando as LCIs.

"O banco precisa pagar um pouco mais de prêmio porque está alongando o papel", explicou o executivo. "A alteração de regras tinha um propósito até justo, mas foi ruim no aspecto de encarecer o funding. Se a gente simplesmente voltar a ter uma liquidez mais adequada, talvez 90 dias com era antes, ou menos que 12 meses, vamos ter o adicional das LCIs, o que deve se traduzir em taxa de juros mais adequada", afirmou o diretor do Bradesco antes da divulgação da decisão do CMN.

Resolução fecha cerco a empresa que via CDCA como opção de isento

Rita Azevedo
De São Paulo

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fechou o cerco a empresas que enxergavam os certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA) como alternativa de captação com títulos isentos. Em reunião ontem, o colegiado aumentou as restrições para essas ofertas, de forma semelhante ao que tinha sido feito em fevereiro, quando fechou as portas para companhias de fora do setor do agronegócio que emitiam certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Pelo menos três emissões de CDCAs seriam lançadas nas próximas semanas, segundo fontes que acompanham as ofertas.

As companhias corriam contra o tempo porque havia um temor no mercado de que o CMN impediria as operações em algum momento. O BTG, dono de uma trading agrícola, foi o primeiro a "ressuscitar" os CDCAs, que existem há duas décadas, mas não eram tão populares. A emissão foi feita neste mês pela unidade dedicada à negociação de commodities, chamada Engelhart, e movimentou R$ 8,5 bilhões. A demanda foi forte, ultrapassando R$ 12 bilhões.

Na esteira da operação do BTG, a Vamos registrou nesta semana uma oferta de R$ 685 milhões que poderá chegar a R$ 856,2 milhões, dependendo da venda de um lote adicional. O prazo é de sete anos e a remuneração deve ser definida até o dia 16 de setembro. A liquidação está prevista para 19 de setembro, conforme o cronograma da oferta. Os papéis, assim como na operação do BTG, são voltados a investidores qualificados.

As novas regras não irão afetar a operação da Vamos nem a do BTG, que já foi liquidada. Segundo o CMN, a decisão de ontem não se aplica aos títulos que já tinham sido devidamente distribuídos ou objeto de requerimento perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os recursos captados pela Vamos serão utilizados para atividades relacionadas à locação e manutenção de caminhões, máquinas, equipamentos ou implementos agrícolas. Pelos termos da operação, se for o caso de a empresa usar o dinheiro na compra de caminhões, máquinas e equipamentos em geral, como carros, os itens serão usados exclusivamente nas atividades de produção e comercialização de produtos e insumos agropecuários.

Em nota, o Ministério da Fazenda, que preside o CMN, disse que "a medida visa a aumentar a eficiência da política pública no suporte ao agronegócio", assegurando que esses títulos sejam lastreados em "operações compatíveis com as finalidades que justificaram a sua criação". "Dessa forma, o CMN reafirma a possibilidade de empresas típicas do agronegócio financiarem suas atividades por meio da emissão de CDCAs", conforme o texto.

Pelas regras antigas, não havia impedimento para as ofertas dos CDCAs, segundo três advogados ouvidos pelo **Valor**. A lei diz que podem emitir os títulos as companhias que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Esses papéis também são utilizados como lastro para as operações com Letras de Crédito Agrícola (LCA).

O que desmotivava as empresas a emitirem CDCAs, até então, era a opção de emitir CRAs, que já estavam consolidados no mercado e cujo processo de estruturação era mais simples. Além disso, os CDCAs não estavam na prateleira de produtos de todos os bancos de investimento.

Segundo fontes, a emissão do BTG chamou a atenção da CVM. A autarquia pediu mais de uma vez a reapresentação de documentos. O cronograma da operação chegou a ser modificado e documentos como o prospecto preliminar da operação foram reapresentados três vezes para atender exigências da autarquia, como mostram os próprios documentos públicos da emissão.

A oferta foi a primeira que teve a distribuição mais pulverizada entre investidores qualificados, o que poderia justificar a maior preocupação da autarquia. Além disso, disse uma fonte, havia dúvidas de quais normas seriam aplicadas na operação, que era, de certa forma, incomum. Outra fonte próxima à operação disse que o tipo de alteração da documentação feita por exigência da CVM evidenciava uma tentativa de aproximação do CDCA ao regime aplicável aos CRAs. Procurada, a CVM disse que não comenta casos específicos. O BTG não enviou posicionamento até o fechamento desta edição.

Desde o início de 2023, quando passou a ser permitido o registro automático de ofertas — no caso de serem direcionadas a investidores mais sofisticados e tendo como emissores empresas que já acessaram o mercado antes — foram realizadas apenas três ofertas de CDCAs. Além de Engelhart (BTG) e Vamos, a Distribuidora Rio Branco de Petróleo captou R$ 50 milhões em outubro de 2023.

Dados do Ministério da Fazenda indicam que, em junho, o estoque de CDCAs era de R$ 32 bilhões, 8% acima do apontado no mesmo mês de 2023.

Pelo menos três emissões seriam lançadas nas próximas semanas, segundo fontes que acompanham as ofertas

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 22/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.135,1020690	-0,02	0,59	6,11
IRF-M	1+**	20.519,5240270	-0,45	1,10	2,90
IRF-M	Total	18.630,0684130	-0,31	0,93	3,83
IMA-B	5***	9.410,8893960	-0,05	0,55	4,84
IMA-B	5+****	11.589,5816540	-0,14	1,87	-0,13
IMA-B	Total	10.117,8537350	-0,10	1,14	2,13
IMA-S	Total	6.837,6374580	0,04	0,65	7,00
IMA-Geral	Total	8.325,8686870	-0,08	0,89	4,73

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	08/08	07/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	32,58	34,63	31,99	29,63	34,83	32,67
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	25,91	26,48	24,67	24,96	25,05	26,60
Conta garantida pré - a.a.	46,51	39,52	35,95	38,67	40,74	43,21
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,70	21,69	21,20	21,70	22,70	28,01
Vendor pré - a.a.	15,55	15,81	15,86	15,28	16,87	18,60
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	14,60	14,07	16,30	16,30	17,84	22,48
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,57	20,32	18,11	18,30	17,82	17,93
Conta garantida pós - a.a.	24,75	24,66	24,38	24,76	24,41	28,18
ACC pós - a.a.	8,50	8,65	7,77	8,30	8,36	8,70
Factoring - a.m.	3,23	3,25	3,23	3,25	3,25	3,51

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	22/08/24	21/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3100	5,3500	5,3800	5,3400	5,3000
1 mês	-	5,3495	5,3532	5,3512	5,3471	5,2792
3 meses	-	5,3676	5,3666	5,3612	5,3591	5,1603
6 meses	-	5,3940	5,3932	5,3905	5,3893	5,0177
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6630	3,6620	3,6530	3,6650	3,6550
1 mês	-	3,6691	3,6686	3,6681	3,6676	3,5649
3 meses	-	3,7388	3,7546	3,7943	3,8143	3,3878
6 meses	-	3,8493	3,8576	3,8781	3,8889	3,1028
1 ano	-	3,9127	3,9125	3,9106	3,9027	2,1687
Euribor ***						
1 mês	-	3,596	3,599	3,630	3,618	3,637
3 meses	-	3,542	3,549	3,647	3,685	3,808
6 meses	-	3,410	3,375	3,579	3,642	3,951
1 ano	-	3,162	3,117	3,390	3,508	4,106
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,31	5,29	5,33	5,37	5,37	5,38
T-Bill (3 meses)	5,16	5,15	5,22	5,27	5,32	5,44
T-Bill (6 meses)	4,91	4,88	5,00	5,09	5,18	5,48
T-Note (2 anos)	4,03	3,93	4,10	4,26	4,45	5,05
T-Note (5 anos)	3,74	3,66	3,79	3,91	4,16	4,49
T-Note (10 anos)	3,87	3,80	3,91	4,03	4,25	4,33
T-Bond (30 anos)	4,14	4,08	4,17	4,31	4,49	4,40

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

	Mês						Acumulado	
Renda Fixa	ago/24*	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Ano*	12 meses**
Selic	0,63	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,84	11,50
CDI	0,63	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,84	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	0,93	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	3,83	8,37
IMA-B	1,14	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,13	4,38
IMA-S	0,65	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,00	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	5,89	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	0,74	4,68
Índice Small Cap	5,31	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-9,01	-13,36
IBrX 50	5,52	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	2,18	6,82
ISE	6,90	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-1,22	-4,44
IMOB	6,10	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-7,51	-8,60
IDIV	5,46	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	3,80	11,06
IFIX	0,41	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,03	5,25
Dólar Ptax (BC)	-1,94	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	14,69	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-1,14	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	15,19	19,56
Euro (BC) (4)	0,68	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	15,30	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	1,47	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	15,63	17,68
Ouro (BC)	0,49	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	37,85	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 22/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 19/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.687.126,31					-3.251,15	68.838,41	328.902,38	299.409,69
RF Indexados (2)	146.520,47	-0,04	0,80	4,25	7,72	-108,99	-771,22	-10.449,09	-15.319,83
RF Duração Baixa Soberano (2)	706.629,97	0,04	0,47	6,18	10,43	102,73	18.755,03	58.436,79	51.685,21
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	893.084,39	0,04	0,55	7,07	11,91	-1.950,60	18.919,44	85.211,01	89.005,14
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	190.541,50	0,05	0,05	7,14	11,97	266,41	4.106,77	81.466,75	85.859,07
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	171.575,21	-0,01	0,67	5,94	9,38	-34,54	701,83	-3.280,16	-4.829,31
RF Duração Livre Soberano (2)	214.147,67	0,01	0,58	5,90	10,02	178,17	-5.961,12	-17.353,64	-34.477,71
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	665.252,44	0,01	0,61	6,41	10,72	-1.308,94	10.852,89	-20.914,84	-40.028,47
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	394.200,42	0,00	0,78	6,63	11,28	820,90	7.646,59	103.293,30	144.283,00
Ações	651.509,29					-495,10	-1.931,30	1.808,91	45.221,23
Ações Indexados (2)	10.957,94	1,36	6,41	1,22	17,12	13,61	192,91	312,05	-814,01
Ações Índice Ativo (2)	31.749,59	1,43	6,31	0,09	13,74	-95,72	-598,72	-5.914,30	-5.333,35
Ações Livre	236.696,35	1,30	5,82	2,67	13,95	-381,45	-1.401,20	-1.085,49	-5.704,58
Fechados de Ações	126.254,74	0,73	2,15	-2,78	-0,45	0,94	-10,19	-1.951,54	29.623,32
Multimercados	1.632.328,56					-1.526,06	-27.778,29	-134.570,60	-264.041,94
Multimercados Macro	138.591,42	0,08	0,90	3,08	7,24	-690,43	-4.519,62	-41.240,39	-62.289,34
Multimercados Livre	631.402,57	0,05	0,87	5,90	10,57	-529,31	-954,54	-15.353,03	-77.243,30
Multimercados Juros e Moedas	48.419,40	-0,03	0,51	6,15	10,79	-37,72	-426,94	-9.865,07	-15.404,11
Multimercados Invest. no Exterior (2)	731.318,31	-0,24	-0,22	6,56	11,70	-275,91	-21.984,93	-69.318,39	-104.956,67
Cambial	6.580,88	-1,16	-3,67	15,55	15,40	-14,09	455,79	-225,27	-812,47
Previdência	1.467.373,88					179,85	3.071,21	26.232,79	41.491,15
ETF	43.517,44					-140,76	-866,47	-3.245,67	-4.086,33
Demais Tipos	2.100.995,67					-1.061,64	17.653,06	90.379,51	88.025,06
Total Fundos de Investimentos	**7.488.436,38**					**-5.247,31**	**41.789,35**	**218.902,55**	**117.181,33**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.805.348,39**					**2.874,63**	**11.688,74**	**98.716,85**	**163.066,95**
Total Fundos Off Shore (4)	**50.481,47**					-	-	-	-
Total Geral	**9.344.266,23**					**-2.372,68**	**53.478,10**	**317.619,40**	**280.248,28**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	22/08/24	21/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,89
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9408
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,43
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9811
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,65	10,58	10,58	10,50	10,50	12,69
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,11	10,98	10,99	10,83	10,75	12,08
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,47	10,45	10,44	10,42	10,42	13,04
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,54	10,51	10,49	10,45	10,45	12,89
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,66	10,58	10,58	10,50	10,49	12,71
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,80	10,70	10,71	10,59	10,56	12,48
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,10	10,96	10,96	10,81	10,74	12,12
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,49	11,37	11,41	11,38	11,24	11,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 22/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.725,29	10,410	138.793	10,404	10,410	10,404
Vencimento em out/24	98.899,22	10,475	361.537	10,448	10,478	10,474
Vencimento em nov/24	97.987,40	10,568	31.245	10,536	10,574	10,570
Vencimento em dez/24	97.217,98	10,691	73.234	10,635	10,710	10,700
Vencimento em jan/25	96.347,04	10,855	1.554.642	10,750	10,860	10,845
Vencimento em fev/25	95.430,87	10,993	13.997	10,930	11,010	10,965
Vencimento em mar/25	94.575,86	11,145	4.790	11,075	11,165	11,110
Vencimento em abr/25	93.776,03	11,242	165.467	11,115	11,250	11,230
Vencimento em mai/25	92.943,12	11,318	1.139	11,260	11,320	11,285
Vencimento em jun/25	92.080,26	11,375	5.512	11,340	11,375	11,340
Vencimento em jul/25	91.245,76	11,448	561.633	11,320	11,465	11,430

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.595,64	2,05	285.305	5.486,00	5.610,50	5.607,50
Vencimento em out/24	5.612,90	2,06	1.865	5.569,00	5.615,00	5.607,00
Vencimento em nov/24	5.633,29	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.650,11	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.670,58	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.219,83	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.247,65	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.280,35	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	137.122	-1,06	106.950	136.750	138.820	137.325
Vencimento em dez/24	139.342	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	141.444	-1,02	10.905	140.985	142.000	140.985

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 22/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,5518	5,5524	1,49	-1,94	14,69	12,33
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5888	5,5894	1,98	-1,14	15,19	13,14
Dólar Turismo (R$/US$)	5,6259	5,8059	2,03	-0,90	15,03	13,13
Euro (BC) - (R$/€)	6,1692	6,1704	1,22	0,68	15,30	15,07
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,2080	6,2086	1,59	1,47	15,63	15,88
Euro Turismo (R$/€)	6,2832	6,4632	1,60	1,57	15,27	15,69
Euro (BC) - (US$/€)	1,1112	1,1113	-0,27	2,67	0,53	2,44
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	443,0806	443,1285	0,44	0,49	37,85	47,02
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.484,37	-1,12	1,58	20,30	30,86
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.505,10	-0,10	3,53	21,47	31,72

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	22/08/24	21/08/24	No fim de jul/24	dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	176.383,39	178.642,18	164.489,50	173.997,89	-1,26	7,23	1,37
Valor-Coppead Mínima Variância	105.478,50	105.127,70	101.224,36	93.533,91	0,33	4,20	12,77

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/ Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 22/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 22/08/24

Índice	22/08/24	21/08/24	Em 31/07/24	29/12/23	22/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	186,19	187,92	185,23	165,54	153,02	-0,92	0,52	12,48	21,68
S&P BNY Emergentes	354,98	361,99	350,11	312,75	286,06	-1,94	1,39	13,50	24,09
S&P BNY América Latina	195,66	199,60	189,19	225,28	196,91	-1,98	3,42	-13,15	-0,64
S&P BNY Brasil	196,97	201,67	186,11	232,95	195,11	-2,33	5,84	-15,44	0,95
S&P BNY México	289,43	292,03	295,36	331,67	322,11	-0,89	-2,01	-12,73	-10,14
S&P BNY Argentina	239,30	247,39	223,58	178,27	151,45	-3,27	7,03	34,24	58,00
S&P BNY Chile	141,21	143,03	139,05	162,12	165,11	-1,27	1,55	-12,90	-14,48
S&P BNY Índia	3.084,29	3.099,33	3.096,48	2.923,01	2.753,82	-0,49	-0,39	5,52	12,00
S&P BNY Ásia	217,17	220,85	218,49	189,60	172,41	-1,67	-0,60	14,54	25,96
S&P BNY China	316,79	320,70	306,01	336,11	325,75	-1,22	3,52	-5,75	-2,75
S&P BNY África do Sul	213,24	222,52	221,65	199,87	185,45	-4,17	-3,79	6,69	14,98
S&P BNY Turquia	33,21	34,17	36,85	22,45	23,75	-2,81	-9,87	47,91	39,82

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
05/08 a 05/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8430
06/08 a 06/09	0,0742	0,5746	0,5746	0,8425
07/08 a 07/09	0,0743	0,5747	0,5747	0,8439
08/08 a 08/09	0,0706	0,5710	0,5710	0,8068
09/08 a 09/09	0,0671	0,5674	0,5674	0,7720
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 22/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	135.173	-0,95	5,89	0,74	16,37
IBrX	56.975	-0,97	5,69	0,93	16,58
IBrX 50	22.702	-0,87	5,52	2,18	18,33
IEE	93.413	-0,51	4,74	-1,63	8,22
SMLL	2.141	-2,27	5,29	-9,01	-5,40
ISE	3.718	-1,59	6,91	-1,22	6,82
IMOB	935	-2,41	6,11	-7,51	-1,22
IDIV	9.419	-0,85	5,47	3,80	20,42
IFIX	3.379	-0,09	0,41	2,03	5,74
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.345	-2,40	7,98	-12,16	3,60
IBrX	10.261	-2,42	7,78	-11,99	3,79
IBrX 50	4.089	-2,33	7,61	-10,91	5,34
IEE	16.824	-1,97	6,81	-14,22	-3,65
SMLL	386	-3,71	7,37	-20,67	-15,78
ISE	670	-3,04	9,02	-13,87	-4,90
IMOB	168	-3,85	8,21	-19,35	-12,06
IDIV	1.696	-2,31	7,55	-9,49	7,21
IFIX	609	-1,56	2,40	-11,04	-5,86

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	12/08/24	365.954
jan/24	353.563	13/08/24	367.023
fev/24	352.705	14/08/24	367.554
mar/24	355.008	15/08/24	366.347
abr/24	351.599	16/08/24	366.858
mai/24	355.560	19/08/24	367.652
jun/24	357.827	20/08/24	368.375
jul/24	363.282	21/08/24	368.997

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	22/08/24	21/08/24	20/08/24	19/08/24	16/08/24	15/08/24
Índice	2.152,82	2.157,96	2.155,94	2.156,36	2.152,03	2.152,06
Var. no dia	-0,24%	0,09%	-0,02%	0,20%	0,00%	-0,15%
Var. no mês	1,04%	1,28%	1,18%	1,20%	1,00%	1,00%
Var. no ano	4,24%	4,49%	4,39%	4,41%	4,20%	4,21%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 22/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Venda	Em R$ ** Compra	Venda
Baht (Tailândia)	34,5300	34,5600	0,16060	0,16080
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,5518	5,5524
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,5568	36,6484	0,1515000	0,1519000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7942	0,8094
Colon (Costa Rica)	520,2200	532,0000	0,010440	0,010670
Coroa (Dinamarca)	6,7140	6,7145	0,8268	0,8270
Coroa (Islândia)	136,9100	137,1900	0,04047	0,04056
Coroa (Noruega)	10,5920	10,5955	0,5240	0,5242
Coroa (Rep. Tcheca)	22,5690	22,5800	0,2459	0,2460
Coroa (Suécia)	10,2410	10,2448	0,5419	0,5422
Dinar (Argélia)	133,7550	134,3061	0,04134	0,04151
Dinar (Kuwait)	0,3056	0,3057	18,1609	18,1688
Dinar (Líbia)	4,7681	4,7904	1,1589	1,1645
Direitos Especiais de Saque ***	1,3472	1,3472	7,4794	7,4802
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6732	1,5114	1,5118
Dirham (Marrocos)	9,6755	9,6805	0,5735	0,5739
Dólar (Austrália)***	0,6707	0,6708	3,7236	3,7245
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,5518	5,5524
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7306	2,7787
Dólar (Canadá)	1,3605	1,3606	4,0804	4,0811
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,6489	6,7302
Dólar (Cingapura)	1,3105	1,3107	4,2358	4,2369
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,5518	5,5524
Dólar (Hong Kong)	7,7969	7,7970	0,7120	0,7121
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6138	0,6139	3,4077	3,4086
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7515	6,8260	0,8133	0,8224
Euro (Comunidade Européia)***	1,1112	1,1113	6,1692	6,1704
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0504	3,1115
Franco (Suíça)	0,8518	0,8519	6,5170	6,5184
Guarani (Paraguai)	7588,5300	7596,9300	0,0007308	0,0007317
Hryvnia (Ucrânia)	41,1706	41,2110	0,1347	0,1349
Iene (Japão)	145,9600	146,0100	0,03802	0,03804
Lev (Bulgária)	1,7601	1,7611	3,1525	3,1546
Libra (Egito)	48,7300	48,8300	0,1137	0,1139
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000062	0,000062
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00043	0,00043
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3093	1,3095	7,2690	7,2709
Naira (Nigéria)	1550,0000	1600,0000	0,00347	0,00358
Lira (Turquia)	33,9083	33,9151	0,1637	0,1637
Novo Dólar (Taiwan)	32,0140	32,0440	0,17330	0,17340
Novo Sol (Peru)	3,7607	3,7643	1,4749	1,4764
Peso (Argentina)	945,0000	945,5000	0,00587	0,00588
Peso (Chile)	920,7100	921,5200	0,006025	0,006031
Peso (Colômbia)	4067,2000	4071,3300	0,001364	0,001365
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2313	0,2314
Peso (Filipinas)	56,3100	56,3500	0,09852	0,09860
Peso (México)	19,4401	19,4506	0,2854	0,2856
Peso (Rep. Dominicana)	59,5600	59,9400	0,09262	0,09322
Peso (Uruguai)	40,3400	40,3700	0,13750	0,13760
Rande (África do Sul)	18,0237	18,0295	0,3079	0,3081
Rial (Arábia Saudita)	3,7519	3,7524	1,4795	1,4799
Rial (Irã)	42000,0000	42005,0000	0,0001322	0,0001322
Ringgit (Malásia)	4,3760	4,3800	1,2675	1,2688
Rublo (Rússia)	91,3000	91,3200	0,06080	0,06081
Rúpia (Índia)	83,9310	83,9860	0,06610	0,06615
Rúpia (Indonésia)	15595,0000	15605,0000	0,0003558	0,0003560
Rúpia (Paquistão)	278,5500	278,7500	0,01992	0,01993
Shekel (Israel)	3,6990	3,7190	1,4928	1,5011
Won (Coréia do Sul)	1343,2300	1343,9000	0,004131	0,004134
Yuan Renminbi (China)	7,1440	7,1455	0,7770	0,7772
Zloty (Polônia)	3,8536	3,8547	1,4403	1,4408

	Cotações Ouro Spot (2)	Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Venda
Dólar Ouro	2481,79	0,01253	443,0806	443,1285

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	22/08/24	21/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	40.712,78	40.890,49	-0,43	-0,32	8,02	18,73	32.417,59	41.198,08
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.491,84	19.824,84	-1,68	0,67	15,84	30,74	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.619,35	17.918,99	-1,67	0,11	17,37	30,46	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.570,64	5.620,85	-0,89	0,88	16,79	26,96	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.037,47	23.121,73	-0,36	-0,32	9,92	16,99	18.737,39	23.121,73
México	Cidade do México	IPC	53.316,20	53.864,73	-1,02	0,34	-7,09	0,35	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.334,96	1.347,33	-0,92	-0,80	11,69	19,65	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	93.092,05	93.018,66	0,08	3,22	60,97	152,26	36.599,96	94.058,81
Chile	Santiago	IPSA	6.476,39	6.495,43	-0,29	0,56	4,50	5,16	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.371,18	28.482,94	-0,39	-3,95	9,29	23,67	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.577.419,84	1.621.075,60	-2,69	4,62	69,67	165,58	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.477,32	1.479,22	-0,13	-0,80	5,86	9,99	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.493,39	18.448,95	0,24	-0,08	10,40	17,75	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.524,11	7.524,72	-0,01	-0,10	-0,25	3,91	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.310,93	33.312,41	0,00	-1,34	9,75	18,27	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.109,04	4.095,43	0,33	-0,51	10,82	13,36	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.740,88	2.695,27	1,69	-0,39	20,03	27,56	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.156,30	11.114,90	0,37	0,83	10,44	19,78	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.436,11	1.432,53	0,25	-2,85	11,06	10,43	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	908,36	907,65	0,08	-1,33	15,45	23,05	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.239,70	73.141,98	0,13	-1,10	20,82	28,31	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.170,37	84.205,76	-0,04	-0,21	7,28	23,49	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.645,03	6.673,99	-0,43	-0,94	3,89	10,47	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	940,61	951,10	-1,10	-12,63	-13,19	-11,06	940,61	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.541,10	2.523,94	0,68	-2,61	5,96	17,99	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.305,45	12.250,11	0,45	-0,10	10,48	13,15	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.921,40	9.904,79	0,17	-6,74	32,81	27,67	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.032,71	2.029,03	0,18	1,74	8,37	8,39	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	83.620,81	84.026,19	-0,48	1,03	8,75	14,11	69.451,97	84.026,19
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.211,01	37.951,80	0,68	-2,28	14,18	19,95	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.258,10	8.234,00	0,29	-0,75	5,47	12,41	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.505,08	1.521,41	-1,07	-6,56	-18,11	-22,41	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.848,77	2.856,58	-0,27	-3,06	-4,24	-8,70	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.707,67	2.701,13	0,24	-2,27	1,97	7,63	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.641,00	17.391,01	1,44	1,71	3,48	-0,84	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.053,19	80.905,30	0,18	-0,84	12,20	24,28	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.488,68	7.554,59	-0,87	3,21	2,97	8,27	6.642,42	7.554,59
Tailândia	Bangcoc	SET	1.341,03	1.337,83	0,24	1,53	-5,28	-13,24	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.148,83	22.237,89	-0,40	-0,23	23,52	34,74	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

HOLDING BENEVIX S/A

CNPJ nº. 29.491.641/0001-78

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. Acionistas convocados a se reunirem, em 1ª convocação, no dia 27/08/2024, às 10:00 (dez) horas, e em 2ª convocação, no dia 05/09/2024, às 10:00 (dez) horas na sede da companhia, situada na Rua Professor Carlos de Carvalho, 164, 8º Andar, Conjunto 81 e 82, Itaim Bibi, São Paulo/SP, CEP 04531-080. Os acionistas também poderão participar comparecendo às dependências da sede da controlada da companhia, situada na Avenida Doutor Olívio Lira, 353 – Térreo, 18º andar, Shopping Praia da Costa, Praia da Costa, Vila Velha/ES, CEP 29101-260, onde haverá sistema de videoconferência com interconexão com a sede. A presente Assembleia Geral tem como objetivo deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

1 - Formalização da renúncia de membro do Conselho de Administração;

2 - Eleição de membro do Conselho de Administração, para exercício do cargo até o fim do mandato da composição atual;

3 - Instalação da Comissão de Investigação Concorrencial (Artigo 36 do Estatuto Social);

4 - Assuntos gerais de interesse da companhia.

São Paulo/SP, 16 de agosto de 2024.

Thiago dos Santos Sestini

Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 1147/2024 – GMS/FUNDEPAR
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 91147/2024 – PNCP - UASG 929906

PROTOCOLO Nº 22.462.270-8. **OBJETO**: Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios do Grupo XII: Pães – pão de milho fatiado, pão de leite fatiado, pão de forma fatiado, pão para lanche, pão bisnaguinha tradicional, pão bisnaguinha integral, pão de batata e pão doce com farofa/chineque, destinados ao Programa de Alimentação Escolar, Colégios Estaduais Agrícolas e Florestal e demais estabelecimentos de ensino vinculados à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (dividido em 08 lotes). **VALOR MÁXIMO**: R$ 93.225.000,00 (noventa e três milhões duzentos e vinte e cinco mil reais). **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA**: 12 de setembro de 2024, às 08:30 (oito horas e trinta minutos). **MODO DE PARTICIPAÇÃO**: por meio do sistema eletrônico de licitações do Governo Federal - compras.gov. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o https://www.gov.br/compras **CONSULTA DO EDITAL E ANEXOS**: O Edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br e www.comprasparana.pr.gov.br **INFORMAÇÕES**: (41) 2117-8288 ou (41) 2117-8286. **DATA**: 21/08/2024. Comissão de Contratação.

12ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Capital/SP

megaleilões GESTOR JUDICIAL

EDITAL DE 1º E 2º LEILÃO e de intimação **do executado e depositário A. N. N.**, inscrito no CPF/MF sob o nº 755.116.XXX-XX; **bem como sua cônjuge, se casado for. A Dra. Clarissa Somesom Tauk**, MM. Juíza de Direito da 12ª Vara da Família e Sucessões do Foro Central da Capital/SP, na forma da lei, **FAZ SABER**, aos que o presente Edital de 1º e 2º Leilão do bem imóvel, virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo processam-se os autos do **Cumprimento de Sentença** ajuizado por **C. DE M. A. N. e outra** em face de **A. N. N. - Processo nº 0062206-17.2018.8.26.0100 (Principal nº 0003747-32.2012.8.26.0100) – Controle nº 109/2012,** e que foi designada a venda do bem descrito abaixo, de acordo com as regras expostas a seguir: **DO IMÓVEL** - O imóvel será vendido em caráter "AD CORPUS" e no estado em que se encontra, sem garantia, constituindo ônus da parte interessada verificar suas condições antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. **DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL -** O edital será publicado na rede mundial de computadores, no sítio do Leiloeiro www.megaleiloes.com.br, em conformidade com o disposto no art. 887, § 2º, do CPC, inclusive as fotos e a descrição detalhada do imóvel a ser apregoado. **DA VISITAÇÃO** - Os interessados em vistoriar o bem deverão enviar solicitação por escrito ao e-mail visitacao@megaleiloes.com.br. Cumpre esclarecer que cabe ao responsável pela guarda do bem autorizar o ingresso dos interessados, sendo que a visitação nem sempre será possível, pois alguns bens estão em posse do executado. Independente da realização da visita, a arrematação será por conta e risco do interessado. **DO LEILÃO** - O Leilão será realizado por **MEIO ELETRÔNICO**, através do Portal www.megaleiloes.com.br, o **1º Leilão** terá início no **dia 02/09/2024 às 15:30 h** e se encerrará **dia 05/09/2024 às 15:30 h**, onde somente serão aceitos lances iguais ou superiores ao valor da avaliação; não havendo lance igual ou superior ao valor da avaliação, seguir-se-á sem interrupção o **2º Leilão**, que terá início no **dia 05/09/2024 às 15:31 h** e se encerrará no **dia 26/09/2024 às 15:30 h**, onde serão aceitos lances com no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação. **DO CONDUTOR DO LEILÃO** – O Leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Sr. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, matriculado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o nº 844. **DO VALOR MÍNIMO DE VENDA DO BEM** – No **2º Leilão**, o valor mínimo para a venda do bem corresponderá a **50% (cinquenta por cento)** do valor da avaliação judicial, que será atualizada até a data da alienação judicial. **DOS LANCES** – Os lances poderão ser ofertados pela Internet, através do Portal www.megaleiloes.com.br. **DOS DÉBITOS** – Eventuais ônus sobre o imóvel correrão por conta do arrematante, exceto eventuais débitos de IPTU/ITR e demais taxas e impostos que serão subrogados no valor da arrematação nos termos do Art. 130, "caput" e parágrafo único, do CTN, bem como os débitos de condomínio (propter rem) que também serão subrogados no preço da arrematação, conforme Artigo nº 908, § 1º, CPC. **DO PAGAMENTO** - O arrematante deverá efetuar o pagamento do preço do bem arrematado, no prazo de até 24h (vinte e quatro horas) após o encerramento do leilão através de guia de depósito judicial em favor do Juízo responsável, sob pena de se desfazer a arrematação. **DA PROPOSTA -** Os interessados na aquisição do bem de forma parcelada, deverão apresentar proposta enviando de forma detalhada sua intenção no e-mail proposta@megaleiloes.com.br (Art. 895, I e II, CPC). As referidas propostas serão apresentadas ao M.M Juízo respectivo, caso o leilão se encerre negativo. No entanto caso o leilão se encerre positivo, as propostas apresentadas serão desconsideradas, vez que o pagamento à vista prevalece sob o pagamento parcelado. Em resumo o interessado em adquirir o bem realizando o pagamento à vista, deve confirmar o lance em leilão, já aquele que tem a intenção de realizar o pagamento de forma parcelada, deve enviar sua proposta por e-mail, ficando ciente das referidas condições do Artigo 895§ 7º, CPC. Por fim, a apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC), devendo a mesma ser analisada pelo M.M Juízo respectivo que decidirá pela opção mais vantajosa para a resolução da lide. **A apresentação de proposta não suspende o leilão (Art. 895, § 6º, CPC) e o pagamento do lance à vista sempre prevalecerá sobre o parcelado, ainda que mais vultoso (Art. 895, § 7º, CPC)**. **PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS PROPOSTAS -** Em caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas; O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação (Art. 895, § 4º e 5º do CPC). **DA COMISSÃO** – O arrematante deverá pagar ao Leiloeiro, a título de comissão, o valor correspondente a **5% (cinco por cento)** sobre o preço de arrematação do imóvel. A comissão devida ao Leiloeiro não está incluída no valor do lance e não será devolvida ao arrematante em nenhuma hipótese, salvo se a arrematação for desfeita por determinação judicial ou por razões alheias à vontade do arrematante e, deduzidas as despesas incorridas. **DO PAGAMENTO DA COMISSÃO** - O pagamento da comissão do Leiloeiro deverá ser realizado em até 24h (vinte e quatro horas) a contar do encerramento do leilão, através de guia de depósito que será enviada por e-mail. **DA REMIÇÃO:** Na hipótese de acordo ou remição após a realização da alienação, o Leiloeiro fará jus a comissão no percentual determinado neste edital sobre o valor da arrematação, conforme Artigo nº 7º, §3º da Resolução nº 236 do CNJ. **Todas as regras e condições do Leilão estão disponíveis no Portal www.megaleiloes.com.br, no Código de Processo Civil e Resolução nº 236 do CNJ.** Por qualquer motivo caso a intimação pessoal do executado não se realizar por meio de seus advogados ou pelo endereço constante dos autos, será intimado através do próprio edital de leilão nos termos do art. 889, I, do CPC. **RELAÇÃO DO BEM: MATRÍCULA Nº 94.779 DO 10º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE SÃO PAULO/SP - IMÓVEL:** Um prédio, à Praça Pero Vaz de Caminha, nº 260, Alto de Pinheiros, no 45º Subdistrito, Pinheiros, e o terreno medindo 28m de frente e ligeira curva, por 30m da frente aos fundos do lado direito visto da rua, 28,08m do lado esquerdo, 11,82m nos fundos, com área de 575m2, confrontando do lado direito com o lote 36 e do lado esquerdo com o lote 38 e nos fundos com os lotes 2 e 3. **Consta na Av.03 desta matrícula** a penhora exequenda do imóvel desta matrícula, sendo nomeado depositário o executado. **Contribuinte nº 096.096.0015-8.** Consta no site da Prefeitura de São Paulo/SP débitos inscritos na Dívida Ativa no valor de R$ 220.467,07 e débitos de IPTU para o exercício atual no valor de R$ 11.769,75 (01/07/2024). **Valor da Avaliação do Imóvel: R$ 3.067.377,75 (três milhões sessenta e sete mil trezentos e setenta e sete reais e setenta e cinco centavos) para fevereiro de 2024, que será atualizado até a data da alienação conforme tabela de atualização monetária do TJ/SP.** Débito desta ação no valor de R$ 283.676,71(julho/2024). São Paulo, 02 de agosto de 2024. Eu, diretora/diretor, conferi. **Dra. Clarissa Somesom Tauk - Juíza de Direito**.

(11) 3149-4600 www.megaleiloes.com.br

SP PRO BRASILIA FIANT EXIMIA

Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - PRODESP

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 533201 - Pregão Eletrônico nº 90060/2024 - Objeto: Prestação de serviços em Medicina do Trabalho, de acordo com a legislação específica, para atendimento aos empregados da PRODESP lotados na Sede e nas respectivas Filiais localizadas na Capital e no Interior de São Paulo, conforme especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e constantes do Termo de Referência que integra este edital como Anexo I. A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras às 9h do dia 10/09/2024. O edital poderá ser consultado e cópias obtidas nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras, www.prodesp.sp.gov.br - opção "fornecedores - editais de licitação" e www.doe.sp.gov.br - opção "e-negociospublicos".

Prodesp

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Gestão e Governo Digital

ESFERA FIDELIDADE S.A.

(Subsidiária integral)

CNPJ/ME nº 31.595.265/0001-03 - NIRE 35.300.522.168

Ata da Assembleia Geral Ordinária

Data, Hora e Local: 29 de maio de 2024, às 10h, na sede social da Esfera Fidelidade S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 211, Bloco A, Cond. Wtorre JK - Vila Nova Conceição, São Paulo - SP CEP 04543-011. **Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas. **Mesa:** Juliana da Cunha Assad, Presidente. Giovanna Esteves Lima, Secretária. **Abertura:** Foi aprovada a proposta de lavratura da presente Ata em forma de sumário. **Ordem Do Dia: (1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes; **(2)** a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2023; **(3)** fixar o montante global anual da remuneração dos administradores; **(4)** eleger membros da Diretoria Executiva da Companhia para novo mandato; e **(5)** consolidar a composição da Diretoria Executiva da Companhia. **Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, o acionista deliberou: **(1)** APROVAR as contas dos administradores e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes; **(2)** APROVAR a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2023, no valor de **R$ 775.605.122,00** (setecentos e setenta e cinco milhões, seiscentos e cinco mil, cento e vinte e dois reais), da seguinte forma: **(i) R$ 26.715.639,00** (vinte e seis milhões, setecentos e quinze mil, seiscentos e trinta e nove reais) consumidos pela conta "Reserva Legal" para fins de adequação do limite de legal do capital social; **(ii) R$ 385.440.841,56** (trezentos e oitenta e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos), para o pagamento de dividendos intercalares, conforme foi deliberado na reunião da Diretoria da Companhia realizada em 14.08.2023; **(iii)** o lucro líquido remanescente, no valor de **R$ 355.959.746,00** (trezentos e cinquenta e cinco milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais), será destinado da seguinte forma: **(a) R$ 177.979.873,00** (cento e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e nova mil, oitocentos e setenta e três reais) para a conta "Equalização de Dividendos"; e **(c) R$ 177.979.873,00** (cento e setenta e sete milhões, novecentos e setenta e nova mil, oitocentos e setenta e três reais) para a conta "Reserva de Reforço de Capital"; **(3)** FIXAR o montante global anual da remuneração dos administradores em até **R$ 4.000.000,00** (quatro milhões de reais); **(4)** ELEGER os seguintes membros para a Diretoria Executiva da Companhia, para um novo mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que ocorrer em 2027: **(i)** Sra. **Juliana da Cunha Assad**, brasileira, casada, cientista da computação, titular da Cédula de Identidade RG nº 55.526.164-5, inscrita no CPF/MF sob o nº 534.643.383-04, para o cargo de Diretora Presidente; **(ii)** Sr. **Ivan Araujo Bonfanti**, brasileiro, casado, economista, titular de Cédula de Identidade nº 43.697.119-7 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 356.959.758-08, para o cargo de Diretor Executivo; e **(iii)** Sra. **Caroline Sobreira Ricciardi Ferreira**, brasileira, casada, administradora de empresas, titular de Cédula de Identidade nº 3368524-2 (SSP/SP), inscrita no CPF/MF sob o nº 300171748-30, para o cargo de Diretora Executiva, todos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 2041, Cj. 211, Bloco A, Cond. Wtorre JK, Vila Nova Conceição - CEP 04543-011. Os Diretores ora eleitos declaram estar desimpedidos na forma da lei para o exercício do cargo, nos termos da Declaração de Desimpedimento e Termo de Posse que se encontra arquivada na sede da Companhia. **(5)** CONSOLIDAR a composição da Diretoria Executiva da Companhia com mandato que vigorará até a Assembleia Geral Ordinária que ocorrer em 2027:

Membro	Cargo
Juliana da Cunha Assad	Diretora Presidente
Ivan Araujo Bonfanti	Diretor Executivo
Caroline Sobreira Ricciardi Ferreira	Diretora Executiva

Encerramento: Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou esta ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Mesa: Juliana da Cunha Assad, Presidente. Giovanna Esteves Lima, Secretária. Acionistas: Banco Santander (Brasil) S.A., representado por sua procuradora Giovanna Esteves Lima. Certifico ser a presente transcrição fiel da Ata lavrada no livro próprio. **Giovanna Esteves Lima -** Secretária da Mesa. JUCESP nº 260.387/24-1 em 04/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SANTOS BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 02.762.121/0001-04 – NIRE 35.300.35.005-7

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª (Segunda) Série da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Duas Séries, para Distribuição Pública, da Santos Brasil Participações S.A., Realizada, em Primeira Convocação, em 5 de Agosto de 2024

Data, Hora e Local: realizada em 5 de agosto de 2024, às 16h00, exclusivamente de forma digital e remota, através da plataforma *ALFM Easy Voting*, [illegible]

[illegible] São Paulo, 5 de agosto de 2024. Gabriel Jacques de Moura - **Presidente;** Mauricio Carvalho Reis - **Secretário. JUCESP** nº 303.077/24-4 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ATA DA SETINGENTÉSIMA DECIMA QUARTA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO – CDHU, REALIZADA EM 29 DE JULHO DE 2024, INSCRITA NO CNPJ SOB N° 47.865.597/0001-09 E NIRE N° 3530003189-0.

DATA, HORA, LOCAL: 29 de julho de 2024, às 12:00 horas, na Rua Boa Vista, 170 - 13° andar, São Paulo/SP. Convocados os membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia. **Composição da Mesa**: PRESIDENTE: Jonatâs Souza da Trindade; SECRETÁRIO: Dauton Emerson de Mello. **ORDEM DO DIA**: 1) Eleição de Diretores. Dando início aos trabalhos, o Sr. Jonatâs procedeu à leitura do Parecer CODEC nº 043/2024, de 24 de julho de 2024, que versa sobre a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia. As indicações contaram com a competente autorização governamental e a conformidade dos requisitos legais e estatutários necessários, inclusive aqueles previstos na Lei federal nº 13.303/2016 e Decreto estadual nº 62.349/2016, e foi atestada pelo Comitê de Elegibilidade, podendo ser formalizada por ato do Conselho de Administração, nos termos do inciso II, do artigo 142, da Lei federal 6.404/76 (Lei de Sociedades Anônimas) e nos termos do artigo 14 do Estatuto Social. Dessa forma, estando atendidos os requisitos da Deliberação CODEC nº 03/2023, e nos termos do inciso II, do artigo 142, da Lei federal nº 6.404/76, os nomes indicados, adiante relacionados, foram submetidos ao Colegiado e colocados em votação, e após coleta e apuração dos votos, foram considerados reeleitos por unanimidade: Sr. **REINALDO IAPEQUINO**, brasileiro, união estável, economista e advogado, portador da cédula de identidade R.G. n° 7.573.553 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 628.332.868.72, residente à Rua Matias Aires 300, Ap. 25, Bairro Consolação, no Município de São Paulo, no cargo de Diretor Presidente (2° mandato – 1ª recondução); Sr. **NÉDIO HENRIQUE ROSSELLI FILHO**, brasileiro, casado, graduado em Engenharia Química, portador da cédula de identidade R.G. nº 10.277.672-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 014.417.478-26, residente à Alameda Rio Claro nº 179 Ap. 21, Bairro Bela Vista, no Município de São Paulo, no cargo de Diretor Administrativo Financeiro (4° mandato – 3° recondução); Sra. **TICIANE COSTA D´ALOIA**, brasileira, solteira, Engenheira Civil, portadora da cédula de identidade R.G. n° 23.350.212-9 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 252.419.578-39, residente à Rua Batataes, nº 30 Ap. 114, Bairro Jardim Paulista, no Município de São Paulo, como Diretora de Atendimento Habitacional (2° mandato – 1ª recondução); Sra. **MARIA TERESA DINIZ DOS SANTOS MAZIERO**, brasileira, casada, Arquiteta Urbanista, portadora da cédula de identidade R.G. n° 57.900.832-0 SSP/SP e inscrita no CPF sob nº 012.734.536-11, residente à Rua Dr. Albuquerque Lins, 915 / 182, Bairro Santa Cecília, Município de São Paulo, como Diretora de Projetos e Programas (2º mandato – 1ª recondução); Sr. **SILVIO VASCONCELLOS**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, portador da cédula de identidade R.G. n° 9.235.452 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob n° 103.394.318-57, residente à Voluntários da Pátria n° 3.591 Apto. 152, Bairro Santana, no Município de São Paulo, no cargo de Diretor de Engenharia e Obras (4° mandato – 3ª recondução) e Sra. **MARIA CLÁUDIA PEREIRA DE SOUZA**, brasileira, casada, Arquiteta, portadora da cédula de identidade R.G. n° 9.415.765-0 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob n° 034.505.528-48, residente à Rua Bergamota, 470 Ap. 123A, Bairro Vila Madalena, no Município de São Paulo, no cargo de Diretora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (2º mandato – 1ª recondução). Os Diretores eleitos cumprirão um novo mandato de 02 (dois) anos, unificado, nos termos do Estatuto Social, e a investidura nos cargos deverá obedecer aos requisitos, impedimentos e procedimentos previstos na normatização vigente, o que deve ser verificado no ato da posse pela empresa. A remuneração deverá ser fixada de acordo com as orientações deste CODEC, conforme deliberado em Assembleia Geral de Acionistas. Observe-se que, nos casos em que o Diretor acumular funções de outro Diretor, perceberá apenas uma remuneração. No que se refere à declaração de bens, deverá ser observada a normatização estadual aplicável. **ENCERRAMENTO**: Nada mais tendo sido tratado foi declarada encerrada a reunião, da qual foi lavrada esta ata, que aprovada por todos os presentes foi assinada. **Conselheiros presentes**: Jônatas Souza da Trindade, Geraldo Ferreira de Paula Eduardo, Reinaldo Iapequino, Fabio Bernacchi Maia, Fabricio Moura Moreira, Djalma Dias da Silva, Carlos Augusto Gomes Neto. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio, Dauton Emerson de Mello – Secretário. Secretaria de Desenvolvimento Econômico – JUCESP, certifico o registro sob n° 304.221/24-7 em 15/08/2024, Sra. Maria Cristina Frei, Secretária Geral.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90132/2024,** referente ao processo nº **024.00116382/2024-91**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

ORE SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 12.320.349/0001-90

NONA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 46ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA ORE SECURITIZADORA S.A. - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Os senhores Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 46ª Série da 1ª Emissão da ORE Securitizadora S.A. (respectivamente "Investidores" ou "Titulares", "CRI" e "Securitizadora"), e a FRAM Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), estão convocados a se reunirem à Nona Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares dos CRI ("9ª AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **05 de setembro de 2024, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma "*Microsoft Teams*". O acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Securitizadora aos Titulares de CRI que enviarem solicitação para operacaofatorore@fator.com.br, sendo que, haverá a possibilidade de participação a distância, por meio do preenchimento da instrução de voto, conforme instruções enviadas pelo Agente Fiduciário a todos os Investidores. Os Titulares dos CRI que fizerem o envio da instrução de voto até o início da 9ª AGT, e esta for considerada válida, não precisarão acessar o link para participação digital da 9ª AGT, sendo sua participação e voto computados de forma automática. **Ordem do Dia:** A 9ª AGT tem como objetivo deliberar sobre a prorrogação do prazo para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas pela Devedora, referentes ao ano contábil de 2023, onde o prazo deliberado na 8ª Assembleia Geral, realizada em 09 de maio de 2024, encerrou em 08 de julho de 2024. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. As procurações e/ou instrução de voto, se aplicável, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do titular, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, e encaminhada até 02 (dois) dias úteis antes da realização da 9ª AGT, para os e-mails operacaofatorore@fator.com.br e agentefiduciario@framcapital.com. A 9ª AGT será instalada em primeira convocação com a presença dos Investidores que representem, pelo menos 50% mais um dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 15.3.1. do Termo de Securitização, sendo válidas as deliberações tomadas pelos Investidores que representem a maioria dos CRI em Circulação presentes à 9ª AGT, conforme cláusula 15.8. do Termo de Securitização.

São Paulo/SP, 22 de agosto de 2024. Diretora de Securitização

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL e INTIMAÇÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO

1º. Público Leilão – 06/09/2024 às 11:00 hs

2º. Público Leilão – 17/09/2024 às 11:00 hs

Local: Avenida João Cabral de Mello Neto, nº 850, bloco 03, Auditório Business Center, no CEO Corporate Executive Offices, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ e na modalidade eletrônica através do site: www.bspleiloes.com.br

BIANCA SOARES PAIS DE CARVALHO, Leiloeira Oficial, mat. Jucerja nº. 156, com escritório na Av. João Cabral de Mello Neto nº 850, bloco 03, sala 1614, Barra da Tijuca/RJ, autorizada pela **Comissão de Representantes do Condomínio em Construção ETHER RESIDENCIAL** - CNPJ nº 42.741.716/0001-90, conforme instrumentos abaixo especificados; venderá em 1º ou 2º Público Leilão, nas datas, horários, local e endereço eletrônico acima referidos, de acordo com o art. 63 e parágrafos da Lei nº. 4.591/64 c/c Lei 4.864/65 e cláusula 3.9.5 da Escritura Pública de Contrato de Construção por administração e Outros Pactos, abaixo especificados, os direitos aquisitivos das frações ideais de terreno, acessões e benfeitorias em construção, a seguir: **1 – Fração ideal de terreno 0,002334, que corresponderá a futura unidade 106 do bloco 01, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: HERBERT WILLIAM EGOAVIL, inscrito no CPF sob o nº 057.650.227-82, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 327.129,18, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 168.803,45, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 126.063,72, ressalvadas as atualizações; **2 – Fração ideal de terreno 0,0021651, que corresponderá a futura unidade 107 do bloco 01, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: HERBERT WILLIAN EGOAVIL, inscrito no CPF sob o nº 057.650.227-82, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 303.389,78, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 156.590,70, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 116.942,88, ressalvadas as atualizações; **3 - Fração ideal de terreno 0,0018464, que corresponderá a futura unidade 305 do bloco 01, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedora: SHIRLEY PASSOS BACKX, inscrita no CPF sob o nº 090.094.247-90, notificada através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 255.559,05, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 155.528,50, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 116.195,18, ressalvadas as atualizações; **4 - Fração ideal de terreno 0,0018024, que corresponderá a futura unidade 510 do bloco 01, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: REDE DESIGN ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS EIRELI e SIMONE LOPES DE MORAES, inscritos no CNPJ/MF sob o nº 14.898.457/0001-70 e CPF nº 159.093.698-14, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 245.117,51, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 102.765,09, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 100.226,93, ressalvadas as atualizações; **5 - Fração ideal de terreno 0,0017716, que corresponderá a futura unidade 1008 do bloco 01, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: LUIZ GUSTAVO VIANNA DUARTE, inscrito no CPF sob o nº 129.014.477-08, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 242.036,42, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 75.443,13, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 93.182,90, ressalvadas as atualizações; **6 - Fração ideal de terreno 0,0023252, que corresponderá a futura unidade 606 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: EVANDRO LINHARES ALVES e CAROLINE SANTOS DE MENEZES ALVES, inscritos nos CPF´s sob o nºs 057.945.817-27 e 109.260.947-42, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 329.840,26, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 165.776,96, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 141.149,82, ressalvadas as atualizações; **7 - Fração ideal de terreno 0,0018961, que corresponderá a futura unidade 803 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Ofício de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: LUIZ EDUARDO TEIXEIRA e RENATA DINIZ OLIVEIRA TEIXEIRA, inscritos nos CPF´s sob os nºs 025.563.867-11 e 037.483.077-05, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 263.062,24, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 101.197,68, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 116.720,76, ressalvadas as atualizações; **8 - Fração ideal de terreno 0,0017659, que corresponderá a futura unidade 810 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: ALEXANDRE GUSMÃO COIMBRA, inscrito no CPF sob o nº 053.502.347-22, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 191.165,82, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 175.653,36, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 148.064,66, ressalvadas as atualizações; **9 - Fração ideal de terreno 0,0021882, que corresponderá a futura unidade 1202 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedora: LARISSA DI CARLANTONIO MARTINS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF sob o nº 162.386.377-57, notificada através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 276.788,98, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 179.808,81, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 183.761,96, ressalvadas as atualizações; **10 - Fração ideal de terreno 0,0018188, que corresponderá a futura unidade 1410 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: REDE DESIGN ADMINISTRAÇÃO DE EVENTOS EIRELI e SIMONE LOPES DE MORAES, inscritos no CNPJ/MF sob o nº 14.898.457/0001-70 e CPF nº 159.093.698-14, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 247.409,22, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 103.768,35, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 101.201,87, ressalvadas as atualizações; **11 - Fração ideal de terreno 0,0022621, que corresponderá a futura unidade 1607 do bloco 02, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: RENATO MARTINS LOBO, inscrito no CPF sob o nº 119.143.527-00, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 303.469,95, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 110.130,13, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 126.923,71, ressalvadas as atualizações; **12 - Fração ideal de terreno 0,0019418, que corresponderá a futura unidade 301 do bloco 03, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: DEBORAH COUTINHO GIL NUNES e DANIEL BRANTES FERREIRA, inscritos nos CPF´s sob os nºs 089.521.877-17 e 092.079.847-09, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 251.396,78, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 112.166,04, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 136.456,35, ressalvadas as atualizações; **13 - Fração ideal de terreno 0,002156, que corresponderá a futura unidade 902 do bloco 03, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirente devedor: PETER DE OLIVEIRA DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 162.196.167-23, notificado através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 288.344,91, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 50.514,20, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 126.533,24, ressalvadas as atualizações; **14 - Fração ideal de terreno 0,0020412, que corresponderá a futura unidade 1301 do bloco 03, situada no Lote 2 na Via Projetada 5 do PAL 49764 do PAA 12.604, na Freguesia de Jacarepaguá/RJ,** devidamente descrito e caraterizado, com suas metragens e confrontações constantes na matrícula 475.082 do Cartório do 9º Oficio de Registro de imóveis desta Cidade, nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada em 17/07/2023, Escritura Pública de Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, lavrada em 29/04/2022, bem como Escritura Pública de Rerratificação do Contrato de Construção por Administração e outros Pactos, todas lavradas pelo Cartório do 15º Ofício de Notas/RJ. Adquirentes devedores: PRISCILA SOUZA DOS SANTOS MOREIRA e SAULO GOMES MOREIRA, inscritos nos CPF´s sob os nºs 158.536.777-05 e 144.597.117-88, respectivamente, notificados através do 3º Ofício de RTD/RJ. A referida fração do imóvel será vendida em 1º Leilão por valor não inferior a R$ 274.073,76, e em 2º Leilão por valor não inferior a R$ 114.199,16, assumindo o arrematante um saldo a vencer de R$ 119.344,87, ressalvadas as atualizações. Cientes os interessados que no ato da arrematação ou remição, será devido a comissão da Leiloeira de 5% sobre o valor da venda do bem arrematado e despesas efetuadas com os leilões. Ficam os arrematantes cientificados de que como se trata de construção pelo regime de administração, não estão provisionadas como "parcelas a vencer" as demais despesas referentes ao "custo da obra", bem como impostos e taxas referentes ao imóvel e ao empreendimento, além de cotas da obra e cotas condominiais que eventualmente venham a ser aprovadas em futuras assembleias. **O arrematante pagará o valor do lanço à vista, no prazo de 24 horas após a realização do leilão,** assumindo, conforme o caso, as parcelas vincendas referentes aos encargos da construção, sub-rogando-se nos direitos e obrigações dos Títulos originários, seus anexos e eventuais aditivos, assim como ficará responsável por todas as despesas cartorárias, ITBI(s) e eventual(is) Laudêmio(s). Cumpre informar ainda, que os Arrematantes deverão realizar a Escritura no prazo de 15 (quinze) dias corridos. Para participar do leilão oferecendo lances pela internet, deverão previamente (no prazo de 24 horas antes do início do pregão) efetuar o seu cadastro pessoal no site da Leiloeira **(www.bspleiloes.com.br)** e também solicitar sua habilitação para participar do Leilão na modalidade on line, sujeito a aprovação após comprovação dos dados cadastrais pela análise de documentação exigida na forma e no Prazo previsto no Contrato de Participação em Pregão Eletrônico (disponível no site da Leiloeira). Todos os lances efetuados por usuários certificados não são passíveis de arrependimento. **Os Comitentes, em condições de igualdade com terceiros, terão preferência na aquisição do bem (§ 3º, art. 63, Lei 4591/64).** Rio de Janeiro, 22 de agosto de 2024. (ass.) Bianca Soares Pais de Carvalho – Leiloeira Pública Oficial.

CARTÃO DE COMPRA SUPPLIER - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS - CNPJ: 08.692.888/0001-82 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Ficam os senhores quotistas do **CARTÃO DE COMPRA SUPPLIER - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("Fundo") convocados para se reunirem em assembleia geral de quotistas, que se realizará por meio de vídeo e/ou teleconferência, a ser organizada pela Administradora, e/ou através da manifestação de voto por escrito, no dia **03 de setembro de 2024, em primeira convocação, às 17 (dezessete) horas,** a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **(i)** alterar o regulamento (a) adaptação à Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 175"); (b) alterar a descrição das contas vinculadas do Fundo, de forma a permitir o recebimento dos recursos da classe única do Fundo em conta vinculada de terceiros, movimentáveis exclusivamente pelo Custodiante; (c) incluir a Oliveira Trust Servicer S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.150.453/0001-20 como gestora do Fundo; **(ii)** aprovar a nova versão do Regulamento do Fundo, que vigorará conforme Anexo A ao presente Edital de convocação; e **(iii)** autorizar a Administradora a tomar todas as medidas necessárias para implementar, caso aprovadas, as deliberações tomadas no item anterior. Não havendo *quórum* para a realização da assembleia geral em primeira convocação, esta será realizada em **10 de setembro de 2024, no mesmo horário e local, valendo este Edital também como segunda convocação.** Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2024. **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

INÊS 249

Entrevista Para Luiz Gonzaga Belluzzo, autoridade monetária poderia ser mais ativa no câmbio

‘Galípolo sabe que não vai escrever um livro no BC’

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Luiz Gonzaga Belluzzo: ‘Novo Bretton Woods’ é pouco provável no curto prazo, mas sistema monetário financeiro internacional não é mais sustentável

Anaïs Fernandes e Victor Rezende
De São Paulo

Nome mais cotado para ser anunciado como o novo presidente do Banco Central (BC) nos próximos dias, Gabriel Galípolo, atual diretor de política monetária do órgão, é uma pessoa de “muitas dimensões” e “muitas qualidades”, afirma Luiz Gonzaga Belluzzo.

Professor titular do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e fundador da Faculdades de Campinas (Facamp), Belluzzo é amigo de Galípolo, com quem já escreveu diversos livros. “Ele sabe perfeitamente que não vai escrever um livro no BC”, afirma o professor.

Na avaliação de Belluzzo, Galípolo fez bem em ir a público recentemente e dizer que o BC não descartava uma alta de juros. “Ele sabe que as convicções e as palavras funcionam para orientar os mercados”, diz. “Uma coisa é ser um economista que está fora do governo, outra coisa é estar no governo.”

Ao **Valor**, no entanto, Belluzzo, que também foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda (1985-1987), diz não ser a hora de subir a Selic. “Nem ele [Galípolo] disse que era o momento; ele disse que poderia, que isso não estava descartado.”

Conhecido torcedor do Palmeiras — foi presidente do clube entre 2009 e 2011 —, Belluzzo compara o governo Lula 3 a um time que quer atacar, no sentido de realizar investimentos, e enfrenta outro time “retranqueiro”, notadamente o mercado financeiro e seu recorrente discurso sobre o risco fiscal. “Se você tiver unha encravada, eles vão falar para tomar cuidado com o fiscal”, diz Belluzzo.

Para ele, os movimentos do câmbio, inclusive a recente desvalorização do real ante o dólar, têm mais relação com fatores externos e com a configuração do sistema monetário financeiro internacional, e o BC poderia adotar uma postura mais ativa. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como tem acompanhado as recentes oscilações do câmbio?*

Luiz Gonzaga Belluzzo: Tento olhar fundamentos. Houve um momento em que o Jerome Powell [presidente do banco central dos Estados Unidos] deu a impressão de que não iria baixar a taxa de juros, e ocorreu uma valorização do dólar em relação a todos os países, ninguém ficou de fora. No Brasil, temos um movimento de mercados futuros que torna o real a moeda mais líquida entre emergentes.

Valor: *O sr. está sugerindo que a flutuação do câmbio forte no Brasil é por uma questão de liquidez? Muitos economistas citam o fiscal…*

Belluzzo: Se você tiver unha encravada, eles vão falar para tomar cuidado com o fiscal. É um chavão e uma coisa equivocada. É inverter a importância das relações. Os fatores externos, hoje, são determinantes no movimento das moedas. O câmbio está refletindo as formas que adquiriu o sistema financeiro internacional. [Os economistas John Maynard] Keynes e [Harry] Dexter White tentaram, cada um com as suas propostas, propor um ambiente favorável à estabilidade das economias, partindo de um sistema monetário financeiro internacional mais adequado. As discussões sobre [os acordos de] Bretton Woods [em 1944] eram no sentido de não permitir que as economias nacionais ficassem submetidas às trombadas dos movimentos de capitais.

Valor: *Como assim?*

Belluzzo: Quando ocorre qualquer desarranjo nas economias, os detentores de riqueza, em geral, correm para a moeda reserva. O Plano Real foi muito bem sucedido na estabilização da economia porque nos tirou daquele período de hiperinflação, mas as circunstâncias e constituições do sistema monetário financeiro internacional não ajudaram uma gestão mais favorável, tanto que, em 1999, houve uma desvalorização [do real] importante. O [economista americano e professor em Berkeley] Barry Eichengreen fala em um “novo Bretton Woods”. Isso é pouco provável no curto prazo, mas, no longo prazo, não é sustentável mais esse sistema monetário. Essa condição, digamos, um pouco desconfortável que temos no Banco Central tem muito a ver com essa dominância do setor externo.

> “Essa história do ‘risco fiscal’ está nos levando a uma situação muito difícil, não se pode mobilizar nada”

Valor: *O sr. acha que o BC deveria ser mais ativo no câmbio?*

Belluzzo: Eu acho. Vender dólar à vista não é bom porque temos de preservar as reservas, mas swap é uma alternativa. Os países estão dando muita importância a esse instrumento para se proteger de instabilidades cambiais.

Valor: *O presidente do BC, Roberto Campos Neto, falou em entrevista ao jornal “O Globo” que eles pensaram em intervir no câmbio recentemente, mas resolveram esperar…*

Belluzzo: Eu fico surpreso.

Valor: *Ele disse que consultou o diretor de política monetária…*

Belluzzo: Que eles resolveram esperar eu acredito. Assim como acredito que o Gabriel [Galípolo, diretor de política monetária do BC] falou que pode subir a taxa de juros porque ele sabe que as convicções e as palavras funcionam para orientar os mercados. Ele fez certo. Uma coisa é ser um economista que está fora do governo, outra coisa é estar no governo; você tem de seguir outras recomendações, outras regras, porque o que você fala tem repercussão.

Valor: *O sr já escreveu diversos livros com o Galípolo, que, hoje, é o nome mais cotado para assumir o BC. O que acharia dessa indicação?*

Belluzzo: O Gabriel é um pessoa que tem muitas dimensões na vida, muitas qualidades. Ele sabe perfeitamente que não vai escrever um livro no BC. Ele vai ter de respeitar as condições que mencionamos aqui. No BC, eles falam em ancoragem e desancoragem. Tudo isso está na esfera da informação. Você está, na verdade, dando uma informação para o mercado, e o mercado retorna para você. E os mercados têm poder, eles que determinam as posições compradas, vendidas. É assim que é o jogo. A declaração dele sobre a taxa de juros, para mim, foi sintomática.

Valor: *Por quê?*

Belluzzo: Foi algo como: ‘Olha, eu não vou aqui impor os meus pontos de vista, vou conversar com o mercado, ver qual é a melhor forma de fazer’. Ou seja, trata as questões econômicas como humanas, porque parece que o único animal que consegue se comunicar pela palavra é o homem — talvez, alguns menos cuidadosos considerem que o papagaio também o faz.

Valor: *E isso vale para política econômica também?*

Belluzzo: Não é diferente na economia, no BC, é linguagem. O cerco de Troia é muito intenso. Você não faz economia, não toma decisões de política humana a partir daquilo que você acha que deveria fazer. Você tem de olhar quais são o comportamento e a reação dos objetos da sua decisão — a sociedade. É a economia vista como uma dimensão da vida social. Como tem esse poder muito concentrado nos mercados financeiros, você tem de levar isso em consideração. Mas é importante dizer também que, frequentemente, economistas falam que é tudo “técnico”. Não é nada técnico. Isso é, na verdade, uma forma de compreensão que se transmite. Nessa avalanche de concentração de opiniões do mercado, inclusive na mídia, não há espaço para outras visões, e isso vai conformando a opinião.

Valor: *O sr. acha que é o momento para elevar os juros?*

Belluzzo: Não, acho que não. Mas nem ele [Galípolo] disse que era o momento; ele disse que poderia, que isso não estava descartado entre as possibilidades e tudo está na mesa. É claro que é indesejável ter uma inflação avançando, mas a exclusividade [que a taxa de juros como instrumento dos bancos centrais adquiriu] não beneficia muito as outras dimensões da vida social e econômica.

Valor: *O sr. já assistiu a governos anteriores do PT. Como avalia o Lula 3 e, especificamente, o ministro Fernando Haddad na Fazenda?*

Belluzzo: Eu acho que o Haddad está fazendo esse movimento com muita habilidade, tentando dialogar, conversar. Essa história do “risco fiscal” está nos levando a uma situação muito difícil porque não se pode mobilizar nada. O Estado não pode agir ou tem de agir muito cautelosamente na mobilização dos investimentos. Eu comparo o governo a um time que quer atacar e está enfrentando outro time que faz retranca — e a retranca é a opinião, sobretudo, do mercado financeiro. O governo Lula está conseguindo enfrentar barreiras de uma maneira bastante interessante. Eu dei uma entrevista ao **Valor** muito tempo atrás, no primeiro governo Lula, em que já falava que o Lula é um negociador, um conciliador. Essa imagem de radical que querem fazer dele é completamente equivocada e mal intencionada. Basta ver a conformação do governo dele. Ele está tentando encaminhar a economia na senda de uma trajetória que possa ser sustentável tanto do ponto de vista da inflação quanto do ponto de vista do crescimento. Esse ano, parece que [o PIB] vai ser em torno de 2,5%. Existem relações complicadas, mas tem de fazer a gestão politicamente. Inclusive, na direção de uma relação internacional mais diversificada. O Xi Jinping [presidente da China] vem aí em novembro. Será uma oportunidade de discutir programas comuns.

> “O capitalismo não entrega o que promete e vai transformando as pessoas em ressentidas”

Valor: *Que tipo de programas?*

Belluzzo: O Brasil é o principal fornecedor de commodities para a China. As pessoas ficam um pouco nervosas por causa das commodities, mas eu acho que o agro deve ser respeitado pela capacidade de transformação que sofreu, tecnológica inclusive, a despeito do conservadorismo excessivo. E eu espero que o Brasil, agora com a neoindustrialização, consiga passar essas qualidades e virtudes para o setor industrial. Vai ter de fazer uma reconstrução muito cuidadosa, e a China pode ajudar.

Valor: *O sr. gosta de falar de política. Temos a possibilidade de o republicano Donald Trump voltar à Casa Branca. Teme um retorno da direita, ou da extrema direita, à Presidência no Brasil?*

Belluzzo: Eu não tenho mais idade para ter receio, estou fazendo 82 anos. Eu fui assessor do dr. Ulysses Guimarães durante vinte anos, tive de sair do Brasil em 1975, perseguido pela Operação Bandeirante... Então, eu não tenho receio, eu fico preocupado com a vida dos meus filhos. Porque, quem poderia assumir em um movimento de extrema-direita? Pablo Marçal? O que aconteceu recentemente no Brasil foi que esse contingente mais conservador engrossou, pegando todas as classes.

Valor: *Isso se relaciona com a economia de alguma forma?*

Belluzzo: A configuração do capitalismo financeiro provoca nas pessoas admiração pelos valores da ascensão social, da vitória na concorrência, mas a maioria perde. O capitalismo não entrega aquilo que promete. Isso vai transformando as pessoas em ressentidas, que buscam outras soluções.

A insustentável leveza do spread

Palavra do gestor

Fabio Passos

A indústria de fundos frequentemente passa por momentos de expansão e contração dependendo das condições macroeconômicas, do ambiente político — ou até das alternativas em investimentos isentos.

Até aí nenhuma novidade, essa dinâmica se repete mais do que filme da sessão da tarde. E o principal suspeito para justificar um maior fluxo de aportes para um fundo ou estratégia é o mesmo de sempre: performance.

Isto posto, não é surpresa que o momento atual é desafiador: fundos de ações, fundos macro, muitos devendo para benchmark... Contudo, voilà! A outrora abandonada estratégia de crédito privado voltou a brilhar depois de relegada a segundo plano.

Imagino a sensação de alívio que gestores de crédito devem sentir após o que aconteceu em 2019 e 2020. Aliás, sei muito bem como foi — estava lá e vivi cada momento. Então, nada mais profético do que hoje ver a canonização de quem estava no purgatório.

Agora... É justificada? Os fluxos massivos para crédito ocorreram por mérito ou falta de alternativas? Esse é o ponto que gostaria de abordar, até porque não cabe aqui distinguir entre Virtù e Fortuna.

Há ainda algo que merece reflexão. Quando analisamos fundos, somos rápidos no julgamento da performance e devagar para reagir a mudanças de cenário. Caraterísticas que, combinadas, nos levam a incorrer no risco de pilotar nossa carteira olhando para o passado e extrapolando o futuro, como se o passado fosse se repetir indefinidamente.

É isso pode estar acontecendo enquanto você lê este singelo texto.

Provocação feita, nada mais oportuno do que avaliar o comportamento da estratégia de crédito privado.

O passado recente da indústria foi marcado por gatilhos importantes: a pior performance de outras estratégias, mudanças na regra de emissão de ativos isentos e mudança das regras de fundos exclusivos.

Além disso, o ambiente era muito propício à estratégia. Afinal, se tínhamos taxa de juros alta e spreads gordos, para que incorrer em riscos desnecessários investindo em estratégias e gestores que estão devendo em resultados?

O que aconteceu depois todos sabemos: um fluxo maciço e ininterrupto para fundos de crédito nos últimos trimestres.

Agora, na mesma lógica, há uma consequência importante: se o fluxo ocorre de forma rápida e agressiva, fatalmente incorremos em um ajuste de preços. Ou, no caso de crédito privado, na queda de taxas e spreads.

Porém (sempre existe um porém) precisamos nos atentar a uma outra derivada. Se os spreads cederam, será que continuam atrativos? Qual será o limite? Até quando podemos ver retornos condizentes com o risco incorrido?

Vou tentar responder: a estratégia de crédito foi, é e sempre será interessante. Aliás, como qualquer outra estratégia. A variável aqui é outra: todo investimento pode ser interessante, depende do preço.

Mas, com aportes ainda acontecendo e spreads em queda, os gestores têm difíceis escolhas pela frente: para alocar o excesso de caixa decorrente dos aportes e evitar o fechamento dos fundos, eles precisam ou aceitar spreads ainda menores, ou aumentar o prazo médio da carteira buscando capturar um prêmio maior por abrir mão de liquidez, ou fazer vista grossa a papéis de pior qualidade e aceitar redução de garantias em novas emissões. Tudo isso para conseguir rentabilizar suas carteiras. E fazer essa escolha enquanto busca evitar cascas de banana como Americanas e afins.

O tempo dirá se a complacência de gestores e investidores com esses riscos será perdoada ou se voltaremos a ver uma nova abertura de spreads — sabendo que a volta é sempre mais rápida e dolorosa do que a ida. Em especial em um mercado de balcão.

Felizmente sempre existe uma alternativa. E neste caso a saída está em dar um passo atrás e pensar fora do lugar comum. Em buscar prêmio em outras estratégias ou, quem sabe, nas mesmas, mas em outros tipos de operações.

Um exemplo? A solução pode estar em operações mais complexas, que demandam mais trabalho de análise e estruturação, e mais tempo para maturar. Essas potenciais soluções não necessariamente representam mais riscos — pelo contrário: podem ter mais prêmio e garantias melhores, pelo simples fato de serem de difícil análise e poucos se aventurarem a desbravar esse mundo.

Por fim, uma rápida parábola. Se colocarmos um sapo de uma panela com água quente, ele imediatamente tenta sair. Entretanto, se a água estiver em temperatura ambiente e aumentarmos a temperatura aos poucos, o sapo não percebe a mudança de temperatura, fica imóvel e acaba morrendo.

Perceber mudanças de temperatura e reagir a tempo é fundamental para sobreviver. Precisamos conseguir questionar o status quo. Seja em gestão de fundos, na gestão de negócios ou em nossas vidas privadas. Sob pena de convergir para a mediocridade e morrer fervido.

Fabio Passos é sócio gestor de alternativos da Nest Asset Management
E-mail fabio.passos@nestam.com.br

INÊS 249

Sexta-feira, 23 de agosto de 2024 | Ano 25 | Número 1225

EU&

AP PHOTO/EMILIO MORENATTI

Moradores de Barcelona protestam contra o excesso de turistas às vésperas do GP da Espanha de F-1

A revolta contra os turistas

Sociedade Por que cada vez mais destinos se ressentem do excesso de viajantes, ainda que precisem do dinheiro que eles trazem. Por *Vivian Oswald*, para o Valor, de Brasília

No fim de maio, a rua da Direita, a principal da cidade histórica de Óbidos, em Portugal, estava lotada, para a felicidade de comerciantes e para o muxoxo de muitos locais e uma ponta de frustração entre turistas — ao menos para aqueles que não desembarcaram no vilarejo fortificado nos ônibus lotados que levantavam poeira.

Para entrar no centro histórico, é preciso seguir dali a pé. Ainda assim, fotografias sem múltiplas fisionomias de sotaques variados, só depois do horário comercial, quando o burburinho parte nos "autocarros" e o lugar silencia como em uma viagem no tempo. Até lá, as boas imagens do casario tombado só são possíveis fora das ruas de comércio mais evidentes. Ainda fazia um pouco de frio e não era alta estação.

"E olha que está a fazer frio. Faz-me falta o movimento. É bom para as vendas. Mas a verdade é que há sempre muito lixo a ser retirado diariamente. E ficam ali em grandes sacos até que passem a recolher", diz Maria das Dores, dona de uma pequena confecção na rua da Direita.

Em Sintra, ao lado de Lisboa, a situação é mais acentuada. Em janeiro, em pleno inverno, era difícil atravessar a ruela entre a pastelaria e a discreta loja de artesanato ao pé de uma das suas ladeiras íngremes, de tanta gente que havia. O falatório misturava-se ao som de escapamentos dos automóveis, vans, Jeeps, carros de aplicativo e dos alto-falantes dos tuk-tuks que disputam espaço nas ruas estreitas e vagas nas calçadas.

Quando o alerta laranja para o excesso de movimento acende na administração da cidade, o trânsito é fechado a automóveis que não sejam autorizados, ou de residentes, na Serra de Sintra. Aconteceu em 2019, em plena seca. Como há riscos de incêndio na floresta, a ideia é que o espaço fique livre para os veículos da proteção civil.

Os locais se queixam da falta de estrutura, da perturbação da vida cotidiana e do que chamam de especulação imobiliária. Nem os turistas saem totalmente satisfeitos — a cidade de 337 mil habitantes recebe até 4 milhões deles. Queixam-se da confusão e da espera de mais de uma hora para visitar, por exemplo, o Palácio da Pena. Não por acaso, há outdoors pelo distrito enfatizando que Sintra não é a Disney.

O turismo de massas, fenômeno que tem sido chamado de "overturismo", divide opiniões. Uma das indústrias que mais crescem no mundo, o turismo tornou-se aposta para o crescimento econômico e geração de empregos. Dados da Statista mostram um aumento de 9,1% no setor no ano passado, quando as receitas do segmento ficaram próximas dos US$ 10 trilhões. A previsão para este ano é de crescimento de 10,1%, e o ritmo anual deve se manter na casa dos dois dígitos até 2034, para quando o portal de dados projeta um crescimento de 11,4%.

Pelas contas da startup francesa Murmuration, mais de 1,5 bilhão de pessoas em todo o mundo terão viajado para o exterior no atual verão do hemisfério Norte. Os números têm por base dados de satélite. Desse total, 80% devem visitar apenas 10% dos destinos turísticos. Ou seja, concentram-se nos lugares mais óbvios.

Um dos favoritos é Barcelona, que recebe mais de 27 milhões de visitantes anualmente e tem uma população de 1,62 milhão. Para se ter uma ideia, moradores de La Salut, um subúrbio da cidade, tentaram resolver o problema eles próprios: sua rota de ônibus local foi retirada dos mapas da Apple e do Google. O motivo: não muito distante dali está o emblemático Parque Güell, segunda atração mais popular da cidade, depois da monumental e inacabada Sagrada Família. Esperam, assim, garantir assento nos ônibus para os idosos que deles dependem para locomover-se.

Em Maiorca, a sensação é ainda mais incômoda. A ilha espanhola, que povoa o imaginário de muitos europeus, como o compositor Frédéric Chopin e a escritora George Sand, casal célebre que passou longa temporada ali no século XIX, agora tenta encontrar maneiras de conter as hordas de turistas. Na alta estação, pedestres, ciclistas, motoqueiros, veículos de passeio, ônibus de turismo e carros-pipa (a água não é suficiente para todos no período) tentam esgueirar-se uns pelos outros nas estradas estreitas e sinuosas, sobretudo aquelas que levam às belas praias.

Em manifestações recentes, os habitantes foram às ruas de Palma, a capital, gritar em alto e bom som: "Maiorca não está à venda". Mas não é o que parece diante das inúmeras vitrines com anúncios de imóveis de todos os tamanhos nas agências imobiliárias espalhadas pela ilha.

Nos destinos tidos como "mais maduros", diz Natalia Bayona, diretora-executiva da ONU Turismo — a antiga Organização Mundial do Turismo, com sede em Madri —, o segmento representa cerca de 10% do Produto Interno Bruto. Na Espanha, são 13% do PIB. Mas pode girar em torno de 50% do PIB nas pequenas ilhas do Caribe ou no Pacífico.

O dilema está justamente aí. Não se pode abrir mão destas receitas nos dias de hoje. "O que é preciso fazer é buscar o equilíbrio", destaca em entrevista ao **Valor** a especialista, que está prestes a comandar o novo escritório do ONU Turismo no Rio de Janeiro.

A reação dos locais mais cobiçados, os "hotspots", são variadas e, em boa medida, ineficazes. Em Barcelona, aposta-se na proibição de novos aluguéis de curta temporada nas áreas centrais e no aumento da taxa imposta aos turistas.

Em Veneza, desde abril, instituiu-se a cobrança de taxa diária de € 3 a € 10 do visitante que passa o dia na cidade. A tarifa é aplicada em dias de maior movimento, como feriados e fins de semana específicos entre abril e julho. Navios de cruzeiros, que antes atracavam na cidade, desde agosto de 2021 enfrentam restrições. Mas ainda há aqueles que ancoram nas proximidades, levando os passageiros ao centro histórico em barcos menores. A "Sala de Controle Inteligente" coleta dados sobre o número de turistas, como circulam, suas nacionalidades e o impacto que causam no transporte público e no tráfego.

Em Amsterdã, na Holanda, reduziu-se o limite de diárias para o Airbnb, de 60 para 30 dias por ano. E tornou-se obrigatório o registro dos imóveis para aluguel de curto prazo. A cidade também vem incentivando os turistas a visitarem locais fora das áreas centrais, aumentando as taxas de hotelaria e introduzindo um im-

posto para turistas que desembarcam de navios de cruzeiro. Também tem redistribuído eventos culturais e festivais para fora do centro da cidade. Assim, tenta ainda distribuir as receitas do turismo pelo resto do país.

O governo da província de Osaka, no Japão, também discute a cobrança de uma "taxa de entrada" para turistas estrangeiros. A ideia é conter os excessos, financiar o turismo e manter as ruas limpas. O objetivo é antecipar-se à Expo 2025 Osaka, Kansai, que começa em abril de 2025 e dura seis meses, segundo o prefeito Hirofumi Yoshimura. E não é só isso: os slots para pousos e decolagens nos dois principais aeroportos serão aumentados em 30%. Até porque há ainda planos para a inauguração de um resort-cassino na ilha artificial de Yumeshima no terceiro trimestre de 2030. É nessa mesma ilha que terá lugar a exposição de 2025.

Não existe programa de tributação operado por governos locais no Japão que vise especificamente cidadãos estrangeiros. Por esta razão, a medida precisa da aprovação do Ministério do Interior. "A coexistência de turistas estrangeiros que desfrutam de Osaka e residentes locais se tornará uma questão importante no futuro", disse Yoshimura em entrevista na prefeitura.

Na Tailândia, as discussões sobre taxas para turistas foram postergadas. Mas na ilha de Bali, na Indonésia, cobra-se, desde fevereiro, tarifa de 150 mil rupias de visitantes, cerca de R$ 53 por pessoa. Na cidade do Porto, em Portugal, a prefeitura vai reduzir o número de veículos em circulação a partir de 2026. Dos cerca de 100 tuk-tuks que frequentam o centro histórico, somente 40 vão continuar a fazê-lo; e só dois ônibus de tours, daqueles que permitem os visitantes subir e descer quando querem, poderão prestar o serviço.

Bayona afirma que o sucesso da cobrança de taxas depende de vários fatores. "Se você está criando um imposto ecológico a partir do qual cada dólar cobrado do turista vai para a administração sustentar e preservar o destino, acho incrível, porque está ajudando a preservar a natureza, a cultura e patrimônio de um destino. Se for apenas para bloquear o número de turistas, acho um erro. E não acho que seja suficiente para impedir que as pessoas vão", diz.

A especialista advoga modelos de governança que incluam os diferentes atores afetados pelo turismo nas diferentes cidades ou destinos, todo o ecossistema turístico. "Estou falando dos governos, dos cidadãos, da academia. A academia é quem define todas as competências necessárias para fazer crescer um destino", afirma.

A educação e novas tecnologias são ferramentas cruciais para desenvolver o turismo sustentável, segundo ela. "Através da tecnologia, da análise de big data, de dashboards, da ciência de dados, da inteligência artificial, a maioria dos desafios pode ser resolvida", diz. "Pela análise de big data, você pode mover diferentes modelos para saber a capacidade de um destino, quais são os preços médios a serem cobrados por produtos e serviços."

EMMANUELE CONTINI/NURPHOTO VIA AP

Turistas no Porto, em Portugal. O país é um dos "hotspots" onde moradores se queixam da perturbação da vida cotidiana

AP PHOTO/JOEAL CALUPITAN

Nas Filipinas, a ilha de Boracay foi fechada por seis meses pelo governo federal por causa da poluição do mar

THE YOMIURI SHIMBUN VIA AP IMAGES

O governo de Osaka estuda uma "taxa de entrada" para conter os excessos de turistas estrangeiros

Na Itália, o acesso a muitas das praias mais populares só será concedido a partir de reserva em aplicativo. Em Roma, Florença e Veneza, sinais luminosos temporários devem controlar as multidões em áreas de alto tráfego de pedestres para impedir o bloqueio do fluxo causado por aqueles que insistem em tirar selfies a qualquer hora do dia, não interessa o lugar. Na bela Costa Amalfitana, haverá revezamento de veículos nas estradas durante os horários de pico pelo final das placas.

Cansadas dos turistas que se acotovelam em frente a uma loja de conveniência numa pequena rua em Fuji Kawaguchiko, no Japão, com efeitos sobre o trânsito e a quantidade de lixo deixada no local, as autoridades recorreram a solução inusitada para afastar a multidão. Os turistas estavam lá para ver o Monte Fuji, a montanha mais famosa do Japão. Dali, tinha-se o ângulo perfeito para postar as famigeradas selfies nas redes. A saída foi instalar uma tela preta para bloquear a disputada vista.

Em Kyoto, antiga capital imperial do país, o bairro histórico de Gion proibiu os turistas de circular pelas ruas privadas atrás de gueixas e maikos (aprendizes de gueixas) que trabalham em trajes tradicionais. A medida veio depois de relatos de repetidos assédios de turistas com câmaras tentando entrar em residências privadas.

Na pequena aldeia de Biei, em Hokkaido, extremo norte do Japão, os turistas que saem em busca de campos privados para tirar selfies em frente a colinas cheias de flores são surpreendidos pela câmera e um alto-falante assistidos por IA com avisos em japonês, inglês, chinês e coreano para avisar que estão em propriedades privadas.

No Brasil, não é de hoje, há restrições para os visitantes da ilha de Fernando de Noronha. O ingresso para o Parque Nacional de Fernando de Noronha adquirido eletronicamente é pessoal, intransferível, vale por dez dias seguidos a partir do seu primeiro acesso no parque e custa R$ 97,16 por dia. Só aviões turboélices estão autorizados a interligar o destino e o continente — atualmente. As únicas rotas disponíveis partem de Natal, Recife e Fortaleza. Existe um limite de turistas a serem aceitos por ano: 132 mil. Em 2023, segundo dados da administração de Fernando de Noronha, o total de visitantes ficou em 123.437 pessoas.

É claro que há medidas mais extremas, como foi o caso da de Boracay, nas Filipinas. Visitada por quase 2 milhões de pessoas a cada ano em seus quase 500 estabelecimentos ligados ao turismo, que faturaram mais de US$ 1 bilhão no ano passado, a ilha foi fechada por seis meses pelo governo federal, com direito a check-points para garantir que a determinação estava sendo cumprida.

O presidente Duterte acusara hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos pelo despejo de águas residuais no mar, que transformaria a ilha em uma "fossa". Funcionários do governo haviam identificado que o sistema de drenagem da ilha estava enviando águas residuais sem tratamento para o mar. Com isso, 400 hotéis e restaurantes foram obrigados a fechar as portas por violação das

"Na América Latina há fortes oportunidades relacionadas à biodiversidade"
Natalia Bayona

leis ambientais. Três cassinos foram fechados em definitivo. Além disso, estabelecimentos construídos a menos de 30 metros foram demolidos.

O turismo sustentável está intimamente ligado ao bem-estar social, econômico e ambiental de muitos países, especialmente dos países em desenvolvimento, segundo a ONU. A Organização Mundial do Turismo (OMT) o define como "turismo que tem plenamente em conta os seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, abordando as necessidades dos visitantes, da indústria, do ambiente e das comunidades anfitriãs".

Para Bayona, turismo é sinônimo de liberdade, além de importante setor econômico. "É claro que você tem de permitir que as pessoas venham. Mas são necessárias regras." Por isso, diz, há que se entender o impacto dessas pessoas no ambiente, na economia, na sociedade, nos investimentos que existem e na preservação da cultura.

"Dou o exemplo da Colômbia, porque o país era bem conhecido no passado pela violência. Estou falando de 20 anos atrás. Nesse período, o governo, não importa o partido, tem focado numa estratégia de promoção do turismo como setor econômico. Hoje, o turismo é o setor mais forte do país quando se trata de serviços. É o segundo setor econômico mais importante do país, que cresce a 24% ao ano", explica a especialista.

Segundo ela, não se trata apenas de promover o sol, a praia e as cidades, mas o turismo rural comunitário. "Turismo é um setor econômico de coesão social, que não pode trazer benefícios só para a zona urbana", diz. Ela ainda cita o exemplo da Tanzânia, onde parte dos esforços para promover investimentos está em levar artesãos locais para dentro dos hotéis. "Por exemplo, os hotéis Meliá usam o artesanato na decoração. Tudo é feito pela cultura local. E logo ao lado do hotel, você tem uma loja onde pode comprar toda a decoração do hotel."

A partir do escritório do Rio, a ONU Turismo deve ajudar a estimular novos projetos de turismo sustentável, não apenas com orientações, mas diretrizes para que os próprios países possam ter seus modelos de investimento, cujo impacto social é crucial. "Na América Latina há fortes oportunidades relacionadas à biodiversidade, investimentos verdes e assim por diante", diz.

Bayona lembra ainda que o setor do turismo atraiu mais de 2 mil novos projetos relacionados, o que significaram US$ 184 bilhões em capital investido nos últimos cinco anos. Os maiores investidores mundiais, segundo dados do ONU Turismo, são os EUA com 477 do total. Em seguida vêm o Reino Unido, com 341 projetos, e a Espanha, com 200. Cerca de 50% dos investimentos foram destinados a hotéis.

Na América Latina, esses recursos também crescem. O setor privado investiu mais de US$ 29 bilhões no turismo. No Brasil, foi investido US$ 1,2 bilhão nos últimos três anos. E os maiores investidores do país são Reino Unido, Espanha, Tailândia, Panamá e EUA. Basicamente 48% dos investimentos que são criados no Brasil são relacionados a hospedagem e hotelaria.

Na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, uma das metas é a de "até 2030 conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais". A importância do turismo sustentável também é destacada na meta 12.b dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis, que busca "desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que cria empregos e promove a cultura e os produtos locais".

O turismo também é identificado como uma das ferramentas para, "até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e para os países menos desenvolvidos", conforme previsto na meta 14.7 dos ODS.

No documento final da Rio+20, "O Futuro que Queremos", o turismo sustentável é definido pelo parágrafo 130 como um contribuinte significativo "para as três dimensões do desenvolvimento sustentável", graças às suas estreitas ligações com outros setores e sua capacidade de criar empregos dignos e gerar comércio e oportunidades. ■

INÊS 249

O triunfo do papel

Mercado editorial HarperCollins, segunda maior editora do mundo, vê aumento das vendas de livros físicos. Por *Célia de Gouvêa Franco*, para o Valor, de São Paulo

As pessoas estão lendo livros com maior frequência, um fenômeno que contraria a tendência da última década. Além disso, é claro um aumento no interesse pelos livros em papel. Quem atesta essa evolução no hábito de muitos é Chantal Restivo-Alessi, CEO internacional de línguas estrangeiras da HarperCollins Publishers, a segunda maior editora de livros do mundo, só atrás do grupo de mídia alemão Bertelsmann.

Em entrevista ao **Valor**, ela diz que nota "um ressurgimento da leitura de livros, especialmente em formato físico — uma das razões é que as pessoas estão cansadas das telas digitais e ficam felizes quando podem se separar delas e também isolar-se", em busca principalmente de "esperança e verdade".

O melhor desempenho das vendas de livros em papel foi uma das explicações dadas pela empresa, na época de divulgação do balanço, para a melhora dos indicadores neste ano. Nos seis primeiros meses do ano fiscal de 2024, as vendas da HarperCollins cresceram 4%, atingindo US$ 1,07 bilhão e, talvez mais significativo nesse segmento, os lucros tiveram um acréscimo pouco usual de 67%, chegando a US$ 150 milhões.

A editora, que opera diretamente em 15 países (inclusive no Brasil) e publica cerca de 10 mil livros por ano, é controlada pela News Corp., conglomerado fundado pelo magnata da mídia Rupert Murdoch.

Nomeada CEO da área internacional da editora, ou seja, de países que não têm o inglês como a principal língua, como França, Holanda, Itália, Brasil, Polônia e Alemanha, além de diretora digital, Restivo-Alessi pode ser considerada ela mesma internacional — cresceu numa família multicultural, de línguas italiana e alemã, morou em países muito diferentes entre si, como Rússia e Turquia, e fala seis idiomas.

Além disso, antes da HarperCollins, trabalhou no mundo corporativo, no Banco ING, por exemplo. Segundo sua assessoria, ela liderou o estabelecimento de operações comerciais em nove países, inclusive o Brasil, onde um dos seus selos é a Thomas Nelson Brasil. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Como a sra. vê o futuro do mercado do livro com tantas outras ferramentas digitais de entretenimento e aprendizagem que 'concorrem' com as obras impressas?*

Chantal Restivo-Alessi: Tem sido assim há muito tempo, mas na verdade temos assistido a um ressurgimento da leitura de livros, especialmente em formato físico — uma das razões é que as pessoas estão cansadas das telas digitais e ficam felizes quando podem se separar delas e também isolar-se. Vemos um enorme potencial para o crescimento do áudio digital, especialmente nos mercados internacionais onde o mercado é atualmente muito pequeno. O áudio digital já representa 10% do mercado total de livros dos EUA.

Valor: *Qual categoria de livros parece mais promissora em termos de vendas mundiais?*

Restivo-Alessi: Com tudo o que está acontecendo no mundo neste momento, vemos consistentemente as tendências mundiais de leitores que buscam o escapismo, mas também procuram esperança e verdade.

Valor: *O que os leitores procuram hoje ao comprar livros?*

Restivo-Alessi: Estamos entusiasmados em ver a popularidade das mídias sociais ajudando a conectar leitores que compartilham ativamente suas recomendações. Definitivamente, vimos uma correlação direta entre BookTok e o crescimento nas categorias de fantasia e romance. Recentemente também estamos vendo um aumento notável no número de leitores que compram edições lindas e luxuosas que são colecionáveis e têm a estética que agrada nas redes sociais. Em última análise, as pessoas procuram aquilo que sempre procuraram — uma boa história, novas perspectivas interessantes e/ou algo que lhes proporcione conhecimentos/fatos mais confiáveis num mundo que se está se tornando cada vez menos confiável.

Valor: *Qual é o perfil médio dos livros impressos e o perfil dos livros digitais? Existem muitas diferenças nesses perfis dependendo do país?*

Restivo-Alessi: O digital sempre foi mais dominado pela ficção, especialmente pelo romance, por isso é interessante ver agora que esse gênero faz tanto sucesso também na versão impressa. Existem outras categorias, como Bíblias, que nunca foram tão populares no digital e são lidas principalmente em formato físico.

Valor: *Quais são os planos da HarperCollins para o Brasil e outros países da América Latina?*

Restivo-Alessi: Além dos mercados de língua inglesa, a HarperCollins possui equipes em nove países que publicam livros em até 16 idiomas. A HarperCollins Brasil cresceu e se tornou a quarta maior editora no mercado comercial em geral, sendo a Thomas Nelson a principal editora cristã.

Valor: *Como sua experiência de trabalho em instituições financeiras como o ING Bank ajuda no seu trabalho numa editora?*

Restivo-Alessi: A publicação exige muita perspicácia financeira porque as aquisições de títulos são feitas constantemente. Além disso, como na HarperCollins International estamos focados no crescimento através de aquisições corporativas, bem como no crescimento orgânico, minha experiência bancária é muito relevante. O Brasil é um daqueles mercados onde procuramos empresas para adquirir que possam apoiar a nossa ambição de crescimento.

Valor: *Na HarperCollins, qual a porcentagem de livros vendidos digitalmente e a parcela das vendas nas livrarias?*

Restivo-Alessi: No terceiro trimestre deste ano fiscal (2024), as vendas digitais representaram 25% das receitas do consumidor no trimestre. Quanto aos livros vendidos online, não divulgamos esse número e varia de acordo com o mercado, dependendo do tamanho do comércio eletrônico em cada país.

Valor: *A senhora se manifestou com entusiasmo sobre a experiência de publicar o último livro do papa Francisco. Como foi esse processo até a impressão do livro? Em quais países o livro é mais vendido?*

Restivo-Alessi: Estamos muito orgulhosos do lançamento da obra do papa Francisco em toda a nossa rede internacional, incluindo os EUA [no Brasil o título é "Vida: A minha história através da História"]. O projeto foi adquirido pela equipe da HarperCollins Italia, que rapidamente o compartilhou com colegas de todo o mundo. Foi uma publicação acelerada — começamos a discuti-lo no final do verão [do hemisfério Norte] de 2023 e o lançamos em março de 2024. Havia oito equipes publicando o livro na HarperCollins, então a colaboração foi fundamental, alinhando a estratégia, bem como detalhes como capa, data de lançamento correta, planos de marketing eficazes e relações públicas. Houve elementos que mantivemos consistentes ao longo das edições e então cada mercado adicionou seus próprios toques locais para atingir seu público. Chegou às listas dos mais vendidos na Itália, EUA, Alemanha, Brasil e Espanha. Este projeto resume o que acreditamos ser a capacidade única da HarperCollins, ou seja, de fornecer um lançamento coordenado em escala global, seja proveniente de um país de língua inglesa ou de outros países, o que é raro no setor.

Valor: *A sra. pode contar um pouco sobre sua vida e carreira?*

Restivo-Alessi: Minha vida tem uma constante que é minha formação internacional. Crescer num lar multicultural [de língua italiana e alemã] e mudar de país a cada poucos anos [Rússia e Turquia, para citar alguns] fez-me apreciar diferentes culturas e formas de operar. Também me ensinou a falar seis idiomas. Quanto à minha carreira, depois de um MBA na Columbia Business School, trabalhei em diversos setores — mas todos relacionados à mídia. Fui exposta desde cedo ao digital no negócio da música, desde a estratégia até às operações. E agora, nas minhas duplas funções como CEO da HC International e CDO da HarperCollins, tenho uma posição que me permite envolver-me tanto no âmbito internacional como na nova fronteira de mudança que é a IA, aplicada num cenário global. ■

DAVID NEFF/DIVULGAÇÃO

Chantal Restivo-Alessi: "Leitores buscam escapismo, mas também esperança e verdade"

Coluna Social

Delfim e Lula, o encontro dos diferentes

José de Souza Martins

A manifestação de consciência social de convergência entre os dois tem sentido em elementos da realidade social que explicam a biografia de ambos

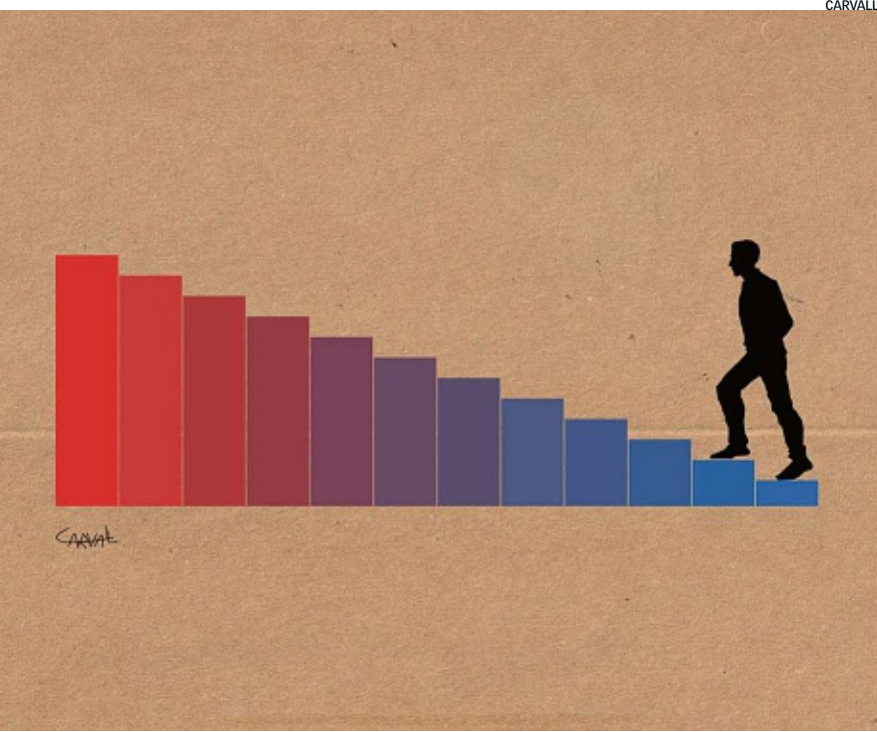
A proximidade que se estabeleceu entre Delfim Netto e Lula, a partir do segundo mandato deste, levanta críticas ao PT por não ter em conta o quanto o primeiro foi personagem da ditadura militar. Lula se desculpou com Delfim pelos ataques que lhe dirigira. Via agora a economia delfiniana com outros olhos. Mas ainda é, para as esquerdas, imperdoável que tenha sido ele um dos signatários do Ato Institucional nº 5, que consolidou no país uma era de terror político.

Delfim nunca negou que o fizera. Na conjuntura que aqui então se vivia, assinaria de novo o Ato 5. Justificou-se no "Roda Viva", em 2019: "Não tem arrependimento possível sobre alguma coisa que você não tem nenhum controle".

Porém, é impossível compreender uma herança inesquecível como essa, quando se é prisioneiro do binarismo ideológico de esquerda e direita.

Nessas duas tendências há sutilezas sociais que mediatizam o processo histórico e a elas não se reduzem. Há um conjunto significativo de possibilidades políticas, hoje capturadas pela direita, por omissão da esquerda, que só se realizarão pela mediação da práxis, isto é, na perspectiva da esquerda. Essa é a dimensão sociológica da questão.

A manifestação de consciência social de convergência de Delfim e Lula tem sentido em elementos da realidade social que explicam a biografia de ambos e de outras personagens do momento histórico que ambos simbolizam.

Ao longo de sua vida, Delfim foi um professor, na USP e na política. A importância desse fato em sua biografia pode ser facilmente constatada pela comparação de Delfim com o melancólico desempenho do ministro da Economia de Bolsonaro no espetáculo deplorável da reunião do governo em 22 de abril de 2020. Guedes citou Keynes para invalidar a importância teórica do grande economista inglês, professor da Universidade de Cambridge. E validar sua própria concepção neoliberal da política econômica do governo.

Ministro, Delfim, uma manhã por semana, realizava em seu gabinete um seminário de estudo com seus auxiliares, como se ainda estivesse numa universidade, na sala de aula. Saber para fazer política, no lugar de fazer política sem saber, do bolsonarismo.

O saber como resultado da pluralidade do conhecimento e de seu emprego. Como o demonstrou num artigo na "Folha de S. Paulo", em 2009, significativamente intitulado "Por que Keynes?": a "crise que estamos vivendo, produzida pela maléfica 'autonomização' do sistema financeiro, encontra a sua melhor explicação em Keynes". Reconhecia-se keynesiano: criar renda para criar emprego para criar renda e a função do gasto público nessa causação virtuosa. Algo como a causação circular e acumulativa, de Gunnar Myrdal.

Numa palestra na Academia Paulista de Letras, Delfim contou que fora socialista fabiano, o socialismo a ser alcançado por mudanças sociais gradualistas e reformistas. O Estado do bem-estar social, na Inglaterra, foi produto de uma política social de inspiração fabiana.

Há um cenário espacial e social de conjuntura histórica, que explica as condições convergentes das referências secundárias, mas decisivas, de biografias como a de Delfim, Lula e também Serra, personagens do mesmo momento político. Delfim nasceu e cresceu no Cambuci, em 1928. Serra nasceu na Mooca, em 1942. Lula nasceu em 1945, em Pernambuco, e ainda criança migrou com a família para a Vila Carioca, à procura do pai. Naquela época, de um desses bairros podia-se ver o outro, num cenário atravessado pelo rio Tamanduateí.

Região da industrialização, de trabalhadores, católica. De imigrantes de segunda ou terceira geração ou de migrantes vindos para trabalhar nas fábricas da região. Gente motivada pela esperança da ascensão social pelo trabalho, beneficiada pela revolução educacional paulista decorrente da reação à derrota na Revolução de 1932. Da USP às escolas primárias dos bairros e da roça por ela influenciadas, um horizonte comum por diferentes caminhos promovia a superação da escravidão ainda próxima. Estávamos a apenas meio século da Lei Áurea.

Delfim, Serra e Lula são os filhos da estratégia de abolição da escravatura, desenvolvida por Antonio da Silva Prado, do Partido Conservador, do Império, e da família de fazendeiros de café mais rica do Brasil. Promover a imigração subvencionada e oferecer aos fazendeiros, sem custo, a mão de obra livre que os livraria das irracionalidades do trabalho escravo.

Disse ele no Senado, em 1888: "Se o imigrante for morigerado, sóbrio e laborioso, formará pecúlio e terá sua própria terra". No trabalho nos cafezais, possibilidade de acesso à terra de trabalho. Era a formulação da ideologia brasileira do trabalho livre. Origem de Delfim, Serra e Lula.

CARVALL

José de Souza Martins é sociólogo. Professor Emérito da Faculdade de Filosofia da USP. Professor da Cátedra Simón Bolivar, da Universidade de Cambridge, e fellow de Trinity Hall (1993-94). Pesquisador Emérito do CNPq. Membro da Academia Paulista de Letras. Entre outros livros, é autor de "Sociologia do desconhecimento - Ensaios sobre a incerteza do instante" (Editora Unesp, São Paulo, 2022). ■

Res Publica

O desafio da reconstrução institucional

Fernando Luiz Abrucio

É necessário haver um novo equilíbrio de Poderes que vá além do Congresso Nacional. Revigorar o presidencialismo de coalizão deve passar igualmente pela mudança de parte da rota do STF e do Executivo

Entre 1993 e 2013, o sistema político brasileiro foi capaz de implementar as melhores ideias da Constituição de 1988 e reformá-la para alcançar um equilíbrio inédito entre democracia, estabilidade econômica e inclusão social. Depois dessa onda positiva, veio a avalanche de quase dez anos de deterioração institucional, aumento da polarização destrutiva e perda da qualidade de várias políticas públicas. O Brasil ainda não saiu por completo dessa crise, e a reconstrução das relações entre os Poderes é um fator essencial para gerar padrões decisórios capazes de colocar o país num novo rumo de desenvolvimento.

O presidencialismo de coalizão construído depois do impeachment de Collor certamente não era perfeito. Muitas crises ocorreram em sua trajetória, com CPIs estridentes e reveladoras, montagem de maiorias parlamentares por vezes a partir de meios ilícitos e, ao final do período, um grande movimento nas ruas pediu maior responsividade do sistema político em relação à sociedade. Inegavelmente havia problemas, só que reformas estavam sendo feitas constantemente (mesmo que fossem incompletas para parte da população) e as políticas públicas eram aperfeiçoadas incrementalmente, com melhoria dos principais indicadores da vida dos cidadãos brasileiros, especialmente os que viviam em situação mais vulnerável.

Muitas das críticas ignoravam o fato de que o modelo institucional brasileiro tem duas qualidades essenciais à estabilidade e ao desenvolvimento do país. A primeira é conseguir lidar com a pluralidade de grupos sociais e dinâmicas territoriais de uma nação federativa bastante complexa. Pode haver algum exagero em sua característica mais consociativa, marcada pela divisão do poder entre vários atores institucionais. Entretanto, se o sistema político fosse mais concentrador e definido pela lógica meramente majoritária — o “vencedor leva tudo” —, o processo decisório poderia ser apenas um jogo de vetos e com poucos controles sobre os governantes. Numa estrutura desse tipo, a polarização atual mais facilmente se transformaria em golpe de Estado ou em completa inviabilização dos governos.

A segunda qualidade dizia respeito à capacidade de produzir negociação entre posições diferentes, presente tanto em espaços institucionais como nas características de muitas lideranças pós-Collor. É interessante notar que mesmo sendo um sistema político com múltiplos atores e controles, sempre houve a possibilidade de saídas institucionais vinculadas a acordos interinstitucionais e/ou entre os atores mais relevantes. A competição entre PSDB e PT foi intensa, mas houve uma enorme continuidade de políticas públicas entre os governos dos dois partidos, fruto de um diálogo entre partidos, sociedade, burocratas e entes federativos.

Essa característica de conversa e acordos dentro do presidencialismo de coalizão foi perdendo a força desde as mobilizações de junho de 2013. Os momentos de lucidez e diálogo se reduziram, embora tenham sido eles que evitaram crises maiores. O país está hoje com Poderes desequilibrados e uma grande parcela dos políticos atuando em prol do aumento do conflito, inclusive sobre assuntos desimportantes, mas que dão ibope para parte do eleitorado — ou likes na internet. Esse jogo centrífugo parece beneficiar cada ator institucional no curto prazo, mas já está levando a derrotas da coletividade — piora na alocação orçamentária, por exemplo — e tende a levar a perda de todos no longo prazo.

A crise recente envolvendo a decisão do ministro Flávio Dino sobre as emendas parlamentares deveria ser um ponto de inflexão nas principais lideranças do país. A questão em si já é um ponto central da reformulação da relação entre os Poderes e um freio de arrumação no presidencialismo de coalizão que se tornou mais fragmentado e menos cooperativo. Gastar bilhões de reais sem transparência, de modo quase nada articulado com as políticas públicas e num nível de despesas que comprime os investimentos públicos federais, não é sustentável política e socialmente.

Em pouco tempo, certamente antes das eleições de 2026, essa montanha de poder vai parir resultados negativos para os congressistas. Primeiro virão os escândalos com emendas Pix e afins. Já há vários indícios de irregularidades e não tardarão para a imprensa e as redes sociais ficarem recheadas de denúncias que só enfraquecem os congressistas atuais. Pesquisas qualitativas já têm medido uma visão cada vez mais negativa sobre o emendismo exacerbado.

Como corolário desse processo, uma nova leva de candidaturas antipolítica aparecerá, somando-se aos já encastelados no bolsonarismo-raiz. Quem está atordoado com a ascensão meteórica de Pablo Marçal deveria temer não a figura em si, mas o que ela representa. Quanto mais a política se parecer para o grande público com um jogo fechado para poucos (e ela não tem sido?), mais oportunidades para outsiders irresponsáveis surgirem.

Na verdade, após a crise de legitimidade causada pela combinação de manifestações de rua, Lava-Jato, impeachment presidencial e crescimento da extrema direita antipolítica, o núcleo principal da classe política, hoje hegemonizado pelo Centrão, fortaleceu as características mais oligárquicas do sistema. Isto é, criou regras que aumentam os recursos em prol da reeleição deles mesmos — a soma de orçamento emendista com Fundos Partidário e eleitoral não encontra paralelo com outras democracias. Como se dizia nos bailes de antigamente, quem está dentro não sai, quem está fora não entra. Esse modelo pode favorecer a reprodução dessa parcela majoritária de parlamentares, que justiça seja feita é mais democrática e responsável que tipos como Nikolas Ferreira e Pablo Marçal. Mas o sucesso dessa engenharia política pode se desgastar muito até 2026.

Nas próximas eleições gerais, a classe política fortalecida por esse modelo mais oligárquico vai enfrentar dois competidores importantes. Um deles é o grupo daqueles que se alinharem organicamente com as políticas públicas do governo federal e/ou dos governos estaduais. A era Bolsonaro caracterizava-se por um governo sem políticas públicas e baseado na guerra cultural. O lulismo sempre esteve acoplado à escolha de programas governamentais que sustentam sua legitimidade, e obviamente uma parte dos congressistas vai tentar se casar com esses veículos de voto. É interessante notar que a mudança no plano nacional gerou impactos nos estados, e se vê um número maior de governadores, de vários espectros, tentando criar modelos setoriais mais estruturados, com possibilidade de gerar benefícios eleitorais por meio dessas políticas específicas.

Políticos do Centrão poderão se beneficiar de modelos baseados em políticas públicas, mas por ora estão preferindo o padrão fragmentado do emendismo, o que é arriscado. O pior é que ainda concorrerão com candidatos que pouco se vinculam ao uso dos recursos do poder estatal. Esses são compostos não só pelos antipolíticos típicos, mas também por gente vinculada a igrejas, grupos econômicos influentes e agentes da segurança pública. É bem provável que o jogo eleitoral de 2026 seja mais difícil para a classe política hoje hegemônica no Congresso Nacional do que foi em 2022, com possibilidade de redução do seu índice de reeleição, caso não mudem parte de sua estratégia.

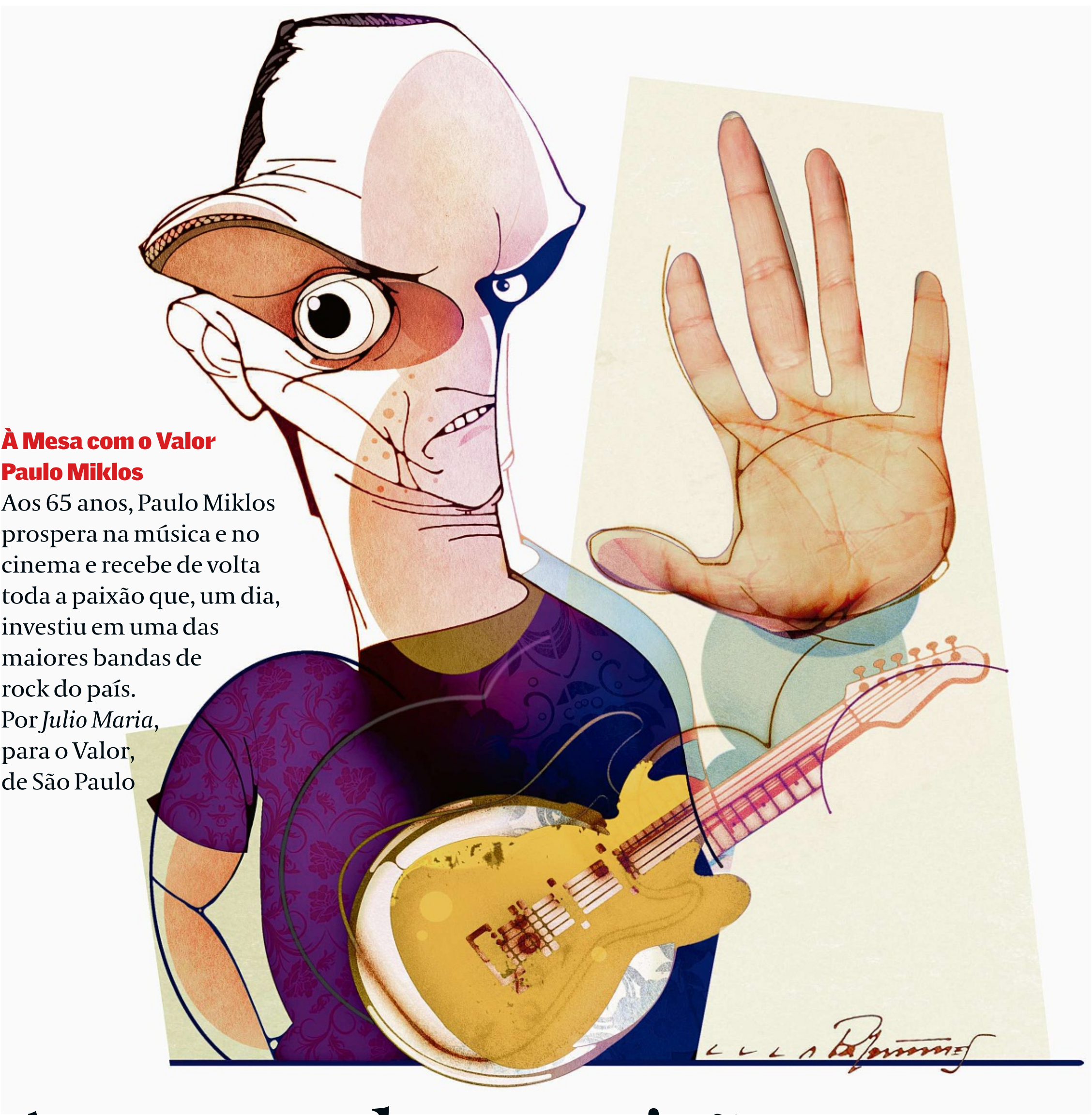
A reconstrução institucional passa por um novo equilíbrio de Poderes que vai além do Congresso Nacional. No plano da Federação, as relações melhoraram muito desde a posse de Lula e dos novos governadores. Também tem havido um diálogo maior entre os órgãos de controle e os gestores de políticas públicas, mesmo que ainda permaneçam exageros fiscalizatórios. O problema é que o pacto para revigorar o presidencialismo de coalizão deve passar igualmente pela mudança de parte da rota do STF e do Executivo federal.

No caso do Supremo Tribunal Federal, é preciso fortalecer as decisões colegiadas e reduzir a concentração de poderes nas mãos do ministro Alexandre de Moraes. Ele foi o ator mais importante na garantia da democracia contra a tentativa de golpe bolsonarista, e os áudios recém-publicados sobre sua atuação estão bem longe do comportamento ilegal e antirrepublicano captado pela Vaza Jato. Todavia, Moraes e o próprio STF ganhariam muito em legitimidade se os processos concentrados em suas mãos pudessem ter alguma divisão com os outros ministros. Isso seria um sinal positivo para a normalização da situação e para um julgamento mais blindado dos processos envolvendo Bolsonaro

Quanto ao Executivo, duas coisas são centrais. A primeira é que a reformulação do emendismo vai exigir maior divisão do poder decisório junto ao Centrão. Não se trata necessariamente de fisiologismo, muito menos de corrupção. Não obstante, os parlamentares fora da coligação eleitoral vencedora precisam participar da decisão e dos créditos das políticas públicas lulistas, para revigorar a ideia de coalizão que sustenta a governabilidade. Mas, tão ou mais importante do que isso, a reconstrução institucional vai exigir muito da liderança do presidente Lula, como interlocutor e agregador da ação conjunta dos Poderes. Entre outras razões, por isso que o sistema se chama presidencialismo: porque o líder presidencial deve ser o construtor de caminhos melhores para o país em conjunto com o Legislativo, o Sistema de Justiça e a Federação.

Fernando Abrucio, doutor em ciência política pela USP e professor da Fundação Getulio Vargas, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: fabrucio@gmail.com ■

DANIEL CABALLERO

À Mesa com o Valor
Paulo Miklos

Aos 65 anos, Paulo Miklos prospera na música e no cinema e recebe de volta toda a paixão que, um dia, investiu em uma das maiores bandas de rock do país.

Por *Julio Maria*, para o Valor, de São Paulo

A marca de um titã

Dizer que iria sair dos Titãs foi um ato de coragem. Mesmo sabendo o tamanho da vida que o esperava do lado de fora, com uma carreira solo desenhada desde 1994, quando lançou seu primeiro álbum sem a banda, e os muitos convites para atuar no cinema que passaram a surgir logo depois de sua espetacular aparição como o assassino Anísio, de "O Invasor" (2001), Paulo Miklos não imaginou que esse dia chegaria.

"Eu sempre tive momentos difíceis com a saída dos outros. Eu sou muito...", ele procura a palavra. "Ninguém deveria sair dos Titãs", pensava. "Isso não está certo", indignou-se em 1994, quando Arnaldo Antunes deixou o grupo. "Isso não está certo", reindignou-se em 2001, quando Nando Reis saiu da banda. "A vida do músico é na estrada", disse, reagindo à ideia do baterista Charles Gavin, esgotado por causa do ritmo da banda, de decretarem folgas uma vez por mês. "Então, vou me desligar do grupo", disse Gavin ao partir, em 2010.

"Qual é mesmo a palavra?", procura Miklos. "Eu sou muito ciumento." Ele só entendeu tudo mesmo em 2016, quando não viu alternativa a não ser viver a vida que se impunha à paixão e às juras de fidelidade feitas aos Titãs. "Além de integrante, eu era o maior fã da banda", diz.

Os caminhos que surgiam eram incompatíveis com a permanência em um grupo de agenda turbulenta. A saída era inevitável. Eles estavam em Miami, onde começariam uma minitemporada nos Estados Unidos. Haviam acabado de lançar o álbum "Nheengatu", com um som vigoroso e que ganhou ótimas críticas da imprensa especializada, e decidiram comemorar e falar de novos projetos em um restaurante japonês. "Eu queria dizer a vocês que estou saindo da banda", disse Miklos, enquanto os outros ainda olhavam o cardápio. Branco Mello chamou o garçom de volta: "Pode trocar minha cerveja por um saquê?".

"Mas fiz tudo certo", Miklos conta ao **Valor**, sobre a sua despedida da banda, sentado a uma das mesas da parte superior da cantina italiana Jardim de Napoli, na Vila Buarque, centro de São Paulo. "Avisei a todos, combinamos como seria, e cumpri os compromissos." Vestido de calça e camiseta pretas, olhos sempre atentos e um semblante leve, ele chega antes do horário marcado, faz as fotos com o fotógrafo do jornal e pede sua massa favorita, pappardelle ao molho vermelho e água com gás. Oito anos depois de sair do grupo, Miklos se tornou um artista capaz de se movimentar com destreza em muitas direções, sem sucatear nenhuma de suas atividades.

Aos 65 anos, Miklos, como diria um coach, administra sua "marca". Como músico, concluiu a turnê feita em estádios com os Titãs, assistida por mais de 600 mil pessoas, gravou um álbum ao vivo no Blue Note de São Paulo (assistido por 300 pessoas), faz shows de sua carreira solo por capitais e cidades do interior do Brasil, como Sorocaba (SP), Silva Jardim (RJ) e Paranaguá (PR), e, mesmo dizendo-se um aventureiro, interpreta a obra de Adoniran Barbosa à frente de um grupo de samba em unidades do Sesc. Em dezembro, ele será acompanhado pela Orquestra Brasil Jazz Sinfônica em um concerto que vai mostrar leituras sinfônicas para o repertório do sambista.

Como ator de cinema, colhe frutos por sua performance como o mesmo Adoniran no filme "Saudosa Maloca", do diretor Pedro Serrano, e vive o personagem Etecétera, um líder de presidiários do longa "Estômago 2: O Poderoso Chef", que estreia no próximo dia 29. Ao todo, são quase 20 filmes pela carreira. Já o teatro surgiu em 2016, quando ele viveu o icônico trompetista de jazz na peça "Chet Baker, Apenas um Sopro", dirigida por José Roberto Jardim.

É raro que um roqueiro cheio de ira nos anos 80, ao menos era assim que os fãs dos Titãs o viam cantando "Cabeça Dinossauro" e "Polícia", em 1986, vire a chave que o coloque na pele de um jazzista ou de um sambista. Mais do que ensaiar para tocar o trompete de longas notas noturnas que Chet produzia em seu cool jazz ou cantar sambas com as divisões e rimas flutuantes de Adoniran, ele tinha de interpretar esses personagens com a verdade física que a dramaturgia, talvez mais do que a música, exige. Além da voz, teatro e cinema pedem a expressão corporal.

Seu papel mais conhecido ainda é o assassino Anísio, um matador de aluguel que despertou uma preocupante empatia dos telespectadores (ponto para a qualidade de sua interpretação), mas sua presença nas telas e nos palcos como Adoniran talvez seja ainda mais espantosa. Como desmanchar a ideia que temos de Paulo Miklos, o roqueiro, para colocar em seu lugar o personagem mais forte produzido pelo samba de São Paulo? Na tela ou no palco de um teatro, um artista não tem mais do que dois minutos para fazer isso. E ele fez.

"Eu aprendi tudo no início com o Beto Brant [diretor do 'O Invasor']. Você tem de buscar as referências na sua experiência pessoal. Mas foi incrível quando ele trouxe para o filme o rapper Sabotage. Ali, eu pensei: bem, ele vai me dar a língua do personagem, e isso vai me jogar onde eu preciso estar", conta. A experiência da transmutação pegou o próprio artista. Ao sentar-se na poltrona de uma sala de cinema para assistir ao filme, durante o Festival de Cinema de Brasília, foi absorvido pela trama de uma forma que chegou a se esquecer de que o Anísio da tela era ele. "Nas cenas em que eu entrava, as pessoas gritavam, vibravam, torciam por mim. Eu fiquei incomodado com o barulho e reclamei pensando: 'Pô, por que essa gente não assiste ao filme em silêncio?'", conta, rindo.

O silêncio do teatro, onde "se ouve a respiração do público", como ele diz, foi outra revelação para Miklos, formado entre amplificadores e guitarras distorcidas. "Ali, o corpo era o meu instrumento, e a história a ser contada era o refrão. Eu não tinha aquela potência de som, nada do que vivemos na música pop. A relação com o público é outra, com um tecido muito mais delicado, expressivo, um negócio muito mais agudo. Um abismo."

Ele se lembra de algo que ocorria todas as noites. "Quando eu estava atrás da coxia esperando pelo terceiro sinal, com a peça prestes a começar, eu pensava: 'Por que eu vim parar aqui? Por que eu fui arranjar isso para mim?'"

O teatro foi seu primeiro sonho. Ao assistir em São Paulo a duas peças do grupo lendário Asdrúbal Trouxe o Trombone, um coletivo de humoristas cariocas que tinha Regina Casé e Luiz

Rogerio Vieira/Valor

Cardápio

Jardim de Napoli, São Paulo

Item	Qtd.	Valor
Água sem gás	2	16
Água com gás	1	8
Pappardelle	3	111
Molho al ragù	3	126
Filé de frango	1	62
Suco de maracujá	1	17
Taça Concha y Toro	1	26
Café expresso	4	42
Serviço	-	**53,04**
Total	-	**461,04**

EU&

“Eu sou fruto dessa trombada da música brasileira com o rock” *Paulo Miklos*

Fernando Guimarães, revolucionários da linguagem dos palcos em meados dos anos 70, Miklos desejou ser ator. “Eu vi e falei: ‘Ah, se eu pudesse entrar nesse grupo...’ Mas eles eram do Rio. Virei um fã, mas minha turma era da música.” E logo ela se revelaria.

Os Titãs se conheceram no Colégio Equipe. Arnaldo Antunes, Sérgio Britto e Miklos entraram em 1976. No ano seguinte, chegaram Branco Mello, Marcelo Fromer e o originário, mas de breve permanência, Ciro Pessoa. E, em 1978, surgiu Nando Reis. Apenas Tony Bellotto e Charles Gavin não estudaram no Equipe.

Miklos é o titã (não dá para dizer ex-titã, isso não existe) de formação musical mais abrangente. Oficialmente, ele fez aulas de piano, sax e flauta transversal, mas toca também guitarra e baixo e canta. E a voz, que permanece subindo às mesmas alturas de 40 anos atrás, com um belo timbre ferruginoso e um bonito vibrato de ondas longas, é seu maior instrumento.

Os primórdios de sua história são interessantes, conforme consta na biografia “A vida até parece uma festa - A história completa dos Titãs”, de Hérica Marmo e Luiz André Alzer. Assim que saiu do colégio, ele tocou sax no grupo do compositor paranaense Arrigo Barnabé, integrou a banda Bom Quixote e fez shows em barzinhos do centro de São Paulo, como um chamado A Pulga, apenas com voz e violão. Quando começou a lançar seus discos solo, em 1994, ainda como integrante da banda, alguns sinais sobre suas origens diversificadas ficaram bem evidentes. “Eu sou fruto dessa trombada da música brasileira com o rock.”

A pulsão do rock’n’roll estava lá, com muita audição de LPs dos ingleses The Clash e Led Zeppelin. “O Clash tinha elementos de rock diferentes, com ska, rock e funk com uma postura punk. E o Zeppelin me pegou na fase pré-adolescente. Só dava a minha turma nas festas em que tocavam essas músicas.” Mas o que hoje se revela um trunfo é o fato de seu radicalismo juvenil não o impedir de ouvir coisas que nada tinham a ver com rock.

“Eu assistia aos festivais da Record, com minha família ao lado, torcendo e comentando. Eu ficava admirado ao ouvir alguém dizer: ‘Olha só essa música do Paulinho da Viola, ‘Sinal Fechado’. Como é que ele pode fazer uma música sobre o tempo em que o carro fica parado no sinal.”

Miklos fez, em 1994, um álbum na contracorrente da sonoridade dos Titãs, que haviam lançado um ano antes o pesado “Titanomaquia”. “Ali eu já quis fazer algo diferente do que a banda fazia. Eram dois violões, contrabaixo acústico e bateria.”

Em 2001, uma nova experiência sairia de um momento difícil. As drogas e suas tentativas de deixá-las seriam a inspiração para o excepcional “Vou Ser Feliz e Já Volto”. Um degrau acima do som cru e mais acústico do anterior, mas ainda no registro dos solos de guitarra delicados, das baladas e das canções.

Entre 2012 e 2014, Miklos perdeu a mãe, a mulher e o pai. Rachel, a mulher, morreu de câncer no pulmão em 2013, depois de passar pouco mais de um mês internada. Os Titãs a conheciam desde os anos de equipe. Sobre sua partida, Nando Reis fez “Vou Te Encontrar” e presenteou o amigo. Miklos a gravou com uma voz que sente cada sílaba: “Olha, eu fiquei aqui / Perto, você está em mim / Forte, pra continuar / Livre, livre para amar”.

Ele saiu do grupo em 2016 e, um ano depois, lançou o álbum “A Gente Mora no Agora”, expandindo o uso de ritmos e mostrando uma depuração ainda maior como cantor. Seis anos depois, fez outro disco, “Do Amor Não Vai Sobrar Ninguém”, que o posicionou definitivamente como cantor folk e romântico.

Canções como “Ao Teu Lado”, “Um Misto de Todas as Coisas”, “Todo Esse Querer” e, com muito destaque, “É Assim que Eu Sei”, mostram a outra lente usada pelo cantor quando ele pensa só. A raiva e a revolta que tanto usou como combustíveis para a identidade dos Titãs perdem espaço para a palavra amor, repetida em muitas canções.

O álbum mais recente, registrado com um show ao vivo no Blue Note, mistura canções desses dois últimos discos com algumas músicas que ele cantava com os Titãs e uma versão de “Flores” (que, nos Titãs, era cantada por Branco Mello). Sua regravação de “Pra Dizer Adeus” colocou a música em quarto lugar dentre as nacionais mais tocadas no Spotify no dia da entrevista.

Se tudo corre bem na carreira de Miklos, qual seria a importância da reunião dos Titãs para uma exaustiva turnê em ginásios, como nos velhos tempos? Existem algumas respostas para isso.

O valor que os integrantes receberam, não revelado, é naturalmente tranquilizador. Cada uma das seis noites de Allianz Parque recebeu 50 mil pessoas, fora os outros 22 estádios visitados pelo grupo, além da despedida durante o festival Lollapalooza, de 2024. Estima-se que mais de 600 mil fãs assistiram à temporada.

Mas a turnê acabou sendo válida por outras razões. A renovação da base de fãs, o que garante sobrevida nas redes sociais e expansão de audiência em plataformas de streaming como o Spotify, foi um deles. Miklos leu uma postagem feita por um jovem na rede social X que dizia: “Ué, esse cara também canta?”.

Para muitos que nasceram a partir dos anos 2000, Paulo Miklos é um ator (muitos o conheceram como o personagem Gonzales, do filme “Carrossel”, de 2015) ou um lobo solitário do rock. Os Titãs que apareceram nos estádios a partir de 2023 são, para muitos deles, uma impensável reunião de ídolos aleatórios. Quer dizer que Nando Reis tocou um dia na mesma banda de Arnaldo Antunes, Charles Gavin e Paulo Miklos? Sim, isso existiu.

Ele fala de outro motivo da reunião, bem mais pessoal. “A gente se reencontrou, era visível pelos telões como estávamos nos divertindo no palco.” Mais do que diversão, o show permitiu muita reflexão. Os Titãs são um grupo raro.

Nenhum outro na história, e aqui falamos da história mesmo, teve um sistema de decisões políticas tão especial. Oito, sete, seis ou quatro integrantes originais e nenhum líder. Quem falava pelos Titãs? Todos.

As entrevistas eram dadas com cada integrante sentado à grande mesa de uma sala de reuniões e todas as decisões internas sobre viagens, escolha de repertório e de capas de disco precisavam do aval de todos. A descentralização permitiu que todos, em maior ou menor grau, ganhassem força de protagonismo para se estabelecerem como artistas individuais. Alguns aproveitaram esse aval mais, outros menos.

Outra coisa boa: o dinossauro de muitas cabeças impediu que o grupo evaporasse assim que um pretenso líder morresse ou dissesse adeus. Hoje, mesmo desidratados de tantos talentos, os Titãs seguem com Branco Mello, Sérgio Britto e Tony Bellotto cumprindo uma agenda disputada.

Todas as bandas que adotaram a monarquia absolutista caíram ou cairão junto com seus reis. O Legião Urbana não sobreviveu sem Renato Russo; o Capital Inicial não existiria sem Dinho; o Ira! desaparece sem Nasi e o Camisa de Vênus não para de pé sem Marcelo Nova. Os Paralamas não existem sem Herbert Vianna, o Ultraje seria irreconhecível sem Roger e a Blitz acabaria sem Evandro Mesquita. O Barão Vermelho fez uma espetacular passagem de bastão, de Cazuza para Frejat, e foi só. Sem Frejat, o grupo agoniza nas tentativas de seguir com alguma expressividade.

Miklos conta sobre o que viveu em seus anos de banda: “Nunca tivemos mesmo um líder. Tudo seguia um pensamento muito democrático e de consenso, mas com critério. Acho que só deu certo por isso. Escolhíamos a melhor música para estar no disco, o arranjo mais coerente, a melhor solução”.

Como isso seria suportável entre um coletivo de personalidades tão fortes? “Tínhamos de contemplar os desejos de todos. A gente costumava brincar que o que valia era o poder da minoria. Se um de nós estivesse descontente, tínhamos de retroceder e negociar.” Hoje, entre comerciais de TV, ensaios fotográficos para agências de moda, palcos de shows e sets de cinema, ele só precisa negociar consigo mesmo e seguir administrando “a marca” Paulo Miklos. ■

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Entre outros projetos, Paulo Miklos vai cantar músicas de Adoniran Barbosa com a Orquestra Brasil Jazz Sinfônica e estrela o filme ‘Estômago 2: O Poderoso Chef’

ARQUIVO

Com a filha, Manoela, nascida em 1983

ARQUIVO

Quando criança, Miklos via os festivais da Record com a família

DIVULGAÇÃO

Como o assassino Anísio, de “O Invasor”

ARQUIVO

Com os Titãs: ‘A gente costumava brincar que o que valia era o poder da minoria. Se um de nós estivesse descontente, tínhamos de retroceder e negociar’

Descobertas e redescobertas

Arte Em sua terceira edição, feira Rotas Brasileiras apresenta novos talentos e resgata nomes apartados do sistema. Por *Eduardo Simões*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

A feira SP-Arte Rotas Brasileiras chega a sua terceira edição, no espaço Arca

Quando participou da primeira edição da feira SP-Arte Rotas Brasileiras, em 2022, o galerista Marco Antônio Lima tinha uma trajetória bem consolidada no mercado de arte de São Luís, no Maranhão. Cerca de 30 anos atrás, abriu um escritório de artes que, ao incorporar mobiliários modernistas e contemporâneos, acabou tendo o design autoral por protagonista. Foi então que ele abriu, em 2021, a Lima Galeria, para focar em artistas contemporâneos.

No ano seguinte, levou à então nova feira paulistana o projeto Preamar, uma união de forças entre sua galeria e a residência artística Chão SLZ, também do Maranhão. Em seu estande, apresentou trabalhos de Dinho Araújo, Silvana Mendes e Márcio Vasconcelos. "Foi nossa entrada para o mercado centro-sul, para o circuito nacional de feiras", conta Lima, que volta neste ano à Rotas Brasileiras, entre 28 de agosto e 1º de setembro, no espaço Arca, em São Paulo.

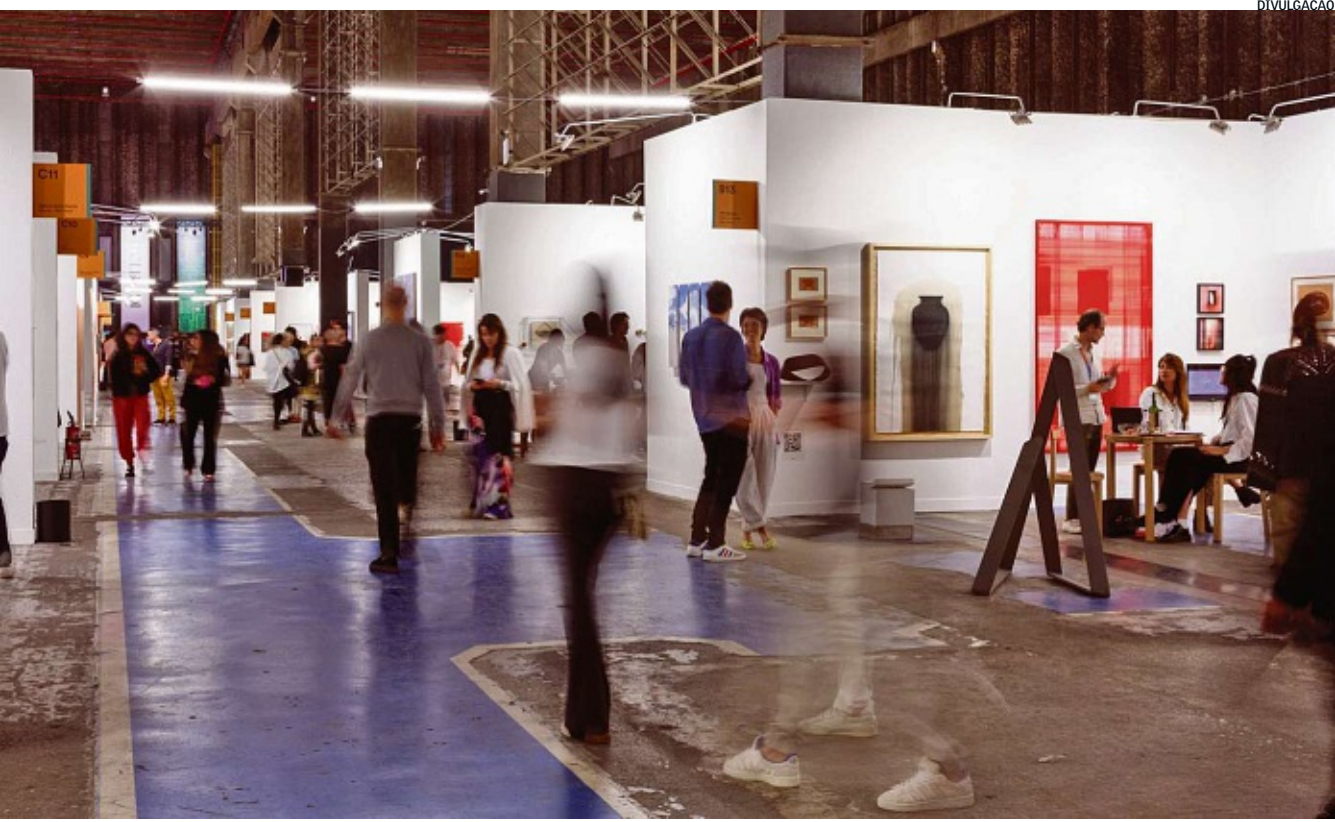
A trajetória de Lima na feira sintetiza a proposta basilar de sua criadora, Fernanda Feitosa, fundadora e diretora da SP-Arte. Gestada antes mesmo da pandemia, a Rotas Brasileiras tinha como objetivo ampliar o público das artes visuais, atraindo pessoas do Centro Oeste, do Nordeste, do Norte, "uma nova elite econômica, social e cultural", segundo Feitosa.

"Foi uma missão autoimposta trazer novas galerias para o circuito, que por sua vez apresentaria novas estéticas, oxigenando o cenário das artes", diz Feitosa, que a partir de 2025 quer explorar também o que chama de "rotas fronteiriças", trazendo expositores do Chile, Uruguai, México etc. "Sem isso, a gente vai ficando numa bolha com as mesmas pessoas, não renova a energia nunca."

Para Lima, Rotas Brasileiras surgiu num momento em que o mercado contemporâneo "estava começando a ter certo esgotamento" de coisas interessantes. "A feira Rotas injetou ânimo, com obras de artistas do Pará, de Tocantins, do Piauí, chamando a atenção e sendo adquiridas por instituições e colecionadores."

A terceira edição da feira vai abrigar mais de 60 expositores, com cerca de 250 artistas, 40% deles mulheres. Há participantes de 14 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Neste ano, a feira traz uma novidade: a figura de um diretor artístico, o mineiro Rodrigo Moura, curador-chefe do Museo del Barrio, em Nova York. Feitosa explica que o papel de Moura é ter uma perspectiva geral de todos os projetos, de quase todas as galerias. "Com isso ele busca acertar o tom, a narrativa, talvez ajudar a fazer a seleção", diz. Com a evolução desta parceria, decidiu-se que Moura iria também curar um setor independente dos projetos das galerias, chamado de Mirante.

O setor ficará no centro da Arca e vai abrigar obras em grande escala e poucas vezes exibidas. Moura ressalta que em sua prática como curador ele tenta criar diálogos em que questiona a tendência da história da arte brasileira de definir artistas com educação formal como modernos, ao passo que aqueles sem tal formação seriam "populares, naïf, primitivos".

Para romper com essa cisão, Moura, que é pesquisador e autor de um livro sobre a obra do pintor autodidata Amadeo Lorenzato (1900-1995), vai contrapor as criações de nomes como o acreano Chico da Silva e o mineiro Artur Pereira (1920-2003) com trabalhos de Delson Uchôa, Adriana Varejão, Tunga e Rivane Neuenschwander, entre outros.

"A Rotas Brasileiras é uma feira que permite essas aproximações, esses diálogos, assim como quebrar essas paredes, esses muros que separam os artistas racializados, os artistas brancos, os chamados populares ou os tidos como oficiais", argumenta.

Moura também destaca alguns dos projetos curados da feira, como o proposto pela Galeria Mitre, que irá parear obras de Lorenzato com trabalhos de artistas contemporâneos, e a Gomide & Co., que vai propor uma conversa entre as criações de Lenora de Barros e as obras de seu pai, Geraldo de Barros (1923-1998). Lenora lembra-se que em 2019 fez uma experiência similar, na mostra "Em Forma de Família", na Alban Galeria, em Salvador, quando teria, no entanto, focado em suas performances, buscando relações com fotos dos anos 1940 realizadas por Barros.

"Desta vez eu decidi seguir outro viés sobre o qual eu não havia parado ainda para refletir muito", diz. "Lembrei de uma instalação sonora que fiz em 2000, no Sesc Pompeia, dialogando com as vanguardas russas, com Rodchenko, Malevich, El Lissitzky. Foi também o primeiro momento em que eu passei a lidar com os elementos do pingue-pongue. Então resolvi revisitar esse trabalho, considerando que este universo fazia parte do repertório de meu pai."

Fernanda Feitosa também destaca alguns projetos predominantemente não comerciais, como a participação do Instituto Cultural Vlavianos, ou ainda os recortes do acervo de Vilma Eid, da Galeria Estação, e da Coleção Moraes-Barbosa. Ressalta também que esta edição vai promover uma redescoberta ou reinserção de artistas veteranos, como os escultores João Bez Batti (galeria Marcelo Guarnieri) e Luis Carlos Lima Santos (Lima), "artistas que foram menos vistos, menos estudados, menos falados pela imprensa ou até mesmo que circularam menos pelo mercado", afirma.

Segundo Feitosa, enquanto a SP-Arte comercializa obras a partir de R$ 100 mil, Rotas Brasileiras tem cifras mais acessíveis, com ofertas de R$ 10 mil, R$ 15 mil. Para ela, a feira atrai pessoas que ainda não colecionam, mas podem se encantar por esse universo, "entender a arte como uma peça que falta no quebra-cabeça da construção de sua história". Essa formação de um público colecionador também está na essência da feira, diz. ■

Vinho

Palácios no paraíso dos vinhos brancos

Jorge Lucki

Uva godello da região de Valdeorras, na Galícia, produz alguns dos melhores rótulos do mundo

Nos últimos anos, o consumo de vinhos brancos tem experimentado um crescimento expressivo em várias partes do mundo, incluindo o Brasil. Essa tendência reflete uma mudança nos gostos e nas preferências de consumidores que estão buscando cada vez mais vinhos menos alcoólicos e comidas mais saudáveis (e leves).

Do ponto de vista técnico, os vinhos brancos, no geral, evoluíram tanto ou mais do que os tintos, devido à aparição de novos equipamento específicos para o gênero e à sofisticação dos processos, que gerou um manejo mais adequado dos vinhedos, a fermentação em cubas mais adaptadas ao estilo desejado, além do uso mais racional de tonéis e barris de carvalho.

Essa evolução ensejou tanto uma oferta maior de vinhos apenas corretos (o que já é um avanço), para serem bebidos descompromissadamente, quanto uma leva de rótulos tratados mais artesanalmente. Isso tem levado à produção de brancos de qualidade superior, que expressam de forma mais transparente suas raízes, com complexidade e diversidade de sabores que rivalizam com grandes tintos tradicionais.

O crescimento no consumo de vinhos brancos parece estar longe de alcançar seu auge. Essa ascensão tende a dar projeção e abrir espaço a castas e regiões com vocação para o gênero. É o caso da godello, uva nativa da região de Valdeorras, extremo leste da Galícia, noroeste da Espanha.

A viticultura da região sofreu grande deterioração com o aparecimento da filoxera no início da década de 1880. A solução foi arrancar todas as vinhas infectadas e replantar com porta-enxertos de videiras americanas. Na fase de replantação, as castas nativas e tradicionais foram deixadas de lado, trocadas por variedades mais produtivas que nada tinham a ver com Valdeorras, especialmente palomino para brancos e garnacha para tintos.

Desde então, o árduo caminho percorrido por viticultores e produtores locais foi dando frutos até que a Denominação de Origem Valdeorras foi reconhecida em 1945 por Portaria Ministerial. Em 1974 surgiu o plano "Revival" (Reestruturação das Vinhas de Valdeorras), uma iniciativa pioneira não só na Galícia, mas em toda a Espanha pela metodologia de trabalho, pela valorização e melhor aproveitamento das castas próprias de cada zona para a produção de vinhos de qualidade, competitivos e rentáveis, na tentativa de alterar a tendência predominante de abandono da vinha e procurar recuperá-la.

JORGE LUCKI

Rafael Palacios produz alguns dos melhores vinhos brancos do mundo na Galícia

Através desse programa foi realizado um estudo de recuperação de variedades nativas em Valdeorras. Foram encontradas apenas 200 vinhas godello (pré-filoxera), que sobreviveram graças à complicada orografia da zona. Em 1976, dados os bons resultados, iniciou-se a replantação, determinando quais os melhores sistemas, métodos de cultivo e clones mais adequados, incentivando novas plantações feitas de forma mais ordenada e seletiva. Graças a esse trabalho de recuperação, os viticultores mais recentes da zona têm conseguido aproveitar vinhas com perto de 40 anos para produzir vinhos com mais caráter, qualidade e longevidade.

Alguns dos vinhos mais interessantes produzidos em Valdeorras são produzidos por produtores de fora. O mais conhecido é o riojano Rafael "Rafa" Palacios (radicou-se na região em 2004 e está por trás dos melhores e mais refinados godellos).

Rafa Palacios é o caçula da numerosa família de José Palacios Remondo, fundador, em 1948, da vinícola de mesmo nome em Alfaro, na região de Rioja. Entre 1990 e 1993, Rafael viajou para França e Austrália, voltando para casa em 1994, época em que seu irmão Alvaro já tinha se afastado para iniciar seu vitorioso projeto no Priorato.

Em 2000 seu pai faleceu, e isso mudou muitas coisas na vida de Rafael. Durante três anos trabalhou junto com seu irmão Alvaro, que havia retornado à vinícola. Em março de 2004, Rafael entendeu que havia chegado a hora de voar sozinho e a Galícia foi um dos primeiros lugares a atraí-lo, em especial devido a um godello de Valdeorras que havia provado em 1996. Depois de colaborar esporadicamente com produtores locais, Rafa Palacios iniciou o seu projeto pessoal, na subzona do Vale do Bibei, concelho de O Bolo, comprando vinhas velhas de godello a viticultores idosos.

A escolha dessa zona se deveu a sua história, altitude elevada, e também pela textura dos seus solos arenosos de origem exclusivamente granítica. A orografia extrema e a baixa produção das terras pouco férteis levaram ao abandono quase total desta pequena, mas histórica região, cultivada em socalcos. Eram pequenas parcelas herdadas por esses viticultores por sorteio.

Seu primeiro trabalho foi voltar as vinhas à viticultura tradicional, eliminando a utilização de herbicidas e tratamentos sintéticos. Esta transformação marcou significativamente a qualidade de seus vinhos, que a cada ano se tornaram muito mais definidos na expressão do solo arenoso, com marcado caráter mineral e salino. Aos poucos aperfeiçoou a viticultura e a vinificação, buscando incessantemente a excelência. O lançamento do seu primeiro As Sortes da safra 2004 foi um marco para os brancos da Espanha, para sua carreira pessoal, Valdeorras e para a uva godello.

Atualmente Rafael Palacios tem 32 parcelas de vinhas próprias com uma área total de 24,5 hectares, exclusivamente de godello, que gozam de um clima continental com influência atlântica. Localizadas na margem direita do rio Bibei, sua altitude varia de 620 m a 740 m.

Hoje produz principalmente cinco vinhos: Louro, produzido a partir de vinhas com idade média de 25 anos e fermentado em foudres; As Sortes, elaborado a partir de seis parcelas com mais de 40 anos, das primeiras compradas de velhos viticultores quando chegou na região, que fermenta em barricas de 500 litros onde permanece por 8 meses; Sorte Antiga, provém de uma única vinha om 100 anos de idade, com cachos pequenos e tem baixo rendimento por planta, fermentação com as cascas durante 30 dias em cubas abertas de carvalho e estagia 12 meses em barricas usadas; O Soro, vinho sublime só produzido em anos excepcionais (o 2020 obteve 100 pontos no "The Wine Advocate", de Parker), proveniente de uma só parcela plantada em terraços em 1978, a 710 metros de altitude e fermentada em barricas de 500 litros onde permanece durante oito meses; e o Sorte Souto vendimia tardia.

São todos vinhos incríveis, que pertencem ao seleto grupo dos melhores brancos do mundo. O Soro, em todo caso, se existe um patamar superior — entre os melhores do universo (?) —, teria lugar garantido.

Jorge Lucki escreve neste espaço semanalmente

E-mail: Colaborador-jorge.lucki@valor.com.br ■

EU&

A mulher da revolução tardia

Feminismo Escritora que marcou época nos anos 70, redescoberta pela geração do #metoo, Vivian Gornick diz que a mudança social profunda 'demora uma eternidade'. Mas segue esperançosa. Por *Fernanda Godoy*, de Nova York

Como se não bastassem as lentas transformações da sociedade nas cinco décadas em que ela investiga o feminismo como força de liberação, a escritora americana Vivian Gornick, de 89 anos, prevê que todo o século XXI será uma época de transição. "Uma revolução já aconteceu para as mulheres", avalia a premiada autora de ensaios e livros de memórias, mas "a mudança social profunda está tardando uma eternidade em chegar".

Seus escritos sobre o movimento feminista no lendário "Village Voice", nos anos 70, e o livro "Afetos ferozes" (Todavia, 204 páginas, R$ 79,90, tradução de Heloisa Jahn) a converteram em ícone do feminismo mundial. Foi redescoberta pelo movimento #metoo, com o qual Gornick simpatiza, mas mantém divergências.

Publicado em 1987, originalmente sob o título "Fierce Attachments: A Memoir", "Afetos ferozes" trata dos anos de formação de uma filha de imigrantes ucranianos criada no distrito nova-iorquino do Bronx entre meados dos anos 1930 e 50.

Nessas memórias de um mundo povoado por mulheres fortes, porém reprimidas, Gornick esclarece que "tomar o metrô" era "um eufemismo para ir trabalhar", provavelmente em Manhattan, algo que muitas desejavam secretamente e sua mãe realizou —mas por poucos meses, até ter as asas podadas pelo marido.

"Tomar o metrô" era um privilégio e uma libertação que Vivian Gornick conquistou para si, tanto que se mudou para o Greenwich Village, onde há décadas ocupa um apartamento de quarto e sala num edifício com "aluguel estabilizado", um antigo mecanismo da Prefeitura de Nova York para conter a disparada dos preços (ao menos de algumas moradias) em Manhattan.

Foi lá que ela recebeu o **Valor** numa manhã de primavera que lhe trazia a energia para a caminhada de 3 km. Houve uma redução considerável em relação aos 9 km de todos os dias de outras épocas, muitas vezes na companhia da mãe, parceira de exercício e de relação neurótica. Mas a agilidade, tanto física quanto mental, está amplamente preservada.

Gornick é a tal ponto independente que o convívio com a faxineira hondurenha é insuficiente para que as duas desenvolvam uma mínima linguagem em comum. Na falta de ferramenta de inteligência artificial (Gornick não usa celular), a jornalista serviu de intérprete para negociar a trégua do aspirador de pó.

"As mulheres jovens, do movimento #metoo, estão com raiva porque acham que nada mudou. Eu acho que uma revolução já aconteceu. Quando penso no que era ser mulher quando eu era uma menina...", diz. "Estaríamos sentadas aqui as duas, você como jornalista e eu como escritora? Você estaria me entrevistando? Não, você estaria entrevistando um homem! Veja como o mundo mudou para as mulheres!", comenta.

Vivian Gornick não aparenta, no entanto, ter ilusões quanto ao alcance dessas mudanças.

"A esperança de que o sucesso de algumas medidas de integração das mulheres à sociedade resultaria em um mundo diferente, isso é o que está levando tempo demais para se concretizar", pontua Gornick. "Como já foi dito por muitas antes de mim, as mulheres entram no mundo ao aceitar o mundo como ele é. Não ao exigir que as coisas mudem", diz ela.

Autora de dois livros sobre a entrada das mulheres na área da ciência, publicados nos EUA em 1983 e em 2009, Gornick concluiu que esse fato não trouxe mudanças na forma como a pesquisa científica é feita.

"Muitas mulheres me disseram, no princípio, que a influência das mulheres ia mudar a maneira como a ciência era feita. Isso não aconteceu. Outros diziam que as mulheres progrediriam na ciência ao se identificar com o agressor, com o cientista homem bem-sucedido. E foi isso o que aconteceu", diz a escritora.

Para ela, a analogia vale para governos, empresas e outros espaços de poder onde as mulheres foram assimiladas.

"Todo movimento de liberação não é um movimento revolucionário. É um movimento de integração. É um movimento, especialmente nos Estados Unidos, de pessoas que estão dizendo que a democracia americana prometia igualdade, e essa promessa foi quebrada. Queremos que ela seja cumprida."

DIVULGAÇÃO

Vivian Gornick, escritora premiada, tem como projeto um livro de ensaios contendo reflexões sobre o City College de Nova York nos anos 50

> "Eu sempre soube que poderíamos ganhar e perder o direito ao aborto cem vezes"

Nem todas as ativistas feministas pensavam que seria assim. A própria Gornick acreditou, em determinada etapa da vida, que a revolução das mulheres viria entrelaçada com o socialismo.

"Eu pensava que as pessoas continuariam a querer formar famílias, que um homem e uma mulher, ao se juntarem, quereriam filhos. Mas, quando homens e mulheres são iguais e têm filhos, os dois terão que reduzir seu horário de trabalho para que ambos possam cuidar das crianças. Eu achava que isso era o que aconteceria. E que isso reduziria a produção capitalista e... (risos)"

Como filha da esquerda, de imigrantes socialistas, judeus do Leste Europeu, a menina Vivian Gornick cresceu com a perspectiva do longo prazo, ouvindo falar de revoluções que supostamente levariam décadas até se materializarem.

"Eu sabia que queríamos um mundo diferente e que era preciso mudar a consciência das pessoas. E isso leva uma eternidade", analisa. "Mas eles eram produto do socialismo europeu , esse era o sonho deles. E nós, feministas dos anos 70, acreditávamos em algo parecido. Eu pensava: hoje somos centenas, amanhã seremos milhares, e, em seguida, milhões. Quem poderia deixar de ver a justiça da nossa causa?", reflete.

Entre as mudanças conquistadas pelas mulheres, porém difíceis de assegurar definitivamente, estava o direito ao aborto. Gornick não se surpreendeu com a derrubada da histórica decisão da Suprema Corte de 1973, no caso que ficou conhecido como Roe vs. Wade. Jane Roe era o pseudônimo de Norma McCorvey, uma mulher texana que entrou na Justiça para garantir o direito de abortar. Suas advogadas, Sarah Weddington e Linda Coffee, enfrentaram e venceram no tribunal o promotor Henry Wade. No julgamento do recurso, a Suprema Corte, por 7 votos a 2, afirmou que a Constituição dos EUA, em seu artigo 14, que trata do direito à privacidade, assegura o direito da mulher ao aborto.

Em 2022, uma nova formação da Suprema Corte, de maioria conservadora obtida a partir de indicações de Donald Trump na Presidência dos EUA, derrubou essa decisão, abrindo caminho para a volta de leis antiaborto nos estados.

"Sempre pensei que o aborto era um dos assuntos mais primitivos que tínhamos diante de nós. Sabia que poderíamos ganhar e perder esse direito cem vezes. Que, durante meu tempo de vida, o aborto nunca estaria totalmente assegurado. Sempre pensei assim, desde o princípio, desde os anos 70", conta.

A admissão de ter feito um aborto não é uma revelação para seus leitores. Mas o autoexame dos sentimentos que acompanharam a ação é impactante. "Eu me senti primitiva fazendo um aborto. Eu pensava que algum elemento misterioso iria me punir. Se eu sentia isso, imagine o que sentem as pessoas que realmente pensam que o aborto é um assassinato?", questiona.

A derrubada de Roe vs. Wade é motivo de lamento para Gornick, mas, em aparente paradoxo, de entusiasmo. A esperança emana da força dos movimentos ativistas que afloraram no país ou se fortaleceram na esteira da decisão judicial de dois anos atrás.

"O desenrolar dos anos Trump, culminando na derrubada de Roe vs. Wade, demonstrou a mim a força da democracia de base. No dia seguinte à decisão, houve uma erupção de movimentos ativistas para garantir que o aborto estaria acessível em todos os lugares deste país", diz Gornick.

Para ela, os americanos estão dizendo que não aceitam andar para trás. "Não acredito que teremos o fascismo instalado neste país se Donald Trump vencer as eleições" afirma.

"Não tenho medo. Muitas pessoas que eu conheço pensam que os EUA se tornarão um país fascista se Trump tiver um segundo mandato, que o autoritarismo invadirá a vida americana. Acho difícil acreditar nisso. Mas, ao redor do mundo, as pessoas sempre tiveram dificuldade em acreditar em algo assim. Talvez eu esteja errada."

A entrada da vice-presidente Kamala Harris, cuja participação discreta no governo do democrata Joe Biden intrigava Vivian Gornick ("Você pode perguntar na Casa Branca o que aconteceu?"), traz nova perspectiva.

"Trump é a pior coisa que já ocorreu aos Estados Unidos. Milhões de americanos se encontram tão profundamente infelizes com o que está acontecendo em suas vidas que eles seguem um homem como esse", diz .

> "Vivemos em uma sociedade do dinheiro, não em uma sociedade produtiva. Só se pensa nisso"

A perplexidade de Gornick se estende a vários outros países, como a Hungria do ditador Viktor Orbán e o Brasil do ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Vivemos na cultura do dinheiro, os jovens só pensam em ganhar dinheiro, não em fazer nenhuma outra coisa, só em fazer dinheiro! Para mim, tendo a idade que tenho, é inacreditável que não haja objeções gigantescas a esse mundo que ajudamos a criar. É uma sociedade do dinheiro, não uma sociedade produtiva. As pessoas não estão preocupadas em criar coisas, em inventar, em ver o mundo", lamenta.

Foi também por uma lente crítica que Gornick viu o aparecimento, em 2017, do movimento #metoo em Hollywood, "a sociedade mais regressiva imaginável, onde pessoas se vendem umas às outras a cada minuto", em suas palavras.

"Quando o Me Too surgiu, o que eu sabia do que acontecia nos ambientes de trabalho? Fiquei chocada, pensava que as coisas tinham mudado nesse aspecto. O assédio sexual já era ilegal havia 50 anos. Mas as coisas continuavam iguais, porque a lei não estava sendo aplicada", diz a escritora, que parou de lecionar e escreve de casa há anos.

"Homens e mulheres, em grande parte, ainda olhavam uns aos outros de forma instrumental, transacional. Você tem algo que eu quero; você não é uma criatura semelhante, mas apenas alguém que tem algo que eu desejo. E isso me chocou", relata a escritora, que diz entender a frustração e os protestos das mulheres mais jovens.

"Mas há milhões de mulheres que nunca teriam endossado essa sociedade na qual a única maneira pela qual uma mulher podia progredir era dormir com o chefe. Aquilo parecia velho para nós, levando vida de nova-iorquinos. Parecia ridículo: quem se colocaria numa posição como essa? Mas não era verdade; milhares de mulheres se encontram, sim, nessa situação", pondera.

Gornick diz que, mais que pelos relatos em Hollywood contra o produtor Harvey Weinstein, sentiu-se tocada pelos milhares de depoimentos de mulheres que trabalham em fábricas, de garçonetes, de atendentes, que ainda estavam sofrendo assédio sexual em seu ambiente de trabalho.

"Eu também passei a acreditar que botar um fim a isso era o assunto mais importante. Muitos homens foram pegos nessa onda, homens que eram decentes, mas que estavam fazendo, segundo diziam, 'o que todo mundo fazia'. Eles ficaram presos na armadilha da história, e eu me senti mal porque muitos deles tiveram sua vida arruinada, sua vida profissional arruinada. É um tremendo preço a ser pago", conclui.

O próximo livro de Gornick, já em produção, será uma volta à sua origem intelectual, os estudos universitários no City College de Nova York. "Era o lugar para onde iam todos os filhos da classe trabalhadora e de judeus imigrantes, e de onde saíamos como americanos. Estudei lá no final dos anos 50, foi a época dourada do City College. Escrevi um longo ensaio sobre como eram as coisas quando estudei lá. E agora, esse ensaio vai abrir uma coletânea de escritos meus."

Em "Afetos ferozes", Vivian Gornick conta como sua mãe, já viúva, bancou a decisão de mandar a filha à faculdade, ao City College, em discussão com os homens da família. Na resposta, a chave que abriria portas para a futura escritora. "Só sei que ela é inteligente, merece ter uma formação e vai receber uma. Estamos na América. As meninas não são vacas no pasto, à espera de ser montadas por um touro", disse Bess Gornick. ■

INÊS 249

Doces bárbaros

Gastronomia Porto-riquenho Antonio Bachour, um dos chefs pâtissiers mais festejados do mundo, quer fazer das sobremesas o prato principal. Por *Daniel Salles*, para o Valor, de São Paulo

Rihanna disse sim, assim como Justin Bieber e Andrea Bocelli. Já o porto-riquenho Antonio Bachour, um dos chefs pâtissiers mais festejados do mundo, disse não. Trata-se do casamento do indiano Anant Ambani, filho daquele que é tido como o homem mais rico da Ásia, Mukesh Ambani, cuja fortuna, de acordo com a revista "Forbes", ultrapassa os US$ 112 bilhões.

Em troca de somas irrecusáveis, os três cantores se dispuseram a animar a sequência de eventos que marcou a união de Anant com Radhika Merchant — a cerimônia reuniu personalidades como Mark Zuckerberg, Bill Gates e Hillary Clinton. Por falta de agenda, Bachour recusou o convite para cozinhar na festa, pela qual receberia US$ 115 mil.

A recusa indica o quão concorrida está a agenda do porto-riquenho. Radicado em Miami, nos Estados Unidos, onde tem dois restaurantes, ele viaja todo ano para 40 países, em média. É uma rotina que o obriga a passar cerca de 300 dias por ano longe de casa.

Ele pula de país em país, principalmente, para prestar consultorias, que representam boa parte de seu faturamento, e também para dar aulas e para participar de eventos — no ano passado, foi uma das atrações da festa que marcou os 100 anos do Copacabana Palace. Neste ano, entre 1º de janeiro e 1º de agosto, quando cozinhou no Evvai, em São Paulo, Bachour esteve em Miami só durante oito dias.

Ele diz engolir essa rotina atribulada, inclusive o entra e sai em aviões e hotéis, com um sorriso estampado no rosto. "Vivo todo dia como se fosse o último", diz. A frase soa piegas só para quem desconhece sua trajetória a fundo. Nascido na cidade de Río Grande, em Porto Rico, há 49 anos, ele tinha 17 quando foi diagnosticado com um tumor no cérebro. "Disseram que eu só viveria mais dois anos, mas já se passaram 31", conta Bachour, que respondeu bem ao tratamento.

Ele ainda convive, no entanto, com dois aneurismas não operáveis no cérebro. "Os médicos dizem que eu não posso me estressar, nem ter dor de cabeça", diz. "Isso tudo faz com que eu dê mais valor para a vida e faça o máximo de coisas possível, além de aceitar a maioria dos trabalhos que aparecem. Mas me pague hoje, porque amanhã eu não sei o que pode acontecer."

No Evvai, ele preparou uma entrada, um prato principal, duas sobremesas e parte do petit four. A entrada foi uma espécie de panacota coberta de caviar e guarnecida de churros salgados. O prato principal: short rib com bacon e mil folhas de batata. De sobremesa, serviu: 1) iogurte com morango e tomate cereja; e 2) creme de chocolate ao leite com uma espécie de farofinha de chocolate, mousse de avelã e creme de caramelo.

As demais atrações do menu degustação da noite, tirando a metade do petit four, foram elaboradas pela equipe do Evvai — da meringata com fígado de galinha e cupuaçu ao picolé de milho incrementado com caviar, passando pelo pão de queijo e pelo croissant com tiras de atum bluefin e pimenta de cheiro. O menu degustação saiu por R$ 799 (ou R$ 1.418, com harmonização).

O intuito do jantar era colocar nos holofotes o trabalho de Bianca Mirabili, a chef pâtissière do endereço. "Um pouco tímida, ela ainda se mantém à sombra do Luiz Filipe Souza", afirma Bachour, referindo-se ao chef do Evvai, que ostenta duas estrelas Michelin. "Trata-se, a meu ver, da melhor chef pâtissière do Brasil. Merece, portanto, ganhar mais projeção."

Aproveita para elogiar as sobremesas que provou no Maní, da chef Helena Rizzo, e no Nelita, de Tássia Magalhães, durante essa mesma visita a São Paulo. "Diria que estavam melhores que os pratos salgados", afirma.

O que caracteriza uma boa sobremesa? Na visão dele, a atenção dada à temperatura — frutas e chocolates muito gelados, nem pensar —, a preocupação com a textura dos ingredientes e com a cremosidade de mousses e companhia, além do nível de dulçor do conjunto. "Colocar açúcar demais é um grande erro. Mascara os demais sabores e deixa as pessoas estufadas", diz ele, que costuma adoçar suas sobremesas só com chocolates e componentes extraídos de frutas. "Nos últimos dez anos, tenho apostado cada vez mais em menos açúcar, menos gema de ovo e menos manteiga. Sobremesas mais leves atraem mais pessoas."

Em seguida, cita mais um ingrediente que considera essencial para a elaboração de doces de respeito — a paixão pelo assunto. "É o que faz com que os chefs pâtissiers fujam da mesmice e se preocupem com as técnicas empregadas", afirma. "Seguir uma receita encontrada no Google qualquer um pode fazer."

Sustenta que muitos chefs se dizem não muito fãs de sobremesas só porque não sabem como prepará-las. "Eles acabam supondo que os clientes também não dão muita bola para os doces, o que é um grande erro", acrescenta. Depois conta que esteve há pouco no Café Misterio, um restaurante reputado em Montevidéu, no Uruguai, a convite do chef. Na etapa final da refeição, este foi logo avisando: "Nossas sobremesas não são boas".

Apontado como o melhor chef confeiteiro do mundo em três edições do The Best Chef Awards, Bachour considera-se altamente capacitado tanto para preparar pratos salgados quanto sobremesas. "Um chef pâtissier tem mais facilidade para se transformar em chef do que este em confeiteiro", observa o porto-riquenho, que estudou gastronomia em Nova York.

O fascínio pelos doces ele credita a um dos negócios do pai, uma confeitaria localizada em Porto Rico. Começou a frequentá-la quando tinha 10 anos de idade, depois da escola. "Meu fascínio pelos doces foi crescendo diariamente", lembra Bachour, que já lançou oito livros de receitas.

Registre-se que, em matéria de sobremesa, ele só torce o nariz para os merengues, principalmente os maçaricados. "O sabor da clara do ovo não me agrada nem um pouco", conta. No mais, come de tudo. De chocolates com 70% de teor de cacau às versões ao leite — que muitos chefs e foodies dizem não engolir. "Eu poderia comer, facilmente, um quilo de chocolate por dia", informa.

É fã tanto de gelatos quanto de sorvetes — os primeiros são bem menos aerados e costumam ser produzidos com ingredientes naturais e sem aditivos como aromatizantes, estabilizantes e corantes. Sim, ele já perdeu a conta das vezes em que ouviu frases do tipo: "Espaço para a sobremesa ainda tem, não é?". E diz repeti-las com gosto. Outra frase do gênero sustenta que para sobremesas todo mundo tem "um segundo estômago".

Seus restaurantes em Miami são o Tablé, no Design District, e o Bachour, em Coral Gables. No primeiro, serve pratos que prestam tributo à culinária do Líbano, onde nasceram os pais dele. Já o Bachour, que ganhou uma filial em Mérida, no México, é uma espécie de bistrô moderno. A unidade de Miami, por exemplo, serve cerca de 2 mil croissants e quase 500 unidades de petit gâteau por dia. Ele se preocupa em criar sobremesas instagramáveis? "Sim", responde sem pensar duas vezes. "O Instagram é a melhor ferramenta de marketing que existe hoje em dia."

Seu sonho é abrir um restaurante dedicado exclusivamente a sobremesas. É a fórmula adotada pelo Coda, em Berlim — que tem duas estrelas Michelin. Em junho, São Paulo ganhou um empreendimento do gênero, o Ara (lê-se "Arã"). Do chef pâtissier Rodrigo Ribeiro, nascido em São Paulo, a novidade ocupa um imóvel acanhado no bairro de Pinheiros — não serve nem um item salgado, seja um pão de queijo ou um pedaço de pão.

Outro célebre restaurante que só serve sobremesas é o Room 4 Dessert, em Bali, na Indonésia. "Ainda vou abrir um restaurante do tipo", afirma Bachour. "Mas ainda não achei a cidade ideal para o projeto. Nos Estados Unidos não funcionaria, porque as pessoas não têm o hábito de sair só para comer sobremesas. Não é o caso de Barcelona, Madri, Londres ou São Paulo." ■

DIVULGAÇÃO

Antonio Bachour foi eleito o melhor chef confeiteiro do mundo em três edições do The Best Chef Awards

DIVULGAÇÃO

'Colocar açúcar demais é um grande erro. Mascara os demais sabores e deixa as pessoas estufadas', diz Bachour, que adoça com chocolates e componentes extraídos de frutas

EU&

Em busca de sucesso a qualquer custo

Série Em nova temporada de 'Industry', que retrata o mercado financeiro, ator Harry Lawtey interpreta personagem no centro do IPO de uma empresa de tecnologia verde. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

SIMON RIDGWAY/DIVULGAÇÃO

Harry Lawtey como Robert Spearing em 'Industry': aprendizado pessoal sobre os meandros do medo e da ambição

Desde sua estreia, em novembro de 2020, a série dramática "Industry" vem conquistando fãs interessados nas entranhas do mundo dos negócios a partir da Pierpoint & Co, fictício escritório londrino de um banco internacional. Os personagens são jovens em busca do sucesso a qualquer custo. E, como a fortuna de alguém pode ser conquistada ou arrasada num piscar de olhos, eles vivem um mix de sentimentos que envolvem confiança, estratégia, sorte e conhecimento, mas também mentira e manipulação.

A terceira temporada estreou neste mês na HBO e na Max, com capítulos semanais. O ator Harry Lawtey, de 27 anos, interpreta o frágil mas esperto Robert Spearing, que agora está no centro nervoso do glamouroso IPO da Lumi, uma empresa de tecnologia verde de cujos negócios chegam até o topo das finanças, mídia e governo.

"Como acontece desde a primeira temporada da série, ele está em uma jornada contínua para resolver problemas na esfera profissional", diz Lawtey ao **Valor**. "Trabalhar nessa nova grande companhia de energia verde é muito afirmativo para ele, que se sente mais confortável e indispensável. Mas, como sempre, sua vida pessoal continua completamente caótica."

O espectador aprendeu a ver em Robert um personagem que luta contra a própria introspecção para conquistar uma validação externa em um ambiente de trabalho sob constante pressão. "Muito do que aparece na série é construído a partir de um tipo de obsessão britânica, bem representada nos episódios. Robert vem de um contexto social muito diferente, mas com aspiração para transcender e se tornar alguém melhor. Por essa razão, sai em busca da aprovação dos outros colegas que, em sua maioria, não lhe dão confiança", diz Lawtey.

Considerada menos intelectualizada que "Mad Men", mas com a mesma volúpia pelo poder de "Game of Thrones" e "Succession", a série "Industry" conta com o trunfo de ser escrita por dois ex-banqueiros de investimento, Mickey Down e Konrad Kay, o que explica a familiaridade dos termos técnicos. E, mesmo quando esse linguajar causa estranheza aos leigos, o dinamismo da ação e os diálogos que revelam uma camaradagem temperada com veneno são empolgantes. Exemplos pinçados de episódios recentes: "Ser egoísta permitiu que ela ganhasse tanto dinheiro", "Se não conseguir apertar o botão certo para enriquecer, faça com que outros apertem" e "A regra do clube é clara: cadelas andam com focinheira".

"Na série, jogamos luz sobre esses monstros e os expomos em um ambiente que demanda muito e exige que alguns se vendam", observa Lawtey, que está também no elenco do esperado filme "Coringa: Delírio a Dois", com previsão de estreia nos cinemas em 3 de outubro.

O ator lembra que interpretar Robert foi um aprendizado pessoal ao desvendar os meandros do medo e da ambição. "Robert é misterioso em relação a seus planos", comenta. "Sua origem é humilde, e logo é inserido em um mundo regulado por um tipo de código demonstrativo e reconhecível em termos de classe, definido pelo vestuário, pela forma de conversar, pelos hobbies. É como uma língua estrangeira que Robert é obrigado a aprender para se encaixar naturalmente nesse mundo fechado. Um tipo de ambiente que se parece com o playground de uma escola, no qual ele se sente vítima de bullying."

Na terceira temporada, o personagem desponta mais confiante e decidido a alcançar o sucesso. "Robert sabe que, se for bem-sucedido, será bem-vindo", diz o ator, dono de uma voz grave, profunda, que contrasta com seu perfil de traços mais delicados.

Lawtey confessa não saber como funciona o verdadeiro ambiente corporativo, mas faz uma comparação com o meio artístico. "Se falarmos da indústria na qual trabalho e obviamente tenho experiência, houve uma grande evolução nos últimos anos, quando muitas coisas inaceitáveis e ilegais vinham acontecendo", diz. "Vivemos agora um ambiente mais moderno e progressista, cujo propósito é manter as pessoas seguras e com o entendimento de que se trata apenas de um trabalho e que ninguém merece ser prejudicado de qualquer forma."

Questionado pelo **Valor** sobre sua paixão pelo futebol, esporte pelo qual é obcecado, ele abre um sorriso e confirma. "Sou provavelmente mais fanático por futebol que por atuar", diz ele, torcedor do time inglês Hull City. "Você é brasileiro, sabe o que é essa paixão. Eu amaria assistir a um jogo no Brasil. Cresci idealizando jogadores brasileiros. Olha, passo mais tempo da minha vida falando sobre futebol do que sobre atuação. Foi meu primeiro amor. Se eu fosse um pouco mais habilidoso, provavelmente teria tentado ser jogador. Mas atuar, com certeza, é uma ótima segunda paixão." ■

Karl Lagerfeld ganha série superficial

TV Produção na Disney+ retrata a jornada do estilista rumo à consagração. Por *Luciano Buarque de Holanda*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

Daniel Brühl e Théodore Pellerin em "Becoming Karl Lagerfeld"

Em 1982, ele salvou a casa Chanel de um iminente declínio, assegurando, finalmente, seu posto entre os maiores nomes da alta-costura mundial. À parte de sua produção, Karl Lagerfeld (1933-2019) foi um ícone fashion por si próprio, sendo dono de um inconfundível estilo pessoal — luvas sem dedos de couro, óculos escuros, longos cabelos brancos e rabo de cavalo. Mas nem sempre Lagerfeld foi tão celebrado.

Na Paris dos anos 1970, ele era tido como "o mercenário do prêt-à-porter". Sua nacionalidade alemã em nada lhe favorecia entre a panelinha local, ainda que Lagerfeld fosse íntimo de Yves Saint Laurent.

Minissérie em seis capítulos, "Becoming Karl Lagerfeld" repassa sua jornada rumo à consagração, embora muitas vezes o foco da narrativa se concentre na vida privada do estilista (Daniel Brühl, de "Adeus, Lênin!" e "Rush - No Limite da Emoção"). Sobretudo, em sua relação com o jovem poeta-muso, ou "simplesmente gigolô", Jacques de Bascher (Théodore Pellerin, de "Solo" e "Como Se Tornar uma Divindade na Flórida"). A série se perde entre propostas e por vezes se confunde com uma biografia do próprio Bascher.

Essa impressão surge desde os primeiros frames: é Jacques quem aparece primeiro, entrando num dos inferninhos parisienses que lhe serviam de habitat natural. Sujeito culto, de berço nobre e sempre impecavelmente vestido, Bascher já foi descrito pelo próprio Lagerfeld como "o Diabo com a cara de Garbo".

Ele era um espírito livre, um ávido consumidor de drogas e explorador do universo s&m. Interpretado na série por Arnaud Valois ("120 Batimentos por Minuto"), o rival Yves Saint Laurent chegou a se apaixonar perdidamente pelo dândi, a ponto de adoecer.

A ênfase em Bascher decerto empresta um apelo dramático extra ao roteiro, uma vez que o protagonista era uma figura muito mais reservada, centrada no trabalho. A série mostra como Lagerfeld evitava distrações, socializando apenas o necessário.

Mesmo sua relação com Bascher ficava em segundo plano, sendo Lagerfeld um notório assexuado, que costumava largar o namorado nas boates para ir dormir cedo.

"Becoming Karl Lagerfeld" é hábil ao conduzir as manobras de Lagerfeld, seus blefes e as sutis manipulações comerciais. Ainda assim, no que toca a essa trajetória, falta contexto à obra do estilista. Diferentemente de produções recentes como "Cristóbal Balenciaga" e "The New Look", sobre Christian Dior, a direção de arte, aqui, pouco enfatiza as criações do biografado, reservando o melhor do figurino às peças usadas pela própria dupla de protagonistas.

As atuações são ótimas, a reconstituição de época enche os olhos, mas fica a sensação de que a série não explora todo o seu potencial. A história parece incompleta, mesmo considerando que a trama compreende apenas um período de dez anos da vida de Lagerfeld e Bascher. O último, aliás, morreu de aids no final da década de 1980, tendo Lagerfeld ao seu lado, fato que o roteiro prefere omitir.

Além de Yves Saint Laurent, outras figuras célebres são retratadas em "Becoming Karl Lagerfeld", entre elas Marlene Dietrich (Sunnyi Melles, de "Triângulo da Tristeza"), Pierre Bergé (Alex Lutz, de "Vortex") e Andy Warhol (Paul Spera, de "Até o Limite"). ■

Becoming Karl Lagerfeld
França - 2024. Criadores: Isaure Pisani-Ferry, Jennifer Have, Raphaëlle Bacqué. Onde: Disney+
★★★☆☆

INÊS 249

EU&

Inspiração para as novas gerações

Cinema 'O gosto das mulheres passou a ser levado em conta', diz a cineasta Jane Campion, de 'O Piano'. Por *Elaine Guerini*, para o Valor, de Locarno

DIVULGAÇÃO

"Hoje o gosto das mulheres passou a ser levado em conta", diz a cineasta Jane Campion

O tempo foi generoso com a filmografia de Jane Campion. A constatação é da própria neozelandesa de 70 anos, uma das primeiras vozes femininas de expressão atrás das câmeras. Há mais de três décadas, "O Piano" (1993) é uma referência quando se trata de registrar o desejo e a determinação das mulheres nas telas. E até alguns dos filmes mais subestimados de Campion (entre eles, "Em Carne Viva", de 2003) foram revisitados e ganharam uma sobrevida, já que o mundo mudou, aceitando com mais naturalidade as provocações e as transgressões nas histórias femininas.

"Hoje o público consegue apreciar 'Retrato de uma Mulher' (1997), 'Fogo Sagrado' (1999) e 'Em Carne Viva', o que não aconteceu quando os títulos foram lançados. Na época, eles chocaram", afirma a diretora, ao fazer um balanço da carreira durante a recém-encerrada 77ª edição do Festival de Cinema de Locarno.

A primeira mulher a conquistar uma Palma de Ouro em Cannes, com "O Piano", Campion recebeu um Leopardo de Ouro honorário por "estabelecer um diálogo com o público e com a indústria, sem comprometer a sua visão e as suas ambições artísticas, e por sua habilidade em lidar com o que há de mais perturbador na condição humana", conforme justificativa da diretora artística do evento, Giona A. Nazzaro.

"Quando os homens eram a maioria dos críticos de cinema, eu simplesmente calava a boca e seguia em frente, mesmo que estivesse desapontada com a recepção dos filmes", conta Campion, a um pequeno grupo de jornalistas, do qual o **Valor** participou.

"Hoje, embora a indústria continue dominada por homens, tudo ficou mais fácil porque o gosto das mulheres passou a ser levado em conta. Na hora de decidir o que ver no cinema e na TV, elas escolhem o que fala a língua delas, o que raramente é um produto da Marvel. São histórias complexas e emocionais, com foco nas relações humanas."

Isso explica, na visão de Campion, o "revival" de "Em Carne Viva", um thriller psicossexual em que a cineasta ousou escalar Meg Ryan, naquele momento a rainha das comédias românticas, como uma professora infeliz no amor. Ao rodar as primeiras cenas de sexo da então "namoradinha da América", com um policial vulgar (Mark Ruffalo), a diretora fugiu da objetificação das mulheres, algo que era comum nos sets de filmagem comandados por homens. E Campion só levou o crédito pelo que fez mais recentemente.

"Sempre soube que 'Em Carne Viva' provocaria. Só não esperava aquela reação feroz, por se tratar de um bom trabalho. Por sorte, durante a pandemia o filme foi visto por um crítico que escreve para o BFI [British Film Institute] e foi reavaliado, agora positivamente. Esse era o meu sonho: ter um filme cult", diz Campion, rindo.

"O mundo continua imperfeito, mas, de repente, a indústria começou a se interessar pelo que as cineastas mulheres têm a dizer", conta, lembrando que o movimento feminista Me Too ajudou a forçar a "queda desse Muro de Berlim do gênero".

Por ser uma das mais veteranas no ramo, Campion sabe que as novas gerações de diretoras a veem como um modelo e que sua filmografia é sempre uma referência, sobretudo por suas protagonistas de personalidade forte, muitas vezes tentando escapar da vida que levam.

É esse o caso da heroína de "Retrato de uma Mulher", que esnoba o pretendente milionário, ou a de "Fogo Sagrado", uma rebelde que embarca em uma jornada espiritual carregada de erotismo.

"Sou uma espécie de tia para as cineastas mais jovens", brinca Campion, facilmente reconhecida pelos longos cabelos brancos e pelos óculos de grau de armação preta. "Só me recuso a sentir responsabilidade e pressão por saber que isso não traria nada de bom. Como respondo à energia ao meu redor e acredito na liberdade criativa, eu também me inspiro naquelas que estão chegando. As mulheres não só dirigem filmes como chegam ao topo hoje em dia", diz, citando os casos das duas francesas que levaram a Palma depois dela: Julia Ducournau (por "Titane", em 2021) e Justine Triet (por "Anatomia de uma Queda", em 2023).

Atualmente, Campion saboreia o que chama de "sucesso tardio" na carreira, referindo-se à conquista do Oscar de melhor direção, por "Ataque dos Cães", na cerimônia realizada em 2022. "Com mais mulheres contando as nossas histórias, senti que podia me aventurar no universo masculino", diz Campion, consagrada aqui com um faroeste.

Seu filme teve impacto ao contestar a masculinidade tóxica tão comum no gênero, com a história do caubói solitário embrutecido pela realidade da vida nos ranchos e avesso a qualquer vulnerabilidade.

"Depois do Oscar, percebi que poderia fazer o filme que quisesse. Mas acabei abrindo uma escola gratuita de cinema como uma forma de retribuição, para ajudar a próxima geração na Nova Zelândia", comenta a diretora, ainda sem um novo projeto definido.

"Tenho algumas ideias, mas nada para revelar neste momento. O bom é saber que terei o dinheiro quando quiser filmar de novo. Nessa indústria, tudo é poder e dinheiro", afirma Campion, vencedora também de um Oscar de melhor roteiro original. Ela levou esta estatueta pelo retrato da viúva muda de "O Piano", uma mulher inconformada com o destino traçado pelo seu pai: um casamento arranjado com um homem insensível que sequer entende a sua paixão pela música.

Na noite em que Campion recebeu o prêmio em Locarno, a sessão ao ar livre do clássico que deu a Holly Hunter o Oscar de melhor atriz lotou a Piazza Grande, a praça símbolo do festival, com capacidade para 8 mil espectadores. "Até hoje ouço que 'O Piano' foi a melhor experiência no cinema para algumas pessoas, o que sempre me deixa constrangida." Mas por que Campion teria dificuldade em aceitar a aclamação recebida com o trabalho? "Como toda pessoa neozelandesa, não lido bem com elogios. Deixar o sucesso subir à cabeça é quase motivo de prisão para nós."

Mas há outras razões para Campion preferir deixar "O Piano" no passado, por mais que o título marque o seu legado, por se conectar tão visceralmente com a plateia feminina. "Quando o filme estourou, eu estava enfrentando uma fase muito ruim. Perdi um bebê, o que tornou tudo muito difícil. Eu só tentava sobreviver", conta a cineasta, que por muito tempo também considerou "O Piano" um fardo.

"Tudo o que eu fiz depois sempre foi comparado a ele. Talvez 'Ataque dos Cães' tenha sido a minha primeira oportunidade de sair da sombra de 'O Piano' e, consequentemente, de mim mesma. Pelo menos até alguém resgatá-lo na conversa, o que quase sempre acontece, deixando 'O Piano' impor novamente a sua melodia na minha vida." ■

O cemitério como documento

História Série de Ugo Giorgetti mostra aulas de José de Souza Martins em campo santo. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

DIVULGAÇÃO

José de Souza Martins no Cemitério da Consolação: "mostrar o Brasil do ponto de vista funerário"

Era uma sexta-feira de 2012 quando o cineasta Ugo Giorgetti recebeu um telefonema que trazia um convite insólito. Do outro lado da linha, o sociólogo e historiador José de Souza Martins o chamava para assistir no dia seguinte a uma aula — não em uma sala tradicional, mas no Cemitério da Consolação.

"Fiquei fascinado e intrigado e, por isso, não fui apenas como espectador, mas decidi levar alguém para me ajudar a filmar aquele momento", lembra Giorgetti, que, com aquele material bruto de duas horas, acrescido de cenas adicionais, criou a série "Vestígios da Eternidade", nova produção do SescTV.

São cinco episódios, exibidos semanalmente às terças-feiras desde o dia 20. Todos poderão ser acessados depois nos serviços de streaming. Surpresa para Giorgetti, a aula, na verdade, era uma rotina para Martins, que desde os anos 1970 costumava levar seus alunos de sociologia da USP aos cemitérios de São Paulo, notadamente o da Consolação.

"Notei que a maioria era moradora de apartamentos, desconhecendo a importância da rua como interesse sociológico", explica Martins, colunista do **Valor** e hoje, aos 85 anos, professor aposentado. "Meu objetivo ao levá-los a cemitérios — visitávamos também o do Araçá e o Cemitério São Paulo — era mostrar o Brasil do ponto de vista funerário. Uma tentativa de usar o chamado 'campo santo' como um documento de história social e política, além de aprender a explorar informativamente o que o cemitério tem a dizer."

Segundo ele, na cultura brasileira, os cemitérios são documentos sobre a estrutura social, as relações sociais consolidadas, o modo mais prático e direto de visualizá-la e compreendê-la sociologicamente. Assim, basta observar como se distribuem os túmulos a partir de sobrenomes importantes e como foram criadas as alegorias e as obras de arte de cada jazigo para se ter um exemplo da organização da sociedade.

"Quanto mais nos aprofundamos no passado, mais encontramos o presente", avalia Giorgetti, que levou anos até conseguir o financiamento necessário para levantar o projeto, bancado também pela sua produtora SP Filmes. Ele distribuiu o material filmado em cinco episódios, com o primeiro revelando o complexo processo de Independência do Brasil por personagens sepultados na Consolação. O segundo destaca a importância das mulheres nos séculos XIX e XX, evocando Marquesa de Santos, Dona Veridiana de Silva Prado e outras que revolucionaram os costumes da época.

O terceiro episódio aborda o fim da escravidão no Brasil e a importância de personagens como Luiz Gama e Antônio da Silva Prado. O quarto se ocupa do período da Primeira República e a elite intelectual brasileira, formada por nomes como Eduardo Prado e Caio Prado Júnior. E último episódio traz os ideais e os sonhos de industriais como os das famílias Jafet, Matarazzo, Crespi e Simonsen.

"São nomes decisivos da nossa história", explica Martins. "A Marquesa de Santos criou o que se pode chamar a civilidade paulistana, além de fazer uma doação financeira que foi decisiva para a construção do Cemitério da Consolação. Dona Veridiana Prado ajudou a criar uma cultura da independência feminina. Luiz Gama é grande figura emblemática do abolicionismo e seu enterro é tido como o maior já acontecido na cidade de São Paulo."

No primeiro episódio, Martins explica a origem do Cemitério da Consolação, o primeiro da cidade. "Durante o século XIX, o sepultamento de mortos era feito nas igrejas porque se acreditava que a proximidade com os santos, anjos e o espaço sagrado poderia contribuir para uma passagem para o reino dos céus. Os defuntos de famílias mais ricas eram enterrados mais próximo do altar, enquanto os mais pobres ocupavam uma cova mais distante", explica.

O crescimento da população e a saturação do solo logo transformaram esse ritual em um problema. "Em documentos de meados do século XIX, já aparecem queixas quanto ao fedor durante as missas, decorrente da putrefação dos corpos."

Sanitaristas pregavam a construção de cemitérios, mas a Igreja Católica, que tinha nessa atividade uma fonte de recursos, era contrária. Só em 1858 é viabilizada a construção de um cemitério municipal para enterrar todos os mortos, inclusive os escravizados, e é inaugurado o Cemitério da Consolação, que foi o único da cidade até 1893, quando foi aberto o cemitério do Brás ou Quarta Parada. Em 1897, seria inaugurado o cemitério do Araçá.

Grandes artistas, como Victor Brecheret, eram contratados para criar belas esculturas para ornamentar os túmulos das famílias mais abastadas. "O curioso é que muitos túmulos na Consolação, no Araçá e no São Paulo celebram o amor, e não a morte, a poesia, e não o perecimento", comenta Martins, destacando, na Consolação, a sepultura da jovem pianista Luiza Crema, que celebra a vida na imagem delicada e sensual esculpida em mármore branco e na placa de bronze que contém um poema de sua mãe, poetisa decadentista italiana.

Há até escultura que celebra o orgasmo. "É a conhecida por 'Último Adeus' ou 'O Beijo', no cemitério São Paulo. Está no túmulo que Maria Cantarella, ao ficar viúva, encomendou a Alfredo Oliani, para celebrar seu amor pelo marido, falecido em 1942. Um homem, no vigor da idade, deitado sobre a mulher, beija-a apaixonadamente. Ele está vivo e ela está morta. É perceptível o nível de prazer provocado por esse encontro."

Em suas andanças pelos campos santos, Martins conheceu pessoas em situação de rua, que moram em cemitérios e acompanhavam as aulas. "Muitos faziam perguntas pertinentes, e com eles aprendi a forma de se classificar nossos cemitérios: pela qualidade dos banheiros. Assim, segundo eles, o Araçá seria o melhor de São Paulo, seguido do da Consolação." ■

EU&

A força de Hollywood

Pesquisa Pedro Butcher investiga em livro a origem da hegemonia do cinema americano. Por *Ubiratan Brasil*, para o Valor, de São Paulo

Durante o período em que trabalhou como repórter e crítico de cinema, iniciado em 1996, Pedro Butcher alimentou o interesse de investigar as origens da hegemonia de Hollywood no Brasil e no mundo, além das possíveis razões para sua perpetuação, quase sem abalos, durante tantas décadas.

O acompanhamento sistemático da rotina do mercado cinematográfico o convenceu a iniciar uma longa pesquisa, período em que percebeu a necessidade de primeiro entender como o cinema americano se tornou hegemônico em seu próprio país para, depois de criar fortes raízes, avançar pelo mundo. O fruto desse trabalho resultou em uma tese de doutorado e agora no livro "Hollywood e o mercado de cinema no Brasil: Princípios de uma hegemonia", lançado pela Editora Letramento.

Colaborador do **Valor**, Butcher pesquisou em documentos do Departamento de Estado e do Departamento de Comércio dos Estados Unidos e também em diversas publicações nacionais e internacionais, conseguindo informações valiosas — como a decisiva atuação da produtora francesa Pathé em território americano, nos anos 1910.

Naquela época, o cinema ainda era incipiente (nasceu oficialmente em 1895), e a Pathé, que logo abriu um escritório nos EUA, produziu filmes que dominavam o mercado, ainda que muitos circulassem na forma de cópias pirateadas. Empresários fizeram várias viagens à Europa, e especialmente à França, para entender o processo de produção em massa e o incentivo aos espaços exclusivos para a projeção da imagem em movimento.

Dois fatos colaboraram decisivamente para a consolidação do próprio mercado pelos americanos: a criação de barreiras à entrada de novos competidores e o auxílio do governo americano à indústria do seu cinema nos mercados externos. Segundo Butcher, Hollywood tornou-se um dos elementos mais importantes na produção de subjetividade capitalística, propondo-se a gerar uma cultura com vocação universal e desempenhando papéis fundamentais na confecção das forças coletivas de trabalho e de controle social.

Ao longo dos anos, Hollywood foi obrigada a se renovar para manter seu poder. Entre os anos 1920 e 1940, guardava ainda as características de uma indústria. "A partir dos anos 1950, com a disseminação da televisão, o cinema americano atravessou profundas reestruturações que lhe conferiram uma nova forma, principalmente a partir do fim dos anos 1970, quando emergiu uma nova Hollywood, já inserida no novo modelo do Capitalismo Integrado Internacional e iniciando um processo de adaptação à era da empresa (o elemento-chave da 'sociedade de controle')", observa Butcher.

As estruturas de distribuição internacional garantiram a base econômica do mercado americano, que não se desintegrou em momentos críticos com o crash da bolsa de valores de 1929 e o processo antitruste que marcou os anos 1940.

Foi na primeira metade do século passado que Hollywood começou a fincar bandeiras em outros territórios, como o Brasil. Butcher nota que as companhias americanas que abriram seus escritórios aqui a partir de 1915 (que ainda não eram "majors", mas viriam a ser) chegaram em duas "levas": Universal, Fox e Paramount em 1915 e 1916, e Warner, Columbia e United Artists a partir de meados dos anos 1920.

DIVULGAÇÃO

Pedro Butcher pesquisou documentos do Departamentos de Estado e Comércio dos Estados Unidos

"As que chegaram primeiro, sobretudo a Paramount, ganharam a vantagem daqueles que são pioneiros em um campo que mais tarde se estabelece como bem sucedido. Tinham uma estrutura de distribuição mais sólida e espalhada pelo território brasileiro, por exemplo, entre outras coisas."

Mais curiosidades surgem aí, como o fato de Porto Alegre se afirmar como uma praça de destaque por suas ações criativas de marketing, graças principalmente a Enrique Baez, que cuidava do escritório da United Artists na cidade, constantemente elogiado por suas ações originais. "Essa é uma diferença fundamental da representação direta das majors em territórios internacionais: pensar uma publicidade específica, a partir dos materiais fornecidos pela matriz, que aproveite os hábitos dos consumidores locais e oportunidades de ocasião."

Importante também foi o ambicioso trabalho de Francisco Serrador no Rio de Janeiro, onde construiu a Cinelândia nos anos 1920, que representou uma transformação profunda no cenário urbano e no mercado de exibição na cidade, que logo repercutiria também pelo resto do país.

Em suas pesquisas, Butcher descobriu mais preciosidades sobre particularidades nacionais. Em um documento, é dito que os brasileiros "não costumam frequentar o cinema quando chove", e os exibidores muitas vezes precisavam cancelar sessões, solicitando o uso do filme por mais um ou dois dias sem custo extra. No caso de tempestades violentas, a corrente elétrica da cidade era frequentemente interrompida, e o público recebia um voucher para outra apresentação.

O livro fornece um farto material para se refletir sobre o futuro de Hollywood, ainda dominante no mercado mundial, especialmente no Brasil, mas diante agora de novos "rivais" como o streaming. Butcher acredita que a indústria americana também estaria ganhando com a ferramenta, já que cada uma dessas grandes marcas, hoje ligadas a grandes corporações midiáticas, lançou sua plataforma.

"O que está em crise é a sala de cinema que fica aberta de segunda a segunda, 364 dias por ano (só não há sessão na passagem do ano novo), exibindo longas-metragens narrativos de ficção. Mas é possível pensar em espaços híbridos (salas que possam abrigar peças e shows também, por exemplo), e o digital facilita uma programação de obras audiovisuais diversificada, muito mais difícil de ser pensada na época das cópias analógicas", acredita. ■

É Tudo Verdade

Au revoir, Alain Delon

Amir Labaki

O ator de olhos de aço, gestos estudados, falas econômicas, raros sorrisos foi a mais planetária das estrelas masculinas francesas de cinema

Quando eu era criança, no fim dos anos 1960, o máximo elogio de minha mãe à beleza de um homem era ele "ser um Alain Delon". Não um Paul Newman ou um Steve McQueen. Tampouco um Marcelo Mastroianni ou um Tarcísio Meira. Um Delon.

Foi ele a mais planetária das estrelas masculinas francesas de cinema, com o apogeu entre o começo dos anos 1960 e meados dos 70. Sua homóloga feminina foi, claro, Brigitte Bardot, que iniciou seu reinado meia década antes e, à moda Greta Garbo, o encerrou voluntariamente com a aposentadoria precoce no início dos anos 1970.

Uma diferença capital: Alain Delon (1935-2024) filmou mais, superando a centena de títulos, frente a menos da metade de BB. Até uma década atrás, ele manteve o ritmo anual de sua presença nas telas, mesmo que quase exclusivamente se dedicando neste século à televisão.

Há cerca de três anos, quando da morte de Jean-Paul Belmondo (1933-2021), comparei-lhes as trajetórias e personas fílmicas no topo do estrelato francês. Estrelaram juntos um único filme: o paródico "Borsalino" (1970), de Jacques Deray, um estouro de bilheterias que teria inspirado George Roy Hill a rodar "Golpe de Mestre" (1973).

Quase contemporâneos, Delon e Belmondo dividiram o trono herdado na sucessão de Jean Gabin (1904-1976). É belo e didático como os dois repartiram pontualmente os créditos com o ator essencial da cinematografia clássica.

Ainda um ator em ascensão, Belmondo contracenou com Gabin em "Macaco no Inverno" (1962), um drama duplamente sobre a paternidade dirigido pelo popular e subestimado Henri Verneuil (1920-2002). No filme seguinte do mesmo Verneuil, "Gângsters de Casaca" (1963), eis um Delon recém-alçado ao estrelato mundial interpretando o jovem parceiro de um veterano ladrão, Gabin naturalmente, tentando um último grande golpe na Riviera Francesa. Tanto gostaram que repetiram outras duas vezes ("Os Sicilianos", 1969; "Dois Homens Contra Uma Cidade", 1973).

DIVULGAÇÃO

Em "O Sol por Testemunha" (1960), Alain Delon desafia o jogo tradicional das identificações

Antes de pedir a benção nas telas a Gabin, sem qualquer preparo formal (ao contrário de Belmondo), Delon já protagonizara uma das consagrações mais meteóricas do cinema. Meia dúzia de produções menores e, voilà, "O Sol por Testemunha" (1960), adaptado de Patricia Highsmith por René Clement (1913-1996), com Delon desafiando o jogo tradicional das identificações arrebatando como o cruel sedutor Tom Ripley.

Numa trinca de anos, entre papéis de ocasião, a explosão mundial completava-se com o decisivo encontro com o rigor aristocrático de Luchino Visconti (1906-1976), em "Rocco e Seus Irmãos" (1960) e "O Leopardo" (1963), e a colaboração minimalista com o Antonioni (1912-2007) do auge em "O Eclipse" (1962). Delon logo de saída comprovava dominar uma paleta muito mais ampla do que a do galã hipnoticamente belo.

Liberto do estreito figurino, Alain Delon curiosamente aplicou-se numa opção preferencial por um gênero, o cinema policial, e um estilo interpretativo, glacial e melancólico: olhos de aço, gestos estudados, falas econômicas, raros sorrisos. A tripla parceria com Jean-Pierre Melville (1917-1973) completaria a afinação desse instrumento.

O evento supremo da colaboração é "O Samurai" (1967), um filme policial seco e elíptico, impecavelmente escrito e coreografado. Como o matador de aluguel solitário e perseguido, Delon transcende a dimensão dos grandes personagens para criar uma figura lendária, como Toshiro Mifune em "Os Sete Samurais" (1954), John Wayne em "Rastros de Ódio" (1956), ou a sempre soberba Gena Rowlands (1930-2024), de quem também nos despedimos na semana passada, na tocante filmografia que construiu ao lado de John Cassavetes (1929-1989).

Fiel às suas preferências, Delon não foi contudo avesso ao risco. A elétrica contenção era a mesma em personagens os mais distintos, para cineastas de registros tão diferentes quanto Zurlini ("A Primeira Noite de Tranquilidade", 1972) e Losey ("Cidadão Klein", 1976), Schloendorff ("Um Amor de Swann", 1984) e Godard ("Nouvelle Vague", 1990).

Até Hollywood ele tentou, começando bem com o modesto "A Marca de Um Erro" (1965), de Ralph Nelson. Nunca souberam o que fazer com ele. "Aeroporto 79: O Concorde" (1979), de David Lowell Rich, está aí para provar.

Alain Delon foi idolatrado muito antes do que criticamente reconhecido. Sua fortuna, orgulhava-se, a fez como homem de negócios, tornando-se marca de roupas e vinhos, óculos e relógios e um longo etc. Declarações reacionárias, histórias nebulosas e querelas familiares turvaram-lhe a imagem ainda antes da virada de século.

Mesmo Cannes, apenas em 2019 lembrou de celebrá-lo com uma Palma de Ouro honorária. "É uma homenagem quase póstuma, mas em vida", ironizou ele. Dois anos depois, filas esticaram por meses o lançamento no Film Forum de Nova York da cópia restaurada de "A Piscina" (1969), de Jacques Deray. A paixão real então vivida entre ele e Romy Schneider ainda incandesce a tela. Engana-se quem acha que algo tão prosaico como a morte importune Alain Delon.

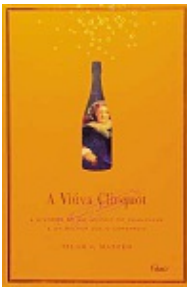
Amir Labaki é diretor-fundador do É Tudo Verdade — Festival Internacional de Documentários.

E-mail: labaki@etudoverdade.com.br
Site do festival: www.etudoverdade.com.br ■

INÊS 249

EU& LIVROS

Empresária à frente de seu tempo

A história de Barbe-Nicole Ponsardin, do champanhe Veuve Clicquot. Por *Matheus Lopes Quirino*, para o Valor, de São Paulo

A Viúva Clicquot
Tilar J. Mazzeo
Trad.: Angela Lobo de Andrade
Rocco
304 págs., R$ 69,90

DIVULGAÇÃO

A autora Tilar J. Mazzeo traz episódios cinematográficos para embalar a vida da Viúva Clicquot

A história do champanhe Veuve Clicquot, um ícone de elegância e boa mesa, atravessa guerras, revoluções e lendas familiares. A protagonista deste mito da gastronomia francesa, a empresária Barbe-Nicole Ponsardin, é tema do primeiro livro da pesquisadora e professora Tilar J. Mazzeo no Brasil, "A Viúva Clicquot: A história de um império do champanhe e da mulher que o construiu".

O livro sai na esteira do filme "A Viúva Clicquot - A Mulher que Formou um Império", dirigido por Thomas Napper, que estreou nos cinemas nesta semana. Para as pesquisas do livro, Mazzeo viajou pela região de Champagne, na França, em busca de documentos e depoimentos, mas demorou anos para reunir o material bibliográfico.

Em um primeiro momento, deparou-se com uma bibliografia frágil e poucos registros sobre a "grande dama" do champanhe francês, que fundou a empresa no fim do século XVI, junto com o marido, François Clicquot.

Para reconstituir essa história, a autora teve de revirar livros antigos de contabilidade, recorrer a memórias de velhos conhecedores da marca e produtores locais, além de se aprofundar na crônica social da história francesa para traçar o perfil da empresária, que, desde jovem, ganhou o epíteto de viúva e a fama de pessoa implacável.

Mazzeo traz episódios cinematográficos para embalar a vida de Madame Clicquot, como a vez em que a então menina por pouco não foi linchada na saída do convento real onde estudava. Salva pela costureira da família, Barbe-Nicole Ponsardin foi vestida em trapos para atravessar a turba de revolucionários que tomava conta das ruas de Reims.

A fuga da jovem filha de um famoso industrial é o único episódio que sobreviveu da infância de Barbe-Nicole Ponsardin, que se casou em plena Revolução Francesa com Clicquot, também herdeiro da indústria têxtil. Nessa passagem do livro, é possível notar a efervescência da revolução dos jacobinos — dos detalhes arquitetônicos aos sentimentais, ressaltando a angústia no dia do casamento às escondidas realizado em um úmido porão.

"Ela [Barbe-Nicole] havia herdado todo o implacável pragmatismo e a perspicácia para os negócios do pai, características semelhantes às do sogro, Philippe [Clicquot]. Mas se casara com um sonhador", escreve Mazzeo, para definir a personalidade do jovem marido de Barbe-Nicole Ponsardin, François Clicquot, que padeceu de febre tifoide apenas seis anos após seu casamento.

Deixou à viúva um sobrenome de peso e todo um aparato sofisticado de produção de vinho para a mulher que sonhava em se emancipar. A vinícola foi a libertação da viúva, pois, na época, o Código Napoleônico era rígido para as mulheres casadas, diminuindo seus papéis à reprodução e aos cuidados do marido.

Mas mesmo antes da morte de Clicquot, Barbe-Nicole Ponsardin exalava independência e se envolvia diretamente nos negócios, contrariando as convenções sociais. A aristocracia de Reims fazia vista grossa, afinal a protagonista vinha de boa família e "não desejava ser apenas uma socialite".

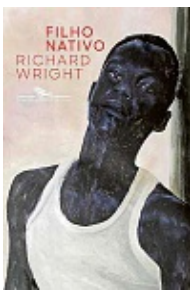
Para além de gestora firme, a viúva Clicquot também é descrita como uma espécie de cientista das uvas. "Misturava combinações de vinho como ninguém", escreve Mazzeo, referindo-se aos processos químicos que fizeram do Veuve Clicquot um espumante singular, que conquistou os poderosos da aristocracia francesa e, em um primeiro momento, os russos. A Rússia foi um dos primeiros países a importar a bebida francesa, até o czar proibir o champanhe do país por conta do conflito com Napoleão.

Personalidade presente no livro, o imperador francês não detinha os amores e a devoção esperada por Madame Clicquot, embora fosse ela uma figura nacionalista e conservadora. Napoleão favorecia seu concorrente direto, Möet, tendo comprado todo o estoque da marca Chandon no dia do casamento com sua segunda esposa, a imperatriz Maria Luísa, da Áustria.

"Demônio" é um dos termos usados contra o autoproclamado governante francês pela viúva. Mesmo não sendo a marca preferida do imperador naquele momento, Clicquot atravessou as guerras napoleônicas, a Revolução Francesa e chegou a se endividar para bancar a vinícola, vendendo as próprias joias para o negócio deslanchar.

Para além de sofisticar os processos de produção para reduzir as leveduras de seu espumante, o segredo foi manter uma fachada implacável para se firmar como mulher poderosa. Apontada pela biógrafa como uma pessoa à frente de seu tempo, Barbe-Nicole era uma pessoa contraditória. Sentia os ventos políticos e tinha apoio dos poderosos: descobriu que, para ganhar discussões acaloradas, nada melhor do que uma taça de champanhe francês.

O pai da literatura negra americana

'Filho nativo' tem abordagem ousada da questão racial. Por *Márcio Ferrari*, de São Paulo, para o Valor

Filho nativo
Richard Wright
Trad.: Fernanda Silva e Sousa
Companhia das Letras
504 págs., R$ 119,90

Passados 57 anos desde a sua última edição no Brasil, chega às livrarias do país uma nova tradução de "Filho nativo", cujo autor, Richard Wright (1908-1960), costuma ser considerado o pai da literatura negra americana. O romance precede em 12 anos o célebre "Homem invisível", de Ralph Ellison.

O romance de Wright é de 1940 e o de Ellison, de 1952. O contexto de época torna os dois livros bastante distintos. "Homem invisível" narra a história de um estudante universitário, enquanto o enredo de "Filho nativo" retrata a condição dos negros como um beco sem saída que atormenta o protagonista de 20 anos de idade, Bigger Thomas.

O livro começa no apartamento de um só cômodo, localizado no Cinturão Negro de Chicago, em que Bigger vive com a mãe e dois irmãos. A cena, provavelmente metafórica em mais de um sentido, é uma caçada a um rato que invadiu o recinto miserável.

O momento é de mudança de vida para Bigger. A contragosto, ele está prestes a começar a trabalhar como motorista de uma família branca rica. Sente-se compelido a aceitar o emprego, arranjado pela Assistência Social, depois que ele foi preso por roubar pneus — recusar a oferta complicaria sua frágil cidadania. Além disso, sua mãe religiosa vê o emprego como uma redenção.

O casal branco para quem Bigger começa a trabalhar é liberal e com frequência dirige suas atividades filantrópicas à comunidade negra, embora mais tarde o leitor venha a saber que a fachada não corresponde à realidade. Na primeira noite, Mary, a filha anticapitalista dos patrões, e Jan, seu namorado comunista, quase forçam Bigger a acompanhá-los a um restaurante.

Depois de uma noitada em que o jovem casal se mostra bem-intencionado mas paternalista e ingênuo, Bigger chega à casa dos brancos com Mary alcoolizada e adormecida em seus braços. Uma situação confusa no quarto provoca a morte acidental da garota. O assassinato é involuntário, mas provocado por uma atitude violenta do motorista recém-chegado. É também o motivo para outros crimes, agora propositais.

Dá-se então a grande e significativa ousadia do autor, que eleva o romance um degrau acima. Numa virada psicológica, Bigger não se sente culpado ou angustiado pelo que fez, apenas determinado a escapar de punição: "Sentia que tinha o destino ao seu alcance. Estava mais vivo do que se lembrava de já ter estado algum dia; sua mente e atenção estavam afiadas, focadas num objetivo".

Pela primeira vez na vida, Bigger deixa de ser um quase ninguém impedido de ter vontade ou lugar no mundo, apenas reagindo a forças externas ou cumprindo expectativas alheias. Via-se como "preto e palhaço". Agora, o que se agitava em potência dentro dele se tornava ato — qualquer ato.

"Estava indo em direção a um senso de completude que com tanta frequência havia sentido, ainda que inadequadamente, nas revistas e filmes." Nas palavras do escritor Mário Augusto Medeiros da Silva no prefácio da atual edição, Bigger "é um homem revoltado que se reconhece como Homem no momento em que é capaz de afirmar seus direitos por negação".

O que se segue são desdobramentos que opõem aos crimes as forças da lei, eivadas de racismo explícito, assim como de anticomunismo e antissemitismo. A trama toda se passa durante menos de uma semana e, intensamente dialogada, impõe à narrativa um tom de suspense que torna irresistível a leitura de cerca de quatro quintos do livro.

A última parte, contudo, não envelheceu tão bem. É quando o personagem de um advogado branco idealista toma — longamente — a palavra. Numa contradição com a estrutura criada até ali pelo autor, passa-se a um tom condescendente, deslocado e, no geral, apolítico. São sinais de certa ingenuidade que seria descartada pela organização do movimento negro nas décadas seguintes.

Os limites da discussão apresentada por "Filho nativo" seriam apontados em meados dos anos 50 pelo escritor James Baldwin (1924-1987), a quem Wright havia tratado como protegido.

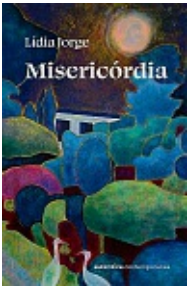
É possível que essas tensões de "Filho nativo" estejam ligadas a conflitos na vida de Wright, que havia se convertido ao comunismo em 1933. No entanto, dois anos depois (1942) da publicação do romance, se desfiliou, às turras com os ideólogos do partido.

Wright foi investigado durante três anos pelo FBI e seus livros sofreram censura, com trechos suprimidos. Em 1946, ele se exilou com a família em Paris e nunca voltou para os Estados Unidos. Ficou conhecido praticamente apenas por "Filho nativo", que foi um êxito de vendas, além de acolhido pela crítica. Suas demais obras não tiveram o mesmo retorno, com a notável exceção do livro de memórias "Black Boy".

Um dos traços constantes da vida de Wright foi a amizade com outros escritores, com quem trocava experiências e, especialmente, ideias sobre a situação dos negros nos Estados Unidos. Sua relação de proximidade intelectual com Ralph Ellison foi fundamental para a publicação de "Homem invisível". Em Paris, além do contato com Baldwin, conviveu com escritores como o romancista negro Chester Himes e a poeta Gertrude Stein. Seus livros só foram publicados em texto integral, sem censura, depois de sua morte.

Lançamentos

Respire: A nova ciência de uma arte perdida
James Nestor. Trad.: Petê Rissatti
Intrínseca, 288 págs., R$ 59,90

O jornalista científico James Nestor, colaborador do "The New York Times", observa que os humanos foram desaprendendo de respirar corretamente. Ele procurou a resposta em visitas a escavações de catacumbas, instalações soviéticas, ruas poluídas de São Paulo e corais em Nova Jersey. Conversou com estudiosos sobre antigas práticas de respiração. Com base em estudos recentes na pneumologia, psicologia, bioquímica e fisiologia humana, descobriu que um ajuste na forma de inspirar e expirar ajuda de várias formas: no desempenho de atletas, a rejuvenescer órgãos, deter o ronco, a asma, doenças autoimunes e até curar a escoliose.

Misericórdia
Lídia Jorge
Autêntica
384 págs., R$ 74,90

Dona de uma vasta obra, Lídia Jorge recebeu prêmios como Urbano Tavares Rodrigues, do PEN Clube Português, para este romance. É uma espécie de diário no qual a protagonista, Maria Alberta Nunes Amado, relata a dinâmica no Hotel Paraíso, lar de longa permanência para idosos. É Dona Alberti, como é chamada, quem conta o dia a dia do lugar: as visitas, quem chega para ficar, quem parte, quem tenta fugir, o convívio entre as amigas, com os demais moradores, com as funcionárias da casa. "Misericórdia" mostra a condição humana, em especial na chamada "reta final". O livro é uma homenagem à mãe da escritora, Maria dos Remédios, falecida em 2020.

Agora, agora e mais agora
Rui Tavares
Tinta-da-China Brasil
536 págs., R$ 249,90

O historiador e ensaísta português Rui Tavares ganhou fama com o podcast "Agora, agora e mais agora", produzido pelo jornal "Público" durante a pandemia de covid-19. Ele retoma o título trazendo conteúdo referente a seis memórias do último milênio — percorrendo a história das ideias em temas como o fanatismo contra a filosofia, a globalização e a soberania, o ódio e a fraternidade, a imigração e os refugiados. Da Ásia Central ao Mediterrâneo, Tavares recupera um iluminismo perdido no Oriente, passa pela peste negra e por Robinson Crusoé, até chegar à Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Saúde mental e relações raciais
Emiliano de Camargo David
Perspectiva
272 págs., R$ 79,90

O psicólogo, doutor e mestre em psicologia social Emiliano de Camargo David traz uma perspectiva interseccional para o debate sobre a loucura no Brasil. Ele mostra como o racismo está presente nos mecanismos de manicomialização e como o ambiente atua para vulnerabilizar negros, indígenas, pessoas de baixa condição social, mulheres e LGBTQIA+. A partir de conceitos como desnorteamento, descolonização e aquilombação, e apoiado na própria atuação na Rede de Atenção Psicossocial ligada ao SUS, David propõe o fim dos manicômios — em favor de um sistema coordenado de cuidado à saúde mental dos marginalizados. ■

Uma autora picante, triste e engraçada

Margaret Atwood tem 15 contos reunidos em coletânea. Por *Norma Couri*, para o Valor, de São Paulo

Tig & Nell e outros contos
Margaret Atwood
Trad.: Clóvis Marques
Rocco
272 págs., R$ 79,90

Ler num livro só histórias surpreendentes sobre a morte de um gato, a mãe maligna, a entrevista com um morto, a mulher-caracol, bruxas e outras excentricidades não seria surpresa se a autora não fosse Margaret Atwood.

A premiada canadense, que reuniu 15 contos em "Tig & Nell", alguns já publicados na "New Yorker" e na "New York Magazine", sempre se gabou de escrever sobre distopias e ficção científica social. Isso sabiam seus leitores de "O conto de aia", "O lago sagrado" e "Vulgo Grace", alguns de seus 60 livros publicados no Brasil. A chance que terão agora é de ler esta coleção inteligente, picante, engraçada e triste até o ponto em que ela se dá conta, "mas este é um fim triste, vou reverter".

Dividido em três partes, a primeira e a última relatam o cotidiano do casal com filhos crescidos que dá nome ao livro, juntos ou na memória de Nell no final, quando fica viúva de Tig. Atwood, ela própria, ficou viúva de Graeme Gibson em 2019 e costuma dizer que tudo o que transcreve nos contos é a pura verdade.

O miolo traz oito divertidas histórias onde Atwood é às vezes primeira pessoa, às vezes terceira, dialogando com outros ou ainda com ela mesma. Todas inseridas em quatro tempos alternando passado, presente, futuro e hiper-realidade, numa estranha harmonia de que só uma grande escritora é capaz.

Atwood vai do trágico ao tragicômico, do plano existencial ao absurdo, do macabro ao grotesco, tudo com uma naturalidade e um vigor tão convincente que nos faz lembrar a própria vida. Alguém a cancelaria por ter 84 anos? Trata das perdas, do feminismo, da metempsicose de um caracol, do envelhecimento e da morte com profundidade e leveza, dor e sátira. Com jogos de palavras, encontrou um tradutor à altura em Clóvis Marques.

A primeira parte envolve Tig e Nell numa divertida aula de primeiros socorros para tirar ou não o capacete de um sujeito acidentado que pode ter perdido a cabeça, tudo entre um lanche e um almoço, uma cenoura ensanguentada: "A tarde é emocionante". Tig provocou um incêndio num hotel por acender o charuto embaixo do extintor de incêndio, e ele e Nell fingiram que não foram eles. Nell pensa que o descuido dá muito certo, ninguém se salva no final das contas.

Depois, a história dos amigos que atuaram na Segunda Guerra Mundial — John, o irlandês explosivo, e François, o francês afável —, envolvendo suicídio, assassinatos no adorável jardim, resistência, bruxaria e teatro do absurdo de cena única, onde uma barata sobe por uma parede e desce pela outra.

Segue o conto da dolorosa morte de Smudgie, o gato de Nell e Tig: "era o único ser vivo capaz de ler seus pensamentos mais íntimos". O cadáver, envolto em brocado vermelho, é guardado no congelador, ao lado de hambúrgueres, à espera de Nell para o enterro no quintal.

O miolo começa com "Minha mãe maligna", conto entre o gótico e o hilário sobre a mãe sensitiva que temia a professora de ginástica da filha por saber que ela roubou o pênis do namorado. Segue uma entrevista imaginária com um dos autores prediletos de Atwood, George Orwell.

E o leitor logo despenca em outra galáxia para saber a história da "Impaciente Griselda", que veste as roupas da irmã paciente para assassinar o duque, o marido misógino dela, cortando sua cabeça no meio da noite e comendo seu corpo "com ossos, túnica bordada, tudo". Por que a cabeça? "No nosso planeta o órgão do prazer fica no alto da cabeça e está sempre à vista."

LUIS MORA/DIVULGAÇÃO

Margaret Atwood vai do trágico ao tragicômico, do plano existencial ao absurdo, do macabro ao grotesco

Em "Dentes horríveis", duas amigas na faixa dos 70 anos conversam sobre os anos 1960 e a contracultura, quando as famílias começaram a se estilhaçar, época em que usavam minissaia e botas e achavam que "a mulher precisa tanto de um homem quanto um peixe de bicicleta", mas as duas se casaram, tiveram filho e netos.

Feminismo é o tema recorrente de Atwood tanto na história da morte violenta da padroeira das cientistas de sexo feminino, Hepácia de Alexandria, como na das mulheres escolhidas para procriar em "Vale tudo" e na mulher-caracol de "Metempsicose: Ou a jornada da alma". Em "Esvoaçantes", três ex-acadêmicas e uma ausente discorrem sobre o envelhecimento e as críticas à mulher escritora — Atwood foi muito atacada, inclusive por mulheres como Mary McCarthy.

Os quatro contos finais retomam a história de Tig e Nell. Atwood se coloca bem pessoal. Nell está sozinha em momentos muito engraçados e muito tristes, lembrando as heranças de Tig — pratarias vitorianas, cartas do pai. Sacrilégio passá-los adiante agora. Escreve uma carta ao amigo querendo saber como ela está na viuvez, conta as coisas que encontrou. "Ah! Se eu soubesse. Se ele tivesse dito." "Nem preciso dizer que não enviarei esta carta", e escreve outra bem formal no lugar. "Está chorando de novo."

A casa, tão funcional quando ele estava, virou um problema. Encontra os objetos do marido na caixa de madeira, não sabe se deve comer a última compota de doce de laranja que ele fez, guarda camisas dele para usar. Dá uma topada numa pedra branca. "Qualquer pessoa de luto tem de sofrer alguma mutilação." Por que está chorando? " É só uma caixa... Fomos felizes um tempão."

Outros Escritos

Madame Bovary somos nós

Tatiana Salem Levy

O livro de Flaubert é um livro sobre o livro que se escreve, livro que Emma gostaria de viver e o livro que ela vive

Relendo "Madame Bovary", de Gustave Flaubert (li uma tradução antiga que tenho em casa, de Araújo Nabuco, Livraria Martins editora, mas vocês podem encontrar edições da Companhia das Letras e da Nova Fronteira, por exemplo), me deparei com esse diálogo maravilhoso, entre Emma e seu segundo amante, Léon:

"— Não nos devemos acostumar a prazeres impossíveis, tendo à nossa volta mil exigências...

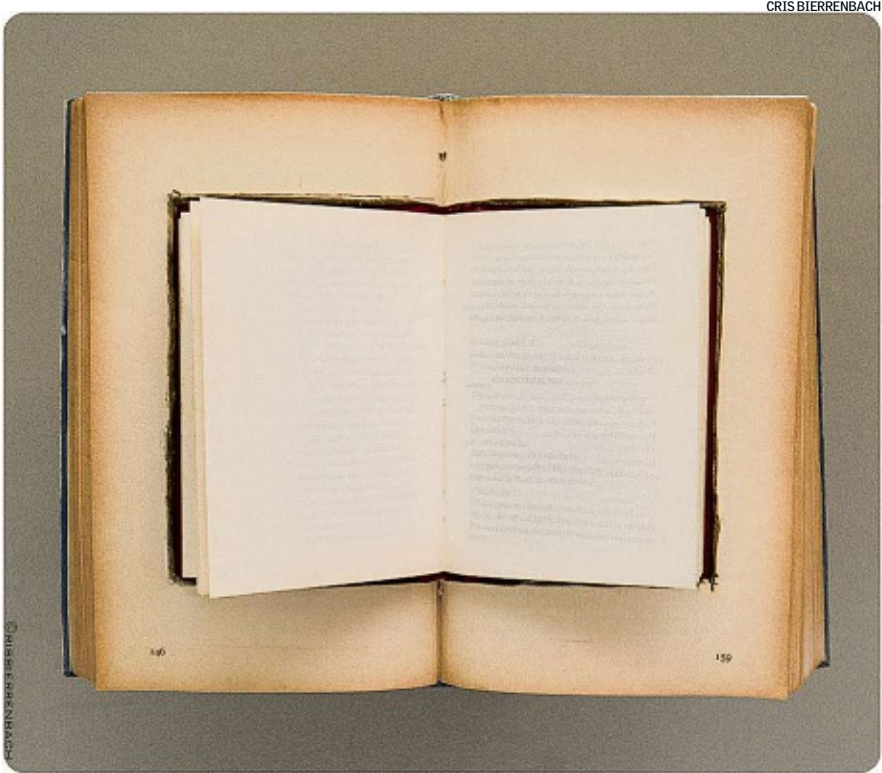
— Imagino...

— Não, não pode imaginar, porque não é mulher."

E, no entanto, a vida de Madame Bovary é escrita por um homem, Flaubert. Um homem que, durante o processo a que foi submetido pelas autoridades francesas, acusado de imoralidade, asseriu uma das frases mais célebres pronunciadas por um escritor: "Emma Bovary sou eu" (Emma Bovary, c'est moi). O que será então que ele quer dizer quando escreve que Léon não pode imaginar o sofrimento de Emma por não ser mulher? E o que será que quis dizer ao afirmar que a sua personagem era ele?

A graça dessas sentenças está justamente no enigma que elas evocam, no paradoxo que elas carregam, ao mesmo tempo que se complementam. Ora, se Madame Bovary é Flaubert, então ele pode, sim, imaginar as exigências que recaem sobre ela, e escrever a sua história. Mas, se ele pode, por que Léon não poderia? Por que não poderia qualquer outro homem, como nos indicam as palavras de Emma, que são, em realidade, as palavras de Flaubert, ou ainda as palavras de quem escreve, que é e não é Flaubert, é e não é Madame Bovary?

Como diz Calvino, no seu maravilhoso "Por que ler os clássicos?" (Companhia das Letras), um clássico é um livro que estamos sempre relendo, nunca lendo; um livro que nunca acaba de dizer o que tem a dizer. O romance de Flaubert nos dias de hoje, depois de tantas revoluções feministas (passadas, presentes e futuras), depois do conceito de "lugar de fala", ganha uma nova camada de discussão. Afinal, Flaubert poderia ou não ter imaginado a vida de uma mulher? Poderia ou não ter se colocado no lugar dela? Afinal, Emma se confundia ou não com o seu autor?

Flaubert era tudo menos consensual. Criticou a Igreja Católica duramente — nesse romance, como em outros, os personagens não só não acreditam em Deus, como fazem objeções severas à atitude da igreja. Seus textos não perdoavam a literatura romântica. Tampouco perdoavam a frivolidade burguesa, o glamour de uma sociedade assentada em valores de classe. E, claro, foi julgado por expor o adultério duplo de uma mulher que nem sequer sentia culpa.

CRIS BIERRENBACH

Por isso, não é de espantar que, tendo publicado o romance em 1856, Flaubert tenha sido levado aos tribunais em 1857. No entanto, uma curiosidade sobre o julgamento nos leva diretamente às frases aqui colocadas. Mais do que julgar o homem, as autoridades francesas julgavam Emma, como se estivessem diante de uma mulher real, de carne e osso. O Ministério Público acusou Madame Bovary de não ter amado o seu marido, de o ter traído, de não ter se arrependido e de fazer analogias entre Deus e seus amantes. Ou seja, embora Emma fosse Gustave, quem foi para o julgamento não foi ele, mas ela. O que se condenava aqui não era tanto o fato de Flaubert ser imoral, mas sobretudo o de Emma o ser.

Será a atitude do Ministério Público francês apenas a demonstração inequívoca da misoginia de sua época ou será também a prova de que, afinal, Emma era mesmo Gustave e de que um escritor pode, sim, imaginar aquilo que ele não é? E imaginar tão bem a ponto de se misturar com o ser imaginado, se fundir nele, tornar-se, ele próprio, esse outro, essa mulher, que de tão real pode até parar no banco dos réus. Quem sabe se não foi porque Emma não podia ser condenada que Flaubert foi absolvido? O que, mais uma vez, levanta o paradoxo: Emma Bovary era ele, mas Emma Bovary não era ele.

Como muito bem descreve o crítico francês Jacques Rancière em seus textos sobre literatura e política, Flaubert instaurou na ficção o início de uma democracia. Tirou o foco do herói e o levou para as pessoas comuns. Qualquer um poderia entrar, a partir de então, nas páginas de um romance. Emma, seu marido Charles, seus amantes Léon e Rodolphe são personagens absolutamente banais, que nada têm de encantador. São mesmo chatos e desprezíveis, com poucas qualidades nobres. Mas ao trazer a mulher para o centro da sua narrativa — como faz também no maravilhoso conto "Um coração simples" — o autor demonstra com argúcia o papel ao qual ela era submetida em sua época, revelando a prisão onde vivia.

Cada vez que se sentia entre grades, Bovary sofria "ataques de nervos". Eram tantos os seus ataques, que o marido, médico, a descrevia como doente. Quase na mesma época na qual Flaubert escreveu seu romance mais célebre, Charcot e sua equipe faziam experiências científicas no hospital La Salpêtrière, onde 4 mil mulheres estavam encarceradas por histeria ou loucura. No século XIX, abundavam os casos de mulheres com "crises de nervos". Se não se trata de uma doença como tuberculose, a histeria é o sintoma, a expressão de corpos femininos encarcerados pela sociedade, vividos sob uma série de proibições e obrigações que anulam na mulher a possibilidade de realizar os seus desejos. Uma doença criada pelo seu tempo, diria Foucault.

Não sendo livre, Emma procurou a liberdade na literatura. Lia sem parar, e foi na leitura que encontrou a sua forma de escapar de um mundo opressor. Lendo, podia imaginar uma vida melhor. No entanto, também foi lendo que ela formou seu ideal de amor romântico, que tornava a vida real de uma banalidade esmagadora. Tal como Dom Quixote, ela precisou criar suas batalhas para que a vida correspondesse ao ideal romântico e sentimental dos livros que lia. Se a literatura nos faz imaginar outras vidas, às vezes é preciso nos perguntar que vidas são essas que imaginamos? Na sua crítica aos livros sentimentalistas, Flaubert inscreve a sua própria noção de arte.

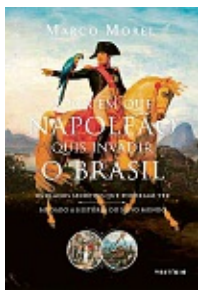
A literatura é perigosa, e quem o diz é a sogra de Emma: "Ah! Ela se ocupa? Em quê? Em ler romances, maus livros, obras contra a religião, em que se zomba dos padres com discursos tirados de Voltaire. (...) Ficou, daí, resolvido que seria vedada a Emma a leitura de romances. (...) Não seria o caso de avisar a polícia, se o livreiro insistisse na sua função de envenenador?". Como em "Dom Quixote", o livro de Flaubert é um livro sobre o livro que se escreve, constitui-se nessa metalinguagem da personagem que encena o livro que é escrito, o livro do qual ela é protagonista. O livro que ela gostaria de viver e o livro que ela vive, que é também o livro que Emma escreve quando Flaubert o escreve.

Tatiana Salem Levy, escritora e pesquisadora da Universidade Nova de Lisboa, escreve neste espaço quinzenalmente

E-mail: tatianalevy@gmail.com ■

INÊS 249

O Brasil na rota de Napoleão

Historiador relata como era o projeto de ocupação do país em 1806. Por *Marcus Lopes*, para o Valor, de São Paulo

O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil
Marco Morel
Vestígio
192 págs., R$ 69,80

Em 1806, o imperador Napoleão I traçava novas estratégias políticas e militares para a França quando se deparou com uma dúvida: era melhor invadir o Brasil ou Portugal? Acabou optando pela ocupação do segundo, fato que desencadeou uma série de mudanças no reino português, em especial a transferência da Corte de D. João VI para o Rio de Janeiro, em 1808.

Faltou pouco para as tropas de Napoleão Bonaparte invadirem o Brasil para um projeto de ocupação plena naquele ano de 1806, segundo o historiador Marco Morel em "O dia em que Napoleão quis invadir o Brasil".

No livro, o autor escreve: "Tratava-se de uma opção no xadrez político desenhado na cabeça do imperador. Se invadisse Portugal, estaria deixando o Brasil para a Inglaterra — ou vice-versa. Pois não tinha tropa suficiente para realizar as duas conquistas. Nesse dia, Napoleão poderia invadir o Brasil. A decisão esteve por um triz".

Aquela não foi a única ocasião em que o líder francês cogitou deslocar tropas para a América portuguesa. Durante o período napoleônico, pelo menos 17 planos de invasão do Brasil foram colocados sobre a mesa de Bonaparte. Nenhum deles vingou, mas as pesquisas de Morel traçam um importante mapa histórico do que poderia ter ocorrido caso tivessem saído do papel.

"Como teria sido o Brasil francês e napoleônico?", indaga o autor, lembrando que os interesses dos franceses pelos trópicos eram anteriores à era napoleônica. No século XVI, pouco depois da chegada dos portugueses, os franceses já exploravam a costa brasileira em busca de riquezas e faziam estudos para a possível colonização. Em 1711, uma esquadra de 15 navios e 6 mil homens fornecida pelo rei Luís XIV ocupou o Rio de Janeiro por cerca de dois meses.

Tempos depois, na era napoleônica, os planos também envolviam pilhagens para obtenção de altos lucros e todos os meios possíveis para prejudicar a grande inimiga dos franceses, a Inglaterra — aliada de Portugal e Brasil, de onde os ingleses garantiam altas riquezas graças ao comércio e pagamento de dívidas contraídas pela corte portuguesa com os ingleses.

Apesar da maior parte dos planos envolverem apenas saques — em terra e no mar, atacando navios portugueses que levavam riquezas do Brasil —, havia projetos para ocupação política do território e funcionamento da máquina do Estado, tornando o Brasil uma colônia francesa. Havia também apoio a projetos de independência e até abolição da escravatura, décadas antes de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea, que extinguiu a escravidão no Brasil, em 1888.

Alguns planos eram superficiais e outros, mais elaborados. Os motivos para não serem colocados em prática eram diversos: questões táticas, militares, definição de prioridades por parte do imperador ou apenas por chegarem à conclusão de que a empreitada não valia o custo-benefício para conquistar um território longínquo e complexo.

Os projetos também envolviam conquista retalhada de territórios, como o Rio Grande do Sul, que se tornaria uma colônia francesa em um corredor que se estenderia até o Mato Grosso, e até a anexação do rio Amazonas às conquistas francesas ao norte, na Guiana. Em todos os casos, os interesses econômicos da corte napoleônica emparelhavam com ações geopolíticas contra a Inglaterra e seus aliados.

"Mesmo com diferença de táticas militares, localidades e ocasiões escolhidas, mesmo com perspectivas ideológicas diversas, abolicionistas ou escravocratas, colonialistas ou independentistas, havia este denominador comum nos planos: o comércio. Pacífico ou de pilhagem, o importante era abrir a porteira", diz trecho do livro.

Apesar de o foco ser a possível tomada do Brasil, um dos trechos mais interessantes da obra refere-se ao processo de independência da colônia de São Domingos, atual Haiti. A ex-colônia francesa no Caribe é o único caso conhecido em que os próprios escravizados conseguiram, por meio de uma insurreição, derrubar o sistema escravista local e promover a independência do país.

A difícil situação em que se encontra hoje o Haiti, um dos países mais pobres do mundo, mergulhado em um caos econômico e institucional, ajuda a questionar uma velha teoria: a formação política, econômica e social do Brasil teria sido melhor caso o país fosse governado por nações consideradas mais desenvolvidas do que Portugal, na época da colonização. "É ingenuidade achar que o Brasil seria mais 'civilizado' se colonizado pela França. As colônias francesas nas Américas, África e Ásia dão o exemplo do caráter da dominação", escreve o autor.

DIVULGAÇÃO

Mapa das Américas em 1635: Napoleão considerou invadir o Brasil porque não queria deixá-lo para os ingleses, seus grandes rivais

Carf
Receita publica norma sobre pagamento de dívida após derrota por voto de qualidade
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Reforma tributária: ITCMD sobre previdência privada
E2

TJPB
Plano de saúde é condenado por negar cobertura
valor.globo.com/legislacao

Tributário A decisão, unânime, foi dada pela 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção de Julgamento

Carf afasta IR sobre benefícios recebidos por magistrado para moradia e alimentação

Marcela Villar
De São Paulo

Uma decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) afastou a incidência de Imposto de Renda (IR) sobre auxílio-moradia e auxílio-alimentação recebidos por um magistrado do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJSC). O julgamento, na 1ª Turma Extraordinária da 2ª Seção de Julgamento, foi unânime.

O valor desses benefícios é relevante para os cofres públicos. Só no ano de 2023 foram gastos R$ 11,1 bilhões com auxílio-alimentação e saúde para magistrados e pessoal administrativo, indica o "Justiça em Números 2024", relatório divulgado em junho pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O auxílio-moradia, diárias e passagens custaram R$ 4,7 bilhões. As duas rubricas representaram 12% do total de R$ 132,7 bilhões de despesas que a Justiça teve no ano passado.

Para os conselheiros que proferiram a decisão, a isenção sobre o auxílio-moradia independe da comprovação do uso dos valores para pagamento de aluguel de imóvel, por conta da natureza indenizatória da verba. Já em relação ao auxílio-alimentação, a cobrança, de acordo com eles, não deve ocorrer por conta do princípio da isonomia tributária, já que os magistrados da Justiça Federal não pagam IR sobre o benefício.

O acórdão ainda exclui da base de cálculo do tributo os juros de mora devidos pelo atraso no pagamento de verbas remuneratórias, algo já pacificado pelos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, em repercussão geral (RE 855091).

Segundo tributaristas, o que mais chama a atenção no acórdão, publicado em abril, é a isenção sobre auxílio-moradia. Isso porque o subsídio perderia o caráter indenizatório quando existe um imóvel oficial disponível para o magistrado, mas ele se recusa a usá-lo para receber o benefício. Para a fiscalização, seria ainda preciso provar que o subsídio custeia a locação.

O fiscal que lavrou o auto de infração se baseou na Solução de Consulta nº 84, de 2014, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit). Ela determina que a comprovação seja feita por recibo de locação ou contrato de aluguel. No caso do magistrado de Santa Catarina, o servidor não teria comprovado que os valores recebidos foram despendidos com o aluguel. Por isso, deveria ser tributado. Alguns acórdãos antigos do Carf vão no mesmo sentido (processo nº 10183.001513/2007-75).

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Caio Malpighi: se tem caráter indenizatório, recompondo gastos, não deve incidir IR, porque a verba tem a finalidade de indenizar o contribuinte

Agora, porém, os conselheiros julgam ser desnecessária a comprovação. O relator, o conselheiro Rodrigo Alexandre Lazaro Pinto, cita um precedente do Carf (acórdão nº 2001-006.160), de junho de 2023, em que foi afastada a necessidade da comprovação. Ele indica, contudo, que se houver um imóvel disponível para o juiz e ele optar por não utilizá-lo para receber o auxílio-moradia, "o valor recebido perderá sua característica indenizatória, eis que contingente à escolha do beneficiário".

> "É uma decisão que diverge da jurisprudência sobre natureza indenizatória"
> *Leandro Cabral*

A ação chegou ao tribunal administrativo em junho de 2015. Segundo o acórdão, houve uma omissão de rendimentos no valor de R$ 136,8 mil referente ao Imposto de Renda do ano de 2012 do magistrado. Da decisão, cabe recurso.

Para a fiscalização, não há lei que isente o auxílio-alimentação para servidores públicos estaduais, apenas para os federais. E que só é isento de tributação o auxílio-moradia recebido em substituição ao direito de imóvel funcional, previsão que está na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman).

Em sua defesa, o magistrado alega ter agido de boa-fé e que o TJSC, fonte pagadora e responsável pelo informe de rendimentos, é quem deveria ter feito a retenção e recolhimento do IR. Por isso, ele não poderia ser penalizado pelo equívoco. Também argumenta que a Lei Complementar estadual nº 367/2006 assegura o "caráter indenizatório" do auxílio-alimentação e moradia, portanto, deveriam ser isentos.

Ao **Valor**, o TJSC disse que lançou as referidas verbas como "rendimentos isentos não tributáveis", mesmo entendimento indicado na decisão do Carf.

A natureza jurídica da verba — se remuneratória ou indenizatória — é o que define a cobrança ou não do imposto. De acordo com o artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN), "a incidência do imposto de renda recai sobre o acréscimo patrimonial", lembra o conselheiro relator. Caberia, então, verificar "a inserção de novas riquezas ao patrimônio do contribuinte" (processo nº 11516.721765/2014-05).

Sobre o auxílio-alimentação, diz Lazaro Pinto, o valor serve para "custear o servidor estadual em suas despesas com alimentação, ou seja, não se traduzindo em um acrescimento patrimonial decorrente do trabalho, mas pelo trabalho".

Para o tributarista Caio Malpighi, do escritório VBSO Advogados, o acórdão respeita a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei nº 1316). "Não é porque não existe a hipótese de isenção que isso é renda tributável. Se tem caráter indenizatório, recompondo gastos, não deve incidir, porque a verba tem a finalidade de indenizar o contribuinte por um custo de vida que ele teve, que é o caso da alimentação", afirma. "Não gera acréscimo patrimonial, por isso, não poderia ser tratada como renda", acrescenta.

Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados, diz que a turma focou menos nos aspectos do caso concreto e enfrentou as problemáticas como teses. Para o tributarista, também é incomum o Carf não pedir provas em casos de natureza indenizatória. "Na maioria dos casos se considera necessário comprovar a destinação", afirma. "Ele quase inverte o ônus, dá a entender que quem deveria provar ser não indenizatório é o Fisco."

Segundo Cabral, em geral, os casos que dispensam a prova são aqueles em que há previsão expressa na lei. "É uma decisão que diverge da jurisprudência sobre natureza indenizatória ao reputar que a isenção seria aplicável pela própria rubrica e não pelas provas", diz.

Destaque

Falência de banco

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por unanimidade, decidiu que os ex-administradores e ex-controladores de instituições financeiras têm legitimidade para intervir no processo de falência instaurado a pedido do liquidante, mediante autorização do Banco Central. Ao constatar que seria inviável manter as atividades de um grupo econômico, o Banco Central autorizou o liquidante a requerer a falência das instituições financeiras pertencentes ao grupo, nos termos do artigo 21, alínea "b", da Lei nº 6.024/1976. Em primeiro grau, o processo foi extinto devido à falta de autorização da assembleia geral, prevista no artigo 122, inciso IX, da Lei nº 6.404/1976. Os ex-acionistas e ex-administradores do grupo econômico, na qualidade de terceiros interessados, recorreram ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) contra a extinção do processo. A Corte local, porém, não conheceu da apelação, pois considerou não ter sido demonstrado prejuízo da sentença para os interesses dos recorrentes, os quais foram mantidos no processo na condição de assistentes das instituições financeiras, não se configurando a sua legitimação recursal extraordinária (REsp 1852165).

Valores da Justiça do Trabalho devem ir para fundos

Flávia Maia e Guilherme Pimenta
De Brasília

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu ontem liminar determinando que valores arrecadados por acordos ou condenações em ações civis públicas trabalhistas, por danos coletivos, devem ser direcionados prioritariamente ao Fundo dos Direitos Difusos (FDD) e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ao mesmo tempo, Dino proibiu que o Executivo faça contingenciamento desses valores quando precisar tomar decisões para cumprir a meta de resultado primário.

"É fato notório que tanto o FAT quanto o FDD têm sofrido reiterados contingenciamentos, há muitos anos, o que impede a reconstituição dos bens lesados", escreveu o ministro. "Essa anomalia precisa ser corrigida, uma vez que, se assim não for feito, a aplicação do preceito continuará inadequada e incompleta, além de ser evidente a violação de uma proteção constitucional eficaz aos direitos sociais, em confronto com o princípio da proporcionalidade inerente à Constituição", acrescentou.

Apesar das maiores despesas do FAT serem obrigatórias e, portanto, não contingenciáveis, há recursos discricionários que podem ser atingidos em eventuais cortes. Já o FDD, por sua natureza, é composto majoritariamente de despesas discricionárias.

Dino determinou ainda que os fundos devem individualizar com transparência e rastreabilidade os valores recebidos e o dinheiro deve ser aplicado exclusivamente em programas e projetos relacionados à proteção de direitos dos trabalhadores. Por fim, os conselhos dos fundos devem ouvir o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Ministério do Trabalho e Emprego e a Procuradoria Geral do Trabalho sobre a destinação dos recursos.

"Esses recursos, conforme a legislação e a lógica de todo o direito de reparação, precisam ser aplicados em programas relacionados à implementação ou restauração de direitos sociais", afirmou o ministro na decisão.

A ação foi ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pede a inconstitucionalidade das decisões, sentenças e acórdãos proferidos pela Justiça do Trabalho em ações civis públicas, nos quais, ao invés de se determinar o recolhimento de condenações em dinheiro para fundos públicos constituídos por lei, como o FAT ou FDD, foi ordenada a destinação para outros fins, como doações diretas para entidades públicas e/ou privadas (ADPF 944).

A liminar concedida por Dino será colocada para referendo dos demais ministros entre os dias 6 a 13 de setembro, no Plenário Virtual.

Em sessão virtual, em outubro do ano passado, por 8 votos a 3, os ministros entenderam que a ação deveria ser conhecida e seguir no Supremo. Prevaleceu o voto divergente do ministro André Mendonça.

Para ele, a Justiça do Trabalho vem, com frequência, mudando a destinação legal dos valores das condenações. Portanto, segundo ele, haveria o critério de subsidiariedade exigido para entrar com a ação judicial. Na visão de Mendonça, não se trata de tutelas individuais, mas de uma prática reiterada da esfera do Judiciário trabalhista.

A primeira relatora no processo, a ministra aposentada Rosa Weber, não admitiu a ação. Ou seja, para ela não era possível ao Supremo analisar a validade das decisões porque o tipo escolhido de ação (ADPF) não seria o instrumento jurídico adequado. A ADPF, afirmou, não pode ser usada para a defesa de direitos e interesses individuais e concretos, como os trazidos pela CNI. No entanto, sua tese não prevaleceu. O ministro Flávio Dino herdou a ação de sua antecessora.

DIVULGAÇÃO

> "Fundos devem individualizar valores com transparência e rastreabilidade"
> *Flávio Dino*

Na avaliação de Ricardo Volpe, consultor de orçamentos da Câmara, a inclusão desses recursos no Orçamento é adequada, mas quando o Supremo impede que valores de alguma área de baixa execução sejam contingenciados e obriga a sua execução, o Executivo terá de fazer cortes em outras áreas para cumprir a meta fiscal, elevando ainda mais a dificuldade de orçamentária.

"A partir do momento em que obriga-se a gastar, outra política pública que já está em execução terá de ser contingenciada para cumprir a meta", disse Volpe. "O ideal é deixar para o Executivo promover a escolha do contingenciamento a partir de suas prioridades", concluiu.

INÊS 249

Reforma: ITCMD sobre previdência privada

Opinião Jurídica

David Giacomazzi

Recentemente, a Câmara dos Deputados reacendeu a discussão sobre a incidência do ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação) sobre planos de previdência privada (PGBL e VGBL), reintroduzindo um debate de grande relevância para o planejamento patrimonial e sucessório.

Essa discussão, contudo, não é nova. Cinco Estados, como Acre (artigo 2º, IV, Lei nº 373/2020), Minas Gerais (artigo 20-A, Lei nº 14.941/2003), Paraná (artigo 8º, II, Lei nº 18.573/2015), Rio de Janeiro (artigo 23, Lei nº 7.174/2015) e Sergipe (artigo 13-A, Lei nº 7.724/2013), possuem previsão expressa em lei para a tributação. Atualmente, a constitucionalidade dessa tributação está pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), sob o tema 1214 (RE 1363013).

Os planos de previdência privada mais comuns, VGBL e PGBL, possuem características específicas que influenciam sua tributação.

O VGBL é um seguro de vida, nos termos da Circular Susep nº 699/2024. As contribuições a um VGBL não são dedutíveis do Imposto de Renda, mas, por outro lado, a tributação incide apenas sobre os rendimentos no momento do resgate.

O PGBL, por sua vez, é um plano de previdência complementar, nos termos da Circular Susep nº 698/2024. As contribuições a um PGBL podem ser deduzidas do Imposto de Renda (limitadas a 12% dos rendimentos), mas, por outro lado, a tributação incide sobre todo o montante resgatado ou recebido como renda.

Desta forma, cada produto pode ser escolhido levando em consideração a realidade e planejamento daquele indivíduo que deseja se preparar para o futuro.

A defesa da não tributação do VGBL é relativamente simples, pois um seguro não é considerado herança para todos os efeitos de direito, conforme expresso no artigo 794 do Código Civil. Desta forma, não há transmissão causa mortis.

No entanto, essa natureza securitária pode ser descaracterizada se for comprovado que o seguro foi utilizado para violar a legítima dos herdeiros. Isso pode ocorrer quando a contratação foi feita por uma pessoa de idade avançada ou quando uma parte expressiva do patrimônio foi destinada ao seguro.

Nesse sentido, o STJ (REsp 2004210/SP) já se manifestou que "na hipótese excepcional em que ficar evidenciada a condição de investimento de plano de previdência privada complementar aberta, operado por seguradora autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), os valores devem ser trazidos à colação no inventário, como herança, devendo ainda ser objeto da partilha, desde que antes da conversão em renda e pensionamento do titular".

Assim, quando há a descaracterização da natureza securitária, o VGBL estaria sujeito ao ITCMD, enquanto, se a natureza permanecer securitária, não se aplicaria o ITCMD.

Em relação ao PGBL, embora a Susep não se manifeste expressamente sobre a natureza securitária do PGBL, uma análise sistemática do Regime de Previdência Complementar instituído pela Lei Complementar nº 109/2001 permite concluir que o PGBL se assemelha a um seguro de vida.

De acordo com o artigo 2º da Lei Complementar 109/2001, que regula o Regime de Previdência Complementar, esses planos são operados por entidades de previdência complementar, tanto abertas quanto fechadas. O objetivo principal dessas entidades é instituir e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, funcionando de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social.

Assim, os planos de previdência complementar regidos por entidades abertas, que instituem e operam planos de benefícios de caráter previdenciário, podem ser equiparados a seguros de vida. A própria Lei Complementar nº 109/2001, em seu artigo 73 estipula que, no que couber, aplica-se a legislação das seguradoras aos planos de previdência complementar, reforçando a natureza securitária desses produtos. Desta forma, pode-se aplicar, por analogia, o disposto no artigo 794 do Código Civil.

Apesar de essa discussão, o Estado de São Paulo reconhece que mesmo que o PGBL fosse tributável, ele é isento. A Lei nº 10.705/2000, artigo 6º, inciso I, alínea "e", estabelece que a quantia devida por institutos de seguro social e previdência, oficiais ou privados, é isenta do imposto. Portanto, os valores recebidos de um PGBL, não recebidos em vida pelo titular, estariam isentos do ITCMD.

A discussão sobre a incidência do ITCMD sobre planos de previdência privada continua a ser uma questão de grande relevância para o planejamento patrimonial e sucessório no Brasil. A retomada do debate pela Câmara dos Deputados e a pendência de julgamento no STF destacam a importância de uma definição clara sobre essa tributação.

Diante da complexidade e das potenciais implicações da tributação do ITCMD sobre planos de previdência privada, é essencial que os contribuintes busquem a orientação de advogados especializados em planejamento patrimonial e sucessório. Um advogado experiente pode avaliar os riscos específicos associados aos seus planos de previdência privada, considerando as características individuais de cada caso; aconselhar sobre as melhores estratégias para minimizar os impactos tributários e garantir a proteção do patrimônio; acompanhar as mudanças legislativas e judiciais para manter as estratégias de planejamento patrimonial atualizadas e em conformidade com a legislação vigente; orientar na documentação adequada e no cumprimento de todas as obrigações legais para evitar problemas futuros com a administração tributária.

David Giacomazzi é advogado do J Legal Team

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 116ª E 117ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO (IF 19H0182182 / 19H0205086) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 30 DE AGOSTO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 02 de agosto de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de agosto de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte matéria da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 116ª e 117ª Séries da 4ª Emissão – (IF 19H0182182 / 19H0205086), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com a matéria da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 246ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977074) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 246ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 246ª Série da 1ª Emissão - (IF 20A0977074), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª E 2ª SÉRIES DA 73ª EMISSÃO (IF CRA023000MA/CRA023000MB) DA OPEA SECURITIZADORA S.A A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª e 2ª Séries da 73ª Emissão - (IF CRA023000MA/CRA023000MB), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 453ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0668295) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 453ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 453ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 453ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0668295), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 415ª E 416ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0550408 / 21K0552765) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 415ª e 416ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21K0550408 / 21K0552765), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - *CNPJ nº 02.773.542/0001-22*

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 429ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21K0495192) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 429ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 429ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 09 de novembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 429ª Série da 1ª Emissão – (IF 21K0495192), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

MOBLY S.A.

CNPJ nº 31.553.627/0001-01 - NIRE 35.300.561.201 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024

Convocamos os senhores acionistas da **MOBLY S.A.**, companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 5.545, atualmente nº 16.737, Mezanino, Sala 2, Várzea de Baixo, CEP 04730-090, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.561.201 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 31.553.627/0001-01, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") como emissor de valores mobiliários categoria "A" sob o código 2546-1 ("**Companhia**"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("**Lei das Sociedades por Ações**") e dos artigos 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("**Resolução CVM 81**"), a se reunirem, **de modo exclusivamente à distância e digital**, em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 20 de setembro de 2024, às 9:00 horas ("**Assembleia**"), a fim de discutir e deliberar sobre a ordem do dia a seguir. **Considerações sobre as matérias da ordem do dia:** As matérias da ordem do dia da Assembleia serão deliberadas no contexto do fato relevante divulgado pela Companhia em 8 de agosto de 2024, pelo qual a Companhia informou sobre a celebração, pela administração da Companhia e pelo FS – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Fundo Brasil de Internacionalização de Empresas Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e TS Coinvestimento – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (em conjunto "**Acionistas Controladores Tok&Stok**"), do Acordo de Contribuição (Contribution Agreement) para fins de um aumento de capital da Companhia por meio da contribuição, na data de fechamento, das ações emitidas pela Estok Comércio e Representações S.A. ("**Tok&Stok**") de titularidade dos Acionistas Controladores Tok&Stok ("**Acordo de Contribuição**" e "**Operação**", respectivamente), aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de agosto de 2024. O fechamento da Operação está condicionado à verificação (ou a renúncia, conforme o caso) de determinadas condições suspensivas e precedentes descritas no Acordo de Contribuição, de acordo com o artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("**Código Civil**") ("**Condições Precedentes**"), incluindo as aprovações pelos Srs. acionistas das matérias da ordem do dia da Assembleia. Uma vez que as Condições Precedentes sejam cumpridas, o Conselho de Administração da Mobly deliberá a data em que as deliberações da ordem do dia da Assembleia serão efetivamente realizadas e divulgará um fato relevante anunciando a data de fechamento da Operação e os detalhes dos procedimentos relacionados ao fechamento da Operação, incluindo, entre outros, o prazo para exercício do direito de preferência dos acionistas da Companhia na emissão Novas Ações (conforme definido abaixo) e nas Debêntures Conversíveis (conforme definido abaixo), bem como os termos e condições finais das emissões de Bônus de subscrição (conforme definido abaixo) e de Debêntures Conversíveis. Além disso, as partes do Acordo de Contribuição e a Home24 Holding GMBH & CO. KG, atual acionista controladora da Mobly ("**Home24**"), também assinaram, em 8 de agosto de 2024, o Compromisso de Voto e Outras Avenças (*Voting Commitment Agreement and Other Covenants*) ("**Acordo de Voto**"), por meio do qual a Home 24 comprometeu-se a votar a favoravelmente às matérias da ordem do dia da Assembleia, a ceder, a título gratuito, seu direito de preferência na subscrição das Novas Ações aos Acionistas Controladores da Tok&Stok e credores afiliados aos Acionistas Controladores da Tok&Stok em relação às Debêntures Conversíveis. Os demais acionistas Tok&Stok poderão compartilhar da cessão dos direitos de preferência na subscrição das Novas Ações e das Debêntures Conversíveis, conforme o caso, caso optem por aderir ao Acordo de Contribuição. Em razão do acima exposto, **as matérias submetidas à apreciação da Assembleia são interdependentes, vinculadas entre si, e com efeitos sujeitos ao cumprimento (ou renúncia) das Condições Precedentes**. A satisfação das Condições Precedentes, o fechamento da Operação e a data de eficácia das deliberações tomadas na Assembleia serão informados aos acionistas por meio de fato relevante a ser divulgado pela Companhia oportunamente. **Ordem do dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a ratificação da celebração do Acordo de Contribuição pela Mobly e a contribuição, na data do fechamento da Operação, de ações ordinárias de emissão da Tok&Stok representativas de, no mínimo, 51,38% do capital social votante e total da Tok&Stok, e de, no máximo, 100,0% do capital social votante e total da Tok&Stok no Aumento de Capital de que trata o item (ii) da ordem do dia, nos termos dos artigos 8º, 166 e 170 da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 81, sendo certo que cada 1 ação ordinária de emissão da Tok&Stok dará ao seu titular o direito de subscrever 0,098789 Nova Ação da Mobly (conforme definido abaixo); (ii) condicionado à verificação (ou a renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão para subscrição privada de, no mínimo, 13.682.205 novas ações ordinárias e, no máximo, 56.520.336 novas ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("**Novas Ações**") ao preço de emissão por ação de R$ 4,08 (quatro reais e oito centavos), perfazendo o montante mínimo de R$ 55.823.396,40 e máximo de R$ 230.602.970,88, a serem integralizadas (a) em bens, mediante a contribuição de ações de emissão da Tok&Stok pelos Acionistas Controladores Tok&Stok e, conforme o caso, demais acionistas minoritários da Tok&Stok, ou (b) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Novas Ações, nos termos do artigo 171, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Aumento de Capital**"), com delegação de poderes ao Conselho de Administração para determinar a data de início do período de exercício do direito de preferência, alterar o número mínimo de Novas Ações a serem emitidas no Aumento de Capital e o valor máximo do Aumento de Capital (até a data de início do prazo de exercício do direito de preferência), bem como homologar o aumento de capital parcialmente, observado o número mínimo de Novas Ações e o valor mínimo do Aumento de Capital, determinar o tratamento de sobras de ações não subscritas e estabelecer a alocação entre a conta de capital social e a conta de reserva de capital do valor total de emissão, nos termos do artigo 14 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) a ratificação da nomeação e da contratação da empresa de avaliação Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação da Tok&Stok para os fins da contribuição de ações de emissão da Tok&Stok no Aumento de Capital como forma de integralização de Novas Ações, com data-base de 30 de junho de 2024, em conformidade com o artigo 8º da Lei das Sociedades por Ações ("**Laudo de Avaliação**"); (iv) exame do Laudo de Avaliação; (v) condicionado à verificação (ou a renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, delegar poderes para o Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre (a) a emissão de bônus de subscrição, como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, ou quais darão o direito ao seu detentor de subscrever até 0,555556 ação ordinária adicional de emissão da Mobly para cada 1 Nova Ação subscrita e integralizada no Aumento de Capital, ao preço de preço de exercício de R$ 0,00 por ação ordinária ("**Bônus de Subscrição**"); e (b) a 1ª emissão de debêntures, conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada, da Companhia ("**Debêntures Conversíveis**"), a serem integralizadas mediante (b.1) contribuição de direitos creditórios em face da Tok&Stok detidos por acionistas da Tok&Stok ou credores afiliados de acionistas da Tok&Stok na data do fechamento da Operação; ou (b.2) em moeda corrente nacional, pelos demais subscritores, assegurado aos atuais acionistas da Companhia o direito de preferência para subscrição das Debêntures Conversíveis, nos termos do artigo 171, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações ("**Debêntures Conversíveis**"), bem como definir os termos e condições finais da emissão de Bônus de Subscrição e de Debêntures Conversíveis, incluindo quantidades, valores, prazos, entre outros, observados os termos substancialmente acordados no Acordo de Contribuição, anteriormente à data de início do prazo para exercício do direito de preferência do Aumento de Capital e da emissão das Debêntures Conversíveis; (vi) condicionado à verificação (ou a renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, a reforma e a consolidação do estatuto social da Companhia para (a) alterar o capital autorizado previsto no caput do artigo 6º, (b) aumentar o número máximo de membros do Conselho de Administração previsto no artigo caput do artigo 12, (c) ajustes de redação para fins de clareza das competências do Conselho de Administração previstas nos incisos do artigo 16, (d) inclusão de novo artigo 35 com cláusula de proteção à dispersão acionária, dentre outras alterações, conforme destacadas proposta da administração divulgada nesta data; (vii) condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e fechamento da Operação, definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia para o primeiro mandato a se iniciar na data do fechamento da Operação; (viii) condicionado à verificação (ou à renúncia, conforme o caso) das Condições Precedentes e ao fechamento da Operação, eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o mandato, com prazo unificado de 2 anos, a se iniciar na data de fechamento da Operação; (ix) autorização para que a administração da Companhia tome todas as providências necessárias para efetivar a Operação, nos termos do Acordo de Contribuição, bem como as deliberações das matérias da ordem do dia da Assembleia. **Instruções e Informações Gerais:** A participação dos acionistas na Assembleia poderá ser pessoal, por procurador devidamente constituído, observado o disposto no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações – em ambos os casos; (i) por meio da plataforma eletrônica "Ten Meetings" ("**Plataforma Digital**"), nos termos da Resolução CVM 81; ou (ii) por meio do boletim de voto à distância. Reitera-se que **não haverá** a possibilidade de os acionistas comparecerem fisicamente à Assembleia, uma vez que essa será realizada exclusivamente de modo à distância e digital. A eleição dos membros do Conselho de Administração será realizada em observância às disposições dos artigos 141 e 147 da Lei das Sociedades por Ações, da Resolução CVM 81 e da Resolução da CVM nº 80, de 29 de março de 2022, sendo necessário, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante para que os acionistas possam requerer a adoção do processo de voto múltiplo, nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, observado o prazo legal de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia para o exercício de tal faculdade. Ainda, os acionistas poderão, observado o disposto no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, solicitar a realização de votação em separado para eleição de membro do Conselho de Administração. *Participação por meio da Plataforma Digital*. O acionista que desejar participar da Assembleia de forma digital deverá acessar o link https://assembleia.ten.com.br/074416863/auth ("**Link da Plataforma Digital**"), preencher as informações necessárias para realizar o cadastro e anexar toda documentação necessária para participação na Assembleia (conforme especificado a seguir), **até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024**. Na realização do cadastro, os acionistas deverão encaminhar, por meio do Link da Plataforma Digital, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias; (ii) o instrumento de mandato; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, bem como os seguintes documentos: (iii.1) *pessoa física*: cópia do documento de identidade do acionista; (iii.2) *pessoa jurídica*: (a) cópia do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (b) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do acionista; e (iii.3) *fundo de investimento*: (a) cópia do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (b) cópia do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (c) cópia do documento de identidade do(s) representante(s) legal(is) do fundo de investimento. As informações e documentação enviadas pelo acionista (ou seu representante legal) através do Link da Plataforma Digital dentro do prazo acima mencionado, serão avaliadas pela Companhia e o acionista (ou seu representante legal) receberá e-mail informando sobre a aprovação ou não do seu cadastro. Caso não aprovado, será permitido ao acionista (ou seu representante legal) que regularize seu cadastro até as 9:00 horas do dia 19 de setembro de 2024. Caso o acionista que tenha solicitado devidamente sua participação à distância e digital na Assembleia por meio da Plataforma Digital não receba e-mail com a confirmação de cadastro no prazo acima mencionado, deverá entrar em contato com a Companhia pelo endereço ri@mobly.com.br, para que a Companhia possa analisar o ocorrido e auxiliar o acionista na finalização de seu cadastro. **Os acionistas (ou representantes legais) que não enviarem a solicitação de cadastramento, incluindo o envio da documentação aplicável, no prazo acima referido ou seja, até às 9:00 horas do dia 18 de setembro de 2024) não poderão participar digitalmente da Assembleia.** *Participação por meio do Boletim de Voto*. Em atendimento à Resolução CVM 81, a Companhia adotou o sistema de votação a distância e disponibilizou o boletim de voto à distância ("**Boletim de Voto**") referente à Assembleia nas páginas eletrônicas abaixo indicadas. O acionista (ou representante legal) poderá enviar suas instruções de voto (i) diretamente à Companhia, por e-mail (ri@mobly.com.br), aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, sendo como assunto "Mobly – AGE Tok&Stok", na forma detalhada no Manual de Participação e Proposta da Administração disponibilizado pela Companhia nos endereços abaixo indicados em 21 de agosto de 2024 ("**Manual de Participação e Proposta da Administração**"); (ii) por meio dos seus agentes de custódia, de acordo com os procedimentos adotados pelos respectivos agentes de custódia que mantêm suas posições em custódia; ou **(iii)** ao Banco BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM ("**Escriturador**"), escriturador das ações da Companhia, realizadas de forma eletrônica por meio da plataforma disponibilizada pelo Escriturador. É imprescindível que o Boletim de Voto seja preenchido com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número de inscrição no cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato. Além disso, para que o Boletim de Voto seja considerado válido e os votos nele proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia, as seguintes instruções deverão ser observadas: **(i)** os campos do boletim deverão estar devidamente preenchidos; e **(ii)** o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá(ão) assinar o Boletim de Voto. **A Companhia alerta que, em qualquer das hipóteses acima, os Boletins de Voto deverão ser recebidos em até, no máximo, 7 (sete) dias corridos antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até às 23h59min do dia 13 de setembro de 2024, de modo que eventuais Boletins de Voto recepcionados pela Companhia após a data indicada serão desconsiderados.** Para maiores informações sobre a participação do acionista na Assembleia pela Plataforma Digital (incluindo informações de representação dos acionistas da Companhia para Assembleia), bem como por meio do Boletim de Voto, veja o Manual de Participação e Proposta da Administração. Estão à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (https://investors.mobly.com.br/), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), nos termos da Resolução CVM 81, do Manual de Participação e Proposta da Administração e demais documentos e informações relacionados às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia. São Paulo, 21 de agosto de 2024. **Marc Dominic Appelhoff -** Presidente do Conselho de Administração. (21, 22 e 23/08/2024)

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 430ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0354325) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 430ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 430ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 430ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0354325), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 22 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

NCF Participações S.A.

CNPJ nº 04.233.319/0001-18 – NIRE 35.300.183.371

Ata Sumária da 48ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28.6.2024

Data, Hora, Local: Em 28.6.2024, às 17h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. ***Mesa:*** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Antonio Campanha Junior. ***Quórum de Instalação:*** Totalidade do Capital Social. ***Edital de Convocação:*** Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. ***Deliberações:*** Aprovadas, sem quaisquer alterações ou ressalvas, as propostas do Conselho de Administração, registradas em Reunião daquele Órgão de 21.6.2024, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, conforme segue: 1) o aumento do Capital Social no valor de R$876.599.999,16 (oitocentos e setenta e seis milhões e quinhentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e nove reais e dezesseis centavos), elevando-o de R$10.458.595.073,27 (dez bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, quinhentos e noventa e cinco mil, setenta e três reais e vinte e sete centavos) para R$11.335.195.072,43 (onze bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos). Esclareceu o senhor Presidente que: • serão emitidas 159.137.565 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e trinta e sete mil, quinhentas e sessenta e cinco) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo 84.144.567 (oitenta e quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, quinhentas e sessenta e sete) ordinárias e 74.993.028 (setenta e quatro milhões, novecentos e noventa e três mil, vinte e oito) preferenciais, ao preço de R$5,508440662 por ação, para subscrição particular pelos acionistas, na proporção de 4,596590581% sobre a posição acionária que cada um possuir nesta data (28.6.2024), com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% do valor das ações subscritas; • o preço de emissão teve como base o valor do Patrimônio Líquido Contábil ajustado por ação da Sociedade em 28.6.2024; Dando sequência aos trabalhos, o senhor Presidente disse que a Diretoria estava autorizada a dar andamento ao processo de aumento do Capital Social, abrindo a subscrição das ações dentro das condições estabelecidas na proposta do Conselho de Administração, ocasião em que os representantes legais dos acionistas da Companhia assinaram os respectivos Boletins de Subscrição, integralizando, no ato, os valores subscritos, em espécie. Em seguida, informou o senhor Presidente que, considerando a subscrição e integralização do aumento do Capital Social ora aprovado, o "caput" do Artigo 6º do Estatuto Social passou a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 6º) O Capital Social é de R$11.335.195.072,43 (onze bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos), dividido em 3.621.216.561 (três bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 1.914.731.079 (um bilhão, novecentos e catorze milhões, setecentos e trinta e um mil, setenta e nove) ordinárias e 1.706.485.482 (um bilhão, setecentos e seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e duas) preferenciais.". 2) a extinção do Comitê de Auditoria Estatutário, com a consequente exclusão, do Estatuto Social, da alínea "g" do Artigo 9º e do "Título VIII - Do Comitê de Auditoria", renumerando-se os títulos e artigos subsequentes; 3) a consolidação do Estatuto Social, a fim de refletir as matérias aprovadas nos itens "1" e "2" acima, o qual passou a vigorar com a seguinte redação: "**NCF Participações S.A. - Estatuto Social - Título I - Da Organização, Duração e Sede - Artigo 1º)** A NCF Participações S.A., companhia fechada, doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto. **Artigo 2º)** O prazo de duração da Sociedade é indeterminado. **Artigo 3º)** A Sociedade tem sede no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, CEP 06029-900, no Município de Osasco, Estado de São Paulo, e foro no mesmo Município. **Artigo 4º)** Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Filiais, Escritórios e Dependências de qualquer natureza no País, a critério da Diretoria, observados os preceitos legais. **Título II - Dos Objetivos Sociais - Artigo 5º)** A sociedade tem por objeto: a) participação como sócia ou acionista em outras sociedades; b) realização de aplicações em títulos e valores mobiliários. **Título III - Do Capital Social - Artigo 6º)** O Capital Social é de R$11.335.195.072,43 (onze bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, cento e noventa e cinco mil, setenta e dois reais e quarenta e três centavos), dividido em 3.621.216.561 (três bilhões, seiscentos e vinte e um milhões, duzentos e dezesseis mil, quinhentos e sessenta e uma) ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, das quais 1.914.731.079 (um bilhão, novecentos e catorze milhões, setecentos e trinta e um mil, setenta e nove) ordinárias e 1.706.485.482 (um bilhão, setecentos e seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e duas) preferenciais. **Parágrafo Primeiro** - As ações ordinárias conferirão aos seus titulares os direitos e vantagens previstos em lei. **Parágrafo Segundo** - As ações preferenciais não terão direito a voto, mas conferirão a seus titulares as seguintes preferências e vantagens: a) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação da Sociedade, sem prêmio, em valor, por ação preferencial, correspondente ao quociente da divisão da cifra do Capital Social da Sociedade pelo número total de ações emitidas, desconsideradas as ações em tesouraria; e b) dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias. **Parágrafo Terceiro** - Nos aumentos de capital, será realizado no ato da subscrição a parcela mínima exigida em lei e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais. **Parágrafo Quarto** - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito, no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações. **Parágrafo Quinto** - Não será permitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa. **Parágrafo Sexto** - Poderá a Sociedade, mediante autorização do Conselho, adquirir ações de sua própria emissão, para cancelamento ou permanência temporária em tesouraria, e posterior alienação. **Título IV - Da Administração - Artigo 7º)** A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Parágrafo Único** - O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria estender-se-á até a posse dos novos Administradores eleitos. **Título V - Do Conselho de Administração - Artigo 8º)** O Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, é composto de 3 (três) a 8 (oito) membros, que escolherão entre si 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho deliberará validamente desde que presente a maioria absoluta dos membros em exercício, inclusive o Presidente, que terá voto de qualidade no caso de empate. **Parágrafo Segundo** - Na vacância do cargo e nas ausências ou impedimentos temporários do Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários deste, o Presidente designará substituto entre os demais membros. Vagando o cargo de Vice-Presidente, o Conselho nomeará substituto, que servirá pelo tempo que faltar para completar o mandato do substituído. **Parágrafo Terceiro** - Nas hipóteses de afastamento temporário ou definitivo de qualquer dos outros conselheiros, os demais poderão nomear substituto para servir em caráter eventual ou permanente, observados os preceitos da lei e deste Estatuto. **Artigo 9º)** Além das previstas em lei e neste Estatuto, são também atribuições e deveres do Conselho: a) zelar para que a Diretoria esteja, sempre, rigorosamente apta a exercer suas funções; b) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade; c) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade; d) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; e) autorizar a aquisição, alienação e a oneração de bens integrantes do Ativo Não Circulante, bem como de participações societárias de caráter não-permanente, quando de valor superior a l% (um por cento) do Patrimônio Líquido; f) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário; g) aprovar o pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio propostos pela Diretoria; h) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do Capital Social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade; i) deliberar sobre associações, envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordos de acionistas; j) aprovar aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais; k) examinar e deliberar sobre os orçamentos e demonstrações financeiras submetidos pela Diretoria; l) avocar para sua órbita de deliberação assuntos específicos de interesse da Sociedade e deliberar sobre os casos omissos; m) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar distribuição da verba de remuneração aos Administradores; n) fixar as gratificações de conselheiros, diretores e funcionários quando entender de concedê-las; o) autorizar, quando considerar necessária, a representação da Sociedade individualmente por um membro da Diretoria ou por um procurador, devendo a respectiva deliberação indicar os atos que poderão ser praticados; e p) deliberar sobre a negociação com ações de emissão da própria Sociedade, de acordo com o Parágrafo Sexto do Artigo 6º. **Parágrafo Único** - O Conselho poderá atribuir funções especiais à Diretoria e a qualquer dos membros desta. **Artigo 10)** Compete ao Presidente do Conselho presidir as reuniões deste Órgão, podendo indicar, para fazê-lo, em seu lugar, qualquer dos membros do Conselho. **Parágrafo Único** - O Presidente do Conselho poderá convocar a Diretoria e participar, com os demais Conselheiros, de quaisquer de suas reuniões. **Artigo 11)** O Conselho reunir-se-á semestralmente e, quando necessário, extraordinariamente por convocação do seu Presidente, ou da metade dos demais membros em exercício, lavrando Ata de cada reunião. **Título VI - Da Diretoria - Artigo 12)** A Diretoria da Sociedade, eleita pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, que se estenderá até a posse dos novos Administradores eleitos, é composta de 3 (três) a 8 (oito) membros, sendo 1 (um) Diretor-Presidente e de 2 (dois) a 7 (sete) Diretores distribuídos, a critério do Conselho, entre os cargos de Diretor Vice-Presidente e Diretor Adjunto. **Parágrafo Único** - O Conselho fixará em cada eleição as quantidades de cargos a preencher e designará, nomeadamente, entre os Diretores que eleger, o que ocupará a função de Diretor-Presidente. **Artigo 13)** Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo, ainda, independentemente de autorização do Conselho, transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto na letra "e" do Artigo 9º deste Estatuto. **Parágrafo Primeiro** - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores. **Parágrafo Segundo** - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo o respectivo instrumento de mandato consignar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo. **Parágrafo Terceiro** - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula "ad judicia", hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações, judiciais ou extrajudiciais; c) participação em leilões e licitações, públicas e privadas; d) em Assembleias Gerais de acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos, repartições e instituições, públicas ou privadas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais. **Artigo 14)** Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor-Presidente, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor-Presidente no desempenho de suas funções, supervisionar e coordenar as áreas que lhes ficarem afetas; c) aos Diretores Adjuntos, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas, reportando-se ao Diretor-Presidente e aos Diretores Vice-Presidentes. **Artigo 15)** A Diretoria fará reuniões sempre que necessário, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor-Presidente ou seu substituto. As reuniões serão realizadas sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho, Presidente da Diretoria ou por no mínimo 2 (dois) Diretores. A Diretoria deliberará por maioria de votos, cabendo ao Presidente voto de qualidade, no caso de empate. **Artigo 16)** Em caso de vaga, ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Presidente, caberá ao Conselho indicar o seu substituto. **Artigo 17)** Para exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse, a critério do Conselho. **Título VII - Do Conselho Fiscal - Artigo 18)** O Conselho Fiscal, não-permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes. **Título VIII - Das Assembleias Gerais - Artigo 19)** As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão dirigidas por um Presidente e um Secretário, escolhidos pela maioria dos votos dos acionistas presentes. **Título IX - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados - Artigo 20)** O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro. **Artigo 21)** Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais. **Artigo 22)** O lucro líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, terá, pela ordem, a seguinte destinação: I. constituição da Reserva Legal; II. constituição das Reservas previstas nos artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho, "ad referendum" da Assembleia Geral; III. pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio de que tratam os Parágrafos Segundo e Terceiro deste Artigo, que tenham sido declarados, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76. **Parágrafo Primeiro** - A Diretoria, mediante aprovação do Conselho, fica autorizada a declarar e pagar Dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes. **Parágrafo Segundo** - Poderá a Diretoria, ainda, mediante aprovação do Conselho, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial dos dividendos intermediários, cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos. **Parágrafo Terceiro** - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício (1%), de acordo com o Inciso III do "caput" deste Artigo. **Artigo 23)** O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção e margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social integralizado. **Parágrafo Único** - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 22, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.". ***Quórum da Deliberação:*** Unanimidade de votos. ***Encerramento:*** Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes que a subscrevem. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente; Antonio Campanha Junior - Secretário; acionistas: Fundação Bradesco; Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações e Nova Cidade de Deus Participações S.A. representadas por seus Diretores Luiz Carlos Trabuco Cappi e Milton Matsumoto. Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **NCF Participações S.A.** a) Antonio Campanha Junior - *Secretário*. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 294.337/24-6 em 30.7.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS 406ª E 418ª SÉRIES DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0146951/21L0324419) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 406ª e 418ª Séries da 1ª Emissão – (IF 21L0146951/21L0324419), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES DA 19ª EMISSÃO (IF CRA021005LO/ CRA021005LP/ CRA021005LQ) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 16 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **17 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª, 2ª e 3ª Séries da 19ª Emissão – (IF CRA021005LO/ CRA021005LP/ CRA021005LQ), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

PECINI LEILÕES

EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES

DATA: 1º Público Leilão 30/08/2024 às 15h15 | 2º Público Leilão 03/09/2024 às 15h15

BANCO MASTER

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO MASTER S/A - CNPJ nº 33.923.798/0001-00**, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, de acordo com os artigos 26, 27 e parágrafos da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, em execução da garantia fiduciária expressa na Escritura Pública de Venda e Compra com Alienação Fiduciária em Garantia, lavrada no cidade de São Paulo/SP, em 27/10/2016, e posterior Cessão de Crédito, o **IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 84, 8º PAVIMENTO DO CONDOMÍNIO HOME BIKERS PAULICEIA**, situado à Rua Genebra, nº 151, 17º Subdistrito – Bela Vista, São Paulo/SP. Áreas: Privativa Total: 28,0069m²; Uso Comum: 13,4378m² (já incluído o direito ao uso de um espaço indeterminado de 01 bicicleta no bicicletário no andar térreo); Total: 41,4447m²; FIT 0,96154%. Matrícula Imobiliária nº 191.936 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Cadastro Municipal nº 005.023.0453-7. Consolidação da Propriedade em 05/07/2024. **LANCES MÍNIMOS: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 382.906,31. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 139.179,00. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU e condomínio existentes no imóvel vencidos **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pelo Credor Fiduciário. Os valores não vencidos ou que vencerem **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões são de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5. IMÓVEL OCUPADO.** Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **6.** Venda **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **7.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal **WWW.PECINILEILOES.COM.BR**, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica o Fiduciante **ALCEU ELIS DA SILVA** – CPF nº 125.059.548-79, intimado e comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, *WhatsApp* (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 422ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666509) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 30 DE SETEMBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 422ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 09 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **16 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **30 de setembro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 422ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666509), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 46ª EMISSÃO (IF 22L1467623) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 46ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 07 de maio de 2010, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 46ª Emissão – (IF 22L1467623), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

LWSA S/A - Companhia Aberta com Capital Autorizado

CNPJ nº 02.351.877/0001-52 - NIRE nº 35.300.349.482

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 31 de Julho de 2024

Data, Hora, Local: 31.07.2024, às 10h, na sede social, na Rua Itapaiúna, nº 2.434, Bairro do Jardim Morumbi, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. **Ordem do dia/Deliberações:** [illegible] ("Bling" e "Laudo de Avaliação Bling", respectivamente), todos na data-base de 30.06.2024, para fins das Incorporações; *(B) no contexto da incorporação da Tray pela Companhia ("Incorporação Tray"): (i) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Tray Tecnologia em ECommerce Ltda. pela LWSA S/A" ("Protocolo e Justificação Tray"); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação Tray; e (iii) a aprovação da Incorporação da Tray pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Tray; (C) no contexto da incorporação da Etus pela Companhia ("Incorporação Etus"): (i) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Etus Social Network Brasil Ltda. pela LWSA S/A" ("Protocolo e Justificação Etus"); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação Etus; e (iii) a aprovação da Incorporação da Etus pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Etus; (D) no contexto da incorporação da Bling pela Companhia ("Incorporação Bling"): (i) a ratificação do "Protocolo e Justificação de Incorporação da Organisys Software Ltda. pela LWSA S/A" ("Protocolo e Justificação Bling"); (ii) a aprovação do Laudo de Avaliação Bling; e (iii) a aprovação da Incorporação da Bling pela Companhia, nos termos do Protocolo e Justificação Bling; e (E) a aprovação, exceto se decorrente de exigência legal ou regulatória, da dispensa de publicações dos anexos da AGE e a autorização para a Diretoria da Companhia praticar, tempestivamente, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na AGE."*; e **(ix)** a orientação de voto da Companhia nas Alterações e Extinções Contratuais da Tray, Etus e Bling que deliberarão sobre as Incorporações, conforme artigo 20, inciso xiv, do Estatuto Social. **(ix)** a orientação de voto da Companhia nas alterações e extinções dos contratos sociais da Tray, Etus e Bling que deliberarão sobre as suas respectivas Incorporações, conforme artigo 20, inciso xiv, do Estatuto Social. Por fim, os Conselheiros aprovaram dispensar as publicações dos "Anexos" à presente ata de reunião do Conselho de Administração e a autorização para a Diretoria praticar, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas na presente reunião do Conselho de Administração. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 31.07.2024, Membros do Conselho de Administração: Andrea Gora Cohen, Carlos Elder Maciel de Aquino, Claudio Gora, Gilberto Mautner, Flavio Benício Jansen Ferreira, Luiz Otavio Ribeiro, Manuela Vaz Artigas e Ricardo Gora. São Paulo, 31.07.2024. Mesa: Ricardo Gora - Presidente, Rafael Chamas Alves - Secretário. JUCESP nº 304.092/24-1 em 14.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, a licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 90135/2024,** referente ao processo nº **024.00095047/2024-41**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE ITENS DE ENFERMAGEM, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS** a ser realizado por intermédio do "Portal de Compras do Governo Federal", **cuja abertura está marcada para o dia 06/09/2024 às 10:00 horas.**

Os interessados em participar do certame deverão **acessar a partir de 23/08/2024**, o site www.compras.gov.br, mediante a obtenção de senha de acesso ao sistema e credenciamento de seus representantes.

O Edital da presente licitação encontra-se disponível no Portal Nacional de Compras Públicas https://www.gov.br/pncp/pt-br e no site www.e-negociospublicos.com.br.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 454ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0668716) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 454ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 15:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 454ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0668716), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 455ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0694148) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 455ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 03 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 455ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0694148), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 03 de maio de 2024, às 11:00 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480- 900, de forma exclusivamente digital, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. CONVOCAÇÃO E MESA**: A reunião foi convocada tempestivamente, e presidida por Péricles Pereira Druck. **3. PRESENÇAS**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a destinação de participação aos Administradores, com base no 1T2024, conforme o previsto no Art. 29 do Estatuto Social. **5. DELIBERAÇÃO**: Tomada por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29, do Estatuto Social, autorizar "ad referendum da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao 1T24, no montante de R$ 4.287.079,54(quatro milhões, duzentos e oitenta e sete mil, setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos). **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto). **7. DECLARAÇÃO**: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de maio de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 10376829 em 10/05/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241558565 - 09/05/2024. Autenticação: DE434E57DFF88699AE83C5464FA2D0DC5C50. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 03 de maio de 2024, às 10:30 horas, na Av. Carlos Gomes, nº 400, salas 502/503, Bairro Boa Vista, em Porto Alegre/RS, CEP: 90.480- 900, de forma exclusivamente digital, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. CONVOCAÇÃO E MESA**: A reunião foi convocada tempestivamente, e presidida por Péricles Pereira Druck. **3. PRESENÇAS**: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração **4. ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de março de 2024. **5. DELIBERAÇÕES**: O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras da Companhia de 31 de março de 2024, deliberou: i. Aprovar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas da Companhia, no valor total de R$ 10.321.281,00 (dez milhões, trezentos e vinte e um mil, duzentos e oitenta e um reais), correspondentes a R$ 0,043069274 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de maio de 2024 ("Dividendos Intercalares – 1ºTrimestre"). Os Dividendos Intercalares – 1º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2024, conforme faculta o supracitado artigo 29, caput, do Estatuto Social da Companhia; ii. Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 1º Trimestre ora aprovados, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de março de 2024, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social da Companhia e atende a "*Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio*" da Companhia. iii. Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas ex-proventos em relação aos Dividendos Intercalares – 1º Trimestre a partir de 09 de maio de 2024 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 1T24, será realizado até 31 de maio de 2024. **6. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Pereira Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Couto de Oliveira Souto). **7. DECLARAÇÃO**: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 03 de maio de 2024. Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul Certifico registro sob o nº 10376292 em 10/05/2024 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 241558905 - 09/05/2024. Autenticação: B4152B7A39972176C79F836946BB2E2 77589C. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

TDS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 02.231.701/0001-67 – NIRE 3530045172-4

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de junho de 2024

Data, Hora e Local: Aos 3 dias do mês de junho de 2024, às 10 horas, na sede social da TDS Informática S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2044, Torre II, Sala 1601, Alphaville, CEP 06455-000. **Convocação e Presenças:** Tendo em vista a presença da acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura lançada no Livro de Presença de Acionistas, restaram dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades Anônimas"). **Composição da Mesa: Vinicius Urias Favarão** - Presidente, **Pedro Lins Meira Quintão** - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre **(i)** a alteração parcial do estatuto social no artigo 13, aumentando de 7 (sete) para 8 (oito) o número máximo de membros da Diretoria; **(ii)** a consolidação do estatuto social da Companhia. **Deliberações:** Instalada a Assembleia, após discussão e votação das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções ou ressalvas, deliberaram o seguinte: (i) Aprovar a alteração parcial do estatuto social no artigo 13, aumentando de 7 (sete) para 8 (oito) o número máximo de membros da Diretoria. (ii) Aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, em virtude da deliberação tomada no item acima, que passa a vigorar nos termos do Anexo I da presente Ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, foi assinada pela acionista presente, ao final deste instrumento. Barueri (SP), 3 de junho de 2024. aa) **Mesa:** Vinicius Urias Favarão - Presidente; Pedro Lins Meira Quintão - Secretário. **Acionista:** Bradesco Holding de Investimentos S.A., neste ato representada por Vinicius Urias Favarão e Pedro Lins Meira Quintão. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 264.571/24-1 em 12/7/2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 400ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 21L0666609) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 01 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 400ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., celebrado em 09 de dezembro de 2021, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **01 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma Microsoft Teams, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 400ª Série da 1ª Emissão – (IF 21L0666609), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias da Ordem do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 23 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

TDS Informática S.A.

CNPJ/MF nº 02.231.701/0001-67 – NIRE 3530045172-4

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de junho de 2024

Data, Hora e Local: Aos 3 de junho de 2024, às 10:30 horas, na sede social da TDS Informática S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2.044, Torre II, Sala 1.601, Alphaville, CEP 06455-000. **Presenças:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber, conforme constam as assinaturas desta Ata. **Convocação:** Dispensada a convocação e publicação de anúncios em razão da presença da totalidade dos Conselheiros, conforme disposto no Estatuto Social da Companhia. **Composição da Mesa:** O Sr. Marcos Valério Tescarolo, Presidente do Conselho de Administração da Companhia, como presidente desta reunião, convidou o Sr. Pedro Lins Meira Quintão para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a eleição de diretores na Companhia. **Deliberações:** Instalada a Reunião, após discussão e votação da matéria constante da ordem do dia, os Conselheiros, por unanimidade de votos e sem quaisquer objeções, deliberaram: (i) Aprovar a eleição de membros para compor a Diretoria da Companhia, com mandato coincidente com o dos demais diretores, senhores: a. **Gilberto Carlos Pierani**, brasileiro, economista, casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.974.101-X SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 047.941.668-00, com endereço comercial Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2.044, Torre II, Sala 1.601, Alphaville, CEP 06455-000, ocupando o cargo de Diretor da Companhia; b. **Roberto Pravato Junior**, brasileiro, economista, casado no regime de separação total de bens, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº 22.959.429-3 SSP/SP, inscrito(a) no CPF sob o nº 149.031.238-20, com endereço comercial Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2.044, Torre II, Sala 1.601, Alphaville, CEP 06455-000, ocupando o cargo de Diretor da Companhia; e c. **Leandro Lima Moreira**, brasileiro, analista de sistemas, casado no regime de comunhão parcial de bens, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.592.012-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 257.040.908-18, com endereço comercial Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2.044, Torre II, Sala 1.601, Alphaville, CEP 06455-000, ocupando o cargo de Diretor da Companhia. Os Diretores eleitos: a) firmaram declaração referente ao não impedimento do exercício de cargos de administração em companhias, conforme disposto no artigo 147 da Lei nº 6.404/76, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade; b) terão mandato coincidente com o dos demais diretores, estendendo-se até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no ano de 2026; Em consequência, a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos diretores que serão eleitos na Reunião do Conselho de Administração a ser realizada no ano de 2026, fica assim composta: **Diretor-Presidente: Paulo Sérgio Nogueira Gerosa**, brasileiro, analista de sistemas, casado, RG nº 6.327.505-3 SSP/SP, CPF nº 855.618.868-00, com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04567-003; **Diretor Copresidente: Mateus Pagotto Yoshida**, brasileiro, bancário, casado, RG nº 30.891.231-7 SSP/SP, CPF nº 295.232.748-30, com endereço comercial no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco/SP, CEP 06029-900, **Diretores: Carlos Augusto Engel**, brasileiro, analista de sistemas, solteiro em união estável, RG nº 13.704.421 SSP/SP, CPF nº 022.766.088-97, **Raul Issao Fukunaga**, brasileiro, empresário, casado, RG nº 21.632.158 SSP/SP, CPF nº 221.171.068-97, **Tatiana Magalhães Gerosa**, brasileira, engenheira mecatrônica, solteira, RG nº 30.332.792 SSP/SP, CPF nº 215.148.548-05, todos com endereço comercial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Arizona, nº 1422, Sala 51, Cidade Monções, CEP 04567-003, **Gilberto Carlos Pieranl**, brasileiro, economista, casado, RG nº 13.974.101-X SSP/SP, CPF nº 047.947.668-00, **Roberto Pravato Junior**, brasileiro, economista, casado, RG nº 22.959.429-3 SSP/SP, CPF nº 149.031.238-20 e **Leandro Lima Moreira**, brasileiro, analista de sistemas, casado, RG nº 24.592.012-2 SSP/SP, CPF nº 257.040.908-18, todos com endereço comercial Barueri, no Estado de São Paulo, na Rua Alameda Araguaia, nº 2.044, Torre II, Sala 1.601, Alphaville, CEP 06455-000. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos, para lavratura desta ata, que, lida, conferida e aprovada por unanimidade, sem restrições ou ressalvas, será assinada por todos os conselheiros presentes. Barueri/SP, 3 de junho de 2024. aa) Mesa: Presidente: Marcos Valério Tescarolo; Secretário: Pedro Lins Meira Quintão. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 264.459/24-6 em 12/7/2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PECINI LEILÕES | **EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES** | PROVÍNCIA Companhia Província de Securitização

DATA: 1º Público Leilão: 04/09/2024, às 15h00 | 2º Público Leilão: 11/09/2024, às 15h00

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **COMPANHIA PROVÍNCIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ nº 04.200.649/0001-07, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, e das demais disposições aplicáveis à matéria, em execução da garantia fiduciária expressa no Contrato de Abertura de Limite de Crédito, Contemplando Empréstimo com Pacto Adjeto de Alienação Fiduciária de Bem Imóvel, Emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) e Outras Avenças, firmado em 13/01/2023, na cidade de São Paulo/SP, e posterior Aditamento e Cessão, os seguintes **IMÓVEIS do EDIFÍCIO LINCOLN OFFICES**, situado na Rua Lincoln Albuquerque, nº 259, no 19º Subdistrito – Perdizes, São Paulo/SP: **1) SALA COMERCIAL Nº 121 (TIPO IX), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 51,009m²; Comum: 43,750m²; Total: 94,759m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,259489%. Matrícula Imobiliária nº 130.526 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0639-4. **Valores: 1º Leilão: R$ 571.864,00. 2º Leilão: R$ 496.535,30. 2) SALA COMERCIAL Nº 122 (TIPO X), localizada no 11º Andar ou Pavimento**. Áreas: Privativa Coberta: 54,113m²; Comum: 45,730m²; Total: 99,843m², com direito a 1 vaga (coberta ou descoberta) indeterminada na garagem coletiva; FIT: 1,330300%. Matrícula Imobiliária nº 130.527 do 2º CRI de São Paulo/SP. Inscrição Municipal nº 021.022.0640-8. **Valores: 1º Leilão: R$ 602.713,03. 2º Leilão: R$ 524.338,11.** Consolidação das propriedades em 02/08/2024. **Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar os imóveis, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre os bens; **2.** O Arrematante pagará, à vista, nos termos do Edital de Leilão e Regras para Participação, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira, à vista, e todas as despesas, custas, taxas, impostos, incluindo ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial dos imóveis arrematados; **3.** Débitos de Condomínio e IPTU existentes e no limite apurado **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores não apurados e os vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Consta Premonitória (Av.07), Indisponibilidade (Av.08), Penhoras (Av.09 e Av.10), averbadas na matrícula nº 130.526 e Premonitórias (Av.07 e Av.08), Indisponibilidade (Av.09), Penhoras (Av.10 e Av.11), averbadas na matrícula nº 130.527, as quais não impedem a realização dos leilões, sendo que a baixa das averbações ficará a cargo do arrematante, bem como todas as custas e despesas para o ato; **5.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **6. IMÓVEIS OCUPADOS**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter ***AD CORPUS***. Imóveis entregues no estado em que se encontram; **8.** As demais regras, condições e informações constam no **EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO**, disponível para consulta no Portal WWW.PECINILEILOES.COM.BR, do qual os interessados deverão obrigatoriamente tomar conhecimento e dele não poderão alegar desconhecimento. Fica a Fiduciante **SMK DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS LTDA.** – CNPJ nº 28.347.519/0001-60 e os Devedores **SILVIA MARIA KATINSKAS LOPES** – CPF nº 091.710.038-78 e **LUIS HENRIQUE LOPES** – CPF nº 164.090.598-76, devidamente comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência pela Fiduciante. Maiores informações: contato@pecinileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, 187 - Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2024/SETASC
PROCESSO Nº 0004686/2024

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por meio de seu pregoeiro oficial, designado pela Portaria nº 159/2024/GAB-SETASC/MT, torna público, nos termos da Lei nº 14.1333 de 2021 e do Decreto Estadual 1.525/2022, que estão reaberto os prazos para o Procedimento Licitatório, na Modalidade: Pregão Eletrônico, do TIPO: Menor Preço, cujo OBJETO é **a contratação de empresas especializadas na prestação de serviços e fornecimento de insumos para realização do evento casamento abençoado, a ser realizado no município de cuiabá/mt.**

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SIAG: De 23/08/2024 a 05/09/2024, período integral, exceto no dia da abertura da sessão no qual será permitido o envio somente até às 08h45min.
ABERTURA DAS PROPOSTAS no dia 05/09/2024 às 09h00min
INÍCIO DA SESSÃO: 09h00min, através do endereço eletrônico **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O edital estará disponível a partir do dia 23/08/2024 no endereço: **http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br**, no menu superior "Edital", em seguida, no menu lateral esquerdo "Consultas" >> Licitações >> Em Andamento e no site **www.setasc.mt.gov.br**, no menu Aquisições/Pregões/2024.

TELEFONES:
Informações sobre o pregão: (65) 3613-5716;
Suporte técnico ao SIAG: 0800-7222701 / (67) 3303-2730 / (67) 3303- 2702
SITE DA REALIZAÇÂO: http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br/

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 21 de agosto de 2024.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro